



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA

CÉSAR FILIPE DA SILVA OLIVEIRA

**A INTENSIDADE DO PRESENTE NO CAIS JOSÉ ESTELITA: passado
rememorado e futuro prospectado**

**Recife
2019**

CÉSAR FILIPE DA SILVA OLIVEIRA

**A INTENSIDADE DO PRESENTE NO CAIS JOSÉ ESTELITA: passado rememorado
e futuro prospectado**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Cognitiva.

Área de Concentração: Cultura e Cognição

Orientadora: Prof^ª Dr^a Maria C. D. P. Lyra

**Recife
2019**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

O48i Oliveira, César Filipe da Silva.
A intensidade do presente no Cais José Estelita : passado rememorado e futuro prospectado / César Filipe da Silva Oliveira. – 2019.
173 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Conceição Diniz Pereira Lyra.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Recife, 2019.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia Cognitiva. 2. Psicologia cultural. 3. Imaginação. 4. Memória.
5. Espaços públicos. I. Lyra, Maria Conceição Diniz Pereira (Orientadora). II.
Título.

153 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-131)

CÉSAR FILIPE DA SILVA OLIVEIRA

**A INTENSIDADE DO PRESENTE NO CAIS JOSÉ ESTELITA: passado rememorado
e futuro prospectado**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Cognitiva.

Aprovada em: 21/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Conceição Diniz Pereira Lyra (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Danilo Silva Guimarães (Examinador Externo)
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Brady Wagoner (Examinador Externo)
Universidade de Alborg - Dinamarca

Prof.^a Dr.^a Renata Lira dos Santos Alessio (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar a minha gratidão a tantas pessoas que passaram pela minha vida e que, de alguma forma, permitiram que eu pudesse chegar até aqui. Talvez seja impossível dizer o nome de cada um de vocês, porque vocês são muitos, porque vocês contribuíram de formas tão distintas e particulares que mesmo que pudesse listar todos vocês hoje, ainda assim eu não teria a dimensão do quanto fizeram por mim. Porque mesmo que conseguisse listar todos, é bem provável que alguns não fossem lembrados, pela pessoa e pelo contexto em que hoje vivo. Porque mesmo que conseguisse listar todos, daqui a alguns anos eu perceba que alguns outros deveriam estar nessa lista e tantos outros fora dela. Porque a vida é isso, dinâmica e incerta, inconstante e imprevisível. Então, nada mais justo que agradecê-los sem nomeá-los. A todos vocês, do meu passado, presente e futuro, eu sou grato.

Quero agradecer a todos que trouxeram dificuldades a minha vida, por me decepcionarem ou por terem trazidos sentimentos e experiências “ruins” para minha vida. Vocês me desafiaram a ser uma pessoa melhor, a nunca desistir de ser uma pessoa melhor, a buscar um mundo melhor. Cada dor, cada sofrimento e angústia também me permitiram me tornar quem sou e chegar aonde cheguei. A vocês sou grato.

Quero agradecer àqueles que me apoiaram, me ajudaram, me levaram, até nas costas, quando preciso foi. Agradecer por terem sonhado comigo, me suportado, me ajudado, me feito sentir alguém que pode ir mais além, que pode alcançar patamares ainda sequer pensados, que pode fazer a diferença nesse mundo. Agradeço a todos que me fizeram sorrir, que me trouxeram paz, que me trouxeram amor, que me trouxeram segurança, que me trouxeram companheirismo, que me trouxeram tantos e tantos bons afetos e boas relações. Todos esses momentos me permitiram acreditar que um mundo melhor está por vir, e que cabe a nós construí-lo no nosso dia-a-dia. A vocês sou muito grato.

Quero agradecer ainda a uma pequena parcela de pessoas que, independente do quanto o tempo passe, vocês estarão comigo e serão minhas referências de vida. Agradeço a cada um de vocês, pilares da pessoa que me tornei ou que posso me tornar. Agradeço por terem ou estarem na minha vida de uma maneira tão profunda, tão intensa, que aqueles que ainda se fazem presente ou até mesmo aqueles que já se foram, seguem encarnados na minha pele, na minha mente, na minha alma, vocês fazem parte de mim. A vocês sou profundamente grato, minha vida não seria a mesma se vocês não estivessem lá por mim. Amo cada um de vocês.

Recife

Há que tempo que não te vejo!
Não foi por querer, não pude.
Nesse ponto a vida me foi madastra,
Recife.

Mas não houve dia em que te não sentisse dentro de mim:
Nos ossos, os olhos, nos ouvidos, no sangue, na carne,
Recife.

Não como és hoje,
Mas como eras na minha infância,
Quando as crianças brincavam no meio da rua
(Não havia ainda automóveis)
E os adultos conversavam de cadeira nas calçadas
(Continuavas província,
Recife).

Eras um Recife sem arranha-céus, sem comunistas
Sem Arraes, e com arroz,
Muito arroz,
De água e sal,
Recife.

Um Recife ainda do tempo em que o meu avô materno
Alforriava espontaneamente
A moça preta Tomásia, sua escrava,
Que depois foi a nossa cozinheira
Até morrer,
Recife.

Ainda existirá a velha casa senhorial do Monteiro?
Meu sonho era acabar morando e morrendo
Na velha casa do Monteiro.
Já que não pode ser,
Quero, na hora da morte, estar lúcido
Para mandar a ti o meu último pensamento,
Recife.

(BANDEIRA, 1993, p. 249)

RESUMO

A presente dissertação, aportada nas concepções da Psicologia Cultural Semiótica (VALSINER, 2012; 2014), visou compreender, através dos processos rememorativos e imaginativos, os significados construídos que orientam a relação da população dos entornos do Cais José Estelita (CJE) e do pesquisador com a região. Para tal, tem-se por objetivos específicos: a) identificar como a história da região foi coletivamente retratada; b) analisar as consequências dos direcionamentos sociais (ASDs) sobre a região através de sua história e sobre a trajetória de vida dos habitantes; c) identificar possíveis representantes da cultura coletiva a nível meso/macrossocial; d) analisar os produtos decorrentes dos direcionamentos sociais (ASDs) sobre o que supostamente deve ser lembrado ou imaginado (políticas de imaginação e lembrança) a respeito da região; e) caracterizar os espaços de ação e esferas de experiências criadas pelos habitantes e suas fronteiras semióticas; e f) localizar a influência da construção de significados do próprio pesquisador sobre os processos rememorativos e imaginativos dos participantes. Foi realizado um estudo de caso com um morador de rua habitante da região dos arredores do Cais José Estelita. Foram combinados métodos qualitativos de base ideográfica para a construção dos dados: (1) Etapa etnográfica, que subdividiu-se em: observações etnográficas na região do “Cais José Estelita” e pesquisas documentais sobre passado do Cais José Estelita e dinâmicas sociais ocorridas em tempos anteriores; (2) entrevistas longitudinais livres e semiestruturadas que ocorreram em contextos culturais distintos da região. Todos os dados foram utilizados para (1) retratar como coletivamente se deu a história da região, desde a fundação do Cais José Estelita até os dias atuais, explorando-se a dinâmica social referida à época (2) explorar como esse passado, histórico da região, foi afetado pelos direcionamentos da sociedade; (3) Como esses direcionamentos, encarnados na própria dinâmica da cidade afetaram o pesquisador em suas observações etnográficas; (4) construir trajetória de vida de cada participante inspirada na abordagem de equifinalidade de trajetórias (*Trajectory Equifinality Approach*) e nas Avenidas de Significados Dirigidos; Ademais, destacaram-se os momentos de rupturas e transições, bem como os reguladores semióticos inibidores e promotores de possíveis caminhos a serem tomados, bem como se explorou os aspectos rememorativos e imaginativos desse processo. Somente participou do estudo um morador de rua (que compôs o estudo de caso). Da análise dos dados construídos percebemos que, ao integrar em uma análise a compreensão de aspectos ligados à Cultura Coletiva, representados em níveis meso/macrossociais (políticas e ações governamentais, bem como outras da ordem da iniciativa privada), bem como a

influência do próprio ambiente enquanto produto e promotor dessa influência da Cultura Coletiva, foi possível perceber, em um espectro mais amplo, poderão influenciar a construção de significados de indivíduos pertencentes a esse contexto. Dessa forma, ao explorar como o participante do estudo de caso (re)construiu possibilidades distintas de passado e futuro, em um tempo irreversível e em constante mudança, retoma-se e aproxima-se importantes contribuições teóricas do campo da Psicologia Cultural Semiótica, permitindo um olhar mais integrado do fenômeno psicológico humano.

Palavras-chave: Imaginação. Rememoração. Espaço urbano. Psicologia cultural.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation, based on the conceptions of Cultural Psychology of Semiotic Dynamics (VALSINER, 2012, 2014), was to understand, through the reminiscing and imaginative processes, the constructed meanings that guide the relationship of the population of the environments of the “Cais José Estelita” (CJE) and the researcher with the region. For this purpose, specific goals are: a) to identify how the history of the region was collectively portrayed; b) analyze the consequences of the social targeting on the region through its history and the life trajectory of the inhabitants; c) identify possible representatives of collective culture at meso/macro social level; d) analyze the products derived from the social directions about what is supposed to be recalled or imagined (politics of imagination and remembering) about the region; e) characterize the spaces of action and spheres of experiences created by the inhabitants and their semiotic borders; and f) locate the influence of the researcher's own construction of meanings on the participants' remembering and imaginative processes. A case study was carried out with a homeless near the CJE. Qualitative methods with an ideographic basis were used to construct the data: (1) Ethnographic stage, which was subdivided into: ethnographic observations in the "Cais José Estelita" region and documentary research on “Cais José Estelita” past and social dynamics above; (2) free and semi-structured longitudinal interviews that occurred in distinct cultural contexts of the region. All data were used to (1) portray how the history of the region was collectively analyzed, from the founding of the “Cais José Estelita” to the present day, exploring the social dynamics referred to at that time (2) exploring how this past, region, was affected by the directions of society; (3) As these directions, embodied in the city's own dynamics, affected the researcher in his ethnographic observations; (4) construct each participant's life trajectory inspired by the Trajectory Equifinality Approach (TEA) and Avenues of Directive meanings; In addition, the moments of ruptures and transitions were highlighted, as well as the semiotic regulators inhibiting and promoting possible paths to be taken, as well as exploring the reminiscent and imaginative aspects of this process. Only one homeless person (who composed the case study) participated in the study. From the analysis of the constructed data we perceive that, when integrating in an analysis the comprehension of aspects related to the Collective Culture, represented at meso/macro social levels (governmental policies and actions, as well as others of the order of the private initiative), as well as the influence of the own environment as a product and promoter of this influence of the Collective Culture, it was possible to perceive, in a broader spectrum, could influence the construction of meanings of

individuals belonging to this context. Thus, in exploring how the participant in the case study (re) constructed different possibilities of past and future, in an irreversible and constantly changing time, important theoretical contributions from the field of Semiotic Cultural Psychology are resumed and approached, allowing a more integrated view of the human psychological phenomenon.

Keywords: Imagination. Remembering. Urban Space. Cultural psychology;.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem aérea do Cais José Estelita	19
Figura 2 - Incidência de consultas no Google (2004-2018)	52
Figura 3 - Zonas de influências	54
Figura 4 - Dinâmica entre Sinos-significados e desconfirmações	58
Figura 5 - O surgimento de Diferentes ASDs	62
Figura 6 - A nova roupagem do Cais José Estelita	63
Figura 7 - A Dinâmica de figura-fundo entre ASDs	64
Figura 8 - O ciclo de reconstrução de signos-significados sobre uma região	65
Figura 9 - A síntese do surgimento de uma nova ASD	67
Figura 10 - Projeção do projeto Recife/Olinda no Cais José Estelita	69
Figura 11 - Projeção do Projeto Recife-Olinda.....	69
Figura 12 - Imagem aérea das torres gêmeas do Recife	71
Figura 13 - Perspectiva eletrônica do Projeto Novo Recife	71
Figura 14 - Bloco empatando tua vista	72
Figura 15 - Uma projeção ecológica sobre o Cais José Estelita	73
Figura 16 - Projeção de futuro adaptada do Projeto Novo Recife	73
Figura 17 - Novo arranjo do Projeto Novo Recife	74
Figura 18 - Comparação entre as versões apresentadas do Projeto Novo Recife..	74
Figura 19 - Projeção da nova versão do projeto Novo Recife	75
Figura 20 - Sub-regiões dos arredores do Cais José Estelita	84
Figura 21 - Região Leste do Cais José Estelita – Calçada lajeado sem saída.....	84
Figura 22 - Região Leste do Cais José Estelita – Calçada lajeado	85
Figura 23 - Região Leste do Cais José Estelita – Calçada depredado	85
Figura 24 - Abstração afetiva do pesquisador – região Leste	86
Figura 25 - A região oeste e seu centro comercial	88
Figura 26 - Região Oeste e acesso a ocupação estabelecida na linha férrea	88
Figura 27 - Abstração afetiva do pesquisador na região Oeste	89
Figura 28 - Acesso da Região Oeste para Região sul	90
Figura 29 - Região Sul e a área residencial	91
Figura 30 - Região sul e Acesso à região de Ocupação das linhas férreas	92
Figura 31 - Região Sul – área dos moradores de rua	93
Figura 32 - Abstração afetiva do pesquisador na região Sul	94

Figura 33 - Região Norte – área comercial	95
Figura 34 - Vista aérea do Forte das Cinco Pontas.....	96
Figura 35 - O intercruzamento entre esferas de experiência	103
Figura 36 - Um lugar de pertencimento de Douglas	113
Figura 37 - Trajetória de Vida de Douglas no “tempo de ocupar”	114
Figura 38 - A ambivalência da desativação do Cais José Estelita	117
Figura 39 - A ambivalência da perda do Emprego de Douglas	119
Figura 40 - As prospecções de Douglas no “tempo de ocupar”	121
Figura 41 - Prospecções de Douglas sobre “um lugar para viver”	126
Figura 42 - Processos rememorativos e imaginativos do “tempo de ocupar”	128
Figura 43 - O lugar de pertencimento de Douglas no “tempo de construir”	133
Figura 44 - Desconfirmações sobre o lugar de pertencimento	134
Figura 45 - Trajetória de Douglas no “tempo de construir”	135
Figura 46 - As prospecções futuras de Douglas no “tempo de construir”	139
Figura 47 - As ambivalências da saída da casa da mãe de Douglas	141
Figura 48 - Prospecção de futuro de Douglas sobre “um lugar de sustento”	144
Figura 49 – Processos rememorativos e imaginativos no “tempo de construir”	147
Figura 50 - A prolepse no caso Douglas	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASD	Avenidas de Significados Dirigidas
BFP	Ponto de Bifurcação
CJE	Cais José Estelita
DS	Direção Social
EPA	Espera de Experiência – Participante<>Ambiente
EPH	Esfera de Experiência – Participante<>sua história
EPP	Esfera de Experiência – Participante<>Pesquisador
F(1-5)	Prospecções de futuro
HSI	Amostra Estruturada Historicamente
MP	Ponto de Multifinalidade
P(0-3)	Passado rememorado
PCS	Psicologia Cultural Semiótica
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
S ₀	ASD - Lugar pertencente à cidade
S ₁	ASD - Lugar não-pertencente à cidade
S ₀ '	ASD - Lugar outra vez pertencente à cidade
Sp	ASD - Políticas Públicas
SPO	Orientação Pessoal Sintetizada
TEA	Abordagem de Equifinalidade de Trajetórias
TEM	Modelo de Equifinalidade de Trajetórias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	DO PRESENTE ESTUDO	18
2	MARCO TEÓRICO	21
2.1	PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA	21
2.1.1	Processos Imaginativos.....	25
2.1.2	Processos rememorativos	30
2.2	RELAÇÃO SER HUMANO<>AMBIENTE: AS CIDADES	36
2.2.1	A cidade enquanto espaço semiótico.....	39
3	MÉTODO	41
3.1	DA EQUIFINALIDADE DE TRAJETÓRIAS E AS AVENIDAS DE SIGNIFICADOS DIRIGIDOS	42
3.2	PARTICIPANTES	44
3.2.1	Dos participantes da entrevista semiestruturada.....	45
3.3	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	46
3.4	PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS	46
3.4.1	Da observação etnográfica	46
3.4.2	Das observações em mídias digitais	47
3.4.3	Contatos iniciais com os participantes da entrevista semiestruturada.....	48
3.4.4	Primeiro momento de entrevistas	49
3.4.5	Segundo momento de entrevistas.....	50
3.5	ANÁLISE	50
3.5.1	Das observações etnográficas.....	50
3.5.2	Das pesquisas em mídias digitais	51
3.5.3	Dos aspectos da entrevista individual.	53
4	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAIS JOSÉ ESTELITA E AS AVENIDAS DE SIGNIFICADOS DIRIGIDOS	56
4.1	O TEMPO DE FUNDAÇÃO: O SURGIMENTO DO CAIS JOSÉ ESTELITA.....	57
4.2	O TEMPO DE ABANDONO	59
4.3	O TEMPO DE PLANEJAR.....	65
4.4	O TEMPO DE OCUPAR	75
4.5	O TEMPO DE CONSTRUIR	77
4.6	IMPLICAÇÕES DO PESQUISADOR	78
5	OBSERVAÇÃO (AUTO) ETNOGRÁFICA E O CAIS JOSÉ ESTELITA.....	81
5.1	A MEMÓRIA COLETIVA E O PESQUISADOR.....	81
5.2	ENCONTRO COM A REGIÃO: A OBSERVAÇÃO (AUTO) ETNOGRÁFICA... 83	
5.2.1	A região leste	84

5.2.2	A região Oeste.....	88
5.2.3	A região Sul	90
5.2.3.1	Os Moradores da Vila de Moradores (residência fixa)	91
5.2.3.2	Dos moradores da ocupação	92
5.2.3.3	Dos moradores de rua.....	93
5.2.3.4	Das impressões gerais do pesquisador	94
5.2.4	A região Norte	96
5.3	IMPLICAÇÕES DO PESQUISADOR	97
6	O MORADOR DE RUA DO CJE E O PESQUISADOR	101
6.1	DOS SIGNIFICADOS QUE COMPÕE AS TRAJETÓRIAS	104
6.1.1	Do local da entrevista	106
6.1.2	Do pesquisador	107
6.1.3	Das experiências passadas.....	108
6.1.4	Da cultura coletiva através das ASDs.....	109
6.2	DA ELABORAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS TRAÇADAS	111
6.2.1	O tempo de ocupar: a tensão entre diversas ASDs	113
6.2.1.1	Trajетória 01: Um lugar de sustento	116
6.2.1.2	Trajетória 02: um lugar para viver	123
6.2.1.3	Dos processos imaginativos que construíram as trajetórias 01 e 02	128
6.2.2	O tempo de construir: a dominância da ASD S₀'	132
6.2.2.1	Trajетória 03: Um lugar para viver.....	137
6.2.2.2	Trajетória 04: Um lugar de sustento	143
6.2.2.3	Dos processos imaginativos que construíram as trajetórias 03 e 04	146
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO

Seres humanos constroem e, ao mesmo tempo, destroem. A construção de uma nova estrutura arquitetônica implica a destruição do ambiente natural, cada um dos opostos construção<>destruição prepara o terreno para o outro. Isto é, ambos possibilitam modificação, a qual implica em destruição do estado prévio das coisas, mesmo que parcial, como um veículo para a nossa construção de algo novo (VALSINER, 2012).

Estudos que envolvam a transformação urbana são atravessados pela emergência de novos signos-significados, num diálogo entre passado, presente e futuro, englobando diversos códigos e princípios de ordenação numa síntese singular que edificam uma cidade (FERRARA, 1988). Dessa forma, há uma complexa fragmentação que é simultaneamente interobjetiva (social), intersubjetiva (cultural) e intrasubjetiva (intencional) (LIMA, 2016) de forma que, a relação sujeito<>cidade, promove a construção de vivências, percepções e representações distintas a depender dos diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela.

Nesse sentido, nos interessamos por um fenômeno particular que tem acontecido na cidade do Recife e que envolve mudanças significativas em sua infraestrutura, em seu espaço físico e funcional, principalmente após a chegada do atual século. No início do ano 2000, com a instalação do Porto Digital e a chegada do shopping Paço Alfândega, o Recife Antigo, até então pouco utilizado pela população pernambucana, entrou numa agenda de revitalização, sendo incluso em projetos que visavam “devolvê-los à cidade”.

Com a chegada de investimentos para a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014, e o aquecimento do mercado imobiliário, uma segunda onda de reformas e revitalizações foi iniciada sob a premissa de modernização estrutural do cenário pernambucano. Nesse clima de mudanças e com o projeto de reestruturação do Recife Antigo em adiantada fase de execução, com aparente aceitação da sociedade pernambucana, outros espaços começaram a ser alvo de medidas similares. Dentre esses, também o Cais José Estelita (CJE) que é o foco de interesse do presente estudo.

Localizado na Ilha Antônio de Vaz, no Recife/PE – em uma antiga região de aterro, que interligou o Forte das Cinco Pontas ao Forte Príncipe Guilherme, não mais existente –, teve seu nome de batismo em homenagem ao engenheiro pernambucano José Estelita. Essa homenagem, na primeira metade do século XX, fundamentou-se no lugar de destaque de José Estelita em propor intervenções de viés modernista praticadas na capital pernambucana (NOBREGA, 2015).

Embora somente nomeado à posteriori, a região que compõe o CJE foi criada em 1855 a partir do estabelecimento de uma linha férrea que fazia a conexão do Porto do Recife com a cidade do Cabo. Com função logística de transporte e armazenamento de produtos, trazidos do Porto do Recife e das usinas de açúcar no interior de Pernambuco, essa região possuía uma gama de construções distribuídas entre armazéns, edifícios da rede ferroviária, silos, residências para funcionários, malha ferroviária, trens, etc.

Durante todo esse tempo, o CJE foi administrado por diversos setores da sociedade ao longo da sua constituição: A Estrada de Ferro Recife inaugurada em fevereiro de 1858, foi absorvida pela Great Western (1901-1950), depois pela Rede Ferroviária do Nordeste (1950-1975) e por último pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima- RFFSA (1975-1996), sendo oficialmente desativada em 1999. (NASCIMENTO; BERNARDES, 2012)

Quando desativado, ainda em propriedade da RFFSA, o CJE passou ao desuso pela comunidade pernambucana (NASCIMENTO; BERNARDES, 2012). Ao ser alijado da dinâmica social, transmutou-se num espaço de aspecto diverso e quase irreconhecível àquele que se conhecia antes (BRANDI, 2004), passando a promover, em seu estado degradado, exercícios criativos em que o passado é revisitado ou o futuro é criado (DINIZ, 2014). Abandonados, esses edifícios e equipamentos testemunham o apogeu e a morte desta atividade que serviu ao porto com o tráfego e armazenagem de mercadorias (NOBREGA, 2015), sendo, por um tempo, “esquecido” pela comunidade Pernambucana.

Em 2008, o CJE volta a ser destacado em Pernambuco ao ser vendido para um complexo de empresas privadas do setor imobiliário, o Consórcio Novo Recife, que apresentou à sociedade pernambucana o Projeto Novo Recife. Esse projeto propunha – através de uma estratégia de contraponto entre o presente existente e o futuro promissor – transformar o abandono em cuidado, violência em segurança, desemprego em emprego: O velho Recife versus um novo Recife (VERAS, 2014), pautado na necessidade de explorar seu potencial comercial, residencial e hoteleiro (SILVA, 2008).

No entanto, a proposta fez aflorar oposições, pois o Projeto Novo Recife, apesar de se propor “moderno”, pareceu dar as costas para um passado que já não mais parecia interessar a essa parcela da sociedade que clama por novos espaços para habitar e viver (VERAS, 2014). De um lado, surgem pessoas que desejam o tombamento do CJE, transformando-o em patrimônio histórico, e, de outro, quem aponte a necessidade de mudanças no projeto, seja pela verticalidade dos prédios imaginados (que destoariam da linha de horizonte da cidade) ou pelo acesso proposto para a região – o qual excluiria parte da população de utilizá-lo.

Dessa problematização, que se tornou polarizada, manifestações por parte da opinião pública se organizaram, passando a discutir os possíveis futuros desse espaço. Foram, então, produzidos discursos e debates sobre o que estaria acontecendo – a tensão entre o interesse imobiliário, o Estado e diversas comunidades da população pernambucana – bem como o que poderia acontecer, apresentando-se, então, propostas diversas de projetos arquitetônicos. O CJE tornou-se tema recorrente nas mídias oficiais e independentes (em blogs e redes sociais) durante os anos de 2012 e 2014. Canais independentes passaram a se debruçar sobre a disputa desse espaço, destacando-se, dentre eles, o #OcupeEstelita e o #ResisteEstelita: grupos que produziram e veicularam conteúdos sobre o assunto, bem como discutiram sobre o debate estabelecido.

Com o passar dos anos, entre 2015-2018, após a grande tensão existente entre parcelas da sociedade em disputa, o CJE foi posto em segundo plano, levado para o campo dos bastidores jurídicos, relegado a um quase-esquecimento tal qual anteriormente. Nos anos seguintes, no entanto, uma nova ambivalência surgiu, e o CJE se tornou, mais uma vez, visível à sociedade pernambucana, que buscou formas de reutilizá-lo. Ocorreram, então: a) eventos públicos em datas marcantes de cunho cultural e artístico – que durou por dois anos e caiu em desuso; b) furtos dos materiais existentes dentro do CJE; e c) ocupações na linha do trem e terrenos baldios, na região, visando edificar moradias.

Tal fenômeno trouxe consigo a necessidade de incursões do governo, regimentando ações que visavam desocupar as áreas invadidas, e do consórcio buscando impedir que os roubos (do maquinário ou das ferragens dos armazéns), as ocupações ou os eventos públicos acontecessem na região interna do CJE. Nesse momento, a área interna do CJE passou a ser impedida para entrada de pessoas não autorizadas, dispondo de um sistema de segurança organizado pelo próprio consórcio do Projeto Novo Recife.

No último ano (2018), dentro dessa incerteza, por ora adormecida, sobre o que aconteceria na região, um novo capítulo se instituiu: o lançamento oficial de uma das etapas visando à construção no sul do CJE: O Mirante do Cais, composto por Mirante sul, Mirante norte e Parque do Cais é lançado para venda das futuras unidades, com previsão de início de construção para março de 2019. Esse fato é ainda pouco divulgado na sociedade pernambucana. Ainda, os edifícios a serem construídos estão direcionados às classes de maior poder aquisitivo do Recife, havendo pouca ou quase nenhuma divulgação nas mídias abertas ou digitais e tampouco quaisquer movimentações sociais de contestação até então.

Dinâmicas sociais como a relatada tem ganhado atenção de estudiosos do campo social, principalmente com o crescimento dos espaços urbanos. Cada vez mais, diferentes

subgrupos culturais passam a existir num espaço cada vez menor, tornando-o arena de disputa pela normatização das significações que serão transmitidas, edificando diferentes modos de construção sgnica desse e nesse espaço de disputa (NAKAGAWA, 2009).

1.1 DO PRESENTE ESTUDO

O presente estudo se debruça sobre este momento de transformao do Cais José Estelita (Figura 1) investigando os signos-significados emergentes que se direcionam sobre o percurso sócio histórico desse lugar, aspectos que farão luz a emergência do que concebemos como Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs, LYRA; VALÉRIO; WAGONER, 2018) que canalizaram possibilidades de o indivíduo significar sua relao com ambiente e os significados nele partilhados.

Dessa forma, objetivamos desvendar a dinâmica sujeito-ambiente relacionada ao CJE, bem como o lugar que ele ocupa na sociedade pernambucana, fazendo uso de observaes autoetnográficas (SANTOS, 2017) e etnográficas (ROCHA; ECKERT, 2003; MAGNANI, 2002). Por meio desses recursos, vislumbramos explorar os significados que o espaço e os transeuntes promovem no encontro do pesquisador com a região. Ademais, também se visa explorar nas rememoraes e nas prospeces imaginativas de habitantes da região em suas relaes diversas construídas com o conjunto arquitetônico que compõe este Cais ou com os possíveis direcionamentos sociais identificados através de produtos sociais elaborados para nessa relao sujeito<>cultura na região.

A fim de contemplar nossos objetivos, buscamos organizar essa dissertao visando compreender os tempos existentes no CJE, todos eles circunscritos através de uma compreensão da dinâmica institucional, social e individual retratada ora por produes jornalísticas, científicas ora relatadas pelas pessoas que l circulam ou habitam na região, de forma que fosse possível apontar possibilidades e direcionamentos sobre o futuro prospectado para essa sociedade-pessoa-região. Esses tempos foram concebidos como: *o momento em que foi fundado, o momento do abandono, o momento de planejar, o momento de ocupar e o momento de construir.*

Figura 1 - Imagem aérea do Cais José Estelita



Fonte: Globo, 2015.

É desses cinco momentos-chaves distinguidos que propomos a possibilidade de ressaltar diversos contextos de tensão nas quais as políticas de imaginação e rememoração coletiva (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015; BRESCÓ DE LUNA, 2018) ficaram em evidência. São essas políticas rememorativas-imaginativas – encarnadas também na arquitetura da local (CJE) e na relação das pessoas com a região – que atualizam e direcionam a reconstrução de signos-significados instituídos pelas pessoas que lá habitam.

O encontro do pesquisador com as pessoas que lá habitam proporcionou a abertura de um leque de possibilidades para compreender como elas se relacionam com a região e como visavam ora fortalecer e manter, ora modificar e extinguir, os signos-significados relacionados às rememorações e prospecções individuais-coletivas interpostas a direcionamentos sociais diversos (ASDs). Dessa maneira, as ASDs apontam para ofertas da sociedade pernambucana sobre formas de relacionar-se com o Cais José Estelita e seu pertencimento (do espaço e das pessoas) ao cenário pernambucano.

Nesse aspecto, a sociedade pernambucana, principalmente através de suas políticas de mercado e governamentais, ofertou diversas possibilidades distintas sobre a região: a) um lugar de uma representação histórica de um passado importante de ser valorizado e preservado (ASD S₀); b) um presente relacionado ao abandono, desconexão e pouca utilidade à sociedade pernambucana (ASD S₁); e c) um futuro a ser seguido pela comunidade, representado pelo Projeto Novo Recife por uma região moderna – futura área nobre de Pernambuco (ASD S₀’).

Assim, o Cais José Estelita foi, e é centro de uma tensão que promove diversos significados individuais e coletivos através de uma dinâmica de (re)construção-destruição dos

sentidos que perpassam essa edificação e sua relação com a vida das pessoas. Esses significados compõe uma rede que é atualizada e negociada pelos indivíduos que transitam e mantem alguma relação com essa região. Ainda, a produção de significados emerge dos processos cognitivos e afetivos – em particular, nessa dissertação, estudamos os processos de imaginação e rememoração pessoais e coletivos.

Essa dinâmica, aqui, é abordada a partir de pesquisas documentais, com a inclusão do pesquisador em uma observação etnográfica e a partir de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com moradores da região dentro do perfil que englobem pessoas de residência fixa, moradores de rua e comerciantes. Desses foi escolhido um morador de rua para compor o estudo de caso dessa dissertação por apresentar grande conexão com a região e evidentes tensões, ao longo da sua vida e durante a realização da pesquisa que puderam apontar para compreensões diversas sobre a dinâmica social na relação participantes<> Cultura coletiva<>região. Para contemplarmos a dinâmica sógnica e a produção de significados na negociação entre a cultura pessoal e a coletiva, utilizamo-nos dos axiomas teórico-metodológicos da Psicologia Cultural Semiótica. Compreendemos, então, que as funções psicológicas – especificamente, aqui, a imaginação e rememoração – advém do uso dos signos como ferramenta semiótica, ou seja, eles mediam os processos cognitivos superiores.

2 MARCO TEÓRICO

Nesse capítulo serão explorados aspectos relacionados aos marcos teóricos basilares para elaboração da questão trazida na dissertação bem como os pilares para posterior construção da metodologia, construção de dados e análise.

2.1 PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA

O ser humano, por sua prematuridade biológica de seus filhotes ou pela objetiva desvantagem biológica de sua espécie para subsistir, necessitou da continuidade e unidade de um grupo social para se perpetuar. Além disso, partilha-se da compreensão que o ser humano precisa do outro para tornar-se quem é. Assim sendo, somos uma espécie essencialmente social e até mesmo as atividades mais individuais estão impregnadas de trocas com o coletivo (VYGOTSKY, 2007).

Essa conjuntura promoveu o surgimento de ferramentas – artefatos culturais – para mediar os processos sociais e psicológicos, bem como mediar a relação entre indivíduos e o mundo físico, possibilitando mais um recurso para garantir a sobrevivência do ser humano em um mundo hostil, ambíguo e contraditório. Não à toa que desde os primórdios da civilização o homem aporta-se na criação e aperfeiçoamento de instrumentos para adaptar-se ao ambiente, para tal, desenvolveu ferramentas para lidar com o mundo concreto e signos para lidar com aspectos intrapessoais, interpessoais e sociais (JOHASEN; LARSEN, 2002).

Dessa forma, os signos são usados para construir a relação da pessoa consigo mesma, com os outros sociais e como o mundo onde habita (ZITTOUN; GILLESPE, 2010). Essa capacidade de representar, comunicar e transmitir tornou-se fundamental para sobreviver, pois permitia que o ser humano fosse capaz de enfrentar as tensões geradas entre interioridade e exterioridade dos processos de comunicação. Assim, o indivíduo pode afastar-se – transcendendo a situação imediata e o tempo presente – para analisá-los de forma distanciada e agir assumindo outras posições possíveis face às demandas imediatas – embora ainda permanecendo na situação presente (VALSINER, 2012).

Essa capacidade permitiu que o ser humano escapasse parcialmente do imediato presente permitindo-o: a) perceber os fenômenos em nosso ambiente como signos, isto é, entender a conexão entre os fenômenos presentes, (parcialmente) ocultos e/ou inteiramente ausentes; b) produzir e transmitir signos como uma forma de comunicação com outros e consigo mesmo; c) armazenar informações e formar hábitos interpretativos (JOHASEN; LARSEN, 2002).

Essa concepção em que o sujeito é constantemente trazido, capturado e impossibilitado de ininterruptamente sair do presente traz implicações importantes para a

compreensão do tempo. As modalidades de tempo passado, presente e futuro não marcam distinções claras, tão pouco são categorias ontológicas que representam coisas reais "lá fora" no mundo, por outro lado, sua existência está estreitamente ligada à condição humana (BROCKMEIER, 2002). Nesse sentido, aqui, o conceito de tempo irreversível é central para compreendermos a natureza da experiência humana como um processo no qual se observa um fluxo constante de mudança nas práticas culturais e sociais do organismo em que não se pode voltar ao que se foi ou foi vivenciado antes (MURAKAMI, 2012).

O sujeito, para lidar com um tempo que não se interrompe ou volta atrás, torna-se organicamente entrelaçado com as suas experiências de vida, de forma que a conceituação da consciência (e da linguagem) regulam os eventos da sua vida pessoal (VALSINER, 1994). Esse fenômeno se dá através da semiose, uma capacidade de todo organismo de produzir e compreender signos (ZITTOUN; GILLESPE, 2010). Assim sendo, os seres humanos, distinguem-se das demais espécies, pois desenvolveram uma particular capacidade semiótica de, através dos signos, conhecer e sentir o mundo ao seu redor, ou seja, fazer uso deliberado de signos para sondar, classificar, ordenar e criar tanto o passado experienciado como prever o que está por vir ainda desconhecido (JOHASEN; LARSEN, 2002).

Instituído no próprio corpo e no ambiente, o signo toma forma em qualquer coisa que represente outra coisa e cause um efeito em uma mente em potencial (NICOLAU, 2010). O signo, aqui, é entendido a partir dos pressupostos de Peirce (VALSINER, 2012; NICOLAU, 2010; SOUZA; DRIGO, 2005; GRANDI, 2007; ROSSI; ALMEIDA, 2007): aquilo que representa algo para alguém. Ou seja, pressupõe a existência de um intérprete, um sujeito. O signo funciona como instrumento de mediação entre sujeito<>meio, em uma relação indissociável triádica que inclui: a) *representamen*, o signo em si; b) o objeto – aquilo que o signo representa, em uma relação convencional; e c) interpretante – o efeito que ele produz na mente do intérprete, dentro de um determinado contexto de significação (VALSINER, 2014).

Essas relações estabelecidas na construção de um signo são únicas, particulares, e se dão a partir de um crivo que envolve todas as experiências do intérprete ao longo de sua vida, ou seja, uma Cultura Individual (VALSINER, 2000). Sendo assim, para que as experiências e significações, referentes a um signo, possam ser partilhadas e compreendidas entre sujeitos distintos, se faz necessário que a comunicação entre falante e ouvinte possua um campo convencional, de conhecimento comum.

Esse campo partilhado, construído e enraizado historicamente, necessidade intrínseca à condição humana, faz parte de uma produção coletiva que compõe o que chamamos de Cultura Coletiva (VALSINER, 2000). Ela promove a emergência de cada indivíduo em tempo

que, também, se reconstrói através das mudanças promovidas nas interpretações e negociações únicas desses indivíduos. Essa relação se dá, então, em uma co-construção em que sujeito e cultura coexistem sem que um esteja inteiramente englobado no outro.

A Cultura assume caráter de processo semiótico, e não de uma entidade, caracterizando-se por uma troca constante entre a construção de um sujeito único, Cultura Individual, e a Cultura Coletiva, historicamente partilhada, construída e reconstruída entre indivíduos (VALSINER, 2000). É através da Cultura Individual e Coletiva que um signo se torna compreensível, integrados num contexto referencial, um universo discursivo, que lhe doa o seu sentido próprio, a partir do relacionamento com a “familiaridade prévia” que este supõe (GRADIN, 2006). Dessa forma, a esfera intrasubjetiva do ser humano é formada pela internalização de capacidades originadas na esfera intersubjetiva (TOSTA, 2012).

No entanto, em sua gênese, nem a Cultura é produzida pelo indivíduo nem o indivíduo é produto da Cultura. O sujeito e Cultura, na Psicologia Cultural Semiótica (PCS), são entendidos como inseparáveis, porém distintos e se constituirão em separação inclusiva (VALSINER, 2012). Em outras palavras, essa relação sujeito<>cultura não é isomórfica, pois o sujeito, apesar do estar em um processo incontestável de imersão e relação, existe como realidade axiomática na qual a atividade semiótica promove a diferenciação e a autonomia desse sujeito imerso nesta cultura (COSTA; LYRA, 2002).

Nesse sentido, sempre haverá apreciações únicas a respeito das mensagens recebidas que reorganizarão ativamente a informação cultural. Neste ponto, a Cultura se encontrará continuamente em transformação mediante a ação de todos os participantes da experiência social (MARTINS; BRANCO, 2001). Desse processo também emerge uma extensa e indeterminada expressão de culturas pessoais, interdependentes da cultura coletiva (mas não determinadas) pelo domínio dos processos comunicativos interpessoais, havendo relativa autonomia entre essas instâncias (VALSINER, 2012). Em outras palavras, a pessoa reconstrói os significados da Cultura Coletiva, criando versões pessoais que chegam a transformar, ou não, os limites e os padrões socioculturais. Entende-se que a Cultura Pessoal é relativamente autônoma em relação à coletiva (VALSINER, 2012).

Essa interação e construção das significações, única do sujeito (cultura pessoal) e o espaço semiótico historicamente construído e reconstruído (cultura coletiva), se dão nos contextos das interações sociais de forma contínua e dialética (tensões entre oposições na busca de novas sínteses). Em outras palavras, toda a construção do mundo individual é desenvolvida em constante interação com o espaço semiótico no qual a humanidade e a sociedade estão inseridas (LÓTMAN apud FAVERO, 2005).

Posto isso, destaca-se que o sujeito não pode ser considerado como agente passivo nessa dinâmica promovida pela Cultura e seus agentes. Ele é um sujeito semiótico, que adquire e constrói significados a partir das experiências vividas (SHWEDER; SULLIVAN, 1990). O sujeito é compreendido como sendo intencional (suas ações e reações são direcionadas e responsivas aos significados simbólicos) e afetivo (construindo significados e controlando e regulando seu envolvimento com eles) (VALSINER, 2012; 2014).

Para que isso se concretize, é necessário pensar em uma função, em um processo que permita que haja essa interação entre sujeitos que estão inseridos em um mundo. Esse processo recebe o nome de mediação semiótica, que articula a origem das funções psíquicas e a natureza sêmica da atividade psíquica (ROSSI; ALMEIDA, 2007) e que desempenha papel-chave na troca de informações entre o sujeito e o meio (ambos culturais), através do processo constante de internalização/ externalização. A internalização, entendida como o processo pelo qual signos – socialmente enraizados e historicamente desenvolvidos – são reconstruídos na mente; e a externalização, entendida como o processo pelo qual os seres humanos são capazes de produzir signos no mundo (ZITTOUN, 2013).

Nesse sentido,

[...] o processo de mediação implica uma forma especificamente humana e representa o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos no sentido de integrá-lo na rede de relações sociais e culturais, responsáveis pelo processo de humanização. Dessa forma, as funções psicológicas são, dialeticamente, efeito e causa da atividade social dos homens, produto de um processo histórico de organização da atividade social (ROSSI; ALMEIDA, 2007, p. 07).

Os signos, assim, são capazes de transformar o funcionamento mental, pois eles constituem as funções superiores que ocorrem ancoradas na interação, mediada semioticamente, entre esse sujeito e as produções de determinado contexto (MAGGI, 2014; WETSCH, 2006).

Assim o sujeito, ao instrumentar-se para lidar com as fronteiras entre o que é interno e externo, pode: a) resolver problemas (rememorar, comparar alguma coisa, referenciar, escolher e assim por diante) (VYGOTSKY, 2007); b) promover a aquisição das funções psicológicas superiores, enquanto efeito e causa da atividade social e histórica do ser humano (ROSSI; ALMEIDA, 2007; VYGOTSKY, 2007); c) reduzir as ambiguidades do presente, construindo significados que o preparam para um futuro desconhecido (VALSINER, 2012). O que torna necessário repensar como os processos cognitivos relacionados às funções superiores ocorrem dentro da Perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica.

As decorrentes funções superiores, potencializadas nesse processo semiótico e aperfeiçoadas ao longo da história da humanidade e de uma comunidade, complexificaram

ainda mais a Cultura Individual e Coletiva. Todas elas se destacam na compreensão de como o sujeito se situa no mundo e, a partir disso, pode antecipar ou promover ações em sua experiência imediata. Algumas delas serão alvo de uma melhor exploração nesse trabalho, em particular aquelas ligadas aos processos imaginativos e rememorativos do ser humano, responsáveis por apontar de onde as pessoas vieram e para onde querem ir.

2.1.1 Processos Imaginativos

Demarca-se nessa dissertação, antes de tudo, que o papel da imaginação humana é um caminho destoante daquele que toma a imaginação como imagens mentais em que as imagens na imaginação têm sua origem nos encontros corporais e sensoriais, em que estão sujeitas a distorções e imperfeições (EFLAND, 2003). Nessa perspectiva alternativa (que não é a assumida aqui), a imaginação se dá a partir de imagens, sobretudo, visuais: imagens “internas” compostas de cópias ou restos de impressões sensoriais, originais ou recombinadas, uma imaginação imediata, não se considerando seu o aspecto criativo ou construtivo (O’CONNOR; AARDEMA, 2005).

A imaginação, enquanto processo cognitivo, tem destaque a partir das observações feitas por Vygotsky (2007) ao explorar o desenvolvimento infantil. Esse autor considerava a imaginação como uma função superior cujo processo está profundamente relacionado à como experienciamos o mundo, um processo mediado semioticamente. Ela permite transformar nossa relação com o ambiente que nos cerca. De outra forma, Efland (2003) comenta, a partir de Kant, que a imaginação nos permite sentir nossa liberdade das leis de associação que organizam a experiência empírica, de modo que o material fornecido pela natureza pode ser moldado em algo diferente, algo que a supera.

Os processos imaginativos, nesse ponto, acabam sendo um dos recursos cognitivos de maior importância para o ser humano e o que o caracteriza como espécie (MARKOVA, 2017). É por conta do surgimento e desenvolvimento desse processo cognitivo que o ser humano pode projetar um futuro que está por vir (VALSINER, 2014). Isso acontece a partir da capacidade de mediar à relação entre a experiência, dinâmica e ininterrupta, demanda respostas, através de processos psicológicos, sobre um presente ou um futuro distante ou imediato, utilizando-se de um passado que não é mais possível retornar sem reconstruí-lo.

A imaginação assume características (pré) adaptativas, em que as pessoas constroem possibilidades sobre como planejar ou antecipar possíveis ações futuras, suas ou dos outros (POLKINGHORNE apud BRESÓ DE LUNA, 2017) através da flexibilidade temporal de se explorar o passado e o futuro, fazendo uso de artefatos sociais e culturais construídos (ZITTOUN, 2015).

Dessa forma, pode-se dizer que a imaginação, como um processo básico e uma atividade mental, é distinta da experiência imediata, apesar de haver contribuição da última na elaboração da primeira. A imaginação está na maioria das formas de pensamento e, em particular, naquelas que não se tem informações suficientes ou são importantes em momentos de incertezas. Ela tem estreita relação com aspectos ligados à aprendizagem, na relação do sujeito consigo e com o outro, e na resolução de problemas (POWER, 2018; MARKOVA, 2018).

Aqui, a imaginação será compreendida a partir da ideia de que ela é um processo cognitivo que decorre como uma sequência temporal de gatilhos, recursos e resultados. Nesse sentido a imaginação permite que se enriqueça o aqui-e-agora (com o trivial, o possível e o impossível) e abre novas dimensões temporais (diferentes futuros ou passados não experienciados), sendo um processo individual e coletivo, simbólico (apoiado em significados pessoais construídas) e material (fundamentado em arranjos físicos e institucionais que são semioticamente investidos) (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015).

Isso se daria através de um *loop* em que o sujeito enriquece o presente, orientando-se para o futuro – mas podendo também se projetar para o passado – alterando, ou não, a apreensão ou direção do presente ou reconstrução do passado. Também incluem a possibilidade de distanciamento do espaço atual no qual o sujeito se encontra. Essas experiências possibilitadas pelo *loop* se encerram ou, de outra forma, a experiência imaginativa termina quando o presente demanda seguir em frente (ZITTOUN, 2015; BRESCÓ DE LUNA, 2017; ZITTOUN; GILLESPIE, 2016).

O sujeito situado em um tempo contínuo e irreversível acaba sendo provocado por algum gatilho no ambiente que promove uma ação – ou processo. Essa, por sua vez, desloca o sujeito do imediatismo de alguma atividade ou de uma esfera de experiência – seja por desinteresse, ruptura ou intensidade nesse contexto – e desencadeia um *looping* imaginativo, transformando-a. Em outras palavras, é através do *looping imaginativo* que o sujeito pode acessar mundos outros se desconectando parcialmente do fluxo contínuo de tempo, enriquecendo-o. Mas como isso é possível?

O processo imaginativo faz uso dos recursos culturais existentes e da experiência passada da pessoa, constituindo-se através de: a) todas as experiências – imaginadas – passadas frequentemente usadas nesse processo; b) imagens codificadas em ferramentas culturais; c) memórias compartilhadas através de concepções normas, valores e ideias; e d) percepções do presente, decorrentes das relações interpessoais e com o meio que a pessoa se encontra (ZITTOUN; GILLESPIE, 2018). Todas essas, juntas, promovem a construção ou

criação de um horizonte de possibilidades válidas para o desenvolvimento dentro do processo imaginativo e que, das produções realizadas, promovem a modificação ou controle de processos utilizando-se de resultados ou efeitos antecipados (MARKOVA, 2018).

Uma vez apresentando os recursos necessários, cabe ainda destacar que esses recursos se misturam dentro do próprio processo imaginativo. Assim, em um *looping* imaginativo podemos monitorar (ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015): a) a dimensão temporal – o que permite imaginar o passado vivido ou nunca experienciado, bem como um futuro sempre em aberto e incerto; b) o deslocamento/enriquecimento do aqui-agora, afastando-se parcialmente da situação concreta através de concepções altamente elaboradas; e c) a plausibilidade – a qual permite vislumbrar o quão próximo ou distante da realidade essas elaborações estão.

E quando se fala desse processo imaginativo, não é possível distar dele a percepção semiótica que nele está implícita. Para que ele se efetive, é necessário que ocorra a elaboração de significados construídos pela mediação de signos atrelados à: a) memória, à fantasia e à inteligência, em outras palavras, funções de construção semióticas; b) através de eixos verticais de generalização, que podem ser de caráter categorial, construídas socialmente (representações sociais) ou de caráter experiencial/emocional construídas na vivência do próprio sujeito (TATEO, 2015; ZITTOUN; GILLESPIE, 2016).

Destarte, devemos contemplar a imaginação como um processo desenvolvimental e sociocultural. Ainda, destaquemos que ela emerge por elementos que possuem diversas bases que promovem, dificultam ou limitam seu alcance – que podem ser bloqueios psicológicos ou normas e valores sociais. Estes podem guiar a maneira que os processos imaginativos ocorrem, havendo importante contribuição da Cultura Coletiva na construção e na plausibilidade sobre passado e futuros imaginados. Em outras palavras, a partir dessa influência da cultura coletiva é possível impor um futuro imaginado e possíveis versões dele, através de uma forma particular de política estética e espetacular (MICHELL, 2013): políticas de imaginação responsáveis por construir, discriminar, excluir ou manter vias para outros mundos possíveis (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015; BRESCÓ DE LUNA, 2017).

Futuros imaginados coletivamente são baseados em múltiplas maneiras de reconstruir o passado e o presente, a fim de alcançar as metas políticas desejadas para o futuro (BRESCÓ DE LUNA, 2018). Para tal, assume-se que há uma busca por um controle social sobre o passado e futuros coletivos, de forma que seja possível aumentar a possibilidade de que uma pessoa – incluída em determinada cultura e contexto social – elabore entendimentos gerais de

como o mundo funciona e, então, o futuro que pode existir (DE SAINT-LAURENT, 2018). Dessa influência da cultura coletiva os indivíduos reivindicam um povir através de negociações de um futuro que se adapte aos interesses próprios e que representem seus valores em tempo que resistem e reconstroem a partir desses direcionamentos sociais.

Nesse sentido, o processo imaginativo – seja ele em um nível coletivo ou não – é um ato político (JASANOFF, 2015). Isso porque ele permite regular a trajetória de mudança de um grupo social. O uso do termo “política”, aqui expresso, relaciona-se ao domínio mais amplo das lutas de poder, incluindo o poder de distribuir recursos e riscos. Ou seja, refere a lutas para controlar a construção de significado – como entendemos o valor dos recursos, a extensão do risco, o significado dos espaços urbanos ou as hierarquias entre diferentes grupos de pessoas (JAFFE, 2018).

Dessa forma, os processos imaginativos, a partir da dinâmica cultura individual<>coletiva, faz surgir uma arena de significados em que a imaginação oferece uma compreensão mais ou menos refinada de uma unidade coerente e interdependente de ideias sobre o futuro compartilhado. Essas negociações indivíduo<>sociedade se dão através de instâncias políticas inerentemente interligadas a: a) atores políticos (presidentes ou líderes de grupos); b) poder político (aspectos materiais-econômicos que dá capacidade a um grupo de influenciar outro através de coerção); e c) estrutura política (agências de regulação ou instituições) (MILKOREIT, 2017). Isso se dá, segundo Glaveanu e De Saint-Laurent (2015), através de políticas de imaginação que visam regular o lugar do sujeito no presente e o que pode esperar sobre seu futuro individual e coletivo.

Sendo assim, é através de políticas de imaginação que se constroem formas coletivamente imaginadas de vida pessoal e ordem social (como devem, ou não, ser vividas), tanto para o “bem” como para o “mal”, apontando para os futuros alcançáveis, entre aqueles que acreditam que devem ser alcançados, ou aqueles que representam um mal para a comunidade e direcionando possibilidades de mudança (JASANOFF; KIM, 2009).

Normativamente, a “política de imaginação” orienta as percepções do funcionamento do poder como justas ou injustas. Afetivamente imbui respostas a suas manifestações através da raiva ou orgulho, com tristeza ou excitação, e até mesmo sugerem atribuições específicas de causalidade e culpa ou delineiam as condições de cidadania e outras formas de comunidade política (JEFF, 2018).

Quando se pensa nessa influência da cultura através dessas políticas de imaginação, tem sido explorado seus efeitos dentro de direcionamentos sociais que são expressos através das manifestações reguladas pelo Estado. Ou seja, dentro das tensões político-partidárias em

suas múltiplas formas, aportando-se sua análise dentro de um nível específico da dinâmica social e nas decorrentes dinâmicas semióticas e interdependentes já exploradas ao longo desse capítulo (AWAD, 2017; BRESCÓ DE LUNA, 2018).

Nesse sentido, é importante ir para além dessa perspectiva para uma melhor compreensão desse fenômeno. É necessário expandir o foco para estudar o que acontece na rua, na igreja ou no campo esportivo. É explorar sua dinâmica através de outras expressões criativas, como na arte, na literatura ou na cultura popular, pois elas podem oferecer uma visão alternativa das realidades políticas existentes, reformulando o status quo (JAFFE, 2018).

No nosso caso em particular, compreendemos que é importante – além do que já foi colocado – explorar como isso provoca efeitos na circunscrição de um espaço que também é produto e promotor de significados, individuais e coletivos, que são alvos de modificações desses direcionamentos sociais visando propagar determinado modelo social.

É possível, então, pensar que o próprio espaço urbano, em suas múltiplas manifestações, também pode ser percebido como uma ferramenta dotada de significados que são disputadas para poder regular as possibilidades de passado e futuro. Essa concepção, de acordo com Burk (2003 apud MICHELL, 2013), ilumina uma tensão entre mundos imaginados, discursivos e físicos de um espaço público, em que imaginações cristalizadas (VYGOTSKY, 2007) podem provocar (re) construções baseadas na sua relação futura e as memórias de todas as experiências passadas (KHARLAMOV, 2012). Em outras palavras, o próprio espaço urbano construído e edificado, em sua arquitetônica, também se torna ferramenta, sendo negociado e reconstruído em suas diversas instâncias, individuais, intergrupais e sociais de maneira mais ampla.

Dessa forma, espaços e edificações, de uso privado-público, promovem certos tipos de produção de significados. Eles não possuem um caráter fechado, determinista e direcionado, ou seja, não são um conjunto de objetos que precipitam ou antecipam certos tipos de produções imaginativas. Pelo contrário, são objetos específicos, ou conjunto de objetos, produzidos por uma organização social, que dão formas as mesmas – de estilos particulares de arquitetura que se conectam a produção de formas específicas a imaginação (JAFFE, 2018). O espaço urbano, então, também se torna local de constantes negociações entre diferentes grupos, a partir das construções das memórias coletivas investidas no espaço físico, intimamente relacionadas a futuros prospectados.

Esses espaços edificados através da dinâmica urbana são objetos que promovem, potencialmente, uma relação particular com eles mesmos e que, por sua vez, promovem novas formas de produção de sentido, barrando certos tipos de possibilidades de imaginação

(SNEATH; HOLBRAAD; PEDERSEN, 2009). O espaço urbano assume, assim, uma relação para além de um espaço material, ganhando contornos simbólicos, com um poder de conferir significados e direções aos processos imaginativos, tendo um poder considerável na definição da identidade coletiva (BOURDIEU, 2001 apud KRZYŻANOWSKA, 2015) que perpassa, também, a identidade da pessoa.

Tais compreensões, expressas até aqui, se configuram num esforço em busca de compreender os processos cognitivos a partir de um viés mais holístico, sendo um passo para entender os processos estéticos e sensoriais através dos quais formas de imaginação política ressoam mais amplamente na vida urbana cotidiana, à medida que movem as pessoas literalmente em uma determinada direção, ou as imobilizam a negociar e produzir significados únicos.

2.1.2 Processos rememorativos

O sujeito, para estar no mundo e poder antecipar possíveis demandas – existentes ou imaginadas – precisa utilizar-se de experiências passadas, ou seja, também necessita da mediação de suas memórias. A memória traz alguma estabilidade ao sujeito, pois possibilita que ele saiba de onde veio e quem é, para que possa lidar com as demandas que o contexto promove, assumindo papel essencialmente adaptativo (WAGONER, 2015).

A memória, em geral, tem sido estudada na Psicologia, sobretudo, como um processo individual e neurológico (WAGONER, 2011). Para muitos, desde os primeiros estudos até a atualidade, a memória tem sido compreendida como algo que está localizado na mente ou no cérebro de um indivíduo, tendo como pressuposto que é uma faculdade individual em que o passado é armazenado e que todos os detalhes da experiência passada podem, eventualmente, serem recuperados através do uso da técnica correta. Aditem, contudo, através de um vasto detalhamento que pode haver “falhas” nessas consolidações, recuperações e transformações dos conteúdos mnemônicos, em que as emoções e a atenção são aspectos costumeiramente associados a esse fenômeno (BROCKMEIER, 2002a; 2005).

Com o advento da neurociência, e seu aperfeiçoamento através de imagens neurais, essa postura sofreu poucas alterações conceituas, dando-se uma maior ênfase nos processos e sistemas neuroquímicos ligados ao cérebro. Assim, Brockmeier (2002a; 2002b; 2010) referencia que na maioria das perspectivas sobre memória, no campo da neurociência, ainda é comum encontrar: a) a convicção de que os diversos sistemas de memória, quaisquer que sejam seu número e natureza, estão reciprocamente interconectados na composição cerebral; b) a suposição de que esses sistemas de memória podem ser construídos usando dados exclusivamente neurofisiológicos; c) a hipótese de que cada sistema de memória opera de

acordo com o modelo de armazenamento, isto é, “codificação”, “armazenamento” e “recuperação” de informações.

Apresentamos essa concepção de memória para o leitor com o objetivo de acrescentar que, até mesmo antes do desenvolvimento tecnológico – o qual alavancou o campo da neurociência – essa maneira de compreender a memória já vinha sendo confrontada. Essas críticas foram orquestradas por teóricos como, por exemplo, Vygotsky (2007) e Bartlett (1932). Eles já denunciavam – a partir de suas pesquisas e elaborações teóricas – a importância de se compreender a memória a partir de um crivo que transcenda a concepção de que um cérebro humano é isolado dos demais. Afasta-se, então, da ideia de que a memória seja uma faculdade baseada unicamente na externalização do conhecimento histórico transformado. Os autores propõem tratá-la como fruto de uma contínua tensão dos significados partilhados culturalmente e que precisam ser resolvidos naquele instante em que se propõe imaginar.

Nessa direção, Vygotsky (2007) definiu a memória em duas instâncias que coexistem: a) uma natural, considerando-se o corpo, caracterizada por ser algo elementar, direta e involuntária, que ocorre quando estímulos externos que influenciam as pessoas diretamente; b) e outra mediada, caracterizada por ser uma função superior e voluntária. Na segunda, ela ocorreria a partir da interação entre o que está abaixo da superfície da pele e o mundo que está além dela (BARLETT, 1932). Desse modo, a memória é um processo pelo qual o homem não simplesmente repete sua experiência passada, mas a reconstrói (CASSIRER apud EFLAND, 2003), de forma que o passado é sempre reconstruído pelos processos rememorativos (BARTLETT, 1932).

Buscando evidenciar como essa perspectiva teórica do estudo da memória difere das demais – e que explicitamos aqui – os autores buscam utilizar o termo rememoração ao invés de memória. O termo, além de diferir do que outras perspectivas fazem uso, possibilita sublinhar a dinâmica contínua de construção e reconstrução que essa perspectiva considera (BROCKMEIER, 2010).

Dentro desse campo de estudo, diferentes teóricos buscaram se dedicar a explorar e lapidar os primeiros achados nesse campo bem como difundir essa visão dinâmica e integrativa culturalmente enraizada da memória (WAGONER, 2018). Defende-se que a rememoração se dá na intersecção entre um sujeito (que carrega um conjunto de conhecimentos, valores e recursos historicamente estabelecidos) e os produtos histórico-culturais (CASTORINA, 2006 apud WAGONER, 2018). Ou seja, a memória necessita ser

concebida como um processo humano a ser explorado a partir das práticas e dos artefatos sociais e culturais, portanto, contemplando as mudanças históricas (BROCKMEIER, 2010).

Por essa ênfase na dinâmica da psique e na sua gênese cultural e situada historicamente, os axiomas da Psicologia Cultural Semiótica (PCS) se alinham aos dos estudos de rememoração. A PCS, utilizando-se das contribuições de estudos no campo da rememoração, também a concebe como um processo – individual e coletivo – em constante reconstrução. A rememoração é, aqui, a capacidade pela qual o sujeito irá reconstruir e conferir sentido ao passado de acordo com as demandas e experiências de um presente – que evolui continuamente – e das expectativas de um futuro incerto – prospectados através da imaginação (BRESÓ DE LUNA, 2017; NORA, 1993).

Ou seja, segundo Bartlett (1932) a rememoração é uma atividade construtiva que recorre a uma organização ativa de experiências passadas que devem sempre estar supostamente operando em qualquer resposta orgânica bem adaptada. Dessa forma, as lacunas e as omissões decorrentes dos processos de produção de significados promoverão mudanças que reconfiguram o passado rememorado (BROCKMEIER, 2002a; OBRADOVIC, 2017).

Sendo assim, as rememorações não se constituem, *a priori*, por essências passadas ou presentes, mas são elaboradas a partir de construções de significado e, como tal, são, antes de tudo: (1) eventos de linguagem e de outros sistemas semióticos (BROCKMEIER, 2005); (2) processos afetivos e emocionais – não apenas cognitivos (AWAD, 2017).

Logo, o processo rememorativo, principalmente o biográfico, estará sempre vinculado à capacidade de reconstruir e dar sentido ao passado em face às experiências no presente e prospectadas para um futuro sempre incerto (WAGONER, 2013). Ou tal qual já versava Santo Agostinho (apud MURAKAMI, 2012): não é o passado que é a memória, mas "o presente sobre o passado". Nesse sentido, a memória do passado parece estar sempre em *potentia* – um imperfeito do passado disponível para ativação, supressão e interconexão atuais, pois gera continuidade sociocultural em nossa experiência de mundo (MORIMOTO, 2012).

Ademais, devemos destacar que o processo rememorativo deve, nessa perspectiva, ser entendido como parte de um processo semiótico. A rememoração exige certos enlaces semióticos construídos tanto através de experiências pessoais passadas quanto pelos elementos culturais presentes nas interações com os outros ou, ainda, nas representações sociais (DE SAINT-LAURENT; ZITTOUN, no prelo). Enfatizamos, então, que atividade rememorativa só pode acontecer quando localizada em estruturas conceituais definidas pela comunidade (cultura coletiva) – de forma que nenhuma memória existe sem que haja objetos ou enquadres culturais que direcionem essa reconstrução (HALWBACKS, 1992).

Sendo assim, pôde-se explorar, como já referido no tópico sobre imaginação, a ideia de um processo com aspecto também coletivos, ou seja, memória coletiva (BRESÓ DE LUNA, 2018; DE SAINT-LAURENT, 2017a; DE SAINT LAURENT *et al*, 2017; GLAVEANU, 2017; MARKOVA, 2017; WAGONER, 2015) ou “políticas de rememoração” (DE SAINT-LAURENT, 2017a) que ocorrem no âmbito social e que delas decorrem a construção de rememorações coletivas. Ou seja, como o sujeito está inserido em uma cultura coletiva, seus processos cognitivos, incluindo a memória compreendida como rememoração, sempre estarão atrelados a uma relação entre sujeito<>Cultura. Logo, é fundamental estudá-la do ponto de vista individual e coletivo (MORIMOTO, 2012). Mas o que seria a memória coletiva? Quais seriam suas utilizações?

Esse contexto cultural, sócio histórico promoveu o surgimento de diferentes ferramentas culturais para mediar como as pessoas reconstruem coletivamente o passado comum de acordo com as diferentes demandas de cada ambiente (BRESÓ DE LUNA, 2017). Essas manifestações se personificam através de textos oficiais, museus, na educação que juntos, tornam-se ferramentas que produzem uma compreensão específica sobre o passado do grupo. Wertsch (2002 *apud* DE SAINT-LAURENT, 2017b), por exemplo, conceituou a memória coletiva como uma ação mediada pelo uso de ferramentas culturais que ilustram como as histórias devem ser contadas. De forma que esse processo se torna essencial na vida de qualquer grupo, sendo um ingrediente fundamental para a identidade coletiva e pilar para a cultura em uma sociedade (COMAN, 2009).

Essa diferenciação rememoração coletiva<>individual se dá por que: a) os períodos históricos são feitos de uma multiplicidade de eventos únicos que lhes dão o seu sabor e concretude; b) a história é a história de vidas únicas, mas vidas únicas não fazem história, de forma que eventos históricos são históricos porque afetam uma multidão de vidas únicas ao mesmo tempo; e c) para evocar o passado, palavras e expressões únicas precisam ter sido parte de discursos históricos maiores, discursos que foram construídos por essas referências (DE SAINT-LAURENT, 2017a). Nesse ponto, a mesma autora propõe que a rememoração coletiva é geralmente um processo que se preocupa mais com a forma como as pessoas produzem histórias e significados sobre o passado (uma construção) do que com a forma como as pessoas tentam recordar experiências passadas (uma reconstrução

As rememorações coletivas provocam direcionamentos sobre o quê e como o sujeito pode e deve lembrar, possibilitando a circunscrição de um indivíduo em um determinado nicho social através de um conjunto de práticas e ferramentas mnemônicas, desenvolvidas por grupos sociais. Elas visam, em outras palavras, trazer o passado coletivo para as gerações

futuras, permitindo que os indivíduos assumam as reivindicações e aspirações históricas esperadas pelo coletivo que dele fazem parte (BRESÓ DE LUNA, 2018). Em última instância, a memória coletiva serve como base para que o sujeito possa: (1) reconstruir suas memórias e seu passado; (2) questionar o presente; (3) imaginar alternativas de futuro; (4) desenvolver novas ideias através de sínteses emergentes das reconstruções do passado e de futuros prospectados (DE SAINT-LAURENT *et al*, 2017).

Glaveanu (2017) propõe a compreensão dessa dinâmica rememorativa através dos níveis individuais (processos microgenéticos entre a interioridade e exterioridade), interpessoais (processos mesogenéticos, decorrentes na interação com outros próximos e pequenos nichos sociais) e sociais (processos macrogenéticos, decorrentes de elaborações generalizadas pela Cultura Coletiva). Ou seja, esses níveis coexistem sem que haja uma predominância hierárquica entre eles, mas, ainda assim, possuem um nível de dependência geral e contextual que vão de ideologias mais amplas, transcendentais ao contexto, à construção de significados situacionais de um indivíduo.

Ao considerarmos o processo rememorativo como contextualmente integrado a uma dinâmica cultural, é possível, inclusive, pensar o quão intrusivas essas influências podem ser ao ponto de chegarem a moldar até mesmo memórias individuais nunca acontecidas (OBRADOVIĆ, 2017). Nesse ponto, vale salientar que os símbolos dentro da memória coletiva são sempre negociados e reinterpretados, ativamente e criativamente, por seus criadores e seus públicos, operando e guiando a construção de significados do sujeito e provocando, facilmente, uma ampla gama de sentimentos dentro de um determinado grupo social, como orgulho, injustiça, ressentimento, ódio, culpa, sentimento de vingança, etc. (WAGONER; BRESÓ DE LUNA, 2016).

Essas manifestações que direcionam as reconstruções sobre o passado de um grupo são expressas não só simbolicamente (no texto, na fala, visuais, etc.), mas também materialmente: em monumentos, comemorações e seus alicerces ideológicos, na estrutura narrativa dos livros didáticos e finalmente os significados mutantes e contestados do grafite e performances de rua (GLAVEANU, 2017). Assim um passado que convenientemente se encaixa na aspiração cívica se institui, se normatiza, estando ele a serviço de uma estabilidade social (MOLYNEUX, 1995 apud KRZYŻANOWSKA, 2015).

Pode-se perceber, então, que memória coletiva não é somente vista como uma representação culturalmente construída do passado, ela precisa ser sustentada e transmitida através de: a) símbolos que dão forma a elementos do espaço urbano, que preservam certas

memórias e, intencionalmente, escondem outras (AWAD, 2017); ou b) por narrativas, tradições e práticas corporais (SONMEZ; ERIN, 2017).

Essa dinamicidade da rememoração coletiva faz com que haja constância e manutenção de espaços instituídos socialmente a fim de que se tornem instrumentos para uma aparente unidade e continuidade ao grupo (MISTRY; ROGOFF, 1985 apud LERNER *et al*, 2003). Assim, compreendendo que os signos construídos coletivamente emergem a partir das transformações da sociedade, o espaço urbano possibilita que o passado seja reinterpretado ou reconstruído, criando um caminho para um futuro imaginado (BRESCÓ DE LUNA, 2017).

Assim, a espacialidade em que o sujeito está inserido, dotada de signos e símbolos partilhados e negociados, será objeto semiótico no processo de rememoração. Ou seja, a cidade torna-se um lugar privilegiado no qual a negociação da memória coletiva pode ocorrer e ser estudada (STAIGER; STEINER, 2009 apud SONMEZ; ERIN, 2017), compondo processos cognitivos superiores e afetivos de um sujeito inserido nesse contexto em uma dupla direção, em que o espaço constrói e é construído nessa dinâmica de (re) construções sígnicas. Ou seja, a vinculação entre memórias e objetos ou lugares podem promover uma visão dominante do passado que repercute na constituição de significados e identidades que um sujeito constrói (JAHANBAKHSI *et al*, 2015 apud SONMEZ; ERIN, 2017).

Esses enquadramentos construídos numa cidade apontam para processos de significação que se relacionam com a ideia de uma dinâmica instituída entre aspectos ligados ao passado e ao presente comum, dentro de uma estrutura espacial, subsidiando uma relação afetiva de uma comunidade com seu o passado (HALBWACHS, 1992).

O espaço urbano, então, como ferramenta continuamente criada, negociada e performada, produz novos quadros culturais que desafiam “o que” e “como” algo pode ser lembrado (ROSENBERG, 2012). Ele promove, a partir de sua constância e manutenção: a) um caminho de volta à cultura de origem desses indivíduos que se materializam em formas mais ou menos estáveis (NORA, 1991 apud WAGONER, 2015); b) padrões pessoais e valores coletivos canônicos (MILLER *et al*, 2014); e c) transforma objetos em instrumentos para rememoração a partir de eventuais adaptações e apropriações por outros homens no curso da história (SMOUKA, 2000).

No entanto, é nesses espaços urbanos em que a memória é personificada metaforicamente, que se encontram debates ideológicos, nos quais diferentes – e, muitas vezes, opostas – interpretações do passado coletivo refletem-se na própria construção e interpretação desses espaços (BACHERLARD, 1994 apud MILLER, 2014; KRZYŻANOWSKA, 2016). Ou seja, nessa tentativa de (re)construir novos significados de

um determinado passado coletivo e a resistência de que eles se modifiquem promovem oposição e contestação. Essa dinâmica que emerge da relação do indivíduo <> “espaço urbano” <> sociedade se desenvolve através de períodos mais curtos ou mais longos de estabilidade intercalados, eventualmente, por processos de mudança, transformando aquilo que coletivamente estava cristalizado (GLAVEANU, 2017).

2.2 RELAÇÃO SER HUMANO <> AMBIENTE: AS CIDADES

Inicialmente, preso ao que o ambiente ofertava, o homem primitivo fez uso de cavernas ou de alternativas inspiradas na natureza ao seu redor, fazendo-o instrumento de referência para existência e, talvez, plano de fundo para futuras operações hierarquicamente mais complexas. Dessa forma, desde os primórdios pré-históricos, quando a ciência ainda fala da existência, na época, de uma protolinguagem, o ser humano já demarcava suas vivências nos espaços que vivia, trazendo elementos da sua existência. As construções e decorações do ambiente, desde essa época, parecem ter uma função psicológica importante para nossa espécie à medida que se avançava em sua evolução tecnológica, sendo impreciso pensar seu funcionamento alheio aos elementos produzidos nesse processo (VALSINER, 2018).

Registros do mundo pré-histórico estão presentes em adornos, pinturas corporais e rupestres, como evidenciam artes rupestres produzidas pelos povos Neandertais, antes mesmo da chegada do homem moderno à Europa (RICON, 2018). Posteriormente, com os avanços em suas capacidades de operar signos, o ser humano passou a modificar e construir seu ambiente. Ao tornar-se agente modificador da sua realidade, o pré-histórico pintou de significados os espaços que circulava (como nas cavernas e grutas) ou, posteriormente, atribuiu significados a espaços construídos por ele próprio, tais quais as primeiras edificações de espaços voltadas para cultos religiosos, atos fúnebres ou, por fim, circunscrição e instituição de comunidades sedentárias.

Foram, assim, instituídas essas primeiras comunidades, agora num senso de unidade coletiva. Elas demarcam um espaço próprio (fechado e seguro) em oposição ao que é alheio (aberto e perigoso), atribuindo, à arquitetura, o gesto criador da produção de sentido, em que nela é possível estabelecer fronteiras entre a cultura, tocado pela unidade interna do sentido, da natureza, que acolhe os fenômenos em sua mecânica (MACHADO, 2013). Essas comunidades, por si, tornaram-se base de tudo:

[...] (esses espaços instituídos) são resultados da união de pessoas para transformar um conjunto de crenças em um espaço materializado como a união primordial para o desenvolvimento de uma civilização, uma forma de vencer o entorno agressivo e transmitir isso para as gerações seguintes. E mesmo que o significado primordial exato tenha se perdido, o germe foi passado adiante e a sociedade destas pessoas venceu e deixou algo (HAAG, 2011, n.p.).

A instituição das cidades, ou espaço urbano, num senso de unidade coletiva, demarca campo próprio (fechado e seguro) em oposição ao que é alheio (aberto e perigoso), atribuindo, à arquitetura da cidade, o gesto criador da produção de sentido. E, como ser que vive em sociedade e produz significados sobre si e o que o cerca, a relação do sujeito<>grupo faz emergir um sistema de comunicação não verbal em que através de diferentes signos a pessoa comunicava-se com a comunidade, como um todo público (PIGNATARI, 2004).

Houve, portanto, uma construção ativa de significados a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos nesse ambiente construído concreta e simbolicamente (SHWEDER; SULLIVAN, 1990). Esta construção se estendeu desde uma ligação com a própria história do indivíduo até a comunidade em que ele fazia parte. O “nosso lar”, por exemplo, ilustra a ideia, ao não ser apenas um espaço que temos posse, mas um lugar ao qual pertencemos, é uma construção psicológica (VALSINER, 2014). Assim, Lewica (2008) destaca que o ambiente modificado pela ação humana torna-se alvo de percepções, emoções e julgamentos enquanto ferramentas culturais que promove a construção de sentidos em tempo que pode promover mudanças sobre suas funções, sendo modificado por esses mesmo significados.

O ambiente encarnado de significados individuais que são negociados através de uma coletividade não é mais uma categoria estável ou imutável, por si só, uma identidade única ou independente de qualquer grupo de sujeitos, não é mais fonte de significado estável, tão pouco objeto de uma narrativa específica a ser escavada (LEWICA, 2008). Os signos construídos e atribuídos ao meio/espaço tomam sentido próprio em um processo contínuo de reprodução e reconstrução por diferentes atores sociais, através da construção de significado individual e interpessoal sobre o passado coletivo que se baseia em símbolos mais ou menos estáveis (AWAD, 2017; GLAVEANU, 2017). Esse processo ocorre de maneira que, muitas vezes, os espaços são perturbados e alterados enquanto tenta-se um esforço para alcançar sua própria versão estável do passado e persuadir outros de sua verdade.

Dessa forma, a pessoa e o ambiente arquitetônico em que vivemos integra o processo cultural coletivo e pessoal promovendo tanto a transformação (flexibilidade) quanto a manutenção (estabilidade) de normas e valores, funcionando como guias e reguladores semióticos das nossas experiências de vida (VALERIO; LYRA, 2014; VALSINER, 2015).

O espaço físico, nesse ponto, é compreendido como produto e promotor de signos e símbolos que se relacionam com a própria história do sujeito e da coletividade, circunscrevendo o “meu/nosso espaço” do que é o “outro/alheio”. Ou seja, o espaço é assumido como extensão do próprio homem, duplicando ou representando a si próprio como algo “organizado”, em contraste com o que é estranho, que é de outrem (LÓTMAN, 1996).

A relação arquitetônica<>sujeito (RASMUSSEN, 1998) se dá de maneira análoga à relação do sujeito<>palavras, de forma que essa relação cria uma borda entre o corpo e o ambiente (CASEY, 1993 apud ROSENBERG, 2012) na qual o sujeito se desenvolve. O ambiente deixa de ser apenas uma unidade estática e assume vias de um enquadre cultural estabelecido a partir de uma experiência corporal vívida, tornando-se meio do sujeito se distinguir dos outros e se preservar, incorporando as tradições do grupo, a partir dos vínculos emocionais construídos (TWIGGER-ROSS; UZZELL, 1996 apud LEWICA, 2008). De outra forma, o ambiente percebido não pode ser entendido, portanto, como mera coisa representada na mente, mas uma extensão do corpo, moldadas conjuntamente no plano relacional estabelecido entre agente e ambiente.

Nessa organização, o sujeito cria uma interface semiótica entre o organismo e seu entorno (FARINA, 2010). Logo, a depender de como o sujeito vivencie e atue no mundo, o ambiente é ampliado e (re) dimensionado, gerando um macroespaço de percepção que contém marcas de natureza física e social desvelando os significados afetivo-culturais resultantes da percepção e do modo de pensar e agir das pessoas (FERRARA, 2007). Dessa maneira, o ambiente/espço se torna subjetivamente significativo, produzindo uma composição de significados que compõe nosso “*Umwelt*”– significados que potencialmente tem um efeito, explícito (sensorialmente) ou implícito (simbolicamente), sobre aqueles que vivem e interagem no local (KRUSE, 2005). Este processo é processo coevolutivo, ou seja, não estando dissociado, mas se constituindo reciprocamente, produzindo novas formas de subjetividade (MARRONE, 2015; GIBSON, 1986).

A construção deste *Umwelt* se dá por sistema de signos composto de fatores genéticos, relativos a capacidade de identificar e construir alguns signos precocemente, e de diversas experiências, incluindo expectativas futuras (JOHASEN; LARSEN, 2002). Esse “*Umwelt*” apoia o desenvolvimento de nossas texturas internas da psique como um campo holístico, de forma que ele é centrado em nós, mas estendido ao ambiente, de forma que à medida que a pessoa se movimenta no ambiente, todo seu campo de significado se altera (VALSINER, 2018).

É, portanto, por intermédio dessas construções semióticas que o espaço e suas edificações ganham existência, fazendo-se presente porque é significado. Do contrário, seria apenas um corpo contínuo e abstrato. E é dessa relação que o ser humano se interroga sobre si, sobre seu entorno. Ao fazê-lo, articula relações interativas capazes de enunciar respostas a partir das quais constrói seus conhecimentos e sua afetividade (MACHADO, 2013), De forma que o ambiente só pode ser compreendido através da ação de um sujeito ou uma comunidade,

que viveu ou vive nesse espaço, contribuindo para sua construção, distinção, modificação e continuidade ao longo do tempo.

2.2.1 A cidade enquanto espaço semiótico

A cidade, nessa perspectiva supracitada, é compreendida como parte da existência da cultura humana e dos seus habitantes pensantes, pois é pelas representações do espaço que a cultura (enquanto sistema organizado) delimita a sua não-cultura (informação não-processada). A cidade, nesse sentido, torna-se indispensável para ao devir e ao movimento de qualquer sistema sígnico (LOTMAN, 1996). Nesse sentido, a Psicologia Cultural Semiótica (PCS) também abarca a tentativa de compreender o espaço – e as construções arquitetônicas – enquanto parte do processo cultural.

O espaço urbano é um lugar em que indivíduos se relacionam com o ambiente e com outras pessoas, produzindo e sendo afetados por signos constituídos, os quais assumem significados diversos, sendo ela própria, a cidade, um signo que existe em um ambiente espacial e psíquico (KHARLAMOV, 2012; FERRARA, 1988). Esses signos-símbolos emergem de um processo semiótico de negociações em nível individual, intergrupal e social. Sendo assim, o espaço urbano está imerso em uma composição de signos e símbolos publicamente disponíveis, mantidos pela sociedade, que existem e dão forma a comunidades ou sociedades inteiras (GLAVEANU, 2017).

Para pensar como esse *continuum* sujeito<>cidade é significado através dos signos, símbolos e afetos investidos, faz-se necessário compreender como suas características externas tornam-se um meio de comunicar sentimentos e estados de espíritos de uma pessoa para outra (RASMUSSEN, 1998) e promover discursos, práticas e artefatos (DE SAINT-LAURENT, 2017b). A cidade, em sua constante edificação se constitui em um processo sistêmico que nunca se encontra plenamente concluído.

As múltiplas interpretações dessa cultura coletiva inerente às cidades promovem uma presença massiva de signos e símbolos que refletem as tensões de uma rede maior de relacionamentos e estruturas institucionais, orquestradas pelas classes dominantes que tentam normatizar aquilo que deve ser rememorado do passado coletivo ou prospectado (MICHELL, 2013; ROSENBERG, 2012). De alguma forma, entende-se nesse trabalho que elas ofertam ASDs que oferecem possibilidades de significados para que os habitantes das cidades se localizem na sua própria história, bem como no ambiente em que vivem (WAGONER, 2011). Em outras palavras, as cidades despontam como ferramentas que refletem, reforçam,

destroem ou reconstroem um passado e futuro partilhado culturalmente, promovendo e sendo investidos de significados negociados entre a população que habita em torno dele.

Por sua vez, os signos que compõe a cidade promovem e atravessam o senso de identidade do sujeito e da comunidade que circunscreve, seja na diferenciação eu<>outro, seja na referência de um contínuo passado<>futuro. Em termos exemplificativos, a diferenciação eu<>outro se dá através de processos em que os sujeitos de uma comunidade criam “lugares” a fim adaptarem-se a um contínuo privado-público, tal qual lar<>lar-fora-do-lar<>não-é-meu-lar, em que “nosso lar” é um lugar ao qual fazemos parte, uma construção psicológica (VALSINER, 2014).

Na relação temporal, os signos também produzem espaços simbólicos que contam uma história sobre o passado e possíveis futuros de uma comunidade e que são expressos nos edifícios, nomes de ruas, monumentos e arte de rua (CONNERTON, 2009 apud AWAD, 2017). Todavia, aquilo que é construído historicamente, em sua concepção pretendida ou imaginada, também promove tensões que podem tornar um espaço, a priori, quase que simbolicamente cristalizado, novamente em uma arena de disputas devido a novos acontecimentos da sociedade ou novos eventos instituídos culturalmente (MICHELL, 2013).

Pode-se dizer que a forma como a história é contada – quais elementos são importantes de serem transmitidos e rerepresentados – reflete-se na construção (objetiva e subjetiva) do espaço urbano e que é negociada entre os membros que fazem parte dele. É importante, para tal, considerar a influência das possibilidades e restrições do meio ambiente que nos rodeia, dado sua qualidade de estar aberta à reinterpretação e adaptação às nossas preocupações, circunstâncias atuais e prospecções (WAGONER, 2017 apud AWAD, 2017).

É, justamente, nesse contexto conflitivo que procuraremos destacar como história de um dado espaço da cidade do Recife (região do Cais José Estelita) pode desvelar a emergência de “possibilidades de significados” oferecidos àqueles que nele habitam ou circulam construindo Avenidas de Significados Dirigidos (LYRA; VALÉRIO; WAGONER, 2018).

3 MÉTODO

Esse estudo será realizado à luz da PCS, perspectiva em que a primazia qualitativa dos fenômenos figura como estratégia para entender a generalidade dentro de contextos únicos através de uma abordagem “sistêmica, idiográfica e qualitativa” (VALSINER, 2007). Nela o sujeito é tido como único e situado em seu contexto sócio histórico, numa separação inclusiva, dentro de um tempo irreversível.

A abordagem qualitativa surge como melhor opção nesses estudos, dada a necessidade de entender a gênese dos processos em que nos propomos a estudar (rememorativos e imaginativos) relacionados ao espaço do Cais José Estelita (CJE). Ainda, para analisar a dinâmica desses processos, lançou-se mão de um olhar clínico que permitiu compreender os processos de significação do sujeito em um dado momento histórico, em uma dada cultura (CHIZZOTTI, 1998). Assim, buscou-se, através do estudo dos processos de significação – e ao entender a cultura como um sistema de natureza gestual, visual, sonora, arquitetônica etc. (COMPAGNO, 2018; MACHADO, 2013) –, revelar a potência comunicativa dos signos para além das representações da codificação gráfico-visual.

Adotou-se, ademais, o caminho do método de estudo de casos, que se filia à perspectiva ideográfica em ciência psicológica (SALVATORE; VALSINER, 2010). Nele, o vínculo entre signo e significado, conhecimento e fenômeno, sempre dependerá do arcabouço de interpretação empregado pelo pesquisador – quem irá construir seus conhecimentos científicos junto ao participante, visando desenvolver generalizações analíticas acerca de um fenômeno (NEVES, 1996).

Buscou-se como **objetivo geral**, compreender, através dos processos rememorativos e imaginativos, os significados construídos que orientam a relação do pesquisador e de habitantes dos entornos do Cais José Estelita (CJE) com a região.

Para isso, elencaram-se como **objetivos específicos**, os seguintes aspectos: a) traçar a trajetória histórica da região a partir de relatos livres e ferramentas culturais que retratam essa história; b) circunscrever e analisar os direcionamentos sociais sobre a região a partir da sua história e intervenções de representantes/instituições que apontam para cultura coletiva a nível meso/macrossocial; c) analisar os produtos decorrentes dos direcionamentos sociais (ASDs) sobre o que supostamente deve ser rememorado ou imaginado (políticas de imaginação e rememoração) a respeito da região; d) fazer uso da autoetnografia e etnografia de rua para compreender a dinâmica urbana na região e possíveis reflexos dos direcionamentos sociais sobre a região; e) compreender os significados construídos sobre a região estudada (CJE) através de entrevistas semiestruturadas com ao menos um habitante da região; g) caracterizar

os espaços de ação e esferas de experiências criadas pelos habitantes e suas fronteiras semiótica; e h) Desvendar a influência da construção de significados do próprio pesquisador sobre os processos rememorativos e imaginativos dos participantes.

3.1 DA EQUIFINALIDADE DE TRAJETÓRIAS E AS AVENIDAS DE SIGNIFICADOS DIRIGIDOS

Para melhor elucidar os processos cognitivos referenciados, faz-se uso da metodologia proposta por Sato e colaboradores (2014): a abordagem de equifinalidade de trajetórias (Trajectory Equifinality Approach – TEA). Para essa pesquisa em particular, faremos uso, em grande maioria, dos conceitos de um dos subtópico que o TEA elenca: o TEM, Modelo de Equifinalidade de Trajetória (VALSINER; SATO, 2006; SATO *et al*, 2007a).

Esse instrumento foi escolhido por fazer uso dos processos rememorativos e imaginativos como elemento central no processo de (re)construir uma trajetória. Ademais, como bem frisa Valsiner (2018), esse modelo considera o que poderia emergir em contraste ao que já surgiu para destacar pontos de bifurcação em uma trajetória de vida e compreender as possibilidades imaginadas, mas não realizadas e as decorrentes influências nessa trajetória.

Para aproximar-se do TEA, que conjectura uma metodologia para descrever trajetórias por meio de diferentes tipos de pontos no tempo irreversível, se precisa levar em conta outros dois aspectos (para além do TEM): a) o uso do Convite Historicamente Estruturado como método de amostragem de casos individuais que tem como pressuposto selecionar os participantes com base em suas histórias de curso anteriores conhecidas (SATO *et al.*, 2007b); e b) o Modelo da Gênese de Três Camadas que busca entender como os signos emergem num tempo e espaço particular da trajetória (SATO, 2016). Dessa forma, é o pesquisador que decide qual aspecto de um sistema historicamente organizado será o objetivo de sua investigação (e constituirá seu ponto de equifinalidade) (SATO *et al*, 2007a) aqui definido como um “lugar de pertencimento” ou “lugar para pertencer”.

Essa metodologia possibilitou avanços como: a) unir o psicologicamente real e o imaginário através da construção de um modelo de trajetórias de vida dentro do tempo irreversível; b) a criação de unidades de análise molares ao invés de utilizar análises em elementos reducionistas; e c) criar a arena para desenvolver formas de analisar oposições (tensões) que cruzam a linha do passado e do futuro.

Através desse artifício teórico se busca participantes que através de diferentes trajetórias de curso de vida chegaram a um estado psicológico e/ou passaram por alguma experiência para alcançar o que aqui será chamado de equifinalidade. Este método focaliza pontos de equifinalidade e pontos de bifurcação como âncoras conceituais. Baseando-se na

noção de irreversibilidade do tempo, ilumina a diversidade de possíveis trajetórias para alcançar o ponto de equifinalidade – isto é, as maneiras pelas quais o mesmo estado final é alcançado usando diversas alternativas de caminho. (LYRA, VALERIO, WAGONER, 2018).

No que tange a diversidade de trajetórias, faremos uso de alguns dos conceitos desenvolvidos para o TEM que conduzem o sujeito para o ponto de Equifinalidade (VALSINER; SATO, 2006). Desses, serão utilizados: a) Ponto de Bifurcação (*Bifurcation Point* – BFP): Refere-se quando há diferentes alternativas de trajetória para o sujeito escolher (ex: afastar-se da região <> não-afastar-se da região); b) Ponto de multifinalidade (MP) ou Zona de equifinalidade: que refere-se à multiplicidade de finalidades que podem haver após o ponto de equifinalidade a ser atingido: “um lugar (CJE) para pertencer (ou não)”; c) Direção Social (Social Direction – DS): A DS alude a cultura – pelas tradições, normas sociais e pressão social – pode dirigir a algumas trajetórias em detrimento de outras; d) Orientação Social (Social Guidance - OS): alude ao poder pessoal frente a DS.

Na corrente pesquisa, no entanto, as concepções de SPO e DS são adaptadas em favor da inclusão de um rearranjo teórico. Por um lado, a SPO refere-se aos significados construídos pelos indivíduos ao longo da sua vida que orientam a forma que o espaço é significado para si, que, por sua vez, também orientam sua relação com ele. Assim, a função orientadora do significado prepara a pessoa para se desenvolver em direção ao objetivo a ser alcançado - ou desviar-se dele encontrando um significado diferente (LYRA, VALÉRIO E WAGONER, 2018). O SPO é aquilo que uma pessoa persegue e luta contra as influências sociais que também promovem significados sob a região e os indivíduos que nela habitam.

Essas influências sociais, aqui definidas como DS, são exploradas a luz das concepções teóricas desenvolvidas por Lyra, Valério e Wagoner (2018). Esses autores propõem que toda construção de significados se dá em diálogo com as avenidas de significados dirigidos (ASDs) construídas, partilhadas e ofertadas coletivamente. A partir da interconexão da teoria da ASDs e da teoria do TEM, é possível exhibir as dimensões analógicas especiais e temporais em diálogo com as trajetórias dos sujeitos em seus cursos de vida. Assim, o uso desse conceito destaca como os significados disponíveis no ambiente sociocultural guiam e modulam – pelas ASDs – a construção de significados dos indivíduos ao se moverem em sua trajetória.

Essa consideração vai ao encontro do que os próprios autores que elaboraram a teoria de Avenidas de Significados Dirigidos pensam, de forma que ela pode ser complementar a Abordagem de Equifinalidade de Trajetórias (TEA) (SATO *ET AL.*, 2014) – mais especificamente ao TEM – posto que possibilitam um exame mais detalhado dos significados

coletivos disponíveis em contextos e momentos específicos, bem como as várias restrições sociais encontradas. No entanto, o TEM por si só não inclui a semiose, porém possibilita mapear o pano de fundo para que possamos localizar onde os atos de construção de significado estão ocorrendo e suas funções na organização do fluxo psicológico. Por isso completaremos esse aspecto a partir das teorias escolhidas e expressas nos tópicos anteriores que se referem aos processos imaginativos e rememorativos, evidenciando que para compreensão das ASDs requer-se um período de acompanhamento para explorar como os significados construídos numa entrevista muda conforme sua vida muda.

3.2 PARTICIPANTES

A seleção dos participantes decorreu da seguinte maneira: o pesquisador foi considerado como um dos participantes, a fim de explorar o desenvolvimento dos significados do encontro do pesquisador com a região. Os demais participantes foram selecionados a partir da experiência de observação participante no campo da pesquisa. Através de conversas informais individuais e em grupo com pessoas que circulam e habitam a região, foram selecionados, por indicação dos próprios habitantes, participantes para uma entrevista. Foram critérios de inclusão: participantes que morassem, trabalhassem ou habitassem (no caso dos moradores de rua) as redondezas do CJE e que tenham alguma relação estabelecida com a região por um período de tempo superior a 4 anos e estando diretamente ligado a ela durante a entrevista. Sobre os critérios de exclusão, elencou-se apenas um: pessoas que possuíssem qualquer tipo de comprometimento que impossibilitasse a capacidade de compreensão, expressão ou locomoção.

Em outras palavras, a partir da disponibilidade e interesse dos participantes, formaram-se três tipos de participantes: o pesquisador, enquanto sujeito ativo e implicado nas relações estabelecidas com todos os demais; os participantes da observação etnográfica, que contribuíram com relatos informais sobre a história da região; e aqueles selecionados para entrevista semiestruturada.

Os participantes da entrevista semiestruturada, eram pertencentes a três subgrupos da região: um morador de residência fixa, um comerciante e um morador de rua. O morador de rua (de nome fictício Douglas) fez parte do estudo de caso desse trabalho. A entrevista semiestruturada com uma moradora de residência fixa (nome fictício de Elizabeth), e um comerciante (nome fictício de Moisés), bem como o relato livre de outros habitantes compuseram dados para compreensão da dinâmica e tensões históricas que foram instituídas na região para compreensão das possíveis ASDs existentes.

A escolha pelo morador de rua como participante para o estudo de caso e construções de suas trajetórias de vida passaram diversos fatores: a) foi ele que se mostrou mais disponível e com quem tivemos maior número de encontros e diálogos; b) ao longo das entrevistas esse participante trouxe diversas tensões e distintas relações com a região do Cais José Estelita e seus entornos; c) foi aquele que pudemos ter melhor acesso no segundo “tempo” do Cais José Estelita (que ocorreu 04 meses após o primeiro grupo de encontros e entrevistas) e que trouxe outra visão sobre os impactos dos processos aqui estudados.

3.2.1 Dos participantes da entrevista semiestruturada

Vale ainda destacar, brevemente cada um desses participantes escolhidos para as entrevistas semiestruturadas:

a) Douglas (50 anos), participante escolhido para o estudo de caso, é morador de rua da região do Cais José Estelita e que possui estreitos laços com a região desde sua infância e adolescência, tendo se afastado da região por volta de seus 35 anos e retornando a região após seus 48 anos, aproximadamente, quando saiu da casa de sua família, não considerada, por Douglas, como um espaço que a ele pertencesse. Momento em que grandes repercussões relacionadas ao período mais intenso de debates sobre como a região do CJE seria novamente incluída à dinâmica urbana do Recife. Vivendo como morador de rua há pelo menos 05 (cinco) anos, habita junto a uma comunidade de moradores de rua da região, faz trabalhos informais para sustentar-se e tentar construir um lugar para si na região de ocupação estabelecida no terreno ferroviário federal na região.

b) Moisés (69 anos), participante que contribuiu para compreensão da dinâmica social da região ao longo de sua história de vida, é comerciante da região e possuía um pequeno comércio informal de manutenção de eletrodomésticos. Sua relação com o CJE também remonta a momentos desde sua adolescência, em busca de empregos. Tendo se estabelecido em diversas regiões em seu entorno, retratando uma história de constantes mudanças onde exercia suas atividades laborais, sempre decorrentes das repercussões de decisões políticas que modificaram a arquitetura, urbanismo e dinâmica da região, fazendo-o transitar entre esses espaços, mas sem grandes repercussões afetivas para si, de forma que referiu nunca ter se afastado objetivamente dela, estando sempre trabalhando nos arredores da região do CJE.

c) Elizabeth (62 anos), participante que contribuiu para compreensão da dinâmica social da região ao longo de sua história de vida, é moradora da região residencial da região, estabelecida ainda quando o Cais José Estelita funcionava como centro de escoamento de todos materiais primários produzidos no interior do estado. Chegada à região vinda do interior de Pernambuco ainda jovem (por volta dos seus 20 anos) quando se casou. A participante

demonstrou grande afeição e senso de pertencimento a sua residência, possuindo um forte valor simbólico que a circunscrevia como algo distante e separada da região entorno em que se localiza sua residência. Sua história retratava um olhar distanciado do que acontecia na região ao longo do tempo, quase sempre se referindo em tons negativos aos acontecimentos existentes na região, quase sempre encarados como estranhos para si e sua realidade.

3.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Foram utilizados: a) áudio gravador, dependendo da aceitação da pessoa investigada, a fim de registrar as entrevistas; b) diário de campo para anotações do pesquisador; c) câmera fotográfica para captura de elementos existentes no CJE; e d) notebook para coleta de conteúdos de mídias sociais e jornalísticas a respeito CJE, seu espaço e suas possibilidades.

3.4 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS

O estudo foi organizado em dois momentos distintos: a) observação etnográfica e b) entrevistas semiestruturadas dentro do perfil de interesse dessa pesquisa. Ambos são propostos visando à construção de dados que permitiram entrelaçar aspectos da história e arquitetônica da região às dinâmicas sociais existentes sobre CJE e seus arredores, bem como para escolha dos participantes e construção das impressões construídas pelo pesquisador em suas inserções na região.

A observação etnográfica foi realizada a partir de três focos que compuseram o escopo de compreensão do pesquisador a respeito da região: 1) contato do pesquisador com a região, em que, com posse de um diário de campo e câmera digital registrou aspectos que considerou relevante e tomou notas sobre suas experiências, desconfortos e dúvidas relacionadas; 2) pesquisa bibliográfica que remonte a dinâmica social passada, e ao longo da pesquisa, do Cais José Estelita nos canais de comunicação formais e informais disponíveis na internet; e 3) procura e escolha de onde serão escolhidos os participantes da pesquisa.

Já a sequência de entrevistas semiestruturadas foi composta pela seguinte ordem: 1) contato inicial, entrevista aberta, em que se visou construir vínculo com habitantes e posteriores participantes; 2) entrevistas semiestruturadas no período em que o CJE encontrava-se em um momento de latência, posterior ao grande investimento social sobre o futuro imaginado para região – chamada de primeiro tempo; 3) entrevistas semiestruturadas quando o CJE passa a ter novamente um investimento social – chamada de segundo tempo.

3.4.1 Da observação etnográfica

Propôs-se, nessa pesquisa, uma abordagem etnográfica para compreensão da dinâmica social nos entornos do CJE. Para tal, em um primeiro momento, o pesquisador realizou visitas à região por um período de dois meses (num total de 20 encontros) em que registrou, através

de anotações e fotografias, pontos que mais chamam sua atenção, tomando nota dessa relação pesquisador<>espaço<>pessoas.

Para tal, fez-se uso das técnicas de autoetnografia (SANTOS, 2017) etnografia de rua (ROCHA; ECKERT, 2003) e etnografia urbana (MAGNANI, 2002) que consiste na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas – sem destino fixo – nas regiões pesquisadas, de forma que seja possível descrever as práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observação, conversações e posteriores registros no diário de campo. Dessa forma, ao caminhar pela região, o pesquisador seguiu os itinerários dos habitantes, reconheceu os trajetos e interrogou-se sobre os espaços evitados.

Dessa maneira, as anotações foram construídas de forma que o pesquisador esteve atento a: a) os aspectos arquitetônicos, tais como edifícios, ruas, calçadas, passagens, muros e suas expressões artísticas (devidamente registradas em máquina fotográfica do próprio autor); b) os valores que os habitantes atribuem a esse espaço; c) o conhecimento falado sobre a fundação desse lugar e dos manifestos sociais ocorridos nele; d) o comportamento manifesto das pessoas em sua rotina diária ou em contextos interativos (entre as pessoas ou grupos) nesse lugar; e) como as pessoas se relacionam com o CJE; e f) a interpretação e os argumentos únicos que cada um constrói (SOJA, 1996; CALLAI, 1998).

É nesse momento em que o pesquisador entrou em contato com o público de interesse nessa pesquisa. Após um primeiro momento observacional, o pesquisador passou a interagir com os habitantes e transeuntes na região a fim de buscar possíveis participantes para as etapas seguintes da pesquisa. Essa escolha de moradores da região (de residência fixa e de rua) e comerciante se deu através de contato direto com a população que, após explicação dos objetivos da presença do pesquisador, indicaram potenciais participantes para a etapa de entrevista semiestruturada da pesquisa, todos com alguma relação com a região há pelo menos 30 anos.

Com a identificação dos potenciais participantes da pesquisa, eles foram informados da proposta da pesquisa, solicitando-se seu consentimento-anuência para participação de um conjunto de entrevistas. Havendo interesse, foram acordados horários e locais onde as etapas da pesquisa ocorreram, tomando como critério o que melhor atendesse a conveniência de ambas as partes – participante e pesquisador.

3.4.2 Das observações em mídias digitais

Em um momento posterior, foram realizadas pesquisas, através da internet, a partir do site de busca Google, na procura de mídias digitais classificadas como: a) mídias autônomas declaradamente favoráveis ao projeto; b) mídias autônomas declaradamente contrárias ao

projeto; c) mídias oficiais de maior veiculação (Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Prefeitura do Recife); d) materiais científicos.

Essa busca foi realizada a partir da plataforma de busca Google, primeiramente, com os marcadores utilizados isoladamente: “Cais José Estelita”, “Projeto Novo Recife”, “ocupe Estelita” e “Recife”. Posteriormente, esses marcadores foram combinados, entre eles, e com outros complementares: “História”, “Projeto”, “fundação” e “análise”. No entanto, como o recurso de Busca da Google é muito amplo, os referidos marcadores foram utilizados em buscas sucessivas através dos canais *Google Busca* (2018), *Google notícias* (2018) e *Google imagens* (2018). Foi utilizado também o recurso de “filtro de pesquisa” referente à data de publicação. Dessa forma, as matérias, postagens ou publicações foram organizadas ano a ano, partindo de 1998, ano da fundação da empresa até os dias atuais.

Quanto ao conteúdo do material encontrado, estes passaram por uma primeira leitura na qual foram selecionados aqueles que retratassem aspectos que se relacionassem com dinâmica social envolvendo a região do Cais José Estelita, desde momentos anteriores à própria fundação até meados de 2018. Em outras palavras, foram explorados os conteúdos que retrataram a dinâmica social nas esferas institucionais (políticas, econômicas, jurídicas e governamentais) e sociais (públicos relacionados à região) e como essa interação se deu ao longo do tempo.

Também foi realizada uma consulta ao *Google Trends* (2018), recurso da Empresa Google que disponibiliza a incidência de pesquisa de determinadas palavras ao longo dos anos, sendo possível observar, dessa forma, a frequência que a população do estado de Pernambuco pesquisou as palavras também utilizadas como marcadores nessa pesquisa: “Cais José Estelita”, “Projeto Novo Recife” e “Ocupe Estelita”. Esses três marcadores foram entendidos pelo pesquisador como informando anos de referência de uma possível maior mobilização social em busca de informações sobre a região. Também foi feito o uso da ferramenta *Google Street View* (2018), ferramenta do *Google Maps*, para fazer um mapeamento das possíveis regiões que podiam ser acessíveis e interessantes para o pesquisador.

3.4.3 Contatos iniciais com os participantes da entrevista semiestruturada

Como já mencionado, os primeiros contatos com os participantes da pesquisa se deram através das indicações com transeuntes do cenário em que o pesquisador, em observação etnográfica, fez contato com pessoas que fazem uso da região, que por sua vez indicaram pessoas que imaginaram ser interessantes para a pesquisa pretendida.

Inicialmente, pretenderam-se realizar um encontro com os três participantes, individualmente, em algum espaço da cidade que permitisse sua execução, havendo preferência pelas proximidades do Cais José Estelita, em um lugar de pouco movimento ou fechado a fim de melhor registro. Dessa forma, após apresentar os objetivos da pesquisa e método, e com a correspondente concordância em realização da pesquisa, foram realizados entre três e cinco encontros formais e informais, cujo objetivo seria o fortalecimento de vínculo participante<>pesquisador.

Para esse momento as conversas aconteceram de maneira livre viabilizando a troca de experiências entre pesquisador<>participante para tratar de aspectos da dinâmica e rotina dos participantes. Essas experiências foram anotadas no diário de campo do pesquisador para posterior análise e compuseram referências sobre como foi estabelecida essa relação.

3.4.4 Primeiro momento de entrevistas

Essa etapa da entrevista foi realizada em local acordado entre participante e pesquisador nos arredores do Cais José Estelita. Nela foi estimulado que o participante falasse da sua experiência de circular pela região do CJE, bem como explicasse os motivos que o levaram a escolher aquela região para viver. Tendo sido também, aspecto de interesse do pesquisador a própria escolha do lugar em que a entrevista aconteceu.

Assim, após os contatos iniciais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em que os participantes foram estimulados a falar sobre o CJE a partir de algumas assertivas disparadoras como: *“Fale-me há quanto tempo você conhece essa região”*; *“Fale-me como foi que você o conheceu”*; *“Fale-me sobre o que você sabe sobre ele”*; *“Fale-me sobre o que você já ouviu falar desse lugar”*; *“Você já soube de algo que ocorreu nesse lugar? Que tipo de coisa?”*; *“Fale-me de onde você teve informações da história desse lugar”*; *“Você tem alguma história particular relacionada a esse espaço?”*; *“Ele tem significado para você? Qual? Fale-me sobre isto”*; *“O que você acha que irá acontecer com esse espaço? Por quê?”*; *“O que você acha que não acontecerá?”*; *“O que você gostaria que acontecesse?”*.

A quantidade de encontros, nesse momento, dependeu do tempo necessário para que essas perguntas e as decorrentes dúvidas ao longo desses encontros pudessem ser minimamente exploradas, havendo como guia, aproximadamente, três meses de contato com todos eles, totalizando-se cerca de: 12 encontros com Douglas, morador de rua; 06 encontros com Elizabeth, moradora de residência fixa; e 05 encontros com Moisés, comerciante da região. Esses dados foram transcritos e analisados antes da entrevista seguinte. Dessa forma, em cada novo encontro para entrevistas, novas perguntas surgiram devido às análises preliminares do encontro anterior.

3.4.5 Segundo momento de entrevistas

Esse momento não foi inicialmente concebido para pesquisa, sendo elaborado durante sua realização, mais especificamente após o surgimento de mudanças no contexto pernambucano relacionados à região do Cais José Estelita. Ocorrido, aproximadamente quatro meses após a última entrevista da etapa anterior, ela foi realizada através de um retorno do pesquisador à região para uma nova entrevista, semiestruturada baseada nas entrevistas realizadas anteriormente. Essa entrevista também foi audiogravada, tendo sido explorado as repercussões da decisão judicial que autorizou o início das obras, e consequente demolição futura do CJE. Essa etapa ocorreu apenas com o participante Douglas, morador de rua, dado o estreito prazo entre as possíveis entrevistas e indisponibilidade de Moises e Elizabeth para novos encontros nesse prazo.

Dessa forma, dado a proximidade para finalização da dissertação, essa entrevista aconteceu em dois momentos, no mês de novembro/2018, utilizando-se como gatilho as informações correntes sobre o início das obras, para que o participante pudesse trazer aspectos rememorativos e prospectivos de sua história de vida e da região. Também foi utilizado esse momento para dirimir alguma dúvida complementar das entrevistas anteriores.

3.5 ANÁLISE

O material foi analisado à luz da Psicologia Cultural Semiótica, relacionando e explorando as tensões referentes aos significados partilhados sobre o passado e futuro do CJE, através das narrativas expressas das mídias digitais e o que foi dito pelos próprios indivíduos. Essa construção se baseou nas tensões existentes entre os níveis de generalidade que atravessam essa dinâmica em que se torna importante tanto as verbalizações expressas como aspectos emotivos.

Essa análise contou com três níveis: a) nível social, em que ideologias regulam nossa relação com passado coletivo e futuro prospectado; b) nível intergrupais, em que representações sociais e narrativas sobre o passado coletivo e futuro coletivo se desenvolvem; e c) o individual e interpessoal, em que o passado e futuro compartilhado com o outro se constrói através de processos de rememoração/imaginação e construção de sentidos (GLAVEANU, 2017).

3.5.1 Das observações etnográficas

A utilização da observação etnográfica se fez a partir de um misto das técnicas utilizadas pela Antropologia e daquelas correntes da Psicologia Cultural Semiótica. Dessa maneira, o pesquisador construiu o seu conhecimento da vida urbana “na e pela imagem que ele compartilhou, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados”.

(ROCHA; ECKERT, 2003, p. 02). Assim, buscou-se, num primeiro momento, construir significados sobre o lugar nessa relação pesquisador<>espaço, por si.

O pesquisador assumiu lugar de quarto participante da pesquisa, sendo essa relação objeto de análise dessa pesquisa, fazendo-se luz a metodologias decorrentes da autoetnografia (SANTOS, 2017). Para tal, exploraram-se aspectos como: a) o pesquisador construiu o complexo de significados; b) objetificou esse complexo fixando sua forma; e c) começou a agir COMO SE (AS IF) o complexo de significado objetificado criado fosse um agente externo que controla a pessoa (VALSINER, 2012). Essa análise se deu também através da compressão da produção de signos de Peirce (SOUZA; DRIGO, 2005; VALSINER, 2012; GRADIN, 2006; NICOLAU, 2010; ROSSI; ALMEIDA, 2007), naquilo que tange a compreensão da tríade peirciana de ícone, signo e símbolo, bem como essas elaborações promovem condutas afetivas particulares.

Dessa forma, esses significados foram analisados a partir da relação pesquisador<>região, em que o primeiro, em interação com o segundo, promoveu a construção de significados para região através de suas vivências que se entrelaçam com: a) os aspectos arquitetônicos, tais como edifícios, ruas, calçadas, passagens, muros e suas expressões artísticas; b) os valores que os habitantes atribuem a esse espaço; c) o conhecimento das origens desse lugar e dos movimentos sociais ocorridos neles através do que é dito por transeuntes da região; d) o comportamento manifesto das pessoas em sua rotina diária ou em contextos interativos (entre as pessoas ou grupos) nesse lugar; e) como as pessoas se relacionam com o CJE; e f) a interpretação e os argumentos únicos que cada um constrói (SOJA, 1996; CALLAI, 1998).

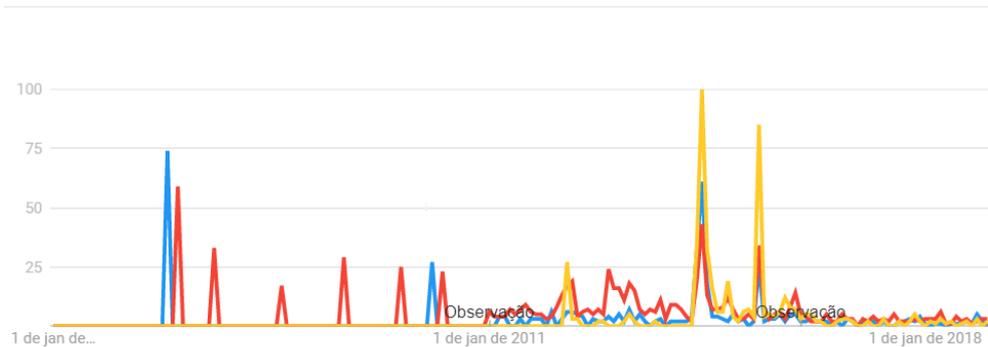
3.5.2 Das pesquisas em mídias digitais

A partir dos achados dessas pesquisas, exploraram-se os produtos decorrentes da dinâmica sociedade<>comunidade<>indivíduo. Essas informações serviram como guia para buscas direcionadas, na internet, visando compreender quais eventos na sociedade pernambucana levaram seus cidadãos a buscar maiores informações sobre a região. Compondo um escopo de possíveis ações que poderiam estar incidindo sobre a sociedade pernambucana, impulsionando-a a (re) construir aspectos específicos sobre essa zona de tensão existente em Pernambuco.

Esses conteúdos foram analisados buscando descrever a história do Cais José Estelita através da dinâmica expressa pelos produtos de uma cultura coletiva e que retratam as ações institucionalizadas, pelos órgãos governamentais e iniciativa de grandes empresas privadas, e

os decorrentes impactos na sociedade pernambucana. O que permitiu delimitar momentos de maior efusão relacionados à região (Figura 2).

Figura 2 - Incidência de consultas no Google (2004-2018)



Fonte: Google Trends, 2018.

● Cais José Estelita ● Projeto Novo Recife ● Ocupe Estelita

Esse gráfico (figura 2) mostrou a incidência da procura pelos termos em notação relativa, ou seja, os maiores índices representam a maior incidência de pesquisas, não representando, pois, uma medida quantitativa per si, mas uma tendência. Dessa maneira, foi possível observar, por exemplo, que a população pernambucana passa a demonstrar algum interesse pelo Cais José Estelita e Projeto Novo Recife, pela primeira vez, em meados de 2004-2005. Aspectos que, por parte do projeto Novo Recife, retorna pontualmente nos anos subsequentes.

Contudo, é possível observar que em 2011 até o final de 2015 há uma crescente procura pelos três termos na plataforma de busca Google. Destaca-se em particular a busca pelo termo “ocupe Estelita” movimento social emergente fundado em 2012 que se contrapõe ao Projeto Novo Recife. Todos os três termos nesse período entre 2011 e 2015 demonstram as maiores tensões sociais relacionadas à região. Posteriormente a ele, é possível perceber que nenhum dos três deixa de ser pesquisado, no entanto, todos numa tendência muito menor que nos anos anteriores, isso sugeriu que esse período passou por tensões em estado de latência pela sociedade pernambucana, sem ser devidamente expressas.

No que tange a cultura coletiva, expressa nos níveis sociais e intergrupais, foram exploradas, através do histórico dessa região do Recife, a emergência de novas Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs) (LYRA, VALÉRIO & WAGONER, 2018) a partir das políticas de imaginação (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015; BRESCÓ, 2017) e memória coletivas (BRESCÓ, 2017; DE SAINT-LAURENT, 2017a; AWAD, 2017) elaboradas pela comunidade pernambucana ao longo do tempo. E, como esses direcionamentos produziram possibilidades distintas sobre como a população pernambucana

poderia relacionar-se com sua cidade e promoveu mudanças na arquitetura e urbanismo da região pesquisada.

3.5.3 Dos aspectos da entrevista individual.

Tendo como unidade de análise a relação sujeito<>ambiente, foram exploradas a dinâmica dos processos rememorativos e imaginativos e como os significados produzidos se (re)constroem e são direcionados pelas políticas de rememoração e imaginação através dos discursos expressos pelos participantes em que processo bidirecional entre estabilidade (em níveis mais abstratos: social e intergrupar) e mudanças (em nível de processos individuais) se estabelece (GLAVEANU, 2017).

Os aspectos relacionados aos processos cognitivos de interesse da pesquisa são explorados a partir da relação sujeito<>cultura. Dessa maneira, ao tratar da rememoração buscou-se compreendê-la a partir da concepção de memória reconstrutiva desenvolvida por Bartlett (1995), em que se observaram quais recursos semióticos, existentes no presente, promoveram reconstruções únicas do passado do Participante. Na mesma medida, fez-se uso das concepções de imaginação de Zittoun (2003; 2017), explorando-se como as construções imaginativas de futuro fizeram uso dos elementos presentes e do passado reconstruído para prospectar possibilidades distintas de futuro.

Aqui, vale salientar, se fez empréstimo das análises produzidas nos subtópicos anteriores para ilustrar a dinâmica existente na relação entre sujeito e cultura numa síntese que compreendeu os registros feitos a partir das entrevistas livres e semiestruturadas, bem como as pesquisas em mídias digitais sobre a história do Cais José Estelita e as observações etnográficas realizadas pelo pesquisador.

Todos esses elementos são utilizados para a construção de trajetórias de vida de cada um dos participantes (neste trabalho, analisado apenas o participante Douglas). Utilizou-se, como inspiração, a abordagem de trajetórias (TEM) a fim de sintetizar os aspectos imaginativos, rememorativos e prospectivos, que apontaram tanto para as vivências passadas do participante quanto para prospecções abandonadas e presentificadas, em tempo que lidam com os diversos direcionamentos sociais (ASDs) e a imposição que o ambiente, enquanto signo (KHARLAMOV, 2012), impõe.

Dessa forma, os contatos iniciais com o participante foram utilizados para construir um plano de fundo guia para compreender a relação estabelecida entre participante, pesquisador e ambiente. Esse processo não depende só do domínio da língua do Outro para dar significado ao que é dito, mas a atenção aos tons e meios tons, das insinuações e dos silêncios, dos não-ditos e refusas, e o ambiente em que estão inseridos (ROCHA; ECKERT,

2003). Dessa forma, faz-se necessário analisar a tríade composta por participante<>ambiente<>pesquisador e suas intersecções (figura 3).

Figura 3 - Zonas de influências



Fonte: o próprio autor, 2018.

Da relação com o ambiente, exploraram-se quais elementos existentes nos entornos da região em que a entrevista foi realizada serviram como recursos para o processo de produção de sentido do participante e como eles promovem diferentes possibilidades a partir da relação afetiva estabelecida [pesquisador<>(participante<>ambiente)]. Na mesma medida, através da observação etnográfica e autoetnográfica, também foram realizadas análises envolvendo como o pesquisador deu sentido aquela região em que a entrevista aconteceu e como essa relação do pesquisador com o ambiente, direciona ou intervém nos processos de significação do participante [(pesquisador<>ambiente)<>participante].

A partir dessa análise das partes envolvidas na entrevista e sua relação com o ambiente, se desenvolveu outra análise explorando-se as direcionalidades surgidas nessa relação. Em outras palavras, analisou-se desde como a imagem hipotética construída pelo participante, sobre o pesquisador, e vice versa até o contexto do ambiente que os cercam, trouxeram significados únicos nesse encontro. Em tempo, também visou observar como o participante/pesquisador se posiciona diante dessa construção imaginativa para, então, negociar e construir sentidos partilhados a respeito do Cais José Estelita [(pesquisador<>participante)<>ambiente].

No que tange a produção feita a partir das entrevistas audiogravadas, foram analisadas, a partir da construção de trajetórias, as tensões decorrentes de: a) as significações e narrativas

institucionalizadas, construídas de forma dialógica com o pesquisador, e as significações alternativas, muitas vezes opostas; b) de como os símbolos construídos pela memória coletiva ou políticas de imaginação são negociadas e reinterpretadas por seus criadores e seus públicos, em um processo de reconstrução que orientam, ativamente e criativamente, a criação de significados de forma cognitiva e afetiva, individual e social (GLAVEANU, 2017).

4 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAIS JOSÉ ESTELITA E AS AVENIDAS DE SIGNIFICADOS DIRIGIDOS

Esse capítulo visa explorar um percurso histórico da região de interesse para essa pesquisa. Nessa história reconstruída pelo pesquisador foram imaginadas quais dinâmicas sociais ocorreram nesse passado da região e suas decorrentes mudanças históricas. Essa postura visa compreender como essas construções imaginadas ainda podem influenciar, no presente, aspectos da região e de sua comunidade. Sendo assim, esse processo de construção e análise se deu não apenas por uma busca bibliográfica, mas foi construída a partir do encontro do pesquisador com a região e com os habitantes e pessoas que por ela circulam.

Apesar de esse tópico dar início a análises prévias ao estudo de caso, ele foi efetivamente construído num momento posterior as observações etnográficas nos arredores do Cais José Estelita, que trouxeram elementos que guiaram a construção dessa evolução histórica da região. Dessa maneira, esse capítulo foi desenvolvido ora pelas ferramentas culturais (leis, políticas, medidas jurídicas e publicações científicas e jornalísticas) que contam a história da região, ora pelas conversas informais dos transeuntes e posteriores participantes que por lá circulavam, compartilhando as particularidades de uma memória coletiva da região.

Compreendendo a cidade enquanto signo (KHARLAMOV, 2012) que possibilita uma diversidade de significados, faz-se necessário pensar na dinâmica trazida pela incerteza e mudança provocadas pela relação sujeito<>cultura num tempo histórico. Esses signos, partilhados culturalmente, e relacionados com o CJE passam por um processo de destruição<>construção, de forma que todo tempo podem ser fortalecidos, mantidos ou levados à extinção por aqueles que por eles circulam e fazem uso.

Esses processos ocorrem através de influências de reguladores culturais que direcionam o que deve ser rememorado e prospectado para um grupo, o que também retrata processos ligados à própria identidade e senso de pertencimento de uma coletividade. Esses reguladores culturais aqui são entendidos como ofertas de e para sociedade sobre o que o sujeito pode significar, produzindo Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs) para este sujeito (LYRA;VALÉRIO; WAGONER, 2014).

Acrescenta-se aqui, a essa concepção de ASDs, a compreensão que as políticas governamentais, influências institucionais e outros registros de cunho social representam um produto e/ou processo de caráter coletivo e abstrato dessas ASDs, que foram partilhadas por uma determinada coletividade ganhando tons mais abstratos e hierarquicamente superiores e que levam a busca por normatizar o que seria melhor para uma população mais ampla da qual

fazem parte. Posto isso, se compreende possíveis formas de expressões das ASDs constructos teóricos como as políticas de rememoração e imaginação (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015; BRESCÓ DE LUNA, 2018). No entanto, essas expressões são exemplificativas, não se limitando apenas a elas. Em outras palavras, pode haver outras ASDs existentes em nichos da sociedade e que coexistem a ASDs predominantes (expressas através de políticas em geral) no âmbito mais amplo da sociedade, podendo ser relativamente favoráveis ou contrárias entre si e que podem assumir igual influência, a depender de fatores históricos e situacionais relacionados à temática e pessoas envolvidas na sua construção.

Não tendo sido diferente com o Cais José Estelita que conectado à região central do Recife, pode ser entendido como um signo (S) que remetia e certas particularidades da identidade pernambucana fazendo parte de um passado coletivo vigente à época. O CJE existiu, inicialmente, como um “lugar pertencente à cidade”, em que se pôde produzir um ciclo interminável de significados a partir do signo que ele faz parte. Esse local transmutou-se, ao longo do tempo, a partir das negociações e direcionamentos sociais ofertados (ASDs) a sociedade pernambucana que se relacionava com a região, provocando estabilidades e transformações (reconstruções e destruições) ao longo do tempo a partir das construções únicas de cada sujeito.

Nesse aspecto, isso se deu a partir da compreensão de que toda a atividade humana pode ser caracterizada enquanto uma tensão dialética entre polos opostos de criação<>destruição que se atualizam e estão em constante transformação entre um e outro (VALSINER, 2018). Essa dinâmica se desenvolve tanto em objetos quanto em práticas cotidianas ou relações sociais que criam novos signos (e novos significados) para a cidade, preparando o terreno para algo novo (VALSINER, 2012).

4.1 O TEMPO DE FUNDAÇÃO: O SURGIMENTO DO CAIS JOSÉ ESTELITA

Ao tratar do Cais José Estelita (CJE), é importante, de antemão, destacar como se dava a dinâmica social a época que levou a sua fundação 1858. Os objetivos e o uso previsto para região são compreendidos como sinais do primeiro movimento social que a instituiu como um lugar de uso para a sociedade pernambucana. A região tinha grande movimento, sobretudo, a partir dos eventos que circunscreveram o Forte das Cinco pontas (vizinho ao CJE). Foi nele que o tratado de Tabora, rendição da invasão Holandesa, foi assinado em 1654 e local onde o Frei Caneca, líder da Revolução Pernambucana de 1825, foi executado.

Nessa mesma região, em 1858, é edificada a 2ª Ferrovia mais antiga do Brasil, uma novidade à época, local aonde trens chegavam com o açúcar produzido nos engenhos para embarque para Europa. Lá havia uma grande circulação de pessoas (RIBEMBOIM, 2014).

Dirigidos para as diversas pessoas que transitam pela região e foram abordadas durante a imersão etnográfica do pesquisador. Sendo assim, essa primeira ASD, identificada nessa análise, aponta para esse primeiro momento em que valores sociais definiam a região como “um lugar pertencente à cidade” (ASD S₀).

Essa ASD S₀, tem uma estreita relação aos significados construídos nos processos rememorativos e imaginativos dos transeuntes e habitantes da região, estando esses ligados a emprego, moradia, lazer e identidade pernambucana, na sua fundação. Todos esses significados elaborados em outrora e atualmente passam por processos que se contrapuseram, trazendo relatos, como a de Elizabeth (62 anos, moradora de residência fixa), que frequentemente referiu uma relação dual entre o desejo de retorno a um passado de pertencimento a região frente aos processos de abandono como saques e violência à região, que será discutida no tempo seguinte.

Essas possibilidades foram exploradas nos tempos circunscritos a seguir, refletindo-se sobre quais outras possíveis expressões de Avenidas de Significado Dirigido (ASDs) surgiram para reconstruir as concepções desse lugar na sociedade pernambucana bem como produzirem ferramentas culturais que podem, ainda hoje, contribuir para construção de significados dos sujeitos que lá ainda habitam.

4.2 O TEMPO DE ABANDONO

O início desse processo histórico de desinvestimento começa algumas décadas antes do atual momento em que a pesquisa ocorre, constituída por ações pontuais ou eventos importantes que trouxeram uma tensão na relação entre o passado imaginado e o futuro prospectado para região.

Para isso, é importante entender que imaginar um acontecimento futuro, que tenha relação com um grupo, é um processo comunicativo, social, interpretativo, político e contestado, que envolve uma variedade de agrupamentos, ações e objetos (SZPUNAR; SZPUNAR, 2016). Nesse ponto, uma negociação entre o que deve ser considerada parte da história de Pernambuco também é contestada nessa dinâmica e tem efeitos sobre uma posterior consideração de uma lembrança coletiva. Em outras palavras, o futuro coletivo imaginado serve como força motriz da memória coletiva e pode afetar as maneiras pelas quais o passado é reconstruído no aqui e agora (SZPUNAR; SZPUNAR, 2016).

Assim, retomando a questão do Cais José Estelita, a primeira grande transformação da região possui uma forte ligação com a queda na exportação do açúcar desencadeada por uma produção reduzida, desinteresse do mercado internacional ou pelo baixo preço do produto no cenário econômico (LORETO, 2016). Este fato levou a diversificação da economia, que

deixou de ser essencialmente comercial e voltada para os negócios da cana-de-açúcar, tornou-se menos dependente dele nos mercados internacionais (NETO; FERREIRA, 2003).

Pernambuco, nesse ponto, começou também um próprio processo de transição de sua identidade coletiva: o que era valorado nesse passado coletivo começou a ser negociado e transformado. Antes local de grande importância pela potência na produção de açúcar em todo Brasil, Pernambuco começa a se destacar pelo contínuo avanço industrial impulsionado pela Sudene, diversificando os serviços prestados (NETO; FERREIRA, 2003).

A região do CJE que antes era foco de empreendimento, trabalho e área de encontro entre as pessoas, útil para a armazenagem e estoque de açúcar, bem como ponto de transição para o Porto do Recife, passa a ter uma nova função: a manutenção dos trens. Estando sobre a administração da RFFSA. Nesse período iniciou-se um processo de gradual desinvestimento das dependências internas na região, começando pelos galpões e prédios e, mais ao fim, direcionada às malhas férreas e os trens que lá chegavam, conforme trouxe, em detalhes Moisés (69 anos, comerciante) ao retratar como essas transformações o levou a busca por novos lugares para exercer sua profissão.

O Cais José Estelita, então, foi relegado ao segundo plano da nossa dinâmica social, sem que houvesse, a priori, vislumbres de seu uso futuro. Essas percepções de futuros compartilhados, ou a falta delas, por sua vez, irão influenciar a forma como os grupos podem se expandir, se juntar ou se dividir ao longo do tempo (SZPUNAR; SZPUNAR, 2016).

Esse período foi acompanhado de um violento processo de esvaziamento e de desvalorização patrimonial do Bairro do Recife e, conseqüentemente do CJE - que teve o enfoque social deslocado para outra região metropolitana, em particular, para região de Boa Viagem, mais ao sul da cidade (NETO; FERREIRA, 2003) ou até mesmo pela fundação do Porto de Suape em 1984, localizado fora da cidade do Recife (LORETO, 2016). Todos esses fatos refletiram na dinâmica e importância existente em toda a região do Recife antigo, no Porto do Recife e no CJE, situação que persiste até então.

Nos seus entornos, conforme referiu Moisés (69 anos, comerciante), os comércios existentes, aos poucos, foram sendo fechados, restando àqueles pertencentes a grandes empresas (em grande maioria galpões) ou de cunho familiar – pequenos comércios e oficinas, como era o caso do participante. Todos os participantes, nesse ponto, referiram fenômenos diversos para um processo que se assemelha a um abandono da região e isso se deu por inúmeras decisões políticas que inviabilizaram o tráfego pela região: a possibilidade de travessia do rio com barcos foi suspensa por algum entrave com o Executivo; e o fluxo de veículos que chegavam ao centro do Recife por vias que margeavam o CJE foram

redirecionados e repensados e a incidência de ônibus e carros reduziu consideravelmente. Moisés (69 anos, comerciante) comentou também que na região em que vive os moradores, as escolas nas redondezas e alguns outros centros de convívio social foram sendo abandonados e alguns imóveis foram desocupados para serem destruídos e dar espaço a novas ruas.

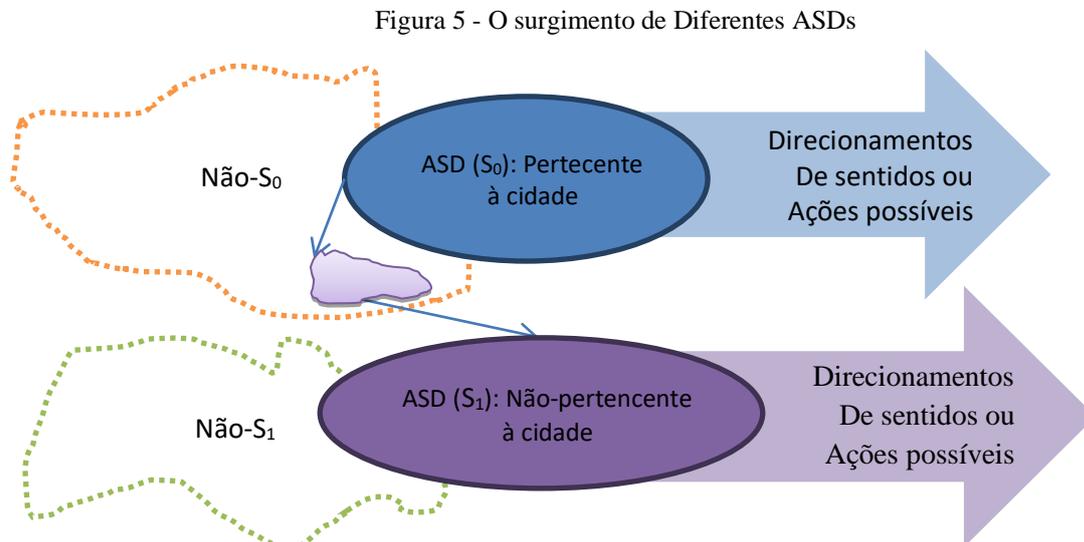
Em outras palavras, aos poucos, conforme relato de Douglas (50 anos, morador de rua) e Elizabeth (62 anos, moradora de residência fixa) cada vez menos pessoas passaram a circular pela região. Esse fenômeno retrata como a dinâmica pernambucana foi isolando a região do CJE de seus cidadãos, perdendo o significado relativo a trabalho, lazer, moradia e, em parte, significados que constituíam a identidade pernambucana, para os que transitavam e lá residiam. Assim, o entorno do Cais José Estelita, em alguma medida, acompanhou o próprio processo de abandono da região.

Concomitantemente e ao poucos, segundo todas as pessoas em que se entrou em contato, o próprio espaço começou a perder um dos seus aspectos mais relevantes: a presença de pessoas. As regiões que margeiam da bacia portuária e Avenida Sul tornaram-se zonas de transição. Esse modelo pode ser visto durante as observações etnográficas sob a forma da arquitetura da região através de grandes avenidas que substituíram espaços de utilidade da comunidade, reduzindo-se ambiente que antes seriam para as pessoas, conforme expressou Moisés (69 anos, comerciante): “terrenos foram recuados, destruídos e calçadas diminuídas” (sic). Mas que também há referências históricas, como a destruição da primeira estação ferroviária de Pernambuco, a Estação das Cinco pontas, demolida, em 1960, para dar passagem ao que hoje é a Avenida Sul.

Salienta-se aqui que, antes mesmo da instituição de leis federais que regulassem questões urbanísticas, Pernambuco já tinha uma Lei de Uso e Ocupação do Solo (RECIFE, 1983), marcada e instituída através de mobilizações que pressionaram a administração pública municipal a reconhecer o direito de moradia da população mais pobre (LORETO, 2016). Produto de direcionamento social da ASD S₀ promoveu a elaboração do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, em 1987, que buscava incluir, nas propostas de intervenções urbanísticas, as pessoas que habitavam as regiões de maiores tensões sociais e, assim, resgatar o quadro arquitetônico, urbanístico e cultural do Recife (MONTENEGRO, 1998). Essa dinâmica permaneceu como plano de fundo na cultura pernambucana e terá marcante influência sobre as possibilidades de futuro para região do CJE décadas à frente.

Assim, essa relação construída pela sociedade Pernambucana com o CJE passou por diversos processos históricos, direcionados a transformar sua condição, até cair no esquecimento da população pernambucana. Essa dinâmica de emergência de um “*lugar que*

não pertente à cidade” pode ser vista na figura 5. Nela, observa-se o surgimento de um novo signo campo (S_1) entre todas as possibilidades que compõe o não- S_0 (todas as coisas que não são S_0). Esse novo signo, por sua vez, também criou um campo de possibilidades de coisas que não são S_1 (não- S_1):



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)

Logo, com o avanço dos anos, a partir da década de 90, o cenário político pernambucano sofreu modificações: sua atuação não se volta mais à exploração econômica do turismo, o que, por sua vez, alterou os critérios de preservação do patrimônio em Pernambuco, mas propiciou o desenvolvimento de uma lógica participativa do setor público junto ao setor privado nas políticas de patrimônio (NETO; FERREIRA, 2003). Entrou-se então em um período de transição em que a renovação urbana do bairro do Recife contribuiu para deslocar os sentidos tradicionais da sua história para a esfera do consumo, afetando diretamente como a cidade era planejada e compreendida (*ibid, idem*).

No entanto, segundo Neto e Ferreira (2003) o contexto pernambucano, no início da década de 90, construiu a necessidade de transformações na forma que o poder Executivo teria de lidar com as transformações sociais e urbanísticas da região. Houve um deslocamento das considerações de provisão de natureza social para enfoques concentrados e direcionados à promoção econômica competitiva. Ou seja, o poder local ficou com a responsabilidade de criar as condições necessárias a essa promoção e, ao mesmo tempo, teve que viabilizar os desejos oriundos da iniciativa privada que vinha em franca expansão.

Concomitantemente, no início dos anos 90, após arrefecimento do clamor social alimentado pelo processo do fim da Ditadura Militar, um novo direcionamento social surgiu concorrentemente ao anterior. O planejamento da cidade passou por uma nova guinada: as funções econômicas foram priorizadas e a relação dos habitantes com o planejamento e

construção do lugar, posta de lado (LORETO, 2014). Surgiram parcerias dos governos com instituições e empresas visando tornar-se local atrativo para potenciais investimentos, fazendo com que a doação de imóvel do patrimônio do Estado entre como moeda de negociação.

Essa emergência de um novo sentido social desdobrou-se na revogação da Lei Municipal 14.511/1983 (RECIFE, 1983), através da Lei Municipal de ocupação do solo 16.176/1996 (RECIFE, 1996). Assim, na segunda metade da década de 90, o CJE ainda foi objeto de intervenção da gestão governamental, dentro da perspectiva do planejamento estratégico com o foco na imagem (ou maquiagem) da cidade (Figura 6). Foi recuperada sua estrutura externa que margeia a bacia hidrográfica da região, através da pintura das fachadas dos velhos armazéns existentes e construindo-se uma área para passeio público, (SILVA; MAIA, 2017). Contudo, foram as últimas medidas realizadas nos entornos antes de sua desativação, ocorrida em 1999.

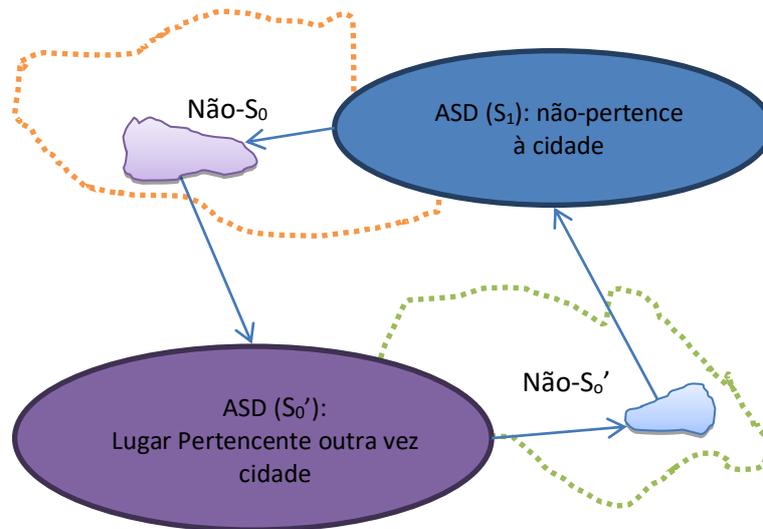
Figura 6 - A nova roupagem do Cais José Estelita



Fonte: Entregue-se, 1999.

Essa intervenção proposta pela gestão política à época, conforme mencionado, acabou destoando da proposta de abandono direcionada a região, talvez um subproduto das tensões que fariam emergir um novo direcionamento para região (figura 7). Pode-se reconstruir essa dinâmica em que houve o investimento em parte da região (figura 6), durante um período de abandono pleno pela administração pública, quase esquecida na dinâmica social recifense. Retomou-se, então, após esse subproduto, a continuidade de um local desvalorizado com as intensões expressadas pela RFFSA, na continuidade dessa década, com a sinalização de desinteresse da RFFSA em administrar a região. Nesse sentido, pareceu, na dinâmica social, haver uma quasi-mudança que emergiu nesse tempo de abandono, mas ainda insustentável, emergindo do tempo do abandono e a ele retornando.

Figura 7 - A Dinâmica de figura-fundo entre ASDs



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)

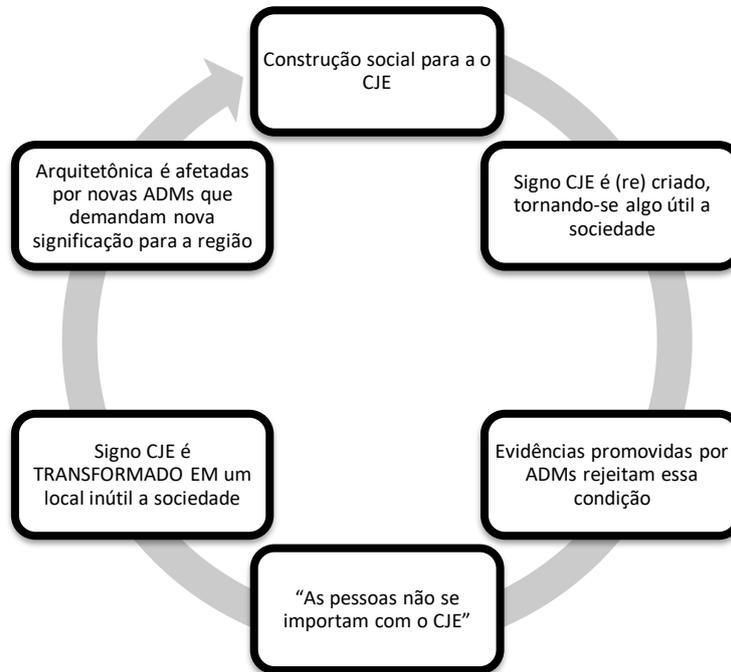
Com esse retorno ao momento de abandono, saques passaram a ocorrer na região interna do CJE e grande parte de sua estrutura começou a ruir. Esse processo retirou a própria importância histórica da região, como refere Lapa em entrevista a Fachim (2015): “Não tem a antiga estação, não tem oficinas funcionando com acervo, com material que valesse a pena guardar como patrimônio ferroviário. O que restou do ponto de vista material está muito dilapidado e muito fragmentando”. O desaparecimento deste marco urbano levou junto o significado da região, deixando em seu lugar poucos atributos físicos do processo de desenvolvimento da cidade e do porto (NOVO RECIFE, 2014).

A esse ponto, os processos de direcionamentos sociais levaram a sobreposição do signo S_0 por S_1 (lugar não-pertencente à cidade) por parte da sociedade pernambucana como um todo e trouxe a deterioração da arquitetura do Cais José Estelita, transformando-o em ruína. Essa dinâmica, inclusive, aparentemente influenciou também seus entornos, de forma que, com a mudança das políticas governamentais na região, se tornou objeto para novos futuros que destoram do contexto que o circunscrevia, como já fora mencionado pelas experiências de Moises (69 anos, comerciante) e Elizabeth (62 anos, moradora de residência fixa), que relataram que as sub-regiões em que vivem foram extremamente modificadas, desde sua estrutura física à dinâmica social.

Esse mesmo processo que transformou o Cais José Estelita ruína, também o tornou alvo de um processo de renovação urbana que tomou o anterior imaginário do lugar e o ressignificou. Consecutivamente, uma era de planejamentos surgiu, visando comercializar do espaço e introduzir novos “usuários”, substituindo todos os demais que ali não encontrarão mais um porto, um cais, um lugar para estar (LORETO, 2016). Enquanto espaço que se

presentifica, então, iniciou-se novo ciclo prospectivo de construção de significados (figura 8) para esse lugar, ciclo esse que se formou entre o processo de (re)construção<>destruição:

Figura 8 - O ciclo de reconstrução de signos-significados sobre uma região



Fonte: o próprio autor, 2018.

4.3 O TEMPO DE PLANEJAR

A destruição da arquitetura e dos signos elaborados sobre o Cais José Estelita, promovidos por direcionamentos construídos na época (S_1), transformou-o em ruínas. Como tal, ele passou a promover também uma nova ressignificação que resolvesse as tensões entre a região abandonada e o Centro do Recife. Ou seja, se fez necessário tornar o espaço “outra vez pertencente à cidade” (S_0'). Pode-se dizer, então, que o aparente desinvestimento da sociedade ocorreu concomitantemente com outra dinâmica social, de ordem prospectiva e resolutiva frente a esse abandono. Tal tensão ocasionou ambivalências quanto a possibilidades de futuros refletidos na dinâmica urbanística e arquitetônica do Recife. Entrou, pois, em debate a utilidade de diversas regiões do Recife, incluso o Cais José Estelita.

Para tal, a relação sujeito<>espaço foi reinvestida, por representantes desse novo direcionamento social a partir de políticas de imaginação que buscavam promover mudanças afetivas da comunidade com a região, a depender do público alvo: dos mais próximos à região no momento em que a ASD S_0 se fazia presente, promoveu-se o esquecimento e distanciamento em detrimento ao vínculo antes estabelecido; aos potenciais novos públicos, a valoração através de prospecções, prevalecendo frente à rejeição construída ao ambiente.

O aparente desinvestimento da sociedade ocorreu concomitantemente com outra dinâmica social, de ordem prospectiva. Tal tensão ocasionou ambivalências quanto a possibilidades de futuros refletidos na dinâmica urbanística e arquitetônica do Recife. Entrou, pois, em debate a utilidade de diversas regiões do Recife, incluso o Cais José Estelita.

Destaca-se que essas projeções de futuros não são estáticas e envolvem, em um contínuo, implícita ou explicitamente, colaborações entre atores sociais (GLĂVEANU, 2018). Para tal, os signos do próprio CJE dão lugar a signos de signos (ou seja, subprodutos que distanciam o objeto originário em uma rede de signos) dos possíveis futuros imaginados para a região que entram em cena visando “animar” o espaço, dar um outro sentido-significado a ele (LEFEBVRE, 2008; NASCIMENTO, 2015). Segundo Albuquerque e Gomes (2013, p.8), o que se identificava, a época eram:

[..] ações articuladas de reestruturação e valorização do centro-sul da cidade do Recife, áreas desvalorizadas ora por sua obsolescência, ora por questões culturais que permeiam a ocupação dos espaços da cidade, [...] que estão sendo modificadas em função dos novos signos que estão sendo implantados ou associados a esses espaços (ALBUQUERQUE; GOMES, 2013, p.8).

Assim, de acordo com a Lei de ocupação do Solo de 1996 (RECIFE, 1996), o CJE e outros espaços da cidade do Recife foram classificados como “Zona de urbanização potencial”, tornando-se áreas que, no futuro, deveriam passar por processo de urbanização para atrair ou fixar moradores, além de melhorar a acessibilidade frente às águas recifenses, podendo-se, demarcar, nesse momento, um primeiro passo de um novo direcionamento em que o CJE será ressignificado. (RECIFE, 19??). Esta segunda, juntamente com a lei decorrente dela em 2008, Lei 17.511/08 (RECIFE, 2008) não deu conta de um planejamento urbano que contemplassem o centro histórico, o que pareceu facilitar que intervenções fragmentadas sejam assumidas pela iniciativa privada (VERAS, 2014).

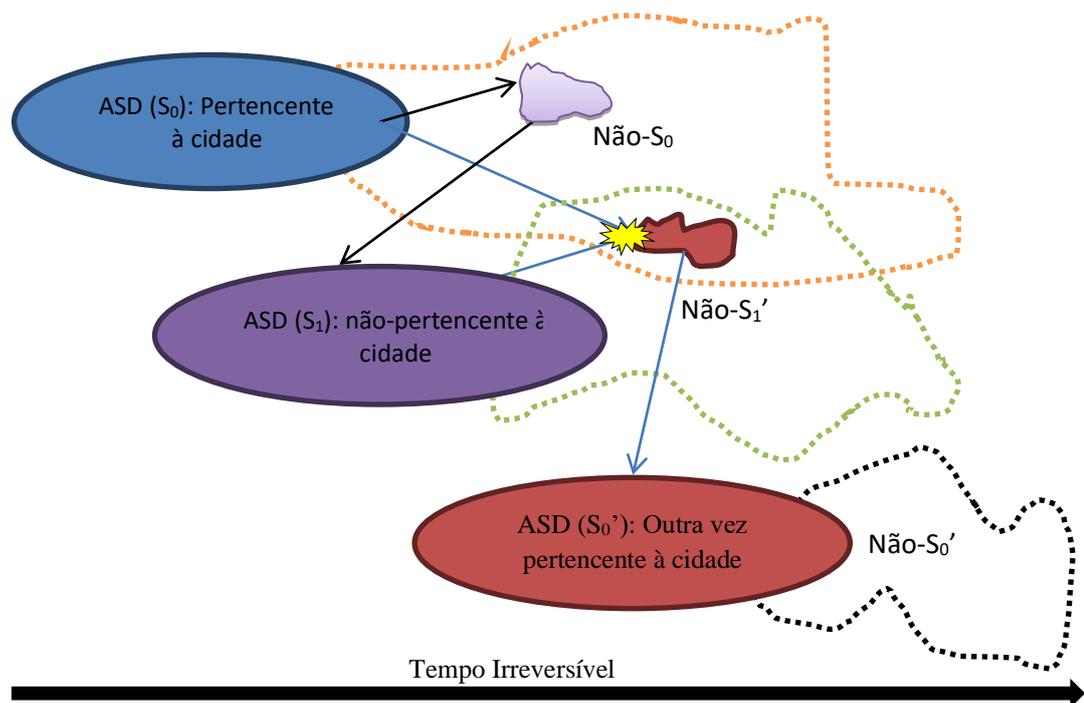
Sendo assim, mais uma vez, deu-se início a outro processo de desconirmação a respeito dos significados possíveis para o CJE que estavam sendo guiados pelos direcionamentos da ASD S₁ “lugar não pertencente à cidade”. Esse processo ocorreu devido à necessidade de reconstruir o signo que pudesse orientar as relações da comunidade e da cidade com o CJE, prospectando-se um futuro diferente. Nesse ponto, a partir de políticas de imaginação, aspectos econômicos, sociais e políticos contrabalancearam os significados instituídos e apontam para uma utopia a qual faça sentido a sociedade pernambucana.

No entanto, na entrada do ano 2000, todos os signos-significados, que até então eram conflitantes e refletiam a história do Cais José Estelita, passíveis de serem construídos pela ASD S₀ (“pertencente à cidade”) e a ASD S₁ (“não-pertencente à cidade”) geraram um

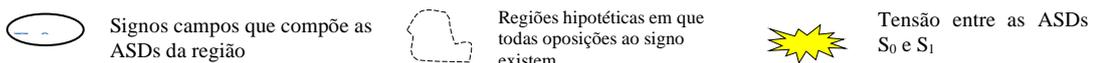
conflito a partir dessa nova tentativa da sociedade pernambucana de se debruçar sobre esse espaço. Nesse processo, a ASD S_0' (“outra vez pertencente à cidade”), surgida nessa década, tornou-se ainda mais marcante, provocando outras novas políticas de imaginação e novos direcionamentos sobre como a população poderia pensar/agir nesse local, circunscrevendo-o na cidade mais uma vez.

Destaca-se, ainda, que a ASD S_0' surgiu a partir da concepção de um tempo irreversível, logo não é mais um retorno ao S_0 instituído num tempo passado, mas uma nova ASD que, em alguma medida, estava numa zona comum de não- S_0 e não- S_1 . Destarte, essa nova ASD S_0' tornou-se uma nova criação decorrente da tensão entre as significações produzidas pelas ASDs S_0 e S_1 . Em outras palavras, ASD S_0' , diferente da originária que refere a busca pela reinserção da região a cidade do Recife trouxe um contraponto: “é útil desde que seja outra coisa do que foi um dia”, tal como demonstra figura 9:

Figura 9 - A síntese do surgimento de uma nova ASD



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)



De outra forma, a tensão existente entre o direcionamento que produziu e manteve o signo campo (S_0), “esse espaço é pertencente à cidade”, junto à história do CJE, e outro direcionamento que permitir emergir o signo campo (S_1), “esse espaço não-pertencente à cidade”, que levou a seu abandono e transformou-o em ruína, são postos em prova numa nova

dinâmica imaginativa. Dela, emergiu um novo signo campo S_0' : “lugar outra vez pertencente à cidade”.

Essa nova orientação, em certa medida, refletiu-se na dinâmica social promovida pelas políticas de imaginação inicialmente adotadas que, ora negavam a importância histórica da região para o passado coletivo de Pernambuco, ora apontavam outras possibilidades de futuro, propondo uma transformação para um Recife que voltaria às mãos dos seus cidadãos. Nesse novo tempo, os novos projetos de futuro surgiram como produtos oriundos desse novo direcionamento S_0' , trazendo alguns elementos e oposições dos anteriores, enquanto redirecionou a construção outros novos.

Nessa tentativa, o mercado imobiliário da Cidade do Recife obteve a chance de ampliar lucros e capacidade de especulação sobre o solo urbano como nunca antes se viu, dada promulgação de uma nova legislação urbana de uso e ocupação do solo (ALMEIDA, 2005). Albuquerque e Gomes (2013) destacam ainda que as recentes transformações percebidas na cidade do Recife são oriundas estratégias pré-estabelecidas, já assinaladas nos Planos Diretores anteriores, mas não de forma explícita, apenas direcionando as ações para algumas áreas, que resultam em um processo de valorização do solo de uma determinada área.

Assim, nos anos seguintes, inúmeros projetos foram pensados para o Recife em zonas próximas ao Cais José Estelita, tais como: Plano de Revitalização do Bairro do Recife, em 1993; Plano de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife, em 1997; Programa Monumenta BID, em 1999; Complexo Paço Alfândega, em 2000; Porto Digital, em 2000. Alguns postos parcialmente em prática, outros abandonados no seu processo de elaboração.

Assim, em meados de 2005, iniciou-se a construção do que se tornaria o primeiro produto edificado desse novo direcionamento de futuro e identidade de Pernambuco: as “Torres Gêmeas” do Recife, que já compunha, junto ao CJE, o projeto Recife/Olinda de 2006 (figura 10). No entanto, sua execução trouxe diversos debates na sociedade pernambucana devido à edificação de torres com uma tipologia, escala e materiais completamente incompatíveis com as demais existentes na região e nos entornos, causando um impacto devastador na paisagem urbana (SANTOS, 2012).

Figura 10 - Projeção do projeto Recife/Olinda no Cais José Estelita



Fonte: Santos, 2012.

Esse projeto, e posterior edificação, funcionaram como um signo índice a propensão futura de mudança do cenário pernambucano, tornando-o novamente pertencente à cidade (S_0'). Essa afirmação vai ao encontro do pensamento de Albuquerque e Gomes (2013) que versaram que alguns elementos são construídos no espaço urbano de forma antecipada, sem muito sentido em um primeiro momento, porém já fazendo parte de um projeto maior ainda não divulgado para a sociedade. Assim, a partir de inúmeros entraves e controvérsias, esse projeto se edificou no final de 2012, região limítrofe com o Cais José Estelita (Figura 11).

Em 2006, quando os financiamentos imobiliários do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo atingiram R\$ 9,5 milhões (acréscimo de 95,5% em relação ao volume de financiamentos de 2005) (SILVA, 2008), surgiu um novo projeto nascido a partir das propostas mencionadas anteriormente e que identificavam territórios de oportunidades para atração de empreendimentos: O projeto Recife-Olinda (Figura 10 e 11). O primeiro grande projeto que envolveu áreas compreendidas como degradadas ou ocupadas de forma rarefeita, como o CJE, focando na reconstrução de 8km de orla entre Recife e Olinda (LORETO, 2014).

Figura 11 - Projeção do Projeto Recife-Olinda



Fonte: Acioli, 2012.

Apesar de ter sido taxada como complexo imobiliário, travestida de proposta urbanística, sua conceituação foi elaborada a partir da hibridização das duas correntes sociais existentes quanto a futuros possíveis, um misto entre preservação da cidade histórica e processo de modernização:

Busca a reabilitação urbana e ambiental através da melhoria das infraestruturas; da mobilidade, dos transportes e da rede de equipamentos coletivos e serviços à comunidade; valorização do espaço público; [...] ampliação da centralidade metropolitana, atração de novos residentes de vários grupos sociais e fixação dos atuais, através da melhoria das condições de habitabilidade da população existente e criação de novos empregos (SANTOS, 2012, p.12)

O projeto de futuro para o CJE visava tanto atrair investimentos quanto incluir, direta e imediatamente, beneficiários de baixa renda. Para isso, tanto o cidadão comum quanto os agentes políticos, econômicos e culturais deveriam participar diretamente no processo de tomada de decisões dessa hibridização entre modernização e preservação do passado histórico. Dessa forma, o projeto destinado ao CJE foi pensado tendo vistas:

Articular a cidade com a frente de água; valorizar o patrimônio histórico (Forte das Cinco Pontas e seu entorno histórico configurado pelos bairros de São José e Santo Antônio); destinar parte da área para o mercado popular de habitação, comércio e serviço; passeios públicos; diversidade funcional (escritórios, habitação, comércio e equipamentos turísticos e de lazer) (SANTOS, 2012, p.14).

Contudo, apesar da grande repercussão nacional do projeto – apontado como uma referência do modelo de planejamento urbano – pouco dele foi de fato executando, sendo também posto de lado. No ano seguinte, após a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) através da Lei Federal nº 11.483/2007 (BRASIL, 2007), os bens imóveis dela foram transferidos para a União, incluso o CJE, o qual ela era responsável por administrar. O Governo brasileiro, por sua vez, buscou estratégias para proteger aquilo que chamou de “memória ferroviária” através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que compreendeu que essas construções poderiam ser um atributo histórico a ser cuidado e preservado, sugerindo que, até que ocorresse sua valoração, seria o Iphan responsável por sua manutenção e suporte (SANTOS, 2012). Conseqüentemente, no mesmo ano, houve a sinalização do Governo Federal a importância de leiloar regiões ferroviárias, sob a responsabilidade do Iphan, que não fossem consideradas objetos de valoração histórica, e que o CJE fosse incluso nesse apanhado, a fim de quitar dívidas adquiridas com os funcionários e empresas vinculadas a RFFSA.

Assim, mais uma vez, o CJE é relegado a um lugar de esquecimento para sociedade. Contudo, aparentemente, não fora deixado de lado pelos interesses de algumas classes da

sociedade pernambucana que seguiram com articulações para a obtenção da área, consolidada em leilão promovido pela Prefeitura do Recife em 2008.

Dessa forma, quando a área do Cais José Estelita foi vendida em 2008 para um grande consórcio de empresas privadas, pouco se falou a respeito desse leilão, a sociedade pernambucana investia seus esforços em impedir a construção das “torres gêmeas”. De forma que essa tensão, à época, ocultou-se através de debates jurídicos, através de denúncia do Ministério Público, que contestou a manobra e que futuramente viria à tona em discussão.

Figura 12 - Imagem aérea das torres gêmeas do Recife



Fonte: Achou Mudou, S/D. Edição nossa.

Consequente dessa compra, em 2012, surgiu um grande empreendimento imobiliário batizado de “Projeto Novo Recife”. Diferentemente do projeto Recife-Olinda, e com bases no projeto já iniciado das Torres Gêmeas (figura 12), o Projeto amplificou a visão comercial e empreendedora em detrimento da conservação histórica dessa região. Ele foi inicialmente planejado para abrigar um empreendimento imobiliário de grandes dimensões e de alto impacto paisagístico, urbanístico e ambiental (NASCIMENTO, 2017), sendo composto por um grande complexo empresarial e habitacional de luxo, com a construção de 13 torres de até 42 pavimentos (figura 13).

Figura 13 - Perspectiva eletrônica do Projeto Novo Recife



Fonte: Gouveia, 2012

Aportada na negativa construída ao longo das últimas décadas sobre o CJE (lugar não-pertencente à cidade), foi apresentada como contraponto entre o presente existente e o futuro proposto: abandono versus cuidado, violência versus segurança, desemprego versus emprego, falta de oportunidades versus oportunidades, o ‘inferno’ versus o ‘céu’ (VERAS, 2014).

No entanto, a repercussão do projeto, pelos principais canais de comunicação, causou uma grande comoção social sobre quais das possibilidades de futuro possíveis, deveriam ser exploradas para esse lugar. Surgiu um movimento social, nominado “#ocupeestelita”, ainda em 2011, a partir da reunião de ativistas no grupo Direito Urbanos, criado e mantido no ambiente do Facebook, que promoveu algumas ações culturais de ocupação das calçadas e ruas do próprio Cais José Estelita (NASCIMENTO, 2017).

Esse movimento fez emergir diversas manifestações artísticas e culturais desde grafitagens, materiais gráficos digitais e pichações, até a instituição do bloco carnavalesco “empatando tua vista” (figura 14), em que os foliões, fantasiados de edifícios, tais como o do projeto Novo Recife, desfilam pelas ruas do Recife, reeditando o fenômeno existente.

Figura 14 - Bloco empatando tua vista



Fonte: Jconline, 2017.

Entre 2011 e 2013, a tensão decorrente das possibilidades de futuro ganha novas proporções, através das redes virtuais e debates jurídicos entre Ministério Público e Consórcio. Até que, em 2014, fruto do início do processo de demolição dos armazéns existentes na região, um inflamado manifesto levou o grupo do “#ocupeestelita”, a ocupar toda região do CJE, promovendo debates e eventos culturais em sinal de resistência ao processo de construção, contestando o projeto apresentado e abrindo caminho para a participação dos mais variados grupos sociais sobre os destinos da cidade como um todo (NASCIMENTO, 2017).

A essa época, os grupos que se nomeavam como “uma frente de resistência”, instituiu o movimento virtual “#resisteestelita”, visando propor alternativas frente à possibilidade imposta pelo consórcio e prefeitura. Esse grupo passou a dedicar a produzir possibilidades

outras de utilidade do espaço, promovendo três outros futuros imaginados a região: a) aquelas que mantinham e revitalizam a região através do tombamento e transformação da região num centro histórico para eventos culturais de uso público; b) aquelas que permitiam seguir a ideia de destruir a área existente, através de projetos que contemplassem ideais que representasse a identidade Pernambucana, através de uma proposta de sustentabilidade (Figura 15); e c) ideais que propunham um empreendimento em menor escala, aportados na tentativa de respeitar a linha de horizonte da região (Figura 16).

Figura 15 - Uma projeção ecológica sobre o Cais José Estelita



Fonte: Baratto, 2014.

Esses três pontos conflitivos convergiram num debate que amenizou, ao final de 2014, com uma nova proposta feita pela prefeitura, agora impondo modificações ao projeto inicialmente trazido pelo Consórcio Novo Recife. Assim, de certa maneira, as instituições envolvidas, Prefeitura e Consórcio, foram impulsionadas a reconstruir um projeto de forma que passasse através da resistência social imposta e que, em certa medida, retirou a plausibilidade de se alcançar o futuro inicialmente prospectado para comunidade.

Figura 16 - Projeção de futuro adaptada do Projeto Novo Recife



Fonte: Imaginando, 2014.

Nesse ponto, para ultrapassar a vertente da manutenção histórica e reutilização da região por toda comunidade pernambucana, se propôs: a) uma revitalização e utilização direta

de alguns elementos históricos da região: casas, prédios administrativos, armazéns e silos que existem na região são incluídos; b) passou-se a pensar em uma rede de vias de acesso, de maior amplitude e quantidade, que conectassem a região aos arredores de Recife, integrando a bacia portuária ao subúrbio do Recife (figura 17).

Figura 17 - Novo arranjo do Projeto Novo Recife



Fonte: Recife, 2014.

- Áreas originais que compõe o CJE que serão destruídas ou realocadas
- Áreas realocadas e revitalizadas.

Por outro lado, visando contornar a resistência criada pelas questões envolvendo a linha do horizonte e massificação de edificações houve uma redução na altura, na extensão e na quantidade de prédios pensados nas etapas 02 e 03 (em vermelho e amarelo), bem como se passou a pensar em áreas de preservação ambiental e histórica (em azul), na figura 18:

Figura 18 - Comparação entre as versões apresentadas do Projeto Novo Recife



Fonte: Recife, 2014.

Nela, aspectos da vertente A (projeto inicialmente proposto pelo projeto novo Recife), B (projeto voltado para manutenção do passado histórico da região) e C (a busca por uma construção que respeite a ecologia da região) foram incorporados e compuseram, de alguma

forma, um novo cenário possível de futuro, resguardando aspectos históricos da região, bem como minimizando os efeitos dos impactos na linha do horizonte de Recife ou do isolamento social que o projeto inicial propunha, promovendo uma síntese singular (Figura 19). Em outras palavras, esse projeto enfatizou o diálogo enquanto se esforçava para abarcar a diversidade e acomodar a diferença (GLĂVEANU, 2018). Esse projeto, então, comportou a tensão existente entre as vertentes pernambucanas, sem eliminá-las.

Figura 19 - Projeção da Nova versão do projeto Novo Recife



Fonte: Jamildo, 2015.

Contudo, essa aparente resolução trouxe a possibilidade de uma ampla parte da sociedade pernambucana pensar futuros distintos para região. Esse processo promoveu uma nova onda de ocupações à região do CJE, fruto de uma outra elaboração de um grupo social que não tinha destacadamente participado do debate até então, mas que, de alguma forma, foi direcionado por efeitos do lugar ser “outra vez pertencente à cidade” (S_0'). Em outras palavras, a ASD S_0' promoveu diferentes efeitos em grupos distintos da sociedade pernambucana, agora, naqueles que notoriamente se autorreferenciam como àqueles que não possuem um lugar para si: moradores de rua e sem-teto. Esse grupo, então, parece ter produzido significações outras para região de forma que não fosse possível circunscreve-la novamente como pertencente à cidade pernambucana, mas que, ao ocupa-la, também fosse possível um processo que os incluíssem na sociedade pernambucana.

4.4 O TEMPO DE OCUPAR

Após fim de 2014, o cenário de tensão entre as políticas de imaginação promovidas institucionalmente e as possibilidades de futuro expressas em manifestações sociais em Pernambuco recuou, tornando-se, mais uma vez, um embate judicial e de pouca veiculação na sociedade pernambucana. A região passou por um novo processo de “esquecimento” por parte das instituições sociais que promoveram, até então, intervenções sobre a memória coletiva e futuro prospectado da cidade do Recife. Entretanto reflexos dessa aparente abstenção repercutiram no próprio Cais José Estelita e nos seus entornos.

Esse aparente “silenciamento” abriu uma lacuna para que a própria comunidade recifense, em algumas de suas representações de grupo, dessem formas outras ao local, novamente investido afetivamente e em período de ruptura, tensão e transição. Esses grupos guiados pelos direcionamentos construídos a partir das tensões de diferentes prospecções de futuro, entre 2012-2015, fez com que a outras partes da comunidade pernambucana começassem a construir significados sobre esse lugar “outra vez pertencente à cidade” (S₀’), estabelecendo formas de se relacionar com a região. Esta ASD, assim sendo, promoveu novas significações e ações frente ao investimento afetivo coletivo feito ao local, trazendo um novo público a região: moradores de rua e pessoas sem-teto em busca de um lar.

Assim, novas pessoas são atraídas a região e passam a tentar ocupar regiões limítrofes ao CJE. Não obtendo sucesso, deslocaram-se para áreas que tiveram ligação direta com os conflitos mais recentes: as linhas férreas de acesso ao CJE e em terrenos ociosos, próximo ao pontilhão do metrô e à Rua Cabo Eutrópio, provocando certas transformações na Av. Sul (região a oeste do CJE) e na região residencial do local (região a sul do CJE). Sarmiento (2014), retratando o processo de abandono da região circunscrita pela Av. Sul sinaliza:

Em nenhum lugar no Recife há contraste maior entre nome e realidade. A Rua Imperial é uma antítese gritante de si mesma. A altivez ficou no passado. A via está encravada no coração da cidade e, ao mesmo tempo, parece fora dela. Os casarios históricos descascam de indiferença, ao menos 15% dos imóveis estão desocupados segundo o último levantamento, a prostituição e o crack viraram inquilinos, os engarrafamentos não escolhem dia nem hora e, a cada chuva, os alagamentos reinam. Um posto de gasolina fechado, cercado por tapumes, exemplifica: ali, naquele pedaço de terra carente de investimento e atenção, pouca coisa sobrevive (n.p).

Essas duas regiões fronteiriças ao CJE – área residencial e da Avenida Sul – continuaram, em alguma medida, em um processo de abandono guiado pela ASD S₁ em que o próprio CJE se encontrava até pouco tempo. Ambas as regiões, analogamente ao passado recente do CJE, foram palco de disputas e tentativas de desapropriação e indenização das pessoas que lá habitavam e trabalhavam. O conflito entre pessoas <> Governo tinha forte apelo à implantação de diversos projetos de urbanismo análogos ao CJE, produzidos por esse novo direcionamento S₀’ (Lugar outra vez pertencente à cidade), como foi referenciado por Moisés (69 anos, comerciante) ao citar as tentativas de desapropriar os imóveis da região ou criar impostos para que forçassem os moradores e comerciantes saírem da região, fato que foi parcialmente impedido por ações públicas judiciais ganhas. Na mesma medida, surgiram diversas propostas de futuro que foram abandonadas, devido resistências da comunidade, que permanecem na região até então.

Por fim, a região que margeia a bacia portuária (região ao leste do CJE), apesar de, parte dela, ter sido projetada imaginando-se um lugar de convívio social, permaneceu isolada, em muito pela desconexão com as demais regiões em seu entorno, principalmente a região do Forte das Cinco Pontas e da Avenida Sul. No entanto, medidas por parte da Prefeitura do Recife tentaram minimizar esses efeitos, promovendo corridas, faixas para ciclismo e outros eventos para que a população utilizasse esse espaço, ainda que sem grande sucesso ou adesão.

Eventos como esse, seja na região residencial, Avenida Sul e bacia portuária apontavam para uma política que foi construída a partir do direcionamento S₀' que tentava, através de políticas de imaginação, reintegrar o Cais José Estelita ao cenário pernambucano. Aparentemente baseada no que fora imaginado no projeto proposto e aprovado pela Prefeitura do Recife, no final de 2014, essa dinâmica de negociação indivíduo<>sociedade veio se sustentando até final de 2018, quando um novo tempo surgiu.

4.5 O TEMPO DE CONSTRUIR

No entanto, com lançamento e confirmação do planejamento para que seja iniciada a primeira etapa do novo Projeto pensado pelo Consórcio Novo Recife, fez-se necessário buscar políticas que pudessem viabilizá-lo, evitando-se posteriores problemas para data prevista para início das obras, março de 2019. Nesse ponto, a nova ASD S₀' (lugar outra vez pertencente à cidade) produziu e deu novos contornos a dinâmica social existente no Cais José Estelita, promovendo novas formas institucionalizadas para intervir na região, tanto por parte da Prefeitura, quanto pelo Consórcio.

Por parte da Prefeitura, segundo referiu Douglas (50 anos, morador de rua), houve a viabilização de diversos projetos para o público que lá circula (residentes, comerciantes, moradores da ocupação ou moradores de rua) através da representação de agentes comunitários, agentes do governo, e políticas públicas; Por outro lado, foram encontradas peças publicitadas voltadas para o público pernambucano em geral, que sinalizam o desejo de se construir um novo Recife, no entanto, sem citar o Projeto que estava prestes a iniciar.

As ocupações às margens do trem, então, são reconhecidas pela Prefeitura do Recife, como comunidade “Linha Ferraz” e passam a ter um diálogo ativo em busca de assistência, projetando-se sua realocação para outra região periférica em que há a expectativa da entrega de novas moradias. Outra medida, segundo Douglas, que emerge na região é a incursão de assistentes sociais que passam a prestar apoio aos moradores de rua, propondo uma rede de apoio e acolhimento para todos, garantindo que encontrarão melhores regiões e serviços.

Entende-se que, nessa dinâmica, deu-se espaço para que o Mirante do Cais possa surgir, sem haver conflitos com os públicos que lá estão, em outras palavras, buscou-se evitar

manifestações de resistências que inter cruzam-se no cenário pernambucano a partir de outros direcionamentos sociais existentes e produzidos ao longo das últimas décadas para região.

Na mesma medida, o Consórcio Novo Recife também promoveu peças de marketing visando promover seu empreendimento, Mirante do Cais, e alcançar o público que poderia adquirir os imóveis, orçados na casa de milhões de reais, e promover o uso da região pela camada mais rica da sociedade pernambucana. De outro lado, também é perceptível um direcionamento específico de afastamento aos públicos que, no presente momento, circulam, fazem morada ou comercializam algo nos entornos do Cais José Estelita. Dessa forma, as peças de marketing não foram veiculadas em mídias abertas, numa aparente reelaboração a fim de evitar possíveis resistências imaginadas para que a informação não chegasse a certa parte da sociedade pernambucana, que poderia, novamente, insurgir um movimento social contrário a execução do projeto (Notas do Diário de Campo).

As pessoas representadas pelas intervenções institucionais, governamentais e não-governamentais, produziram significados e produtos, a partir dos direcionamentos de S_0 visando contornar as possíveis resistências prospectadas pelo passado recente de manifestos contrários ao projeto e reconstroem um futuro utópico que, a priori, e segundo versa, melhor para todos os públicos, antes em conflito.

Em outras palavras, promoveu-se a saída dessas pessoas para regiões periféricas, sob o argumento que estariam reintegrando-as à dinâmica social do Recife. Ao mesmo tempo, promoveram o surgimento de uma nova relação do Cais José Estelita com camadas mais ricas da sociedade pernambucana para que se aproximem dessa região sob a expectativa de que ela se torne a mais nova área nobre do Centro do Recife.

4.6 IMPLICAÇÕES DO PESQUISADOR

Aqui, fez-se uso de articulações que envolvem concepções teóricas de Avenidas de Significados Dirigidos (LYRA; VALÉRIO; WAGONER, 2014), atrelada a concepção de políticas de imaginação (GLAVEANU; DE SAINT-LAURENT, 2015; BRESCÓ DE LUNA, 2018). Compreendidas como complementares entre si, as ASDs surgem como um processo semiótico de possibilidades de construções de significados únicas por parte de indivíduos<>sociedade, expressas tanto na história individual de cada um quanto em manifestações/produtos de níveis mesossociais e macrossociais. As políticas de imaginação e rememoração, por sua vez, são manifestações diversas, produtos elaborados, fenômenos das trocas de significados coletivos. Nesse ponto, não há ponto de origem ou fim, mas um ciclo desencadeado por sínteses decorrente de processos de tensões e negociações das diversas manifestações individuais que produzem significados partilhados coletivamente.

Logo, destaca-se no corrente capítulo a emergência de Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs) distintas ao longo da história do Cais José Estelita. Essas, exploradas a partir de uma dinâmica singular da sociedade pernambucana, fez levantar especulações como uma sociedade atribui significados aos locais edificadas e significados a partir do que esse grupo considera como importante de se preservar ou até mesmo de (re) construir dentro daquilo que se imagina sobre seu passado e futuro.

Quando nos debruçamos sobre a história do Cais José Estelita, fizeram-se ponderações sobre quais tipos de dinâmicas ocorriam à época que deflagraram possíveis políticas de imaginação e rememoração ligadas à região de interesse nessa pesquisa. Desvelou-se então, a possibilidade de pensar como esse espaço é significado e torna-se lugar de (des) uso por uma determinada sociedade.

Obviamente, essa análise aqui construída retrata um recorte baseado em informações históricas da região ou do próprio cenário sócio-político-econômico do estado de Pernambuco, entendidas como ferramentas culturais que funcionam como objetos de propagação de uma memória coletiva válida das origens pernambucanas. Esses materiais, aqui explorados, foram atravessados também pelos significados elaborados pelo próprio pesquisador, enquanto cidadão pernambucano, desde o nascimento, e que se constituiu dentro dessa cultura que cria, em tempo que é modificada, cidadãos que cunham certo senso de identidade através desse meio cultural.

Assim, ao tratar desse percurso histórico, e como foi possível compreender o fluxo social adotado sobre região, são feitas delimitações históricas de possíveis tempos surgidos na sociedade pernambucana, expressos através dos “tempo de fundação”, “tempo de abandono”, “tempo de planejar”, “tempo de ocupar” e “tempo de construir”, são circunscritos a fim de dar um sentido específico sobre como a sociedade Pernambucana, em nível institucional, debruça-se sobre a região, buscando moderar possibilidades de relação da sociedade pernambucana. Isso não se deu, de forma alguma, de uma maneira homogênea, trazendo reflexos únicos nos habitantes da cidade do Recife, sendo esse um recorte de uma dinâmica ainda mais ampla.

Para que isso fosse efetivado, surgem possíveis direcionamentos (ASDs), em cada uma dessas épocas, nomeados como “lugar pertencente à cidade” (S_0), “lugar não-pertencente à cidade” (S_1) e “lugar outra vez pertencente à cidade” (S_0'). Elas foram elaboradas através de um crivo analítico do pesquisador tentando explorar como elas surgiram a partir de um fenômeno que atravessava diversas esferas e interações sociais, impossíveis de remontar ou compreendê-las em sua totalidade. No entanto, a busca pela compreensão do surgimento dessas ASDs, expressos nas diversas manifestações culturais, remonta a ideia de que, quando

foram instituídas, circunscrevem signos-significados no espaço urbano, a fim de promover uma determinada identidade coletiva, ratificando um determinado passado e promovendo uma possibilidade de futuro desejado e que repercutiram ao longo da história e trazem seu reflexo no momento em que a pesquisa ocorreu.

Cada uma dessas ASDs, enquanto fenômeno individual-coletivo dos tempos aqui circunscritos, se apresentam e se sustentaram não apenas pelo desencadear de um nível coletivo dentro da sociedade, mas também na interação e na significação singular de cada um dos seus habitantes. De outra forma, elas se propagam através da cultura individual de cada um, gerando um complexo processo semiótico que leva sua influência através do tempo, não havendo mais necessariamente relação com o que a fez surgir, sendo remontada e reelaborada na vida única de cada sujeito.

Estas, por sua vez, promovem novas manifestações comunitárias e da sociedade de uma maneira mais ampla. Dessa forma, seria impossível imaginar que em cada um desses tempos descritos anteriormente, haveria total ausência de algumas das ASDs antes criadas. Considerando-se que há, no entanto, menor influência, posta como plano de fundo, mas que seguem ofertando possibilidades de significados aos indivíduos que delas podem fazer uso.

Em outras palavras, remontar a influência dessas ASDs e a própria história do Cais José Estelita, torno-me um quarto elemento dessa análise. Nesse processo quase que de um arqueólogo, busquei construir significados em pistas deixadas por um passado que não mais pode ser revivido. Para tal faço uso dos próprios significados que compõe a cultura pernambucana e que retratam a própria cultura pessoal por mim construída. Todas elas engrenagens necessárias para reconstruir um possível cenário e suas decorrentes possibilidades de ação. Essa construção, então, sempre será um misto entre produtos de um passado que não se pode mais retornar e o presente vivenciado e significado por mim.

Esses elementos acima elencados, então, criam o primeiro dos pilares que servirá como um plano de fundo para a compreensão das construções elaboradas no estudo de caso posteriormente apresentado. Nele, será possível buscar conexões entre a história do participante, do pesquisador e do próprio Cais José Estelita, que se inter cruzarão no desbravar da unidade de análise de interesse nessa pesquisa: relação indivíduo<>cidade através dos processos cognitivos de rememoração e imaginação.

5 OBSERVAÇÃO (AUTO) ETNOGRÁFICA E O CAIS JOSÉ ESTELITA

Nesse capítulo será explorada a utilização e implicações da observação etnográfica na região do Cais José Estelita. Para tal, será feito uso tanto de aspectos relativos a maneira com que o pesquisador já se relacionava com a região anteriormente a efetivamente conhecê-la, até o período e compreensões feitas posteriormente.

5.1 A MEMÓRIA COLETIVA E O PESQUISADOR

No decurso da constituição de uma cidade, diversos significados são partilhados para que os indivíduos que lá vivem possam constituir-se enquanto membros de um determinado grupo, de forma que as aspirações partilhadas, bem como os mitos que sustentam esse lugar sejam comuns. Esse processo se dá de uma maneira dinâmica em que sujeito e cultura, bidireccionalmente, promovem mudanças nessas negociações promovidas pelos signos construídos e interpretados, que possuem uma relativa estabilidade, mas, também, se transformam ao longo do tempo.

Nessa direção é importante ressaltar que, como habitante de Pernambuco e nascido em Recife, faço parte da rede de significados daqueles que aqui habitam. A identidade coletiva, bem como projeto de passado e futuro da comunidade de Recife fazem parte do meu próprio processo identitário, fruto de uma separação inclusiva indivíduo<>cultura. Essa consideração leva a um grande apelo e referencia sobre como o próprio pesquisador compreende e interpreta o passado coletivo de Pernambuco, em que, a partir de suas reconstruções, compreende e entende sua “pernambucanidade” e a expressa dentro da dinâmica urbana de Recife. Nesse ponto, signos que permeiam, direcionam e impedem possibilidades de ação sobre mim já compõe possíveis elaborações minhas, dado meu pertencimento a cultura e cotidiano da cidade. Estes me fizeram criar uma rota sobre como chegar ao objeto de pesquisa em questão – o Cais José Estelita.

Assim, fruto de direcionamentos que me levaram a estudar processos cognitivos (demanda institucional do mestrado) relacionados à memória e imaginação (motivação minha) na relação do sujeito<>espaço físico (indicação da minha orientadora Maria Lyra) me fez tomar a decisão de explorar a região do Cais José Estelita, motivado pela recente tensão da nossa sociedade pernambucana, e assim a pergunta se fez: “o que vai ser feito nessa região?”.

No entanto, ainda assim sabia que alguns anos antes houve uma grande mobilização da nossa sociedade e que debates públicos, ocupações na região, eventos culturais e conflitos quando houve intervenções do executivo para reintegração de posse. Nesse processo, pedidos de revitalização do lugar, tombamento e mudanças no projeto inicialmente pensado por um consórcio imobiliário, estavam postos em prova, em grande medida pela ambivalência sobre o

que melhor integraria a própria identidade urbana da cidade do Recife, o que melhor nos representaria.

Em outras palavras, mesmo sem efetivamente estar no campo, já fazia parte dele, já havia sinais, mesmo que elementares, que o constituíam imaginativamente, sendo importante referência para se explorar como elas se atualizam e ampliam a partir da experiência e elaborações minhas, atravessadas pela história de transformações da região e seus entornos. Sendo assim, considerei que os processos de produção de significados que seriam desencadeados pela minha chegada a região também seriam guiados pelas memórias coletivas e políticas de imaginação que aqui existem e fariam parte da construção da pesquisa (desde aspectos metodológicos a formas de análise) até os dados aqui apresentados e analisados.

Ou seja, o encontro com essa região seria importante objeto de análise, pois poderia trazer elementos outros sobre como daria sentido a esse lugar. Assim, como primeiro momento da pesquisa, realizou-se tanto uma autoetnografia, definida por Chang (2008 apud Santos, 2017) a partir de três orientações: a) Orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; b) Orientação cultural – cuja base é a interpretação dos fatores vividos (a partir da memória), do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e dos fenômenos sociais investigados; e c) a orientação do conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo.

Também foi utilizadas referências da uma observação etnográfica de rua, entendida como “método utilizado por um etnógrafo através de um deslocamento em sua própria cidade na interpretação das figurações da vida social na cidade [...] em que o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana na e pela imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigado”. (ROCHA; ECKERT, 2003, p.03)

Com este propósito esse capítulo dedica-se a explorar como o pesquisador torna-se o primeiro participante que é passivo de análises nessa pesquisa. Para tal, atrelada às observações etnográficas, propôs-se uma análise a partir de observações autoetnográficas, explorando o contato pesquisador<>comunidade<>ambiente, onde o objetivo foi, sobretudo, iniciar a pesquisa através das impressões (afetivas/emocionais) construídas e percebidas do pesquisador sobre o espaço e daqueles que lá circulam. Para tal, foram realizadas, ao todo, 06 visitas a região visando uma primeira compreensão da dinâmica social da região, explorar a arquitetura e fazer os primeiros contatos com pessoas que lá circulam. Em seguida, ocorreram outras visitas que, concomitantemente, trouxeram novas observações do pesquisador sobre a região através das sucessivas interações mais elaboradas com os habitantes da região, a partir do que foi construído nas primeiras visitas.

5.2 ENCONTRO COM A REGIÃO: A OBSERVAÇÃO (AUTO) ETNOGRÁFICA

Entendendo-se a cidade como um signo (KHARLAMOV, 2012), partiu-se para a região do Centro do Recife, particularmente com a região onde fica o CJE, pensando em compreender o passado da região enquanto um não habitante da região que a visita. Como base na autoetnografia e etnografia de rua, observam-se os próprios significados construídos pelo pesquisador nessa vivência com o CJE e seus entornos. Assim, entende-se que a cidade é composta por uma gama de signos-significados construídos ao longo de uma história que conduz a reconstruir o mundo objetivo que diríamos “natural” e o mundo de signos reconstruídos que orienta nossos processos de construção de significados. (VALSINER, 2012). Vale lembrar que, nesse aspecto, a região do CJE foi construída historicamente a partir de direcionamentos que produziram a ASD S₀ (lugar pertencente à cidade) e que fora posta em plano de fundo pela influência dos direcionamentos que produziram a ASD S₁ (lugar não pertencente à cidade); Delas surgiu uma terceira ASD S₀' (lugar outra vez pertencente à cidade), predominante no tempo em que a pesquisa ocorreu.

Como experiência que podemos sintetizar, a região do CJE foi delimitada em quatro subespaços nos seus entornos, regiões que se tornaram alvo nessa pesquisa. Cada uma dessas regiões apresentou uma arquitetura e dinâmica social específica que, no encontro com o pesquisador, produziram sentimentos e significados distintos, promovendo a escolha de dois deles por demonstrarem dinâmicas análogas as existentes na história do Cais José Estelita e que, parecem ter sido produzidas e promotoras das Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs), já referidas, construídas na sociedade Pernambucana e que foram direcionadas àqueles que se relacionavam com próprio CJE.

Essa construção foi elaborada a partir da experiência do pesquisador através da inserção etnográfica do pesquisador na região, em que pode dar sentido à arquitetura dos entornos do CJE e através de contato e observação dos habitantes na região. Assim, através de uma dinâmica que envolve pesquisador<>espaço<>habitantes. Dela, definiu-se 04 sub-regiões (figura 20) que foram posteriormente guias para a escolha dos habitantes que participaram das conversas e entrevistas que compuseram o capítulo anterior (capítulo 4), o presente capítulo (capítulo 5) e o estudo de caso do capítulo seguinte (capítulo 6).

Figura 20 - Subregiões dos arredores do Cais José Estelita



Fonte: Adaptada do Google Maps (2018)

5.2.1 A região leste

Chegando lá, pelo acesso norte, a primeira sensação que tive era que não poderia passar muito tempo na região. Inóspito, o fluxo na região se resume a passagem de veículos, quase não havendo pessoas que lá circulem. Do lado do calçadão lajeado, eventuais ciclistas passavam em direção à cidade. Do outro lado, podia-se ver, esporadicamente, a movimentação de moradores de rua e carroceiros que entravam no Cais José Estelita para saquear restos de materiais dos armazéns destruídos.

Na verdade, percebi que não havia possibilidade de chegar nessa região pela região norte a não ser de veículo: não havia como pessoas andarem pela região leste vindo da direção da região central do Recife, dado que o viaduto não permitia passagem de pedestres (figura 21). Em outras palavras, nenhuma das duas calçadas levava a lugar algum, não havia uma conexão delas com a região norte, numa clara descontinuidade sem explicação aparente.

Figura 21: Região Leste do Cais José Estelita – Calçadão Lajeado sem saída



Fonte: o próprio autor, 2018.

Essa região é cortada por duas grandes avenidas em linha reta, divididas por um canteiro com vegetação alta que atravessa todo esse cenário. Sua arquitetura, igualmente, mostra uma tensão entre opostos: a) o calçadão lajeado, conservado e que parece convidativo à permanência para transitar nele (figura 22); b) margens do CJE em que a calçada de terra depredada e muros desgastados promoveram uma grande sensação de abandono (Figura 23).

Figura 22: Região Leste do Cais José Estelita – Calçadão Lajeado



Fonte: o próprio autor, 2018.

A região leste provoca uma grande ambivalência, em grande medida por serem produtos de tensões do cenário pernambucano. Do lado da construção mais recente, composto por um calçadão lajeado, conservado, com bancos, iluminação pública e de uma bela visão panorâmica da Bacia do rio Capibaribe, surge como um espaço que pode ser usado, porém, não reconhecido pela sociedade pernambucana, reflexos do “tempo de abandonar” e “tempo de construir”. Dessa forma, apesar desse espaço remeter a visão dos calçadões de Boa viagem (região de classe média e alta pernambucana), produzindo aparente importância e cenário postal, esse lugar carece efetivamente de pessoas circulando e fazendo uso dele.

Figura 23 - Região Leste do Cais José Estelita – Calçadão depredado

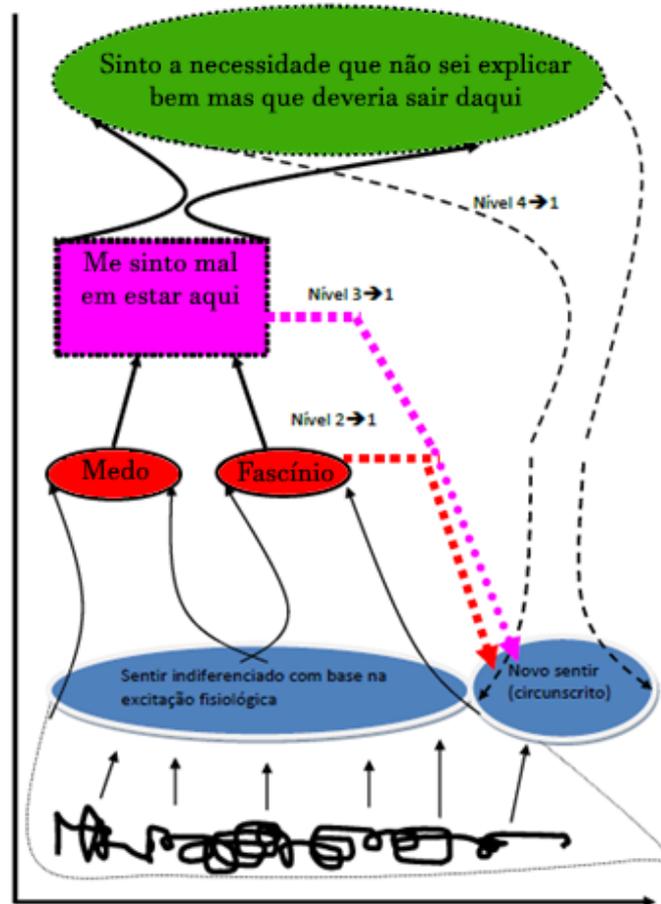


Fonte: o próprio autor, 2018.

E isso, em alguma medida, parece se efetivar pelo complemento feito pelo lado oposto, a construção mais antiga, marcada por uma construção que remete ao produto provocado pelas elaborações expressas no “tempo de abandono”. Sem sequer uma calçada construída para transitar por esse lado da avenida, ela retratou, na impressão do pesquisador, o abandono produzido pelas pessoas que compõe a sociedade pernambucana, em suas diversas instâncias. De forma que, o que resta, são paredes pichadas, muros depredados e com construções inacabadas que escondem, em parte, os galpões e outras construções internas, também em avançado estado de deterioração.

De forma geral, essa região me passou uma sensação estranha, algo entre medo e fascínio, mas que me põe a querer sair da região. Assim, a região leste, toma formas de um lugar de extrema tensão: *“um lugar que se deve estar, mas não posso ficar ou mesmo chegar”*. A figura 24 adaptada de VALSINER (2012) exhibe a abstração afetiva que essa região provocou no pesquisador:

Figura 24 - Abstração afetiva do pesquisador na região Leste



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)

Em posteriores encontros uma dupla impressão é construída dessa região, é possível ver dois locais de grande tensão da história da sociedade pernambucana: a) as torres gêmeas: obra da Moura Dubeux (construtora voltada para os grandes empreendimentos imobiliários, sobretudo para as classes mais favorecidas) que foi igualmente contestada por destoar do projeto arquitetônico do Recife e que foi concluída em meio a uma vitória judicial da empresa; b) Brasília teimosa: região na margem oposta da bacia do rio, que nos anos 50, foi local de resistência ao que fora projetado pelo governo da época, havendo vitória da população que ocupou e transformou a região em área residencial.

A composição desses dois cenários, em certa medida, parece refletir a própria história do CJE na última década. Reforçando a tensão arquitetônica, agora na própria paisagem sentida e significada pelo pesquisador. No entanto, esse local foi considerado como de pequena importância na escolha de participantes por não trazer sensação de segurança necessária para estar e realizar entrevistas nem ser local de moradia, comércio ou lazer para eles, mas com grande potencial para campo de pesquisa e análise em pesquisas futuras.

5.2.2 A região Oeste

Composta também por duas grandes avenidas, igualmente divididas por um canteiro, tal qual a região Leste, contudo, com uma vegetação diferente, com árvores maiores e mais dispersas entre si. Havia calçadas em ambos os lados e paradas de ônibus no canteiro central (sinais de uma maior movimentação na região). Essa área, como um todo, é mais homogênea, se comparada às tensões existentes na região leste: as cores, formas e cenário são bastante familiares entre si e promovem a sensação de certa homogeneidade. Os tons monocromáticos ou com pinturas desgastadas e as diversas pichações ou grafiteagem, coexistem com calçadas mal preservadas.

Os edifícios (comerciais e galpões) bastante degradados, em grande maioria fechados e abandonados, intercalam-se com alguns, ainda ativos, de cunho comercial (figura 25). Nos muros que dividem a região com os antigos trilhos de trem, era possível também ver portas que pareciam ser residências da suposta “invasão” por pessoas da região (figura 26). De forma que essa região, em muito, para o pesquisador, se assemelhasse ao abandono e a história do próprio CJE.

Figura 25 - A região Oeste e seu centro comercial



Fonte: o próprio autor, 2018.

Vale salientar que o acesso a essa região se deu por Taxi, momento em que o motorista me informou de forma taxativa sobre o perigo que eu estaria correndo nessa região

por ocorrerem muitos assaltos, principalmente se seguisse rumo à região sul. No entanto, estranhamente, esse lugar foi compreendido como um lugar que poderia buscar alguma assistência relacionada à busca de serviços e manutenção de instrumentos, um lugar que poderia transitar. As pessoas que circulam e mantêm algum estabelecimento na região são de origem humilde e que possuem vínculos antigos com essa região, fato que posteriormente pude perceber que contribuiu para o sentimento de poder transitar, dado minha própria história de vida em regiões de população com baixa condição financeira.

Figura 26 - Região Oeste e acesso a ocupação estabelecida na linha férrea

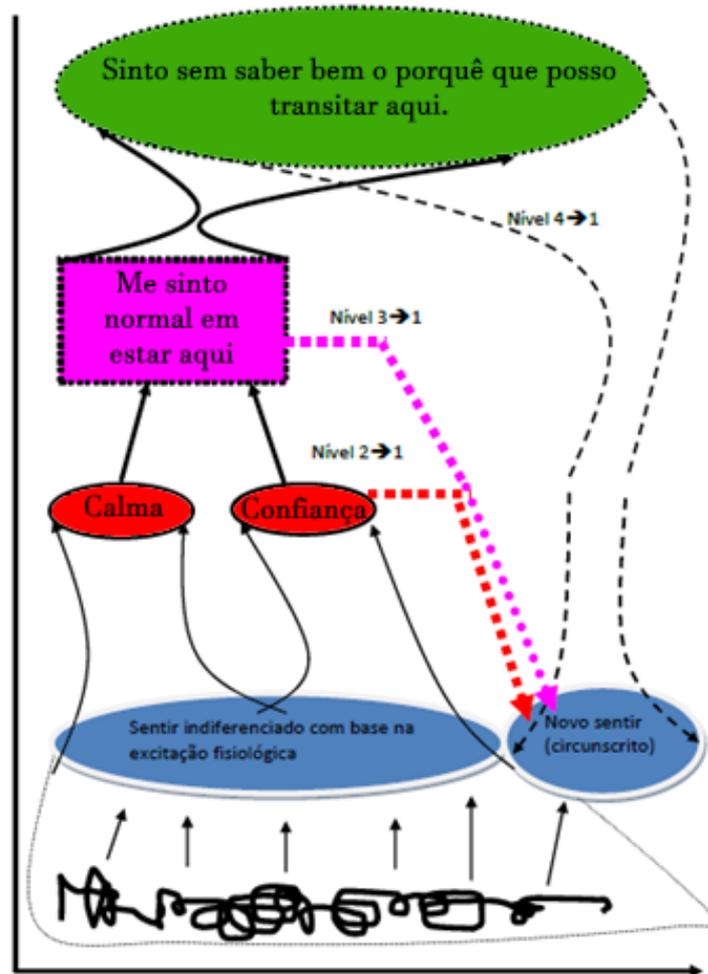


Fonte: o próprio autor, 2018.

Em posteriores visitas, foi possível ver grande relação com uma avenida paralela em que há diversas conexões com essa região: Rua Imperial. Essa rua, igualmente a Avenida Sul possui análogo processo de degradação e abandono, com diversos estabelecimentos fechados, formando o conjunto da região Oeste.

Dela, é possível perceber, na sua arquitetônica, mais fortemente a influência do “tempo de abandono” pelo aparente desinvestimento na região. Fato que parece conflitar ainda pelos comércios antigos que persistem em continuar na região e trazem consigo alguma movimentação social a região, produtos de uma época dos tempos de pertencimento à cidade (tempo de fundação) era mais evidente. Dessa síntese, entre arquitetônica e dinâmica social, a região tornou-se uma área que me deixava à vontade de permanecer. A região Oeste, em alguma medida, se constrói como: *“Um lugar abandonado que se pode transitar”*. A figura 27 (adaptada de VALSINER, 2012) exhibe a abstração afetiva para essa região:

Figura 27 - Abstração afetiva do pesquisador na região Oeste



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)

Assim, decorrente dessa elaboração, foi decidido que essa seria uma das áreas para construção dos dados junto à população local, tanto em conversas informais quanto entrevistas com um dos habitantes da região. Essa escolha se deu devido a: a) sensação de abandono que a arquitetura promovia e que, em muito, parecia relacionar-se com o abandono do Cais José Estelita; b) o caráter de transitoriedade percebida na dinâmica social, em que pessoas de outras regiões circulavam e algumas outras estabeleceram longa relação através do comércio e algumas raras moradias.

5.2.3 A região Sul

A primeira visita a região Sul se deu por um acesso existente na região Oeste. Surpreso, percebi que, na verdade, precisaria passar por um declive, quase um túnel. Com uma parte alagada, havia um estreito caminho que me permitia passar sem molhar os pés, com alguma dificuldade (em destaque na Figura 28). No momento, lembrei-me das entradas para regiões subterrâneas que levam a metrô ou esgotos, costumeiramente representados em

filmes norte americanos, imaginando que poderia ser encurralado lá e ser assaltado, busco passar rapidamente, sem haver qualquer incidente.

Figura 28 - Acesso da Região Oeste para Região sul



Fonte: o próprio autor, 2018.

Do outro lado, pela primeira vez, encontrei um cenário que me surpreendeu. Não poderia imaginar entrar em uma região residencial, organizada, arborizada e com fachadas preservadas diversas cores, composições e texturas, bem como ruas asfaltadas (figura 29). E que contrastavam com extensos muros que separavam a ocupação da linha férrea da área residencial.

Essa região é composta de, pelo menos, três comunidades distintas: moradores de residência fixa, da ocupação – estabelecida às margens da linha férrea – e moradores de rua. A dinâmica desses grupos me fez perceber certa tensão que se expressava na própria arquitetônica que parecem estabelecer certo isolamento entre as pessoas, de cada grupo, e o espaço comum.

5.2.3.1 Os Moradores da Vila de Moradores (residência fixa)

Na Vila de moradores, local edificado quase que conjuntamente com o Cais José Estelita, foi observado, além das casa dos moradores de residência fixa, algumas empresas de atividades diversas, bem como um fraco comércio ambulante. A região havia um fluxo de pessoas transitando e algumas raras conversando pelas ruas.

Essa região, em grande medida, parece remeter as influências e direcionamentos remanescentes do tempo de fundação (ASD S_0) e do tempo de planejar a cidade (ASD S_0'), ora pelas casas com fachadas e arquiteturas mais antigas e outras com uma arquitetura moderna. No entanto, quase todas as casas pareciam “hermeticamente fechadas” (Figura 29),

havendo, em algumas delas, ainda condições de ver parte do terraço, mas nada além disso e pouca incidência.

Figura 29 - Região Sul e a área residencial



Fonte: o próprio autor, 2018.

Estar nessa região é como fosse percebida fronteiras rígidas estabelecidas entre o que é patrimônio privado do que é espaço público, causando, no pesquisador, certo receio de entrar em contato com os moradores dessas residências (“Será que também serei considerado um estranho não desejado?” (sic)). Assim, a construção e forma que são dispostas as casas e suas respectivas calçadas, tão bem cuidadas quanto as fachadas da casa, faziam alusão a um domínio que abruptamente sai do âmbito público para um âmbito privado, sem uma continuidade ou transicionalidade, como se fossem dois mundos que não se comunicam, interagem ou que teriam tal pretensão.

5.2.3.2 Dos moradores da ocupação

Ao longo dos muros que separam a região residencial das linhas dos trens, as quais eu evitei assim que cheguei à região, formam-se dois campos de moradia ocupação<>bairro (figura 30). Nesse segundo, os muros e acessos para chegar a área de ocupação criam uma forte impressão que não é possível saber o que se passa no seu interior. Quase sem haver passagens para pessoas, da ocupação, deslocarem-se para região residencial. Os poucos acessos existentes não pareciam convidativos para transpassar, trazendo uma sensação semelhante às moradias do bairro, só que com maior sensação de perigo promovida pelos relatos das pessoas da região da violência e muitos assaltos.

Figura 30 - Região sul e Acesso à região de Ocupação das linhas férreas



Fonte: o próprio autor, 2018.

Essa região da ocupação, como já mencionado, surgiu em meados de 2014 e parece ter forte influência do “tempo de planejar”, em que pessoas de diversas regiões do Recife e zona metropolitana passam a buscar formas de fazer uso a uma região investida afetivamente e controversa quanto a seu futuro.

No entanto, em conversas informais com Douglas (50 anos) e seu grupo de moradores de rua, Elizabeth (62 anos) e alguns de seus vizinhos da vila de moradores, bem como Moisés (69 anos) e colegas comerciantes, há nessa área uma persistente busca por um lar, edificado nela, ou pela expectativa de serem inclusos em alguma política pública para abrir espaço no local para o contestado empreendimento pensado para região. Segundo Elizabeth (62 anos), alguns dos “invasores” (sic) construíram “barracos” (sic) e lá vivem enquanto outros construíram e venderam suas moradas para terceiros.

5.2.3.3 Dos moradores de rua

Por fim, numa região descampada às margens do próprio CJE, em que alguns materiais de construção, caminhões se faziam presente, próximo a um campo de futebol. Essa região (Figura 31) quase não há moradores da vila ou da ocupação circulando, sendo local de uso dos moradores de rua que fazem seus lares abaixo dos viadutos que entrecortam essa área.

Figura 31 - Região Sul – área dos moradores de rua



Fonte: o próprio autor, 2018.

Em conversa com Vera (70 anos) – que construiu sua casa aproveitando a estrutura do viaduto – foi explicitado que essa região foi alvo de diversas intervenções do Estado, desde a retirada de antigas moradias que lá ou dos acampamentos realizados na época das disputas envolvendo o Cais José Estelita. No entanto, ela ainda destacou que apesar de frequentemente se ver poucas pessoas dos três públicos naquela área, ainda assim a percebe como uma área comum a todos e que poucos efetivamente fazem uso, ora pela falta de atratividade ora pela violência que tem crescido na região.

Dessas reconstruções diversas, reflexos desses tempos passados, significados guiados por ASDs diversas surgem e promovem memórias que referenciam a região como: a) local de convívio de trabalhadores do CJE (referência ao “tempo de fundação” e ASD “lugar pertencente à cidade”); b) ao processo de abandono trazido a região na construção desses viadutos e também pelas desocupações existentes (referência ao “tempo de abandono” e ASD “lugar não pertencente à cidade”); e c) pelo conflito que trouxe maior tensão a região e que produziu e continua a produzir sentidos diversos (referência ao “tempo de ocupar” ou “tempo de planejar” e ASD “lugar novamente pertencente à cidade”).

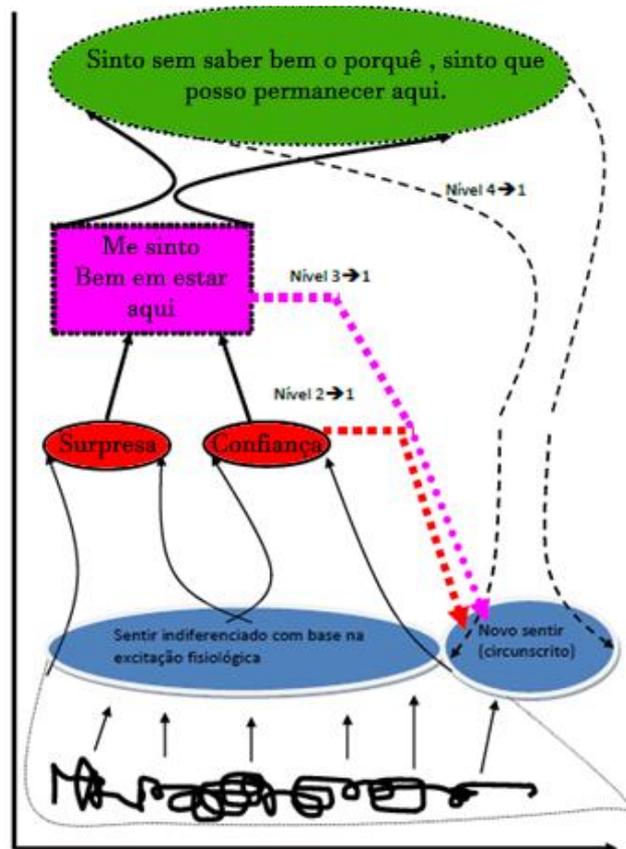
5.2.3.4 Das impressões gerais do pesquisador

É possível, pois, perceber uma divisão entre lar<>não-é-meu-lar, entendendo-se o primeiro como um lugar simbólico construído de conforto (VALSINER, 2014) para aqueles que lá vivem em contraposição a um espaço de grande tensão e estranho. Aqui, soa como se os tempos passados (tempo de fundação, tempo de abandono e tempo de reconstruir) parecem direcionar e compor os processos de significação daqueles que lá habitam e que, de alguma forma, também promoveram sensações e construções no próprio pesquisador e na sua relação com a região.

Aqui, os três momentos do Cais José Estelita, parecem ser ativamente reconstruídos na dinâmica social passada e presente. Não à toa, não me sinto confortável nem em entrar em contato com os moradores indo diretamente nas residências, tão pouco de adentrar na região da ocupação. Sinto-me como um forasteiro que não é bem vindo, que, no entanto, posso circular sem maiores problemas. Assim sendo, o único ponto de maior acessibilidade foi o dos moradores de rua, área que, para o pesquisador, parece ser comum a toda comunidade que já fez, ou seguia fazendo, algum uso social.

Em toda medida, a síntese das impressões que essa região passou a sensação, diferentemente dos anteriores, em que, apesar do receio e estranheza, me faz tê-la como um *“lugar de moradia e comércio em que posso transitar e permanecer”*, talvez, balizado pela proximidade que a região possui com a região em que habito. A figura 32 (adaptada de VALSINER, 2012) exhibe a abstração afetiva que essa região provocou no pesquisador:

Figura 32 - Abstração afetiva do pesquisador na região Sul



Fonte: Adaptada de Valsiner (2012)

Essa região, então, foi eleita como local de grande potencial para compreensão dos impactos da história do Cais José Estelita na relação que as pessoas que lá estão. Essa possibilidade parece potencializar-se pela compreensão de que as tensões e transformações lá existentes, nos tempos antes delimitados, poderiam potencializar a emergência de significados

construídos pelas pessoas que lá estão serem guiados por possíveis ASDs construídas (em particular, através de uma dinâmica com instituições privadas e governamentais). Todos esses direcionamentos, passados e presentes, parecem ter contribuído para a história e edificação da região junto às pessoas que lá habitam, sendo, então, nela o local que no qual foi escolhida a pessoa para o estudo de caso (analisado neste trabalho), Douglas (50 anos, morador de rua).

5.2.4 A região Norte

Última região visitada, essa região já era conhecida pelo pesquisador, que a época, nunca tinha percebido sua proximidade com o CJE. Região bastante integrada ao centro do Recife onde há diversos comércios, igrejas e eventos sociais na região, inclusive, alguns já anteriormente vivenciados pelo próprio pesquisador.

Coincidentemente, essa é a região que quase não se percebe a presença do Cais José Estelita. Ele próprio parece estar alheio a essa zona, escondido ora pelo Forte das Cinco Pontas ora pelo viaduto construído na região, a área mais vívida de todas, em muito, é aquela que menos o CJE se presentifica (figura 33).

Figura 33 - Região Norte – área comercial



Fonte: o próprio autor, 2018.

Essa região, no entanto, mostra integração com o centro comercial do Recife. Destaca-se ainda que apesar da evidente tensão entre diversas formas arquitetônicas, entre o que é antigo (as igrejas e Forte das Cinco pontas) e o Recife centro comercial – populoso e de grande atividade comercial, social e de novas construções revitalizadas (como a do Marco Zero) e outras que destoam, através da sua arquitetura, das demais (Torres Gêmeas).

Na região norte ainda foi possível ver ruas que ligam a vielas que conectam a várias regiões centrais do comércio do Recife. Lá há diversas igrejas em funcionamento ou

não e comércios variados: alimentícios, informais, de construção e eletrônicos. Destaca-se a existência do Forte das Cinco Pontas (figura 34):

O Forte das Cinco Pontas está localizado no bairro de São José, construído pelos holandeses, em 1630. Por volta 1654, após ter expulsos, os portugueses assumiram o forte. Em 1684, foi reconstruído, com um novo traçado: o número de bastiões foi reduzido de cinco para quatro e hoje é um museu com diversos itens sobre a história de Pernambuco (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

Essa, então, é a região mais vívida e intensa das quatro regiões observadas nos arredores do CJE. Pessoas e carros circulam de forma que a cidade pulsa de diversas formas distintas. Diferentes perfis de pessoas podem ser vistas: comerciantes (tecidos, alimentação e itens de utilidade doméstica), moradores da região, transeuntes de diversas regiões do Recife que lá chegam de carro, ônibus ou a pé. Em outras palavras, *“é um lugar que faço parte”*.

Figura 34 - Vista aérea do Forte das Cinco pontas



Fonte: Martins, 2017.

Essa construção, entretanto, levou a decisão de que essa região não seria explorada nessa pesquisa. Essa decisão foi atravessada, principalmente, pela aparente sensação de desconexão entre a região norte e o objeto de estudo da pesquisa, o Cais José Estelita. Poucas alterações, ao longo das últimas décadas foram relatadas a circulação da população pernambucana segue similar, não sendo percebidas produções, edificadas ou simbólicas, da presença ou influência, dos tempos retratados na história do CJE.

5.3 IMPLICAÇÕES DO PESQUISADOR

Esse capítulo é o segundo passo para tentar relacionar, dessa vez, o impacto da região (ideal e material) do Cais José Estelita (CJE) sobre o próprio pesquisador e como foi produzido significados para circunscrevê-las. Como etnógrafo, buscou resquícios de uma história construída através do passado da região a partir de aspectos arquitetônicos, urbanísticos e discursivos (nos contatos com seus habitantes), onde ambos promoveram a construção de diferentes significados para corrente pesquisa. Essas considerações levaram em conta, então, desde monumentos e aspectos arquitetônicos até o fluxo de vida, de pessoas que lá circulam e promovem diversas manifestações sociais, individuais e coletivas.

Remonta-se, nesse capítulo, a história da relação pesquisador<>cidade, fazendo uso de conceitos ligados à etnografia de rua (ROCHA; EKCERT, 2003) e etnografia urbana (MAGNANI, 2002) e autoetnografia (SANTOS, 2017), em que o andar livremente pela cidade permitindo ser afetados pelos significados que lá emergem na relação pesquisador<>ambiente torna-se guia para compreensão da região em suas diversas manifestações social.

Para tal, o pesquisador, em sua análise, fez elaborações que serviram de base para reconstruir tempos históricos (elaborados no capítulo 4) que estavam encarnados nas relações dos habitantes entre eles e com a região edificada. Em outras palavras, esses produtos e direcionamentos da comunidade reconstroem-se no decorrer das observações etnográficas e são transmitidos através das pessoas que lá fizeram/fazem sua história de vida e dos impactos decorrentes sobre a dinâmica da região e arquitetônica edificada.

Vale lembrar que o capítulo anterior (capítulo 4), foi cronologicamente construído a posteriori à experiência aqui relatada, sendo objetivo reconstruir o passado histórico da região a partir dos significados emergentes das percepções e pistas sobre o que poderia ser falado a respeito da história da região e das pessoas que lá circulam. Essa proposição acabou sendo mola propulsora para um novo tipo de análise: qual a qualidade da relação do pesquisador com a região? Desses encontros quais significados emergiram sobre o Cais José Estelita e seus entornos?

Nesse ponto, observou-se a elaboração de significados antes postos e a promoção de outros novos elaborados através do contato com a dinâmica social da região e a arquitetônica edificada produziu também sensações e sentimentos que direcionaram certas ações, inclusive, expressas na corrente pesquisa. Essas significações foram influenciadas por fatores ambientes, compreendidos pelos produtos arquitetônicos produzidos durante os tempos historicamente reconstruídos e promoveram a emergência de algumas ASDs aqui discutidas.

As experiências e diálogos decorrentes das entrevistas com os três principais habitantes da região e outros representantes de seu grupo forneceram uma rica experiência das relações entre um emaranhado de signos que estão promovidos na região e que permitem reconstruções e orientações sobre a própria história de vida de cada pessoa, seja em suas ações no passado, no presente e num futuro imaginado. Portanto, deflagra-se a unidade de análise aqui expressa desse trabalho através da relação entre sujeito<>cidade.

Assim, a partir de ícones, índices e decorrentes símbolos percebidos e construídos pelo pesquisador para composição de signos-significados a respeito da região, promoveram a circunscrição de regiões que se relacionavam com o próprio CJE (naquele momento interdito para o acesso da população em geral). Eles também provocaram sentimentos e sensações diversas a depender do local que o pesquisador visitou, circunscrevendo-as. Todos eles, por sua vez, compuseram o plano de fundo de análise para o estudo de caso e direcionaram as futuras ações, trazendo indagações e reflexões sobre a região, bem como circunscrevendo outros fenômenos sociais, explícitos e implícitos na dinâmica da região.

Essas relações foram percebidas a partir da história construída através de elementos da região que – numa posterior análise – fez-se pensar como tais elementos históricos puderam produzir significados distintos para essas circunscrições e conseqüentes mudanças na dinâmica social da região. O que fica claro, nesse ponto, que esses significados que fizeram delimitar a *região norte*, *região sul*, *região leste* e *região oeste*, retratam regiões em que os direcionamentos promoveram ações distintas da comunidade, provocando modificações na própria dinâmica e construção urbana.

De um lado, apontou-se a *região Norte* como a mais próxima da realidade pensada para a região central do Recife, local que, inclusive, o pesquisador por várias vezes transitou ao longo da sua vida sem, no entanto, sequer dar-se conta que o Cais José Estelita era tão próximo. Pouco se percebeu de tensões que poderiam ser úteis à investigação, apesar da estranheza gerada pelo pesquisador nunca ter se dado conta da proximidade do CJE.

De outro lado, a região que mais trouxe admiração ao pesquisador foi aquela que menor havia o uso da população pernambucana, a *região Leste*. Mobilizado pela paisagem e evidentes tensões dos significados expressos na arquitetura dessa região, apontava a quase um abandono social da região em que quase ninguém fazia uso dela. Isso impossibilitou realizar entrevistas com pessoas que lá circulavam.

Já *regiões Oeste* e *região Sul*, que foram escolhidas como regiões para compreensão da relação da população<>cidade, remontam, em ambos os casos, mas de formas distintas, uma tensão manifesta e latente das tensões vividas na região. Desde ocupações desencadeadas

por uma população carente de Pernambuco, até construções que denunciavam ora o abandono ora a possibilidade de uma renovação da região. Ambas promoviam dinâmicas sociais particulares, transformando a *região Oeste* num lugar em que o comércio era dominante e, na *região Sul*, uma área residencial manifesta.

Pode-se ainda pensar que os projetos de futuro pensados para a área do Cais José Estelita ao longo do tempo, eventualmente, englobaram seus entornos, provocando impactos diversos a cada uma das esferas de experiência dos que lá circulam e circulavam. A partir dos entornos da região do Cais José Estelita, aqui analisados, foi percebido que suas arquitetônicas passaram por transformações em que destruíram e reconstruíram possibilidades do que a região poderia ser para aqueles que por ela transitam.

Vale ainda salientar que essas experiências também direcionaram as posteriores pesquisas bibliográficas a respeito da história da região, compondo a análise descrita no capítulo anterior (capítulo 4), que não conta – a primeira vista – apenas com registros literários históricos da região, mas conta também com a contribuição de diversas pessoas e seus discursos registrados durante o período em que o pesquisador esteve presente na região. Em outras palavras, a possibilidade de estar em contato com a região através de uma proposta de observação etnográfica permitiu dar luz a novas formas de explorar a história da região e compreender melhor como ela influenciou a comunidade que lá vivia desde a época que o Cais José Estelita foi fundado e esteve em funcionamento.

6 O MORADOR DE RUA DO CJE E O PESQUISADOR

O primeiro encontro do pesquisador com a comunidade de moradores de rua, localizada nos entornos dos viadutos que existem na *região sul* do Cais José Estelita, foi em meio a desconfianças e receios. Com um grupo formado por seis homens e duas mulheres, eles se revezavam em busca de formas de sustento para o grupo e, eventualmente, acolhiam outras pessoas, em caráter transitório, que chegavam à região e que, por algum motivo, não tinham condições de ter um lugar para morar ou retornar para suas casas. Nesse ponto, eles se definiam como um grupo aberto a estrangeiros e necessitados de algum tipo de ajuda.

Os primeiros contatos com essa comunidade foram permeados por desconfianças, expressas direta ou indiretamente pelos seus membros. Essa desconfiança decorria da possibilidade do pesquisador ser um policial disfarçado em busca de informações sobre alguma pessoa ou grupo de pessoas, o que criou uma barreira entre pesquisador e comunidade sobre o que poderia ser dito ou explicitado. Dessa forma, foi tomada a decisão de realizar outras visitas ao grupo a fim de conversar informalmente com eles, sem objetivo de realizar entrevistas gravadas, mas tratando de aspectos que ora tratavam sobre dúvidas com a pesquisa, ora tratava da própria vida e rotina deles.

Nesse processo um mínimo de confiança com o grupo foi estabelecida, em maior medida, quando tive conhecimento da causa do recém-chegado ao grupo, uma das pessoas que estava com o grupo de moradores de rua em caráter transitório e que, sem sucesso, tinha vindo a Recife por uma promessa de emprego que não se efetivou, deixando-o sem ter condições de retornar para casa, em outro estado do nordeste. Entre o movimento do grupo e aspectos da minha própria história de vida, me senti motivado a ajudá-lo. No entanto, para minha surpresa, essa postura tomada provocou certa abertura e reconhecimento do grupo por mim, a partir daquele momento eu era um estrangeiro bem recebido no grupo deles. Daí em diante todos ficaram um pouco mais à vontade comigo, algo meu foi reconhecido como semelhante para o grupo deles, talvez pelo caráter de assistência, talvez por se importar.

A despeito da possibilidade de ser um agente público disfarçado, aspecto em nenhum momento superado pelo grupo, ao longo dos encontros e conversas, aquele morador que sempre estava em todas as visitas feitas, mostrou-se disponível para realizar a entrevista, apesar de o grupo ter solicitado que a entrevista fosse realizada coletivamente em meio à roda de conversas que diariamente ocorria, numa aparente tentativa de regular o que seria dito. No entanto, Douglas (50 anos) mostrou-se disponível e consentiu conversar diretamente comigo sem a participação do grupo, mostrando-se sempre disponível e aberto a diálogos diversos. Aqui, pode-se pensar na primeira Esfera de Experiência para produção de significados de

Douglas: Participante-Pesquisador (EPP) em que está atravessada pela história do pesquisador com o grupo e com o próprio participante.

Douglas, morador de rua da região sul do Cais José Estelita tem uma trajetória de vida ligada ao Cais José Estelita. Desde sua infância, até os momentos atuais, ele construiu diversas experiências na região, criando significados que orientaram sua relação com a região como um lugar ao qual pertence e que se desdobra em um “lugar para viver” e um “lugar de riqueza e trabalho”. Essas duas significações foram e são postas em prova através de direcionamentos sociais ao longo de sua vida e que possibilitaram tomar caminhos na sua vida em momentos de rupturas através das negociações ocorridas entre cultura pessoal de Douglas e a cultura coletiva, promovida nos tempos diversos que se antecederam e sucederam.

Impulsionado a lidar com os direcionamentos existentes na sociedade Pernambucana, encarnados na região (ver Capítulo 06), com prevalência e alternâncias de significados que remontam o “tempo de fundação” e o “tempo de abandono”, Douglas aproximou-se e distanciou-se da região ao longo de quase duas décadas. No final de 2014, o participante retornou a região em que hoje se encontra, sob essa condição de morador de rua, pouco após o intenso conflito existente sobre o futuro da região do CJE, que paralisou o processo de destruição-construção daquela região pelo Projeto Novo Recife, momento em que o novo “tempo de planejar” produzia e reconstruía novos horizontes para projeto de futuro do CJE.

Nessas reconstruções foi possível também perceber alguns direcionamentos sociais decorrentes de uma nova ASD que não foi proposta de ser analisada nessa pesquisa quando analisamos as sucessivas transformações sofridas por essa região. Essa nova ASD se referia às Políticas Públicas que se direcionavam, particularmente, as populações menos favorecidas do cenário pernambucano e a chamaremos de “Sp” das quais Douglas fez parte em algum momento de sua vida. Essa dinâmica entre as ASDs (S_0 , S_1 , S_0' e Sp) compuseram a segunda esfera de experiência de Douglas que é levada em conta nessa pesquisa que chamamos de Participante e sua história (EPH).

Os encontros com Douglas foram divididos em dois momentos, todos situados na região dos viadutos que chamamos de *região Sul*, onde poderia ser visto os muros do CJE, ou seja, alguns prédios antigos e parte dos armazéns, o calçadão construído posteriormente na região, o rio e mangues existentes na região. Também era possível ver, ao longe, as residências dos moradores (da ocupação da linha férrea e casas do bairro) e um grande descampado, sem utilidade aparente, elementos que compõe a terceira esfera de experiência para construção de significados: Participante-ambiente (EPA).

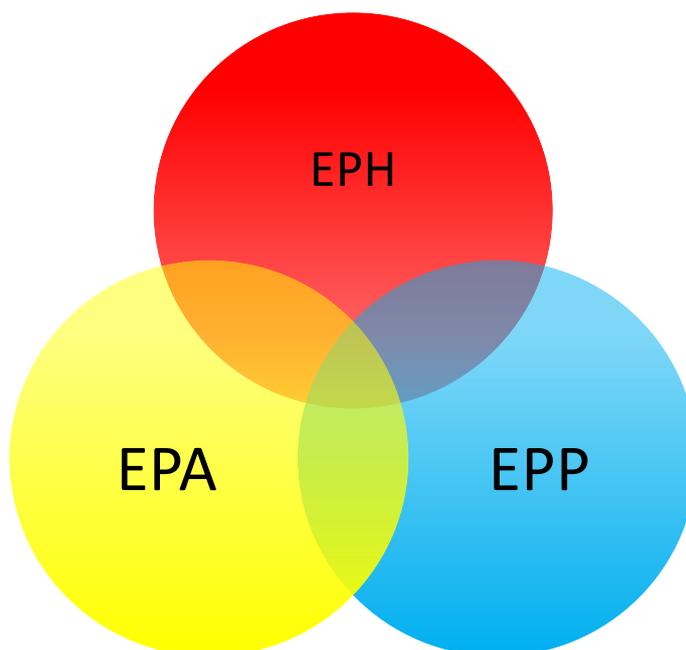
O primeiro desses momentos se deu durante o período denominado, no capítulo 3, por “tempo de ocupar”, tendo sido realizado cerca de 10 encontros com Douglas, sozinho ou junto com a comunidade. E um segundo momento posterior, 04 meses após, que se situou no “tempo de construir”, através de 02 encontros individuais com Douglas. Nesses momentos o participante, a partir de processos imaginativos, retrospectivos e prospectivos, construiu sua própria vida através de elaborações que resistiram, promoveram ou reconstruíram aquilo que a sociedade, à época e atualmente, ofertava para si como possibilidades de se relacionar com o espaço em que habita.

A análise, então, decorre do fenômeno que fez surgir, durante a pesquisa, dois tempos distintos na região do Cais José Estelita: “tempo de ocupar” e “tempo de construir”. Esse fenômeno promoveu a mudança das prospecções e rememorações elaboradas por Douglas, fazendo surgir, na reconstrução da mesma história de vida, rumos e eventos distintos a depender de que o tempo à entrevista ocorreu. Nesses dois momentos, um emaranhado de signos-significados que emergem na re(construção) feita por este participante foram analisados. Estes momentos, aqui entendidos como dois “tempos presentes” distintos, são orientados pela história de vida de Douglas em relação ao CJE rumo ao ponto de equifinalidade (*tornar o Cais José Estelita um lugar de pertencimento*).

Dessa forma, ao explorar a dinâmica no qual Douglas produz significados frente às tensões do contexto que está inserido, faz-se necessário observar os processos que compuseram a cultura pessoal de Douglas em negociação com a Cultura Coletiva, encarnada na região como signos que fizeram emergir desde projetos arquitetônicos até as relações que lá se estabelecem. Nesses momentos fez-se necessário enriquecer o aqui-agora tendo como um dos guias as Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs), que ofertaram alguns caminhos possíveis para (re)construção de significados para o participante desenvolveu sobre seu passado e futuro.

Sendo assim, as ASDs promoveram um campo que compõe um segmento da experiência analisada, explorada para construção das trajetórias de vida de Douglas a partir das três esferas de experiências: Participante-Pesquisador (EPP) e Participante-ambiente (EPA) e Participante e sua História de vida (Figura 35).

Figura 35 - O intercruzamento entre esferas de experiência.



Fonte: o próprio autor, 2018.

Assim, buscou-se realizar um retrato do encontro dessas três esferas de experiência que circunscreveram e afetaram, em alguma medida, as imaginações – rememorativas e prospectivas – por ele elaboradas, agindo com maior ou menor intensidade na elaboração das trajetórias de vida de Douglas aqui apresentadas.

6.1 DOS SIGNIFICADOS QUE COMPÕE AS TRAJETÓRIAS

Esse percurso histórico é aqui analisado a partir da tentativa de compreender como essa trajetória rememorada foi negociada na relação Douglas<>Sociedade Pernambucana, no tempo passado, bem como estas proporcionam possibilidades distintas nos diferentes tempos em que a entrevista aconteceu (ou seja, o primeiro grupo de entrevistas e o segundo, 04 meses após), explorando-se como essas mesmas ASDs promovem possibilidades diversas de futuro a partir do momento específico em que elas ocorreram.

Isso se deu, primeiramente, reconstruindo a história de vida de Douglas. Esse processo ocorreu através de processos rememorativos, biográficos, construídos a partir de aspectos distintos ao longo das entrevistas. Essa compreensão se deu através da emergência dos significados dentro de um contexto específico, no qual pode ser subdividido em: a) significados partilhados na relação com outro parcialmente estranho e ameaçador para Douglas; b) pelos vetores de ações escolhidos através dos direcionamentos sociais presentes no passado da história do participante na região – inacessível enquanto uma verdade absoluta; c) as ASDs existentes e atualizadas no momento presente (“tempo de planejar” ou “tempo de

construir”); d) como se deu a rememoração e imaginação do futuro a partir das influências das ASDs disponíveis e construídas pelo participante.

Dessa maneira, duas análises decorrem dessas entrevistas. A primeira remonta a como a história de vida de Douglas foi influenciada pelas ASDs naquela época, explorando-se como, ao longo do tempo, promoveram e provocaram mudanças através de rupturas e ambivalências. Nessa análise, buscou-se explorar como o participante resistiu, modificou, abandonou ou criou outras possibilidades de pertencer ao Cais José Estelita frente aos direcionamentos da sociedade para região.

A segunda análise remonta a como os significados emergentes dos processos rememorativos e imaginativos foram influenciados pela predominância ou composição das diversas ASDs no momento em que a entrevista aconteceu. Nessa análise, exploraram-se como esses significados relacionam-se uns com os outros e promovem diferentes passados que alimentam, ou são alimentados, por futuros imaginados distintos.

No caso em questão, grande parte dos gatilhos utilizados e percebidos ao longo das entrevistas se deu a partir da oferta do próprio pesquisador através de perguntas ou tarefas em que o participante foi demandado a tentar construir significados a respeito do que era proposto. Assim, a partir desse direcionamento específico se desencadeou diversos processos imaginativos a fim de resolver as tensões decorrentes desse encontro pesquisador<>participante, visando lidar com as tensões vividas nessa relação, com a sociedade e com o ambiente em que se está inserido. Nesse sentido, o pesquisador esteve atento frente à emergência de possíveis emoções que emergissem dessas interações, a fim de melhor explorar conteúdos que emergissem desses afetos.

Dentre os recursos que foram utilizados por Douglas ao longo da construção de sua trajetória de vida passada, estão: a) Ferramentas culturais que estão dispostas no ambiente das entrevistas e, em particular, que compuseram o cenário como a arquitetura das edificações e o ambiente de modo geral; b) Percepções do presente decorrentes das relações participante<>pesquisador, bem como aspectos do ambiente em geral; c) todas as experiências passadas de Douglas, que são reconstruídas imaginativamente; d) Aspectos ligados a direcionamentos da cultura coletiva, em particular, àquelas relacionadas à produção de Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs) e suas decorrentes manifestações sociais através de políticas de rememoração e imaginação, bem como manifestos de outros grupos contrários a norma, valores e ideias estabelecidas.

Assim, quando Douglas rememorou seu passado, alguns dos significados construídos ao longo desse distanciamento parcial do aqui-agora foram influenciados por todo contexto

em que estávamos inseridos. Desde o relacional (consigo, com pesquisador e com outros imaginados), social (sociedade, comunidade, família ou grupo de moradores de rua), bem como ambiental (edificado ou natural).

6.1.1 Do local da entrevista

O uso de ferramentas culturais observadas nos processos cognitivos estudados relaciona-se com a arquitetônica da região, em particular o Cais José Estelita, e o ambiente natural que cercava a região, como rios e maré, locais em que as entrevistas ocorreram e onde Douglas se estabeleceu. Dessa forma, do local da entrevista, em particular, era possível ver os muros do CJE, como também alguns prédios antigos e parte dos armazéns, o calçadão construído posteriormente na região, o rio e mangues existentes na região. Também era possível ver, ao longe, as residências dos moradores (da ocupação da linha férrea e casas do bairro) e um grande descampado, sem utilidade aparente. Esses ambientes, com frequência, compuseram os processos rememorativos e imaginativos ao longo da reconstrução de sua história de vida.

Ou seja, todos esses elementos que rodeavam o cenário em que participante<>pesquisador se encontravam foram utilizados, em algum momento, como recurso imaginativo pelo participante, demarcando a inescapável influência do ambiente, do aqui-agora. Todas essas elaborações foram demarcadas pelo caráter afetivo e de frequente retorno, em sua fala, de elementos da paisagem, como quando referiu sobre a importância da preservação dos Armazéns e Silos da região, porque contam a história da região, ou ainda pela própria degradação vista na região decorrente da sua desativação ou ainda pela própria natureza que nos cercava. Todos esses elementos eram referência para sua própria história de vida como local de sustento e lazer. Em suas externalizações, Douglas falava de sua vida, articulando-a, como plano de fundo, elementos da região (inclusive objetivamente referenciando-os ao longo da entrevista). Desde mangues e rios até os armazéns e silos, todos referenciavam sua tentativa de subsistir na região, seja através de busca por oportunidades ou garantir ao menos sua alimentação. Desde a edificação de novas construções até a degradação de outras, várias apontavam para seu próprio processo de exclusão social e incerteza sobre sua vida e continuidade na região.

Quando Douglas referenciava sua história e a história do Cais José Estelita, é possível perceber como ambas se entrelaçavam ou até mesmo se confundiam. Douglas possuía uma função social reconhecida pela comunidade pernambucana, que perdeu por diversos fatores (que levaram a tornar-se morador de rua) e, portanto, estava em busca de outras novas formas de retomá-la, numa busca por um lugar para si e uma função que pudesse executar. Essa

dinâmica assemelha-se bastante à própria história do Cais José Estelita mencionado no capítulo 4. Assim, Douglas relacionou-se com a região desde sua infância até os momentos atuais, criou-se, pois, um enorme escopo de possibilidades do que poderia ser imaginado, retrospectivamente ou prospectivamente, a depender dos diversos fatores aqui elencados.

Dessa forma, ao longo de todas as entrevistas foi possível perceber que, por diversas vezes, Douglas chegava a apontar ou organizar suas elaborações através desse ambiente, tal como uma parte do processo semiótico imaginativo de rememoração e prospecção de futuro. Em particular, no caso Douglas há certa mistura entre o espaço (da entrevista e do CJE) com as rememorações do participante. Ou seja, a proximidade e afetação por signos emergentes da região promove um discurso em que a história dele e do CJE se confundem e, nas palavras de Douglas: *Eu mesmo fui desati...[Pausa] Foi desativado o armazém todinho ai.*

6.1.2 Do pesquisador

Naquilo que tange a relação com o pesquisador, como já fora mencionado, o encontro com o grupo de moradores de rua foi permeado pela desconfiança do grupo, decorrente da incerteza se, de fato, ele seria um pesquisador cientista ou um policial da segunda sessão disfarçado. Essa relação de desconfiança entre pesquisador<>grupo, em alguns momentos, direcionou a forma com que Douglas reconstruiu e expressou aspectos da sua vida, posicionando-se através de uma imagem ligada a uma pessoa trabalhadora que segue em busca de emprego, direcionando suas construções a alguém que poderia não reconhecê-lo como tal ou ainda considerá-lo como suspeito ou risco para a sociedade, fenômeno esse que desencadeou um tipo de ação quando encontrava o entrevistador para conversas ou entrevistas que muito chamou atenção: sempre mostrar a identidade e dizer que estava em busca das outras documentações para que pudesse conseguir emprego.

Essa postura de apresentar sua identidade em quase todos os encontros com o pesquisador despontou como ponto importante para compreensão desse encontro. Afinal, esse hábito permaneceu ao longo de quase toda relação Douglas<>pesquisador, e provavelmente aponta para um recurso que direcionou a produção e externalização de diversos significados produzidos ao longo das entrevistas, principalmente naquelas que tange sua própria vida e escolhas tomadas ao longo dela. Essa consideração aqui é entendida como se Douglas prospectasse, a partir das vivências e rememorações do passado, que poderia evitar problemas se sempre pudesse se identificar, evitando julgamentos prévios dos policiais (como ocorrido em outras épocas) que pudessem prejudicá-lo.

Apesar de inicialmente ser encarado com estranheza por mim, o hábito de Douglas mostrar a identidade, único dos moradores de rua a ter essa conduta, começou a fazer luz a

minha compreensão a partir de um momento em que se falava sobre o medo que a região provocava nas pessoas que lá circulavam. Essa indagação e posteriores elaborações tornaram-se guia para compreender a relação entre moradores de rua e a polícia (representante da instituição social governamental), pois os primeiros acabam sendo vistos como suspeitos de qualquer ato infracional ocorrido na região, por serem de um grupo considerado à margem da sociedade pernambucana, aspecto referenciado pelo próprio Douglas.

Esse aspecto segue ao longo de todos os encontros, com diversas passagens que surgem, a despeito, inclusive, do que estava sendo conversado no momento, quase que algo que irrompesse o discurso de Douglas, como fosse necessário ser dito para continuidade do encontro. Assim, Douglas referiu, algumas vezes, em sua história fazer uso desse comportamento sempre que era abordado por policiais, a fim de sinalizar que é um cidadão pernambucano e, como tal, merece o respeito e consideração deles, referindo outros eventos em que teve algum prejuízo porque fora confundido com algum ladrão: “*sequer pediram minha identidade*” (sic).

Dessa forma e de maneira ilustrativa, os aspectos ligados à relação imaginada pesquisador<>participante também conduziram determinadas externalizações dentro de um campo que expressasse também sua tentativa de manter uma relação de pertencimento com a sociedade pernambucana e com o CJE como “um lugar de sustento” e “um lugar para viver”.

No fim, a tentativa de Douglas de insistentemente endereçar ao pesquisador imaginado (estranho, pesquisador, psicólogo, policial ou cidadão da classe média pernambucana), sua condição de pertencimento a sociedade pernambucana, mais ou menos circunscrita a depender do contexto, aponta como principal campo de significados que guia as construções de Douglas e que já fora referenciando aqui como seu ponto de equifinalidade.

Esse aspecto faz pensar que dentre as possibilidades de significados, que tinham potencial de terem emergido nesse contexto, foram circunscritas, antes de tudo, nesse encontro imaginado estabelecido entre eu e Douglas, em que todas as possibilidades imaginadas que um tinha do outro foram expressas pela tensão em que nem eu sabia quem Douglas era, para além de um morador de rua, tão pouco ele sabia eu era, para além de um estranho que foi procurá-lo.

6.1.3 Das experiências passadas

Aqui, pode-se falar do tempo – inacessível – em que se deu a vida de Douglas e que, posteriormente, foi analisado dentro de um crivo situado nas reconstruções feitas por Douglas em um determinado momento (“tempo de ocupar” e “tempo de construir”). De toda maneira, é inegável que Douglas viveu e que isso está – de diversas formas – compondo a concepção

que ele construiu de si, bem como desenvolve a cultura pessoal manifesta em diálogo com a cultura coletiva de que faz parte. Logo, já como fora mencionado nos subtópicos anteriores, todas essas experiências revividas, imaginadas ou efetivadas, compuseram o horizonte de possibilidades no qual Douglas, junto ao pesquisador, se inseriu.

Em outras palavras, a histórias de ambos, juntamente com a da região, compuseram um tripé que circunscreveu os dados aqui construídos, de forma que as considerações, compreensões, intervenções e apontamentos dos diálogos aqui analisados são pequenos indicativos de uma experiência que ultrapassa, em muito, os dados construídos, havendo muitos pontos que podem ter sido sequer percebidos ou explorados nessa relação estabelecida entre as partes.

6.1.4 Da cultura coletiva através das ASDs

Quando tratamos da influência da cultura coletiva, em particular através das convenções partilhadas de valores, moral ou ideias (ZITTOUN; GILLESPE, 2016;), tratamos aqui a partir da proximidade dos direcionamentos sociais expressos através da influência das memórias coletivas (BRESÓ DE LUNA, 2017; DE SAINT-LAURENT, 2017a; DE SAINT LAURENT *et al*, 2017; GLAVEANU, 2017; MARKOVA, 2017; WAGONER, 2015), das políticas de rememoração (DE SAINT-LAURENT, 2018; DE SAINT-LAURENT, 2017a) e das políticas imaginação (DE SAINT-LAURENT, 2018; DE SAINT-LAURENT, 2017b; BRESÓ DE LUNA, 2018; POWER, 2018). Todas elas promoveram, ao longo da vida de Douglas, a possibilidade do surgimento de Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs) que o levou a elaborar possíveis caminhos para sua vida na região e que seguem presentes nos “tempo de ocupar” e “tempo de construir” (momentos da entrevista), possibilitando rememorações e prospecções únicas a partir das tensões e negociações da relação cultura pessoal<>cultura coletiva desse contexto específico ao longo dos encontros.

Todas as ASDs nas elaborações de Douglas são percebidas, nesse estudo, com uma forte vinculação com a região e a história do Cais José Estelita. Assim sendo, foi compreendido que esses direcionamentos foram expressos em manifestos sociais coletivos diversos (instituições governamentais, instituições não governamentais, e manifestos públicos de nichos da sociedade pernambucana) que se contrapuseram ou fortaleceram-se entre si para elaborar o futuro dessa coletividade para região.

Aqui se explora uma compreensão da teoria das Avenidas de Significados Dirigidos a fim de ampliar seu escopo, indo da particularidade de um indivíduo até níveis partilhados coletivamente. Se até então as ASDs eram entendidas como um fenômeno que ocorre no sujeito frente aos direcionamentos ofertados pela sociedade, agora se estabelece um ciclo em

que as ASDs também estão presentes no indivíduo e na cultura coletiva e, como tal, promovem o surgimento de ideais e materiais específicos que convencionalizam direções ofertadas para coletividade. Em outras palavras, as ASDs assumem outra função, pois permitiriam pensar que tanto a coletividade quanto o indivíduo elaboram signos-significados ou ferramentas culturais que estabeleceriam normatividades para um determinado grupo. Essa normalidade acordada e partilhada produziria seus efeitos através de direcionamentos diversos, em um ciclo constante de trocas, tensões e novas elaborações decorrentes das reconstruções e influências de outras direções também existentes na sociedade ou pela particularidade de cada indivíduo, que não são contempladas em sua plenitude pela norma social estabelecida.

Havendo essa consideração, as ASDs passariam a serem entendidas como um fenômeno que também guia coletividades a produzir produtos (signos-significados ou ferramentas culturais) que efetivariam, para o indivíduo, os direcionamentos sociais esperados para um membro incluso naquela cultura. Seriam produtos dessas ASDs, a nível coletivo, por exemplo, políticas governamentais expressas através de instituições governamentais ou não, ou ainda através de manifestos sociais favoráveis ou contrários a normalidade convencionalmente instituída.

Havendo essa consideração, as ASDs passariam a serem entendidas como um fenômeno que também guia coletividades a produzir produtos (signos-significados ou ferramentas culturais) que efetivariam, para o indivíduo, os direcionamentos sociais esperados para um membro incluso naquela cultura. Seriam produtos dessas ASDs, a nível coletivo, por exemplo, políticas governamentais expressas através de instituições governamentais ou não, ou ainda através de manifestos sociais favoráveis ou contrários a normalidade convencionalmente instituída, como já bem observaram os autores anteriormente citados.

No presente estudo, por exemplo, as políticas e intervenções institucionais direcionadas a região seriam, então, produtos coletivos das ASDs que retratariam a interação da sociedade com ambiente que ocupa, promovendo um senso do que deve pertencer a essa coletividade ou não. Então, quando aqui se sinalizou a existências de ASDs elaboradas por Douglas S₀, S₁ e S₀' a partir das políticas de imaginação e rememoração expressas na sociedade pernambucana, entende-se que estas mesmas, a nível coletivo, produziram expressões diferentes a depender do grupo social.

Não a toa que nos últimos tempos delineados no capítulo 4 “tempo de planejar”, “tempo de ocupar” e “tempo de construir”, todos são compreendidos como decorrentes da mesma ASD S₀' (tornar o lugar outra vez pertencente à cidade). Então, pensando a nível

coletivo, alguns nichos sociais foram levados a produzir prospecções diferentes para região a partir desse direcionamento que clamava para necessidade de modificar a forma que a coletividade lidava com a região. Dessa maneira, para além das políticas públicas governamentais instituídas, emergiram outros signos-significados de certas coletividades (desde a classe média alta até moradores de ruas) que passaram a negociar os melhores caminhos para região, elaborando outros novos produtos, visando direcionamentos normativos que minimizassem as tensões existentes, o que levou ao surgimento de outros novos projetos arquitetônicos para região e o surgimento de novas políticas públicas intervencionistas, reiniciando esse ciclo.

6.2 DA ELABORAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS TRAÇADAS

As trajetórias explicitadas foram construídas através das memórias e prospecções do discurso de Douglas, inspiradas a partir do modelo inspirado pelo TEA (SATO *et al*, 2014). Dessa forma, explorou-se como o Douglas, a partir de processos rememorativos e imaginativos, construiu significados sobre seu passado e possíveis futuros a partir da elaboração de suas trajetórias de vida na sua relação com a região.

No caso de Douglas, diversas ASDs estão presentes em suas reconstruções imaginativas, passadas e futuras, durante a entrevista. Dentre elas há aquelas que apontam para continuidade de uma relação Douglas<>CJE como lugar que pudesse pertencer, seja como “um lugar de sustento” ou “um lugar de moradia”. Bem como, há aquelas ligadas a um direcionamento social que busca isolar a região da dinâmica da sociedade pernambucana, retirando dele a maior parte das possibilidades de relação com o espaço, dando lugar a significados ligados a abandono e violência, frutos do “tempo de abandono”, um lugar que não pertence à cidade. E, ainda, outras que referenciam uma terceira ASD S₀' (lugar outra vez pertencente à cidade).

Todos os significados partilhados, construídos e explorados ao longo das entrevistas com Douglas passaram por um processo de condensação de significados e experiências através das externalizações de Douglas. Nesse sentido, alguns desses significados podem deslocar-se para diversas formas de expressão (ZITTOUN; GILLESPE, 2016; VALSINER 2012; 2014; WAGONER, 2017; ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015), como ocorreu através da expansão dos signos-significados, de “um lugar para viver” e de “um lugar de sustento” capitaneados por um mais amplo: “um lugar de pertencimento”, que orientava a busca por Douglas em reintegrar-se a sociedade pernambucana enquanto trabalhador e residente de alguma região.

Esses significados, atravessados por diversos direcionamentos sociais e ASDs, promoveram ideias ou sensações que se concretizaram em algum elemento compreendido, principalmente, pela busca de uma residência edificada na ocupação/Comunidade Linha Ferraz. Essa edificação é produto e promotora da maior parte das prospecções de Douglas ao longo do tempo que lá esteve, permitindo-o, de um lado, diferenciar, para si, o que é público<>privado e, do outro, o reinsere numa parcela da sociedade a qual as instituições que a regulam reconhecem e buscam forma de assisti-las.

Assim, quando Douglas se circunscreveu dentro de determinado grupo social, as possíveis ideias e direcionamentos propostos para esse grupo também compuseram o cenário que o fez dar sentido as experiências vividas enquanto integrante dessa coletividade, de forma que elaborações distintas emergiram enquanto ele reconstruía a própria concepção de si frente às possibilidades ofertadas pela sociedade para o grupo que fazia parte.

Isso pôde ser observado, por exemplo, através dos efeitos decorrentes das políticas públicas e ações do executivo promoveram sentimentos de raiva e angústia ao participante no primeiro momento de entrevistas, bem como felicidade e alívio no segundo momento. Esses sentimentos também participam desses processos de reconstrução de passado e futuro e que estão intimamente atravessados ao longo das entrevistas pela relação de Douglas com a sociedade, com o pesquisador, com o ambiente e consigo mesmo.

Dessa forma, foram traçadas duas possíveis trajetórias para atingir esse fim. Duas delas decorrentes do primeiro tempo de entrevista, trajetórias 01 e 02, nomeadas, respectivamente, como “Lugar de Sustento” e “Lugar para viver”. E depois outras duas, Trajetória 03 e 04, com os mesmos nomes. Todas, de diferentes formas, têm uma importante contribuição para compreensão das trajetórias de vida de Douglas na relação dele com o contexto e os afetos decorrentes de cada momento.

É importante destacar que apesar dos pares de trajetórias (01, 04) e (02, 03) terem o mesmo nome e fazerem referências a momentos passados e prospectados da vida de Douglas, elas foram construídas em dois momentos distintos da entrevista, em que houve modificações significativas no contexto da região e que fizeram o participante rememorar, prospectar e produzir significados a partir de contextos distintos.

Assim, quando as trajetórias 01 e 02 foram construídas junto com o participante, o contexto pernambucano, referente ao Cais José Estelita, encontrava-se em um momento em que as tensões que envolviam a região estavam latentes, à margem da discussão ou resolução. Em outras palavras, essas trajetórias foram construídas no momento histórico aqui destacado, no capítulo 3, como “tempo de ocupar”.

Por outro lado, as trajetórias 03 e 04 foram construídas junto com o participante, quando já estávamos em outro momento da sociedade pernambucana, em que as tensões a respeito do que iria acontecer com a região, a priori, foram resolvidas e efetivadas: as obras iriam começar dentro de 04 meses. Dessa forma, a elaboração dessas outras duas trajetórias, em certa medida, teve direcionamentos diferentes aos das primeiras entrevistas, estando, então, circunscritas dentro do último tempo elaborado no capítulo 3, com o nome “tempo de construir”.

Ou seja, apesar de em todos os momentos haver a influência dos direcionamentos sociais do passado-presente, bem como pelas ASDs aqui descritas e analisadas, elas interagiram, no participante, de formas distintas nos momentos “tempo de ocupar” e “tempo de reconstruir”. Nesses dois tempos houve particularidades e resoluções distintas para as elaborações de Douglas, que, por sua vez, afetaram os processos rememorativos e imaginativos sobre sua vida e sua relação com o Cais José Estelita. Essas elaborações, em acordo ou em tensão com as ASDs construídas a partir do que a sociedade pernambucana ao longo das últimas décadas (ver capítulo 3), interagiram também com a sub-região da pesquisa na qual foram realizadas as entrevistas e os significados construídos pelo pesquisador (ver capítulo 4) no encontro com a região e com seus habitantes, incluindo Douglas.

6.2.1 O tempo de ocupar: a tensão entre diversas ASDs

As trajetórias aqui descritas remetem a um primeiro momento de encontro com Douglas, referente, na trajetória histórica da região ao “tempo de ocupar” – momento em que as tensões a respeito da região estão latentes. Essas duas trajetórias ocorrem concomitantemente ao longo do tempo e são elaboradas remontando o decurso de vida dele desde épocas em que o Cais José Estelita ainda estava em funcionamento até o período dessas primeiras entrevistas, meados de 2018.

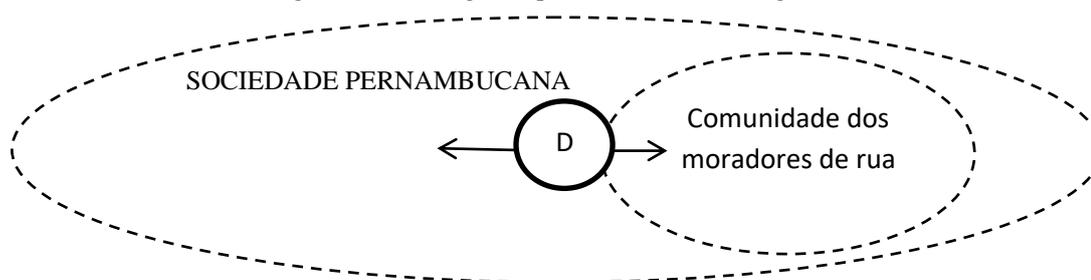
As elaborações realizadas nessa construção envolviam um pesquisador que compreendia que houve, no passado, tensões na região, e o futuro do lugar estava posto em cheque. Do outro lado, Douglas, alheio às essas informações e sentidos relacionados à própria figura do pesquisador, necessitou construir possibilidades a respeito desse encontro não esperado. Assim quando Douglas iniciou seu processo de reconstruir seu passado, fez uso de processos semióticos que lidassem com todos os ruídos possíveis nessa relação inalcançável de compreender e se fazer entender para outro distinto.

A partir dos signos marcados em sua própria história e na arquitetônica do CJE e, sobretudo, da *região sul*, Douglas (re) construiu imaginativamente, na sua relação com

possíveis audiências expressas na figura do pesquisador e além, sua própria história de vida, bem como elaborou possíveis futuros para si e para o lugar em questão.

As elaborações construídas por Douglas (D) traziam diversas tensões que emergiram na região, entrelaçando o passado e futuro imaginado por ele. Suas significações encontravam-se na ambivalência entre membro da sociedade pernambucana e membro da comunidade de moradores de rua (Figura 36), de forma que, as influências em suas significações possuem ordens diferentes e “pesos” diversos a depender do que elabora. Dessa forma, era comum, em algumas entrevistas, Douglas deslocar seu discurso para tratar problemas da sociedade pernambucana ou até mesmo brasileira, explorando questões relativas à política (de seus representantes), as medidas do executivo (policiais) e a medidas das Políticas Públicas (e das repercussões para si e para população de rua), estando, relacionadas, ou não, com sua história com o CJE.

Figura 36 - Um lugar de pertencimento de Douglas



Fonte: o próprio autor, 2018.

Nessas construções, em particular, pode-se ver a promoção de aspectos, tanto ligados a busca de Douglas por expressar este distanciamento de pessoas à margem da sociedade, ao mesmo tempo em que direciona seus significados àquele que considera um risco para si, caso o pesquisador seja de fato um policial. Essa tendência apontou para elaborações de aspectos genericamente partilhados sobre o que se espera de alguém que vive como morador de rua (por exemplo, potencial assaltante), ou daqueles que podem ter interesse em entrar em contato com eles (por exemplo, policiais ou bandidos).

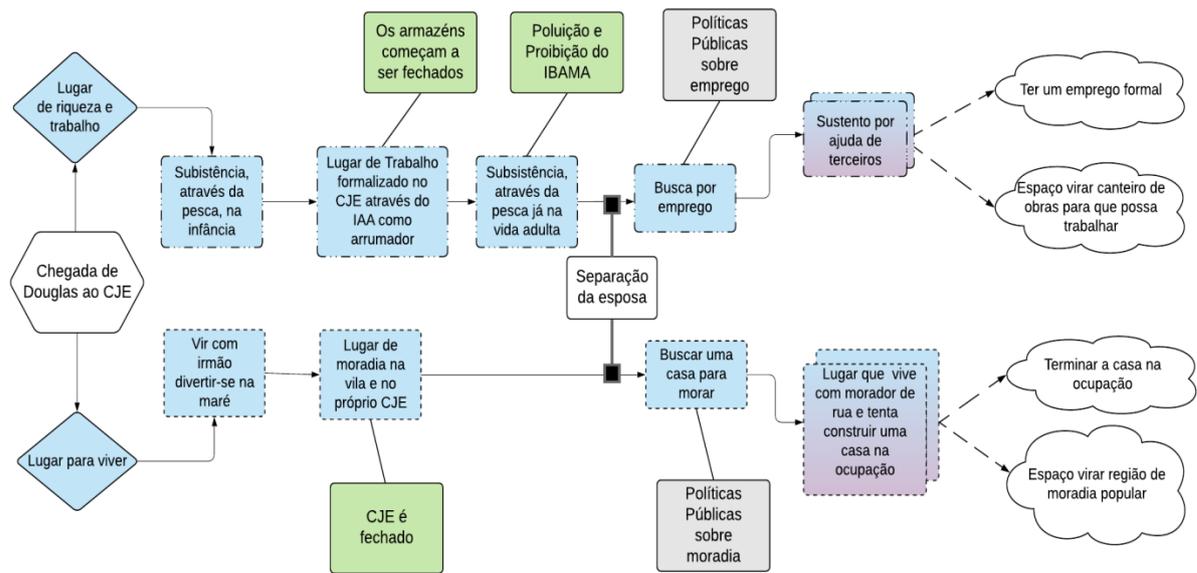
É importante ainda destacar que direcionamentos sociais retratados por políticas públicas promoveram ambivalências nas suas (re)construções de passado e futuro prospectados de Douglas. Isso se deu, principalmente, naquelas que tangem sua concepção de si enquanto morador de rua e que, contribuíram para sua busca por uma casa e opção por somente buscar emprego informal na região.

Essas elaborações do passado, destacadas pelos quadros tracejados, há certa predominância da ASD S₀, direcionamento que guiou a construção de significados que orientam a relação Douglas<>região. No entanto, em seus processos rememorativos, ele

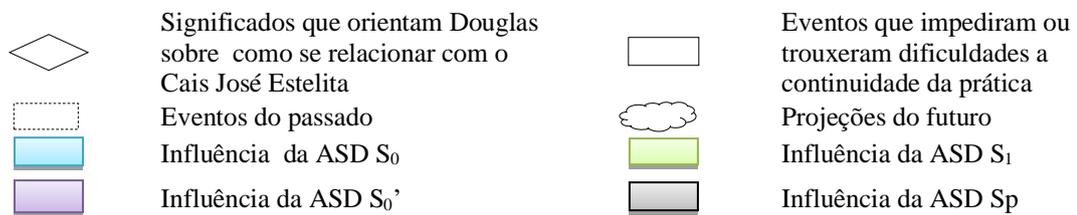
também (re)construiu momentos que apontam para ofertas da sociedade, produtos dos direcionamentos de S₁, S_p e S₀'. Esses produtos, aqui entendidos como políticas de imaginação sobre a região, o fez entrar em momentos de ambivalência e ruptura que mantiveram, modificaram, abandonaram ou criaram novas possibilidades de se relacionar e pertencer a região. Essas rupturas e ambivalências serão exploradas no subtópico seguinte para cada uma das concomitantes trajetórias descritas pela figura 34.

Destaca-se ainda que a ASD S₀', lugar novamente pertencente à cidade, pareceu promover uma nova forma de negociação de significados, no “tempo de ocupar”, representado na figura 34 por retângulos pontilhados sobrepostos, que minimiza ou modifica os efeitos das outras avenidas, pois acenam com melhores possibilidades de vida para Douglas. Essas prospecções apontavam para outras novas possibilidades de trabalho e moradia na região, apresentadas na figura 37 pelas nuvens.

Figura 37 - Trajetória de Vida de Douglas no “tempo de ocupar”



Fonte: Modelo adaptado de Sato (2016)



As influências dessas ASDs ao longo da história rememorada de Douglas serão alvo de uma análise melhor explorada nos subtópicos a seguir, em que, os caminhos percorridos por Douglas frente às possibilidades ofertadas pela sociedade promoveram reconstruções, e possibilidades de ação, através dos seus próprios significados elaborados frente essas tensões.

Na mesma medida, explora-se, como essa influência, no “tempo de ocupar”, também promoveram prospecções distintas para o participante.

6.2.1.1 Trajetória 01: Um lugar de sustento

As primeiras elaborações relacionadas ao Cais José Estelita (CJE), por Douglas, remetem a um momento em que o Cais José Estelita era considerado útil a sociedade pernambucana, de forma que a ASD S₀, estaria promovendo significações nas pessoas que se estabeleciam e transitavam pela região, um lugar pertencente à cidade, um lugar que Douglas pertencia.

A essa época, o CJE, para o participante, era um lugar que atendia seus anseios e necessidades, assumindo lugar de convivência e subsistência e promoveu o início dos signo-significados que orientaram sua relação como “lugar de sustento” desde então através da natureza que o circundava.

Essa região, então, tornou-se, para Douglas, um lugar que tem uma forte relação com sustento próprio. Esse lugar foi compreendido no encontro com Douglas como uma região de oportunidades frente às demandas da vida urbana recifense. A história do CJE e Douglas, ainda na infância, se deu com seus irmãos que visitavam o espaço para divertir-se, buscar alimentos e, posteriormente, fazer dessa prática sustento para si e sua família, através da comercialização do que era pescado na bacia e no mangue do rio que margeia o Cais José Estelita.

Douglas: Esse cais aqui era uma riqueza de pescaria. [...] Quando eu era pequeno, eu ia pescar Siri com meu irmão e vendia pra eles aqui mesmo [...] Como a gente tava liso, sem dinheiro, aí a gente ia arrumar um trocadozinho.

Esse signo-significado se amplia sobre o próprio Cais José Estelita no momento que passa a relacionar com os trabalhadores da região, público que consumia os pescados conseguidos por Douglas ou ofertava produtos que lá chegavam e que, por algum motivo, sobravam ou eram descartados.

Com o passar do tempo, o próprio Cais José Estelita tornou-se índice que ofertava outras novas possibilidades para efetivação de vetores de ação em buscar de ratificar enquanto um “lugar de sustento”. Essa região, na vida adulta de Douglas, deu margem para possibilidades laborais diferentes das que constituiu na infância, através da pesca. Douglas, adulto, trabalhou como arrumador nos armazéns que funcionavam na região na mesma época que o Cais José Estelita. Lá, associou-se a IAA (sindicado dos arrumadores) que cuidava das relações de trabalho dos arrumadores e armazéns existentes na região.

Douglas: Podia chegar com minha carteira aí, chegar com minha carteira, eu sendo sócio, eu trabalho. Era mostrar minha carteira e ai, pronto, trabalho

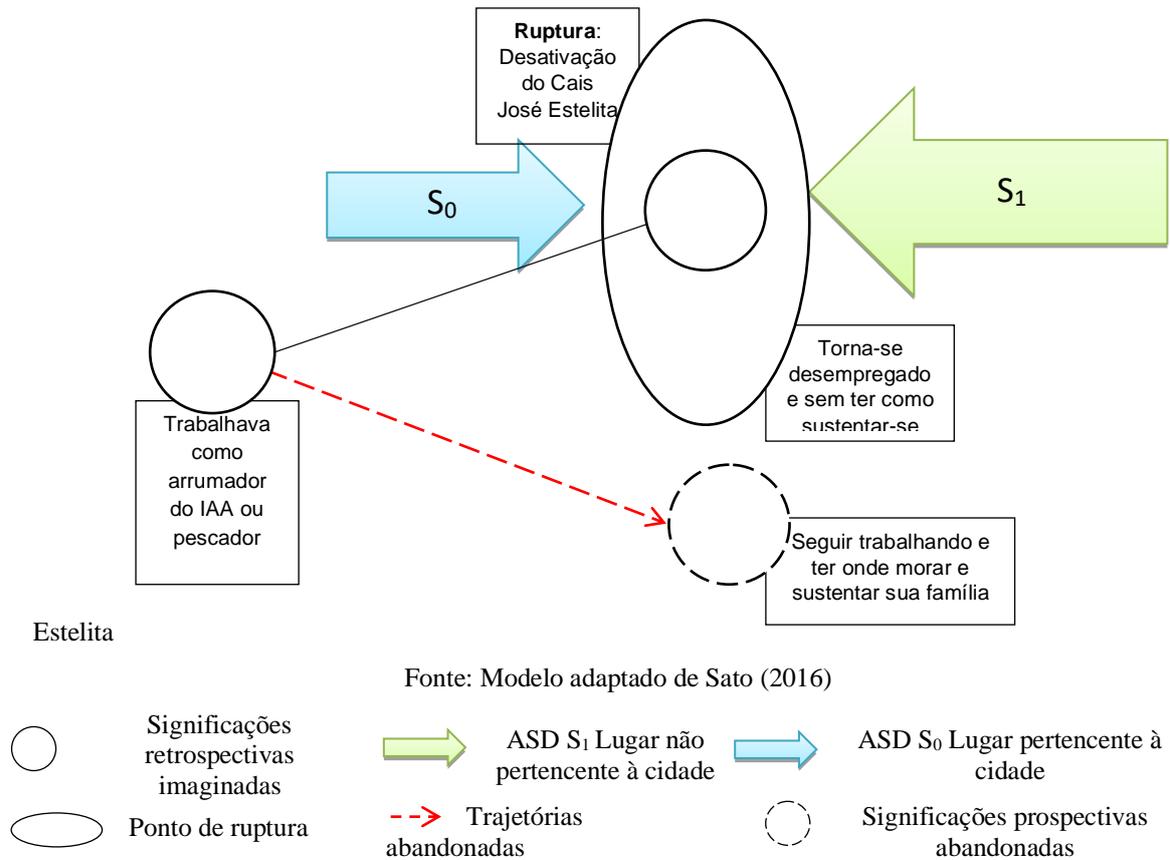
[..]

Douglas: ainda tinha a gratificação e aquele saco que estourava, [..] cada cara tira, vamos dizer, 5 quilos pra si e levava pra casa, já era o quê.[..] Tinha dois barrils de mel, bem grande [..] Ai a gente vinha pegar mel, pra comer com açúcar. A turma dava. [..]eles tiravam e davam em pote pra gente.

Essa reconstrução da história de vida de Douglas traz elementos do local em que a entrevista ocorreu, sendo, com frequência, referenciado no seu discurso – ora com gestos e apontamentos, ora percebidos ao longo das suas falas. Em outras palavras, o próprio espaço em que a entrevista ocorreu possibilitava vistas para a bacia do Rio, Mangue, os silos e armazéns do CJE. Estes funcionaram, em alguns momentos, como índice para essas lembranças para (re)construir um signo-significado “lugar de sustento”, também promovido durante o “tempo de fundação” e pela ASD S₀, que promoveu uma região de lugar que Douglas e o povo pernambucano pertenciam.

No entanto, essas lembranças também trouxeram consigo elementos do “tempo de abandono” e da ASD S₁ (lugar não pertencente à cidade) e os direcionamentos decorrentes. Eles, em alguma medida, redirecionaram os possíveis caminhos a serem trilhados por Douglas, como, por exemplo, ele precisou lidar com a desativação do CJE e com fechamento do IAA (instituição que regulava as atividades relacionadas a arrumadores de armazéns). Douglas, nesse ponto da vida, entrou em um momento de ruptura (figura 38), pondo em xeque seus significados sobre o CJE (que apontam para o tempo de construir e aos produtos de S₀ a época), que precisaram ser reavaliados. O efeito dessa ruptura, nesse ponto, se dá por uma maior prevalência da ASD S₁ sob ASD S₀.

Figura 38 - A Ambivalência da desativação do Cais José



A força que essa ASD S₁, a época, e decorrentes políticas de imaginação, aos poucos, distanciaram Douglas da região, passando desde uma maior dificuldade de acesso (através de transportes) até uma maior escassez de trabalho. Dessa maneira, Douglas resolveu essa tensão afastando-se da região, durante o “tempo de abandono”, passando parte de sua vida sem entrar em contato com ela, buscando, em outras regiões, possibilidades de moradia (residindo em outro bairro) e de emprego (vinculando-se a uma empresa privada), passando a trabalhar em empreitadas, como pedreiro, no ramo de construção.

No entanto, apesar desse direcionamento do “tempo de abandono”, a relação estabelecida entre Douglas e Cais José Estelita, mesmo depois de alguns anos, não é plenamente abandonada, mas posta como plano de fundo. Assim, posteriormente, Douglas, após perder o emprego, retornou a região, retomando essa relação estabelecida com a região como um “local de sustento”, um lugar em que poderia novamente trabalhar.

Para tal, à época, o participante produziu significações e ações contrárias àquelas dirigidas socialmente a região durante o “tempo de abandono”. Sendo algumas delas bloqueadas impossibilitando-as de serem efetivadas, provocando que prospecções fossem abandonadas, e outra que se tornou o caminho trilhado por Douglas. Isso aconteceu a partir da

tentativa do participante em superar os efeitos das ASD S₁ e Sp (figura 36), a fim de sustentar sua família e a si mesmo, e que pode ser observado de, pelo menos, de duas formas distintas:

a) Enquanto ainda estava morando com sua esposa e filha: os arredores tornam-se um lugar de subsistência, tal como já ocorrera na infância, fora uma das possibilidades pensadas por Douglas. No entanto, houve impeditivos por interferência da poluição existente na região e da fiscalização de órgãos de preservação ambiental (IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), produtos dos direcionamentos sociais vinculados as ASDs S₁ e Sp e que impossibilitaram o surgimento de certos vetores de ações que guiaram a conduta pensada por Douglas:

Douglas: Eu vinha aqui pra afogados procurava aquelas tripas de galinha pra fazer a isca pra poder pegar o siri, pra poder vender... Mas eu arrumava um trocado. [...] Já que não tem emprego [...]. Hoje em dia, eu entro na maré, não vale nem a pena comprar anzol e rede, pra quê? pra perder o dinheiro com essa poluição que tá. [...] Ai vem o IBAMA, ai bota, a bronca na pescaria [...] mas não põe a bronca na poluição.

b) Quando se separou da esposa, deixando sua casa para ela e sua filha: a região tornou-se promotora não mais um local de trabalho efetivo e formalizado, mas uma região para realizar “bicos” ou seja, buscar trabalho informal. Por um lado, porque a região do Cais José Estelita seguia com escassas possibilidades de trabalho formais (ASD S₁) e, por outro lado, decorrente da desesperança promovida por políticas públicas (ASD Sp) da época, que fazia com que as empresas evitassem estabelecer contratos formais, a fim de não pagar os decorrentes encargos que esse vínculo traria, conforme pode ser visto na figura 39.

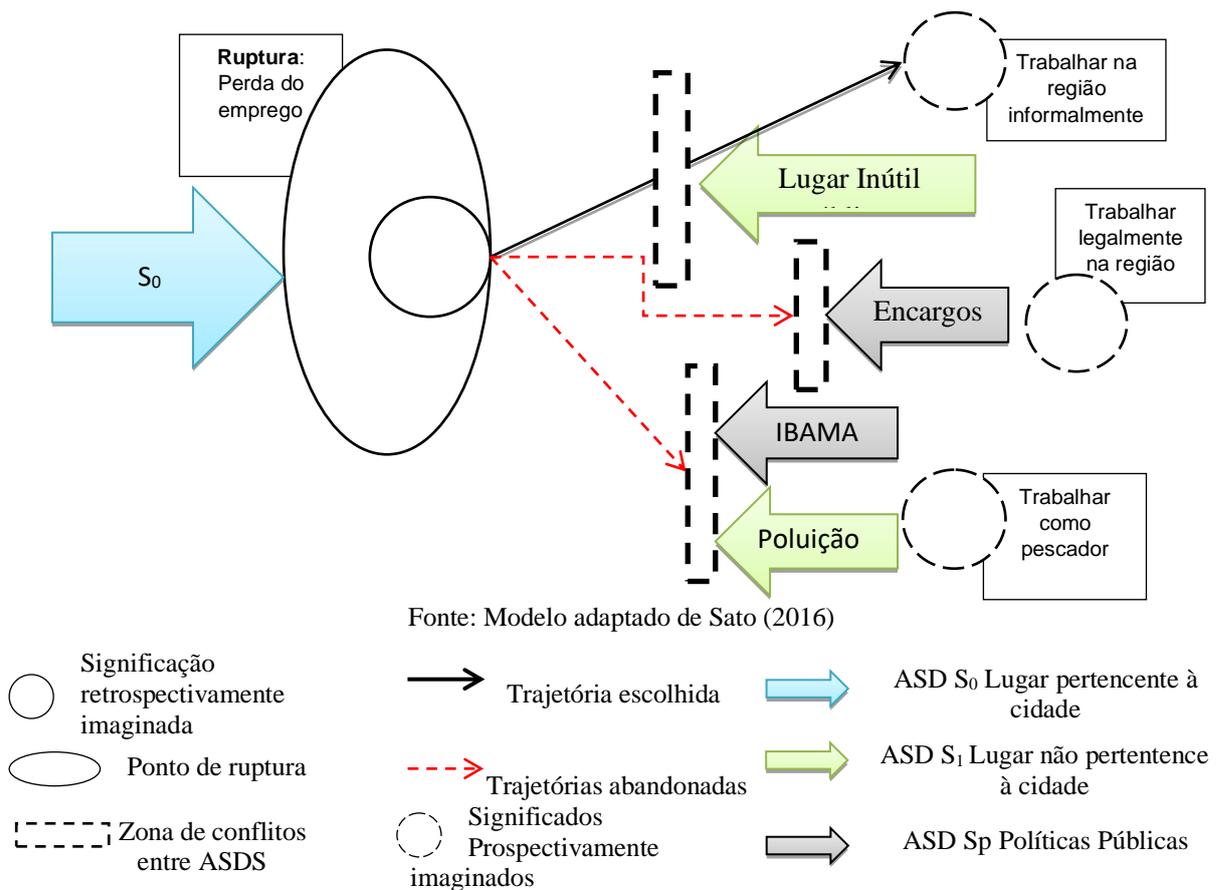
Douglas: Eu tava desempregado, com ar de doido, eu fui procurar carroça pelo pelo pelos armazém de reciclagem pra poder puxar. Ninguém queria dar carroça a mim, eu dava identidade, dava o documento todinho, ninguém queria...[...] Aí eu fico por aqui esperando uma oportunidade, de fazer um bico, quando surge alguma coisa...

[..]

Douglas: Com tempo que a obra terminou. Ai acabou, fiquei desempregado, né? Fiquei fazendo biscate. Quando eu entro em obras assim, eles nem assinam a carteira. Eles fazem assim, eles dão um prazo: 3 meses, 4 meses. aí bota pra fora. Aí depois renova denovo. Pra sujar a carteira. Ai, o que faço?

Figura 39 - As ambivalências da perda do Emprego de

Douglas



A efetivação dessa escolha em seguir na região através de trabalhos informais pareceu ter a contribuição do momento histórico “tempo de planejar” em que a sociedade pernambucana novamente lança olhos sobre a região tentando dar um novo sentido de utilidade para ela, movimento do qual emerge a ASD S₀’ (lugar outra vez pertencente à cidade) e que, em igual medida, parece influenciar as prospecções de Douglas naquela época.

A influência dessa ASD S₀’, como já foi mencionado, é vista como guia de alguns dos tempos circunscritos no capítulo 4 para região, levando ao momento em que Douglas e o pesquisador se conhecem. Nesse período dentro do “tempo de ocupar”, Douglas orientado pelos gatilhos ofertados pelo pesquisador para que pudesse imaginar possíveis futuros para si e para a região, em particular aqueles ligados a entrevista semiestruturadas, construiu possibilidades futuras em que, de alguma forma, “um lugar de sustento” pudesse manter-se:

Douglas: Então pronto. Se fosse o caso de desativar, geralmente [...] pra botar obra para os trabalhador, pra o pessoal da COMUNIDADE trabalhar.

[..]

Douglas: O que eu gostaria também é que diminuísse essa poluição da maré pra ver se os peixes entram de novo. Aqui antes tinha muito peixe, muito Siri, muito caranguejo. Hoje em dia você não vê, você não vê mais. [...] Tem gente que vive de pescaria aqui...

[..]

Douglas: Eu achava muito importante que botasse esses armazéns ai para funcionar, porque teve muito desemprego nesse armazém ou se não fazer alguma coisa, uma obra ai para botar a gente pra trabalhar, pra poder modificar.

[..]

Douglas: Porque é, quando bota uma obra aqui, você pode ver que é mais de num sei quantas mil pessoas de fora já tudo, parece já tudo encaixado no serviço e a gente daqui sobra no serviço. [..] Só tem gente de fora.... É... Pior que aqui tem muitos profissionais, muito profissional e não tem a oportunidade do emprego.

Podem-se perceber, pelo menos, quatro possibilidades de projeções futuras que se entrelaçam com o passado do participante enquanto sentidos de si relacionados a práticas laborais através da pesca, como pedreiro em canteiros de obras e como arrumador em armazéns, criando um horizonte de possibilidades sobre o que pode ser imaginado. No entanto, suas projeções são circunscritas por um condicional que parece minimizar a possibilidade delas, de fato, ocorrerem: a) trabalho com pesca, se a poluição diminuir, b) trabalho nos armazéns, se voltar a funcionar, c) no canteiro de obras, se as empresas não trouxerem pessoas de fora; e d) ter um emprego formal, se as empresas permitirem.

Assim, quando Douglas refere à possibilidade de retomar o trabalho com pesca, se a poluição diminuir, pode-se pensar em uma zona de conflitos de possíveis significados elaborados que tomam forma a partir dos direcionamentos propostos pela ASD S₀ e que se contrapõe àqueles produzidos pela ASD S₁ e Sp.

Outras zonas de tensões de construção de significados emergem dentro das outras prospecções de Douglas. Então quando ele remete a ideia de poder ter trabalho nos armazéns, se voltar a funcionar, é possível pensar em tensões decorrentes da influência da ASD S₀ com as ASD S₁ e Sp, em que, por um lado, propõe um retorno as funções que o espaço outrora possuiu, se opondo a continuidade de um lugar sem utilidade para a cidade.

Já a concepção da região tornar-se um canteiro de obras, há maior influência do pesquisador como gatilho para desencadear processos imaginativos, dado que foi o próprio que sinalizou ao participante a existência de projetos pensados para região, mesmo sem referi-los ou explica-los. Desse contato pesquisador<>participante, pôde-se pensar em zonas conflitivas entre as significações promovidas pelas ASDs S₀ e S₀' frente a ASDs S₀' e S₁.

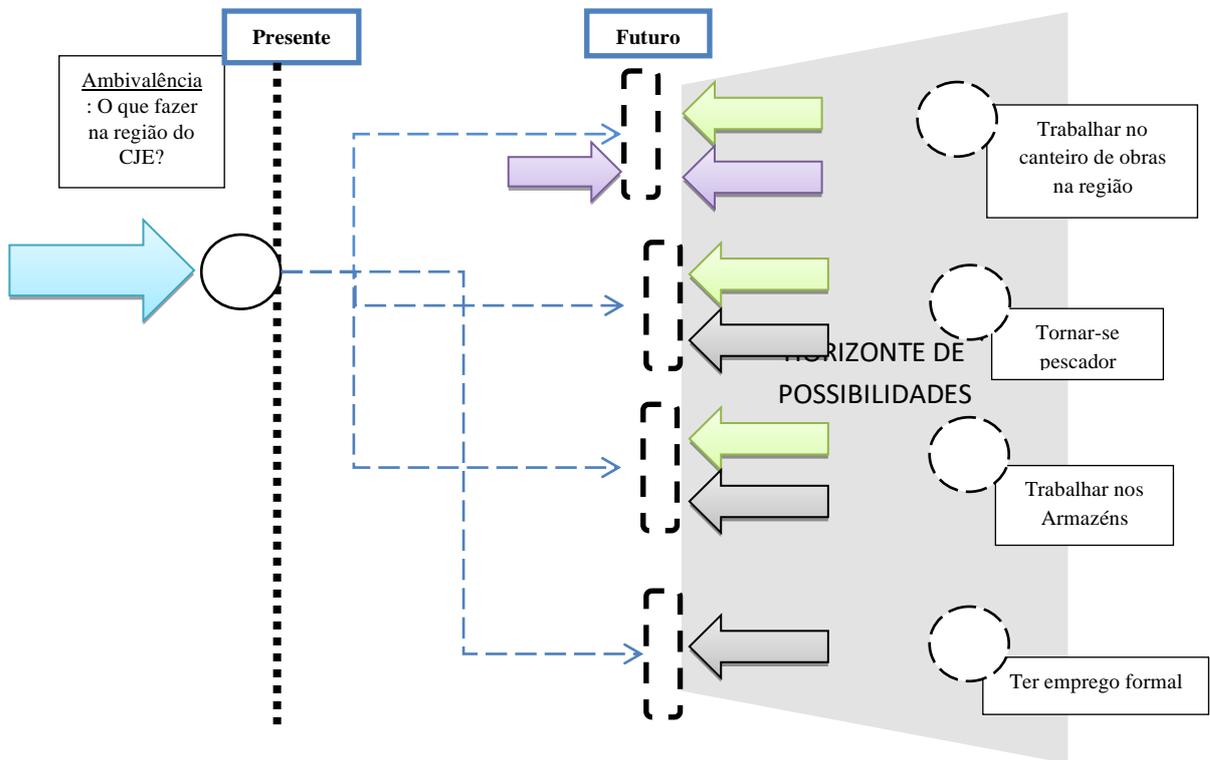
Aqui, de um lado, Douglas imaginou-se como alguém que pode fazer parte desse processo de mudança, num misto entre o que já acontecia no passado (direcionamentos do “tempo de fundação”) e o que se propõe de acontecer em um futuro próximo (“tempo de construir”), de forma que seja possível reconstruir uma região “(novamente) pertencente à cidade”. Do outro lado, no entanto, contrapõem-se elaborações ligadas à impossibilidade de

Douglas seguir na região, seja porque essa região deveria ser ocupada por outras pessoas (ASD S₀) ou pela necessidade que ele siga distanciado dela (Direcionamentos do “tempo de abandono”).

A prospecção relativa à possibilidade de conseguir um emprego formal, cria uma zona de conflito entre as ASD S₀ e ASD Sp. Nelas, Douglas precisa lidar com as ambiguidades decorrentes de fazer da região local que pertence frente a impossibilidade dela se fazer efetiva devido a políticas públicas que apontam, inclusive, a utilidade de Douglas para sociedade pernambucana, decorrentes de direcionamentos de Sp (figura 40).

Essas ambivalências provocadas por significações distintas decorrentes das zonas de conflito entre ASDs parecem, por um lado, permitir a construção de possibilidades de futuro para Douglas. De outro lado, essas mesmas prospecções não parecem, efetivamente, mostrar caminhos possíveis de serem alcançados. De forma que esse local não promoveria, em momento algum, espaços que pudesse efetivamente participar enquanto “lugar de sustento”. Isso se demonstra na Figura 40 através das setas tracejadas, em azul.

Figura 40 - As prospecções de Douglas no “tempo de ocupar”



Fonte: Modelo adaptado de Sato (2016).

- | | | |
|--------------------------------|---|---|
| ○ Significações prospectadas | → Trajetória escolhida | → ASD S ₀ : Lugar pertencente à cidade |
| ⋯ Zona de conflitos entre ASDS | → ASD S ₀ ': Lugar outra vez pertencente | → ASD S ₁ : Lugar não pertencente à cidade |
| | ⋯ Trajetórias imaginadas | → ASD Sp: Políticas Públicas |

Compreende-se, pois, que os significados produzidos pelo participante, em interações com o pesquisador, não constroem, efetivamente, caminhos para alcançar esses futuros imaginados. Todas essas prospecções, em alguma medida, refletem tensões entre as ASDs até então exploradas na história da região e do próprio participante. Elas se configuram através da plausibilidade de suas possibilidades de se efetivarem através da influência desses direcionamentos sociais, que promovem, modificam ou inibem o fato de essas prospecções imaginadas por Douglas pudessem ocorrer.

No caso em questão, os aspectos prospectivos relacionados a “um lugar de sustento”, desencadeados pela demanda do próprio pesquisador, não se configuram como algo plausível de ocorrer (representada pela seta tracejada em azul que somente chega à zona de conflitos de ASDs, mas não projeta vetores de ação para efetivar os significados construídos no horizonte de possibilidades do participante). Não à toa, quando indagado sobre quais dessas possibilidades que elaborou teria mais chance de acontecer, Douglas referenciou, imediatamente, sua quase descrença que o lugar pudesse, de fato, assumir quaisquer umas das vias enquanto “lugar de sustento” que elaborou: “*acho que nada irá acontecer*”.

Isso é ratificado quando se observou, no discurso livre de Douglas, que em momento algum surgiram prospecções futuras sobre uma possível relação de trabalho estável na região, fato que veio acontecer apenas através das perguntas apontadas pelo pesquisador que tiveram por base as informações de certas correntes sociais que se debruçavam sobre a problemática do Cais José Estelita.

Em suma, Douglas fazendo uso de processos imaginativos produziu alguns significados emergentes através dos gatilhos propostos pelo pesquisador e na própria relação com pesquisador. No entanto, mesmo elaborando possibilidades prospectivas e retrospectivas a partir dos gatilhos e recursos existentes durante a entrevista, Douglas, na trajetória 01, aponta por uma baixa plausibilidade de que num futuro próximo ou distante possa, efetivamente conseguir um lugar de trabalho. Dessa maneira, nesse tempo, Douglas não pareceu efetivamente investir na possibilidade de concretizar, no futuro, um “lugar de sustento” na região para sua vida.

6.2.1.2 Trajetória 02: um lugar para viver

Essa trajetória, como já fora mencionado, ocorre concomitantemente com a trajetória “um lugar de sustento”. Ou seja, enquanto Douglas tentava estabelecer uma relação com o CJE enquanto “um lugar de sustento”, ele também negociava, frente às ASDs ofertadas, para que esse lugar fosse “um lugar para viver”. Vale destacar que é justamente na região onde ocorreu a entrevista, na *região sul*, que se instituiu um lugar de convivência, de moradia, como

foi relatado na fala de Douglas. Esse signo-significado de lugar de pertencimento, traduzido na trajetória de Douglas como “um lugar para viver” atravessou a história do CJE e a própria história do entrevistado, direcionados pela Avenida de Significados Dirigidos (ASD) S₀ (lugar pertencente à cidade).

Essa relação que Douglas estabelece com o CJE remete a sua infância, quando ainda criança, vinha para maré tomar banho com o irmão, ou quando utilizava a estação para pegar trens que o levavam para outras regiões em que podia divertir-se. Assim, a própria região também era, para Douglas, um lugar em que sempre pode ir para encontrar antigos amigos e trabalhadores que vinham para conversar, beber e confraternizar.

Aparentemente, mesmo que houvesse uma forte tendência da ASD S₁, decorrente do “tempo de abandono”, ela não pareceu ter grande influência sobre Douglas ao longo da maior parte da sua trajetória de vida. Dessa forma, quando Douglas, ao longo da sua vida, atribuiu a região como “um lugar para viver”, esse significado manteve-se quase-estável e foi fortemente mantido através de um forte apelo afetivo, sentimento e significados construídos ainda quando tanto o CJE ainda era um “lugar pertencente à cidade” quanto Douglas “pertencente a sociedade pernambucana”. Essas significações contrapuseram-se as provas impostas por direcionamentos e momentos outros posteriores de sua trajetória de vida.

Destaca-se, portanto, que a possibilidade de efetivamente morar na região decorreu de um vetor de ação mais recente, após a separação de Douglas da sua esposa, deixado para sua família sua casa e seguir efetivamente para viver nessa região. Essa decisão pareceu ser construída a partir de diversos direcionamentos sociais existentes na região, já dentro do período do “tempo de abandono” e “tempo de planejar”.

De um lado, Douglas pareceu desenvolver vetores de ações construídos através de suas vivências (na infância, adolescência e mesmo como adulto), pelos signos-significados que o fazem construir a concepção que a região fosse uma área em que poderia encontrar pessoas conhecidas que poderiam acolhê-lo (aspectos ligados ao “tempo de fundação” e “lugar – novamente – pertencente à cidade”) e que tocam, em alguma medida, sua relação laboral, chegando a relacionar sua “moradia” a “aposentadoria” (sic) em seu discurso, um possível sinal de respeito de não mais buscar trabalhos formais para sua vida.

Por outro lado, pela própria sensação construída na *região sul* de que lá seria uma área “para viver e transitar” também foi expresso pelo participante como contribuição importante para a escolha dessa região para habitar:

Douglas: É porque assim, o pessoal são mais conhecidos, alguns são nascidos e criados junto de, são mais conhecidos e o lugar que eu ia o pessoal é muito desconhecido e eu tinha medo de acontecer algo assim, alguma desavença. Entendeu? Num bairro que eu não conheço ninguém, não sei quem é quem, no coração de ninguém, não ando no coração de ninguém.

[..]

Douglas: Então achei que aqui deveria que devia me aposentar por aqui mesmo devagarzinho, até enquanto aparecia um lugarzinho para fazer um barraquinho.

Essa decisão, no entanto, também parece também influências de como Douglas elaborou a respeito das políticas públicas direcionadas aos moradores de rua que promoveram possibilidades de um futuro em que o Estado viabilizaria o pagamento de um aluguel para Douglas através de um benefício social. No entanto, a descrença de Douglas dessa possibilidade ser suficiente, levou-o para região da ocupação, compreendendo que a única política pública que confiava era aquela que, ao retirar um público de uma região, por vezes, ofertaria algum dinheiro ou casas populares (através de programa social decorrente de Políticas Públicas) àqueles que lá estavam. Dessa forma, Sp, em tempo que direciona significados que levam-no a afastar-se da região, também permite a produção de outros que o impulsiona a aproximar-se, sendo motor dessa ida do participante a região.

A ASD S₀' também parece ter um duplo direcionamento para manutenção e afastamento de Douglas sobre a região. Manifestada ainda durante “o tempo de planejar”, as tensões e direcionamentos sociais sobre a região (através de novos produtos de S₀') promoveram tensões entre aqueles que sinalizavam que aquela região deveria ser de uso fruto de todos (como as manifestações do Ocupe Estelita) e aqueles que consideravam que aquela região deveria ter um novo uso, voltado às classes mais ricas de Pernambuco (Governo do Estado e consórcio Novo Recife).

Dessa maneira, seguindo a dinâmica de negociação entre grupos sociais desencadeadas pelo direcionamento social (Lugar novamente pertencente à cidade) nos últimos 04 anos, o CJE tornou-se um local em que algumas pessoas, incluso Douglas, buscaram construir moradias. No entanto, essa decisão fez com que Douglas precisasse resistir à tendência social manifesta de posicionamento de instituições governamentais e empresariais. A partir de elaborações decorrentes da ASD S₀', foram produzidas políticas de imaginação veiculadas pela ampla mídia, pelos representantes do executivo municipal e pela própria comunidade, que também direcionavam a elaboração de significados que provocavam momentos de tensão e ambiguidade sobre como e quem deveria estar nesse lugar.

Douglas, então, elaborou formas diferentes vetores de ação para lidar com os direcionamentos sociais, promovidos pela ASD S₀', ora tentando efetivar a construção de um

casebre para si na ocupação que estava em decurso nas linhas férreas da região, ora estabelecendo-se como morador de rua, quando as instituições governamentais de Pernambuco ou intervenções jurídicas provocadas pelo consórcio Novo Recife tentavam, de alguma forma, retirá-los da região.

O sentido de “um lugar para viver” elaborado por Douglas, dessa forma, resistiu aos direcionamentos sociais promovidos durante o “tempo de planejar” e “tempo de ocupar” e que tentava transformar a relação de Douglas <> *Região sul* em algo diferente daquilo que ele significava até então.

Douglas: foi esse lugar que surgiu (terreno à margem da linha férrea federal) ai e ai eu to tentando já, é a quarta vez. Já tô tentando vê se vigoro mesmo. [...] Em 2016 que comecei [...] Ai, ai já tinha umas casas feitas, né? Mas onde eu fiz, logo aqui, não podia. Fui impedido pela rede ferroviária e tive que derrubar meu barraco. Aí eu fiz lá na frente, mas foi os maloqueiros que derrubou.

[..]

Douglas: Aí eu peguei, fui, deixei passar um tempinho, uns 5-6 meses. Aí depois fui construindo, ai limpei de novo o terreno, ai to construindo de novo, pra ver se vai dar certo.

[..] *Agora já tá dois meses que os paus já estão lá, só falta somente cobrir*

[..]

Douglas: eles (os Policias) vêm lá de Afogados querendo pegar o ladrão aqui. Aí isso não existe. A gente que vive aqui é que leva a culpa, metendo arma na cara. [...] "Aqui é um coito de ladrão (disse o policial)";

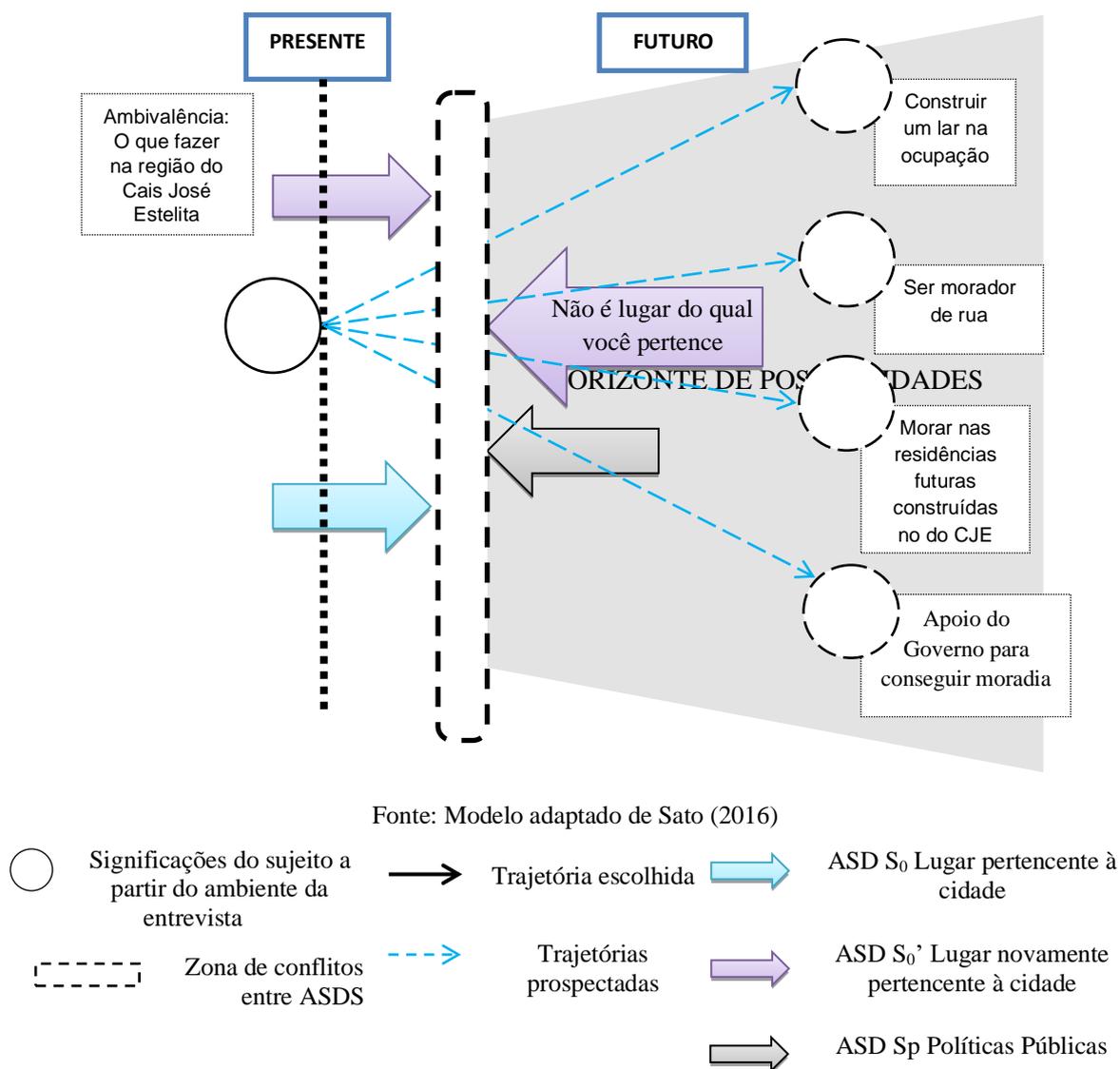
Assim, no tempo em que o primeiro grupo de entrevista ocorreu, Douglas prospectava, naturalmente, sem necessitar de gatilhos ofertados pelo pesquisador, possibilidades diferentes sobre o que poderia acontecer com ele: tornar-se morador da ocupação e/ou seguir como morador de rua até conseguir efetivar esse desejo. No entanto, outras prospecções surgiram fruto dos gatilhos ofertados pelo pesquisador, ampliando o horizonte de possibilidades de Douglas. Em questão, a partir da suposição da destruição do lugar, Douglas elaborou possibilidades que também apontavam e sustentavam sua relação com o Cais José Estelita enquanto “um lugar para viver”:

Douglas: Isso aí poderia fazer moradia para os pobres. [...] Oxe, pra que isso? tanta gente ai se fudendo não tendo onde morar. [...] acho assim, com uma mosca na orelha, né? Eu tenho pra mim que aqui (no cais) vai ser moradia. Isso aí vai ser moradia.

Dessa maneira, essas prospecções elaboradas por Douglas (Figura 41) surgem da tensão entre diferentes significados que possibilitaram a emergência de um futuro em que moradias populares seriam construídas e que Douglas poderia nelas viver, demarcando como uma possibilidade provável, para si, caso a região passasse por um processo de reconstrução.

Essa zona de tensões de possibilidades de significação geradas pelas ASDs evidenciadas compôs um grande campo que ora impede ora promove possibilidades de futuro para Douglas. Essa dinâmica decorre também de uma grande contribuição da ASDs S_0' , que sustenta a relação de pertencimento de Douglas como um “lugar para viver” e que se contrapõe as propostas sociais desencadeadas por S_0' e S_p , que referem que Douglas deve distanciar-se da região, modificando sua relação. Dessa síntese, no entanto, há para Douglas maior plausibilidade de que essas prospecções de fato pudessem ocorrer, demonstrando maior influência desse significado de pertencimento sobre o lugar do que outros contrários.

Figura 41 - Prospecções de Douglas sobre “um lugar para viver”



Em suma, na figura 41, é possível observar que essas prospecções imaginadas por Douglas, tornam-se fruto da dinâmica conflitiva entre os direcionamentos promovidos, principalmente, entre S_0 e S_0' no sentido de promover, nesse lugar, um local em que Douglas

elabore vetores de ação para que possa viver, contrapondo-se aos direcionamentos sociais, também decorrentes de S_0 que potencializam e tentam minimizar a continuidade de Douglas na região.

Destaca-se também que essas prospecções de futuro possuem uma maior influência sob o participante no período que a entrevista ocorreu. Suas prospecções imaginadas aparecem como possibilidades reais de acontecerem num futuro próximo, carregadas de afetos, mesmo aquelas decorrentes das tarefas propostas pelo pesquisador.

6.2.1.3 Dos processos imaginativos que construíram as trajetórias 01 e 02

É sabido que os processos imaginativos, prospectivos, em grande medida fazem uso das reconstruções do indivíduo sobre o passado, para então construir possíveis futuros (TATEO, 2015; ZITTOUN, 2013; VALSINER, 2012). Dessa forma, torna-se importante também demonstrar como os passados rememorados, cada um deles, promoveram um produto expresso pelo processo imaginativo. No caso de Douglas, exploraram-se como os passados rememorados aproximaram ou distanciaram possibilidades efetivas de futuro para sua trajetória de vida imaginada.

Como tal, o processo imaginativo promove um relativo afastamento do aqui-agora, enriquecendo-o, e permite que Douglas posicione-se frente à esfera de experiência proximal que habita, fazendo uso de memórias e prospecções para construir possibilidades de ação para sua vida. Isso se dá, segundo Zittoun e colaboradores (ZITTOUN; CERCHIA, 2013; ZITTOUN, GILLESPE, 2016; ZITTOUN; GILLESPE 2010; ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015) através de *loopings* que efetivamente ocorrem no aqui-agora e são influenciados pelos gatilhos e recursos que os alimentam. Dentre esses recursos pode-se citar, exemplificativamente, a influência das ASD, os direcionamentos sociais e outros signos presentes no ambiente. Essas ASDs perpassam o que esses mesmos autores nomeiam como plausibilidade, ou seja, como as decorrentes influências sociais apontam para tornar os significados construídos mais ou menos possíveis de efetivamente ocorrerem e que já foram inicialmente discutidos na elaboração das próprias trajetórias.

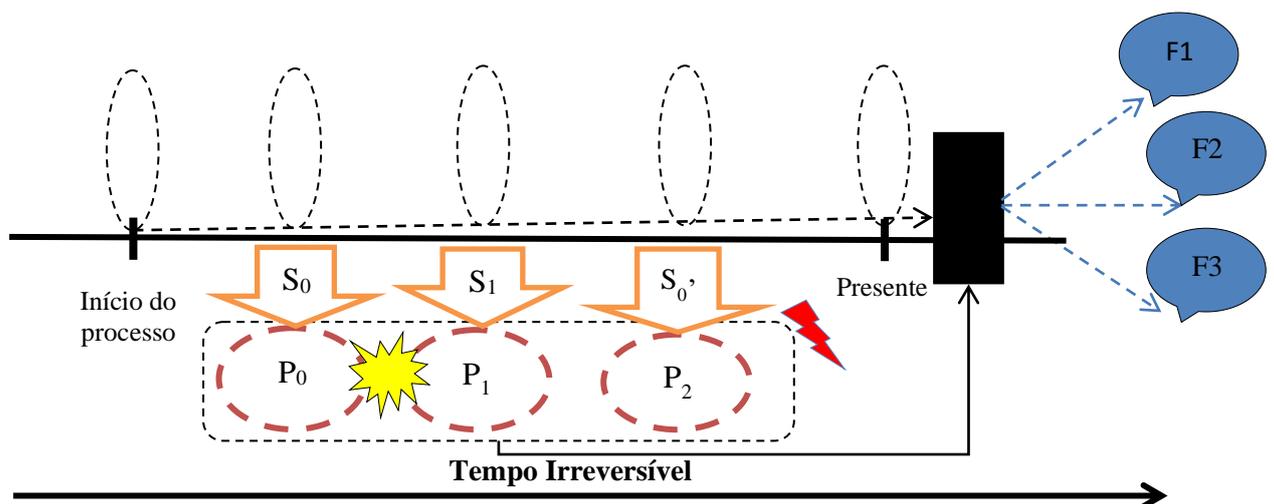
No entanto, o que se propõe aqui é explorar como isso se deu a partir dos conceitos desenvolvidos por Zittoun (ZITTOUN; CERCHIA, 2013; ZITTOUN, GILLESPE, 2016; ZITTOUN; GILLESPE 2010; ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015; ZITTOUN, 2013). Para tal, inspirado no modelo teórico da autora, fez-se uma separação – hipotética – dos *loopings* de cada uma das imaginações promovidas ao longo do primeiro momento de entrevista, ocorrido no “tempo de ocupar”, tal qual se esticasse uma mola (ao viés de

sobrepostos em um único momento presente, mas em direção ao futuro) deslocando-as nesse tempo irreversível.

Essa notação visa uma melhor compreensão sobre os direcionamentos sociais em cada um desses afastamentos produziram passados rememorados (P₀, P₁ e P₂) dispostos na figura 39 e que fazem alusão aos “tempo de fundação”, “tempo de abandono”, “tempo de planejar” e “tempo de ocupar”. Todos eles não seguem, no gráfico, uma disposição de uma sequência temporal, mas como signos-significados produzidos que interagem na produção de prospecções sobre futuro da região (F1, F2 e F3), que em sua essência condensam as prospecções de Douglas já referidas pela sua busca por um “lugar para pertencer” que se desdobra em vetores relacionados a “um lugar para viver” e “um lugar de sustento”.

Esses passados rememorados foram elaborados ao longo das entrevistas em decurso, e aqui foram explorados a partir não mais da prospecção de Douglas para si (como ocorreu em suas trajetórias), mas através do que irá acontecer com a região, circunscrevendo-se a unidade de análise participante<>cidade. Essa construção (figura 42), então, envolve os diferentes passados rememorados por Douglas na sua relação com a região, tentando-se conectá-las aos processos imaginativos (que fazem uso desse passado) posteriormente explorados pelo pesquisador, dado que objetivamente seria impossível, a qualquer tempo, analisar o fenômeno ocorrendo concomitantemente.

Figura 42 - Processos rememorativos e imaginativos do “tempo de ocupar”



Fonte: o próprio autor, 2018.

- | | | | |
|--|------------------------------------|--|---|
| | Rememorações do passado | | Zona de conflito entre as ASDs |
| | Avenidas de Significados Dirigidos | | Produtos/Possibilidades de futuro |
| | Tensão entre significações | | Gatilhos e recursos utilizados (pesquisador e ambiente) |

Dito isso, ao reelaborar o seu passado durante o “tempo de fundação” (P_0) em que conseguia fazer uso da região, “um lugar pertencente à cidade”, a influência da ASD S_0 permitiu que Douglas produzisse significados que se condensam efetivamente em áreas referentes a seu lazer e convívio, bem como se voltou a aspectos ligados a atividade de sustentação e laboral, esse último com alguma intencionalidade de minimizar riscos decorrentes da possibilidade do pesquisador ser um policial disfarçado. Delimitar essas duas frentes, permitiriam, a Douglas, conforto de entregar uma imagem de alguém acima de suspeitas, em tempo que evitaria falar – como fez – de qualquer outra pessoa que convive atualmente.

Por outro lado, já de uma maneira menos intensa, Douglas demonstrou como esse passado vivenciado no “tempo de fundação” (P_0) foi ameaçado pelas transformações do “tempo de abandono” (P_1), quando passou a sentir os efeitos das novas maneiras que a sociedade pernambucana explorava e dava significados próprios à região, retirando dela, as possibilidades de Douglas de seguir fazendo uso dela para sobreviver, elaborações vinculadas à influência da ASD S_1 . Esses signos-significados elaborados possuem também a marca social ofertada e orientada, principalmente, pela imagem, genérica, de agentes representantes de instituições governamentais, policiais militares (representantes do poder executivo) e representantes de comunidades em interação com a Prefeitura e Governo do Estado. Todos eles, por sua vez, se contrapõem aos elaborados pela ASD S_0 em uma zona de conflitos entre os significados promovidos pelas ASDs.

Não menos importante os processos de rememoração que cunharam o passado rememorado recente do “tempo de planejar” e “tempo de ocupar” (P_2), bem como os signos-significados emergentes da influência da ASD S_0' (“lugar novamente pertencente à cidade”), sustentam o contexto em que Douglas atualmente vive, sendo um importante momento de ruptura que levou Douglas a região e, como tal, tem forte influência do contexto e pertencimento atual que Douglas vive (no “tempo de ocupar”).

Esse emaranhado de significados promovidos pelas ASDs (S_0 , S_1 e S_0') se transformou em recurso para os processos imaginativos que, por sua vez, produziram futuros outros para Douglas e para região. Em outras palavras, as tensões entre os diferentes significados construídos através da elaboração dos passados rememorados resultaram numa síntese de significados que apontaram para futuros possíveis que acomodem todas as situações, sem necessariamente negá-las ou excluí-las.

Dessa forma, Douglas, ao pensar no futuro para si e para o Cais José Estelita, passou a imaginar a possibilidade de: a) haver uma obra na região (F1); b) construir residências (F2); e

c) cuidar da natureza e restaurar as linhas férreas e armazéns (F3). Cada uma dessas prospecções aportou-se em significados elaborados nas memórias de Douglas e como a interação entre esses diferentes significados provocam uma tensão, sobre as possíveis elaborações de futuro, gerando uma zona de conflito de direcionamentos existentes na sociedade Pernambucana e pelas ASDs, e decorrentes significados, elaborados por Douglas.

Aparentemente, o futuro de que poderia haver uma obra na região (F₁) foi construído a partir da própria demanda do pesquisador que direcionou elaborações dessa ordem. Nesse ponto, Douglas, em um misto de assumir a posição de morador de rua em busca de emprego, prospectou futuros em que pudesse tornar-se alguém que retomar sua vida laboral, na construção civil (momento em que se afastou do CJE – P₁) e fazer da região, novamente, lugar de trabalho, existente no “tempo de fundação” (P₀), apesar de imaginar que não teria espaço para si dado que seria algo feito e edificado por pessoas que não são da região, “tempo de ocupar” (P₂). Aqui, durante o “tempo de ocupar”, a plausibilidade decorrente dessa síntese afasta a efetivação de que essa prospecção pudesse de fato, interferir na sua vida na região.

Sua prospecção de futuro que envolveu a construção de residência na região (F₂), mais uma vez, remete a forte influência do pesquisador ao direcionar possibilidades distintas do que se via na região. Nesse ponto, Douglas prospectou um futuro que remetia a significados que orientavam, ao longo do “tempo de planejar” e do “tempo de ocupar” (P₂), uma busca por uma moradia para si, reforçado por significados produzidos por meio de memórias do período em que outras pessoas residiam na região durante o “tempo de fundação” (P₀). Não à toa, expresso pelo próprio Douglas, caso houvesse alguma obra, imaginava como a opção mais plausível de todas, que o mais provável de ocorrer seria a construção de residências para que nelas pudesse viver.

Nessas duas primeiras prospecções (F₁ e F₂), Douglas sinalizou a importância de haver um registro histórico que referenciasse o que o Cais José Estelita foi um dia, destacando a importância que decisões como essa permitem guardar certa essência da região. Ou seja, Douglas, de outra forma, destacou a importância de aspectos materiais expressos na própria arquitetura da cidade que servissem de guia para reforçar um passado importante e que está sendo colocado de lado. Assim, a caráter exemplificativo, Douglas recomendou o uso de um dos Galpões para que fosse montado um museu com maquinários e peças que representassem da história da região, “o que ela foi um dia” (sic). Para que quem lá chegasse, “soubesse que ali já foi um Cais” (sic).

Esse posicionamento de Douglas remete a forma como o ser humano, semioticamente, lida com o ambiente que o cerca, precisando construir sentidos sobre ele e, na nossa visão,

circunscrever a história do espaço do qual pertence. E, da mesma forma, também representa a importância de materiais que se relacionem com a sustentação de uma memória coletiva que permite circunscrever um senso de pertencimento e identidade, através desse reconhecimento histórico das coisas que um dia existiram.

Já a terceira prospecção de futuro possível para região (F_3) envolveu o espaço que circunscreve o local de pesquisa, região que desde sua infância Douglas visitava em busca de sustento ou confraternizar com amigos e irmãos. Dessa forma, os signos-significados emergentes ligados a esse passado (P_0) durante o “tempo de fundação” são utilizados como recurso para os processos imaginativos prospectivos que resultam na busca por um retorno ao que a região foi um dia, que voltasse a ser como fora em sua infância: “a maré era possível de pescar, as linhas de trem e armazéns voltassem a funcionar” (sic). Essa elaboração, de todas, sinalizou uma maior influência das elaborações produzidas a partir da ASD S_0 .

Em termos de conflitos entre esses significados produzidos através das influências das ASD S_0 e S_1 , promovem tensões entre aqueles vinculados ao “tempo de abandono” (P_1) e aqueles referentes ao “tempo de fundação” (P_0). No entanto, ambos não demonstram grande plausibilidade para Douglas, mas fazem parte dos processos imaginativos, junto às influências dos significados emergentes da influência da ASD S_0 que remonta ao passado recente do “tempo de planejar” e “tempo de ocupar” (P_2), para então efetivar os vetores de ação possíveis para o seguimento da história de vida de Douglas.

Ou seja, compreende-se que os passados rememorados tornam-se também recursos para o processo imaginativo na para construção de possíveis futuros imaginados. Cada um desses futuros, então, é atravessado por diversos direcionamentos sociais (políticas de rememoração e imaginação) e ASDs construídas pelo participante que juntos promoveram o surgimento de trajetórias plausíveis das quais o participante pode ou não seguir, a depender de como sua vida e suas influências se seguem.

Essas elaborações puderam ser exploradas a partir de um contínuo, ao longo das entrevistas, surgindo em momentos alternados ao longo da entrevista, sendo a ordem aqui expressa no gráfico para caráter de compreensão do fenômeno, em tempo que, vale destacar, o limita e simplifica.

6.2.2 O tempo de construir: a dominância da ASD S_0

Num momento posterior, mais especificamente, no último mês de 2018, o pesquisador lançou-se novamente a região para um segundo momento de entrevistas por conta das notícias lançadas na sociedade pernambucana a respeito do Cais José Estelita. O local estaria com data marcada para ser demolido e ser iniciado o projeto arquitetado, negociado, modificado e

acordado em 2014 (ver Capítulo 4). Esse novo contexto pareceu ter emergido fruto de longas negociações e pequenas modificações ao longo dos últimos quatro anos, durante o “tempo de ocupar”. Dessa forma, foram elaboradas, desse período de quase latência, novas políticas de imaginação foram pensadas, produzidas e colocadas em prática nos últimos meses em que o pesquisador esteve distante da região.

Desse novo direcionamento, foi circunscrito um novo tempo, compreendido nessa análise como “tempo de construir”. Nele a sociedade pernambucana, aqui representada por ações governamentais e da iniciativa privada, promoveu a elaboração de novos processos imaginativos a partir da ASD S₀’ que demandou novas ações visando transformar o Cais José Estelita, efetivamente, em um “lugar novamente pertencente à cidade” e garantir um futuro específico em que circunscreveria a região voltada para um público de maior aporte financeiro (ver capítulo 3).

Vê-se, nesse tempo, Douglas não mais expressou elaborações congruentes com as incertezas que atravessa(va)m a região, compreendendo que decorre de uma maior robustez e influência da dos direcionamentos sociais produzidos pela ASD S₀’. Em relação aos significados explorados no primeiro momento que garantiriam um “lugar de pertencimento” para Douglas passaram por modificações desde o “tempo de ocupar”. Agora, no “tempo de construir”, o participante parece ter efetivado vetores de ações pelas plausíveis possibilidades de “um lugar para viver” em claro processo desenvolvimento e distanciou-se ainda mais dos significados próprios de “um lugar de sustento”, possivelmente pela baixa plausibilidade de efetivar-se.

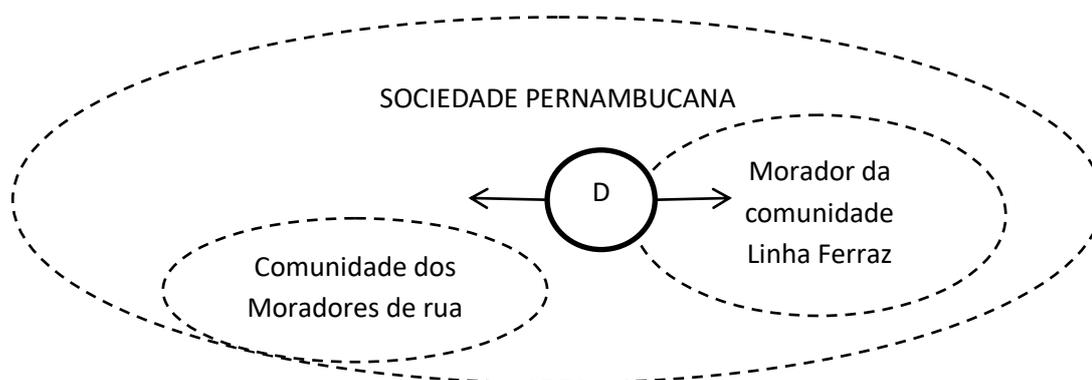
Assim, ao retornar a região, o pesquisador se deparou com outras mudanças significativas na vida de Douglas, mesmo que dentro de um curto espaço de tempo. Se antes havia incertezas sobre qual futuro prospectado ele alcançaria em termos de moradia (ver figura 34 e 38). O participante, ao longo dos últimos meses, pôde trilhar rumos a partir daquelas prospecções. Nesse ponto, as ações de Douglas fizeram-no efetivar a sua residência na ocupação que existia na região, momento imaginado que Douglas produziu espontaneamente ao longo do primeiro momento. Essa prospecção provavelmente guiou a transformação da relação de pertencimento dele com a região, produzindo significações e ações oriundas e negociadas a partir da influência das ASDs S₀, S₁, S_p e S₀’.

Ao dar forma e instituir sua moradia, integrando-se ao local da ocupação, Douglas reconstrói parte de sua compreensão de si, que se reconhecia enquanto morador de rua, e passa ser uma pessoa que fazia parte da região da ocupação. Contudo, essa efetivação teve outra importante consequência nesse momento da entrevista. A região que era, até então,

entendida como um local de deslegitimado pelo governo do estado de Pernambuco, que a considerava uma invasão irregular, passou a reconhecê-la como uma comunidade, nomeada como Comunidade Linha Ferraz, dinâmica decorrente de novas políticas de imaginação direcionadas a região, visando efetivar planejamentos elaborados durante o “tempo de planejar” e que trouxeram diversas tensões e conflitos à região à época.

Assim, Douglas (D), nesse tempo, pertencente a uma comunidade reconhecida socialmente, passou a ter um lugar em que poderia aportar um senso de identidade e pertencimento, consolidando-se como integrante novamente reconhecido da sociedade pernambucana, aproximando-se de uma condição próxima aos próprios residentes de moradia fixa na região (Figura 43), existentes no bairro da *Região Sul* desde a época da fundação do Cais José Estelita.

Figura 43 - O lugar de pertencimento de Douglas no “tempo de construir”



Fonte: o próprio autor, 2018.

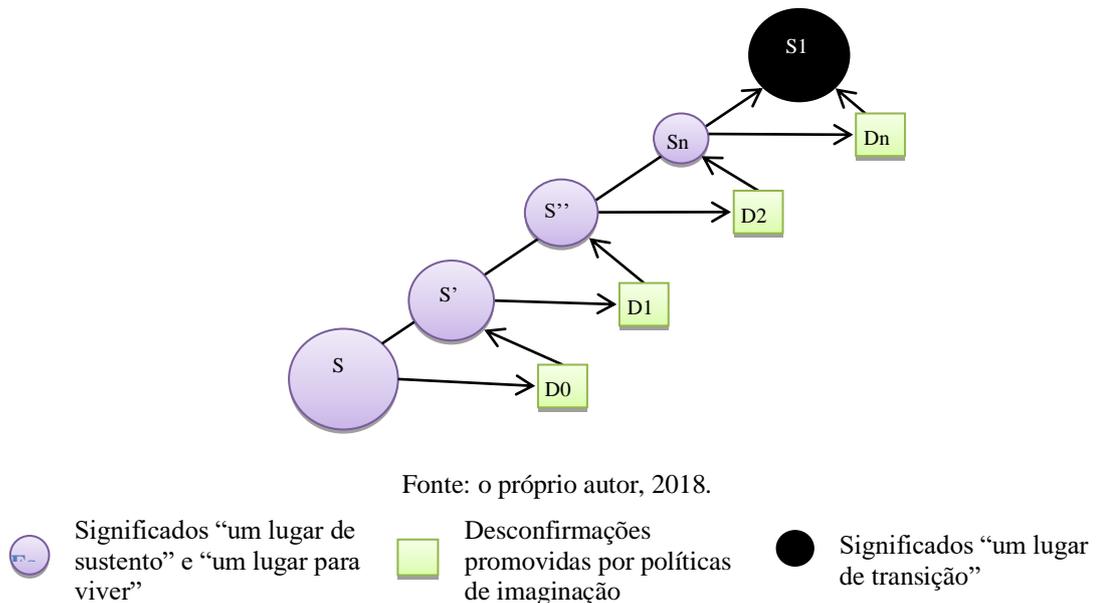
Em outras palavras, esse evento resolveu a ambivalência de Douglas quanto ao seu sentimento de pertencimento à região e reconhecimento enquanto integrante da comunidade pernambucana, circunscrevendo-o uma nova esfera de experiência que é atravessada por novos direcionamentos sociais e novas produções de signos-significados. Assim sendo, Douglas distanciou-se da imagem de alguém a margem da sociedade, nicho da sociedade comum de ser incluso infratores.

Esse aspecto foi observado com maior preponderância pelo hábito que Douglas não mais possuía de não mostrar sua identidade ao pesquisador, como se não fosse mais necessário estar sob as mesmas suspeitas enquanto era morador de rua, circunscrevendo-se como membro da comunidade Linha Ferraz, fechando-se um ciclo de ambiguidades e ambivalências nessa busca por um senso de pertencimento e reconhecimento, que estava em processo de elaboração durante o “tempo de ocupar”.

Nessa nova esfera de experiência, ele passou a referenciar os moradores de rua como outro grupo distante e alheio a sua condição, inclusive prospectando um futuro diferente para eles, citando que haveria intervenções sociais e assistenciais que esse grupo receberia para quando a construção do Cais José Estelita ocorresse, contrapondo-as com aquelas que seriam direcionadas para si.

Assim, durante o “tempo de construir”, portanto, Douglas não mais se relaciona da mesma maneira com os signos-significados construídos que orientavam sua relação com do Cais José Estelita e seus entornos. Se antes havia a compreensão da região como “um lugar para viver” ou “um lugar de sustento”, tornou-se um “lugar de transição”. Esse novo significado (“lugar de transição”), então, torna-se predominante dentro da experiência do participante, dado as sucessivas desconfirmações (figura 44) presentes na história de Douglas que minimizam os efeitos que “lugar de sustento” e “lugar para viver” de forma que os signos expressos que regulavam a relação de Douglas com seu meio foram postos em plano de fundo em favor desses.

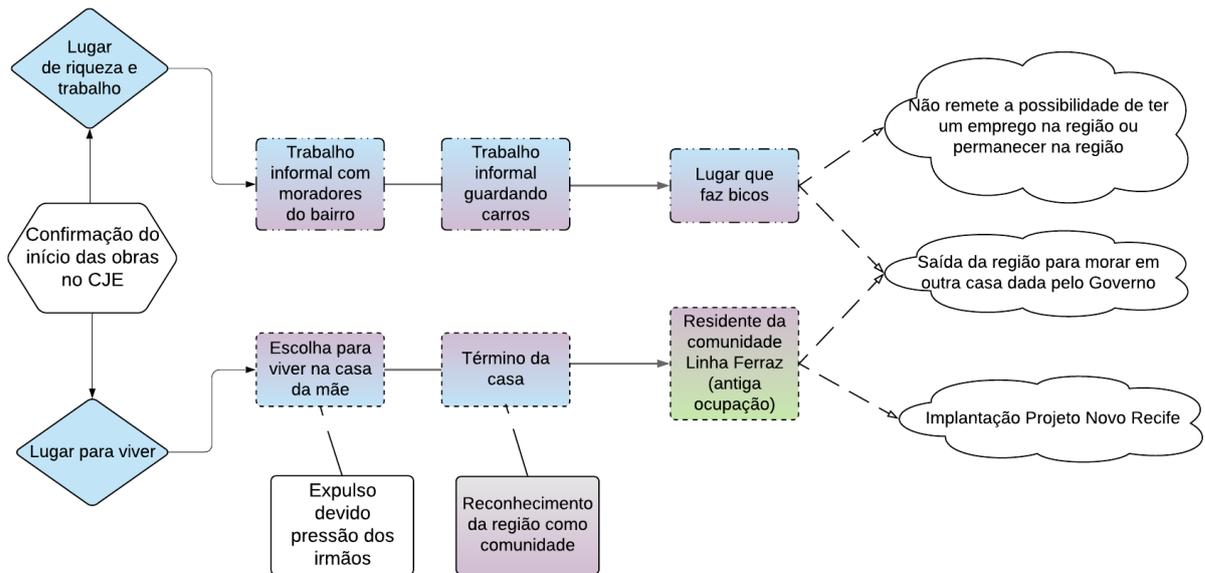
Figura 44 - Desconfirmações sobre o lugar de pertencimento



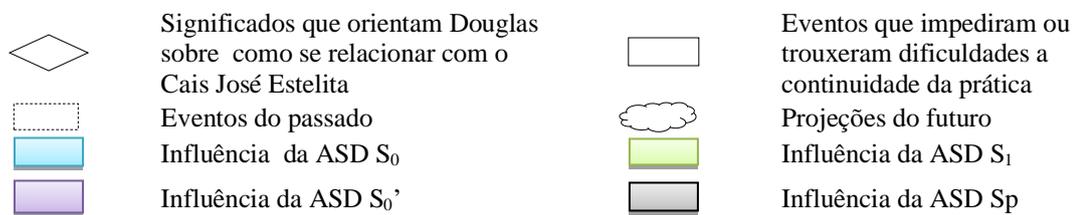
Assim, o segundo momento de construção de possíveis trajetórias acontece quando já estava sendo veiculado por alguns canais de comunicação específicos o início das obras para região para Março de 2019. Nesse novo contexto novos significados construídos pela ASD S_0' permitiram com que Douglas, imaginativamente, prospectasse e rememorasse aspectos distintos de sua vida que não foram mencionados até então, bem como possibilitaram o surgimento de vetores de ação distintos, relacionados à como Douglas se posicionava a respeito do seu futuro e o futuro do próprio Cais José Estelita (figura 45).

Vale ainda destacar que essas novas trajetórias também contam a história de vida de Douglas e sua relação com o Cais José Estelita. Elaboradas a partir de significados semelhantes construídos ainda no tempo em que o CJE existia. Essas duas novas trajetórias demonstram momentos que ocorreram em um passado e poderiam estar uma linha do tempo geral da história progressa, já expressas no primeiro momento da entrevista, e que compõe as trajetórias 01 e 02 durante os momentos “tempo de abandono”, “tempo de planejar” e “tempo de ocupar”. No entanto, essas novas trajetórias irão explorar os significados emergentes desse novo tempo, “tempo de construir”, em uma trajetória que resgatou alguns dos passados vivenciados anteriormente nos outros tempos. Esse recorte de momentos rememorados e prospectados a partir desse novo contexto objetivou destacar a mudança dos significados decorrentes dos processos cognitivos investigados, situando-o em um momento único dentro da sua própria vida.

Figura 45 - Trajetória de Douglas no “tempo de construir”



Fonte: Modelo adaptado de Sato (2016)



Dessa forma, as trajetórias 03 e 04 receberam, propositalmente, os mesmos nomes das trajetórias 01 e 02, apesar desses significados construídos parecerem guiados por um novo significado percebido (“um lugar de transição”), mas que ainda direciona Douglas para um ponto de equifinalidade (“um lugar de pertencimento”). No entanto, as trajetórias 03 e 04, aqui expressas, foram separadas das anteriores também para evidenciar como as novas

significações elaboradas nesse segundo momento de entrevistas foram influenciadas por esse novo tempo, “tempo de construir” e como estas, influenciadas por futuros distintos, se reconstituíram pelas ASDs mais influentes para Douglas. Destaca-se, pois, o caráter reconstrutivo da memória que, ao estar sob um novo contexto social específico, desencadeou novas lembranças através de novas significações construídas, abandonando/destruindo outras anteriormente marcantes e presentes no contexto anteriormente vivido.

Dessa maneira, será exposto, inicialmente, como Douglas, no período circunscrito pelo “tempo de construir”, prospectou seu futuro, a partir dos novos fenômenos que circulam na região, para, posteriormente, analisar essa outra expressão do passado lembrado. Faz-se necessário, novamente, destacar que quando a análise remeter ao tempo passado, se estará analisando o momento histórico vivido e lembrado de Douglas a partir das influências existentes na sociedade pernambucana a época, mas que foram compreendidas a partir de reconstruções realizadas no presente.

6.2.2.1 Trajetória 03: Um lugar para viver

Essa outra trajetória “um lugar para viver” é composta por elementos que até então jamais foram expressos sobre a história de vida de Douglas. O que, inicialmente, poderia ter sido uma entrevista para dirimir possíveis dúvidas das trajetórias antes elaboradas, tornou-se a construção de outras novas. Seu passado, naquilo que tange sua chegada ao Cais José Estelita, ganhou novos contornos evidentemente mais emotivos.

Como já referenciado, nesse novo momento em que ocorreu essa entrevista, Douglas efetivamente concluiu sua moradia. Esse novo cenário, juntamente com a eminente construção do Projeto Novo Recife, fez com que Douglas tivesse uma postura diferente em relação ao CJE. O que antes era tido como revolta, incertezas e impossibilidades frente a esse possível projeto passou a ser compreendido como algo que traz muita satisfação, com uma forte relação com a busca por Douglas por um “lugar para viver” e pertencer.

Essa mudança de postura de Douglas decorreu dos direcionamentos políticos e sociais elaborados através das influências da ASD S₀' (lugar novamente pertencente à cidade) que, durante o atual “tempo de construir” promoveram mudanças substanciais no contexto social da região. Destacam-se mudanças quanto ao reconhecimento da ocupação enquanto uma comunidade de Pernambuco, nomeada como Comunidade Linha Ferraz, propondo-se políticas públicas foram propostas para esse grupo, reconhecendo-o, integrando-o a cidade do Recife como um todo.

Essas políticas públicas ofertadas à comunidade pelo Governo do Estado de Pernambuco parecem convergir com o projeto elaborado e negociado, até o final de 2014,

para efetivação da construção de um novo lugar do Recife na região. Esse fenômeno se construiu a partir de direcionamentos oriundos de políticas de imaginação, através de políticas públicas (Sp), produzindo efeitos de dominância da ASD So' (Lugar novamente pertencente à cidade) para produção de significados sobre a forma como essas pessoas produziram sentidos de pertencimento, ou não, a região.

Em outras palavras, as instituições que regulam as políticas de imaginação da sociedade de Pernambuco passaram a, objetivamente, buscar maneiras de efetivar suas prospecções imaginadas a região. Efetivar um projeto que seria edificado para um público de classe média alta ou rica da sociedade Pernambucana. Dessa forma, a partir de intervenções público-privadas, expressas em políticas de imaginação diversas, prospectou-se que toda comunidade da Linha Ferraz seria beneficiada com a consolidação do Projeto Novo Recife, pensado para região do Cais José Estelita. Assim, quando fossem sair da região, para dar lugar ao novo empreendimento, todos iriam ser beneficiados com a aquisição de casas populares na periferia da capital pernambucana.

Douglas, no “tempo de construir”, com um casebre efetivamente construído na Comunidade Linha Ferraz, mostrou-se mais direcionado a produzir significados aportando-se nos direcionamentos sociais existentes para sua saída da região. Nesse ponto, as prospecções elaboradas por Douglas são atravessadas diretamente por essa perspectiva dos moradores da comunidade Linha Ferraz ser beneficiados com uma nova construção de casas populares destinadas para eles em uma região periférica do Recife.

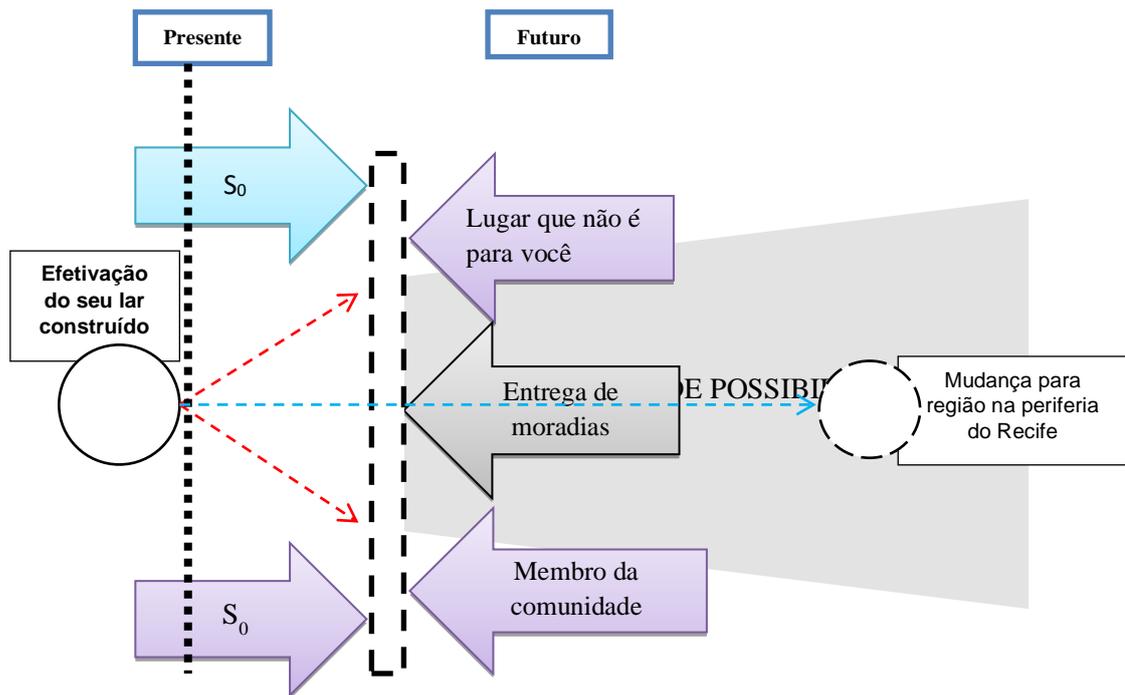
Esse deslocamento para uma nova região não ressoam para Douglas como uma ação oposta a anterior. Ou seja, os significados construídos sobre seu futuro e que eram investidos sobre a região do CJE não se perdem ou foram substituídos por outros, mas operam a partir de novos contornos geográficos simbolizados por Douglas.

Se antes a região do Cais José Estelita era significada como local em que Douglas poderia garantir sua efetiva busca por um “lugar de pertencimento”, numa dinâmica em que sua história e a história da região confundiam-se. No “tempo de construir” Douglas reconstruiu sua relação com a região e da região com a cidade, compreendendo que ambos estão novamente inclusos à cidade e à sociedade pernambucana. O que antes se limitava aos entornos do CJE, alvo de suas ações e elaborações, ampliou-se para toda região metropolitana do Recife. Em outras palavras, para Douglas, o CJE é apenas mais um dos possíveis lugares que ele poderia pertencer, já que todos estariam circunscritos, imaginativamente dentro da grande cidade do Recife.

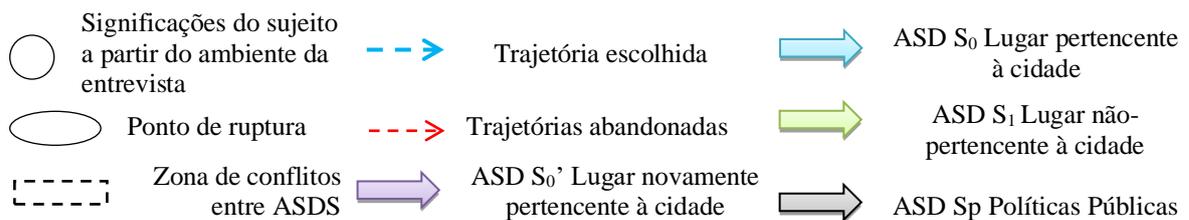
Dessa maneira os significados construídos através das ASD S₀' ("Lugar novamente pertencente à cidade"), impulsionados pelos direcionamentos sociais decorrentes das novas políticas públicas para região, passaram a potencialmente influenciar o desencadeamento de outros processos de construção de significados de Douglas. Isso reconstruiu a postura de Douglas até então de resistência, de desejo de permanência na região e de não efetivação do Projeto Novo Recife, e potencializam os significados que orientavam anteriores projeções de conseguir um lar para si (ASD S₀).

Percebeu-se, pois, a emergência de uma zona de conflitos entre ASDs em que, dessa vez, a ASD S₀', mostrou-se em maior evidência frente às demais, redirecionando os vetores de ação elaborados por Douglas e que não contemplavam mais objetivos como seguir sendo morador de rua ou morador da ocupação ou, ainda, um futuro morador das residências que lá seriam construídas. Em outras palavras, o horizonte de possibilidades imaginadas por Douglas tornou-se mais estreito (figura 46).

Assim, se no "tempo de ocupar" (primeiro momento de entrevistas) Douglas prospectava que a região poderia se tornar um local que poderia residir, seja como morador de rua ou morador da ocupação ou morador das edificações que lá seriam feitas. Agora, no "tempo de construir", essas prospecções ficam fora da zona de possibilidades de Douglas, transformando esse cenário e estreitando-se (figura 43). As prospecções, antes imaginadas (no "tempo de ocupar"), não se fazem mais presentes, estando fora desses horizontes de possibilidades, sinalizando não apenas uma maior estabilidade desses significados e vetores de ação, mas apontando que o próprio Douglas está imerso nesse deslocamento em direção a esses objetivos que, para ele, estão cada vez mais consolidados.



Fonte: Modelo adaptado de Sato (2016)



O estreitamento dessa zona de possibilidades decorreu também da influência de novas políticas de imaginação institucionalizadas socialmente, ao ponto de que, mesmo tendo ponderado a possibilidade de as promessas não serem cumpridas, Douglas não demonstrou tons afetivos marcantes como raiva, expressas no primeiro momento. Em outras palavras, Douglas demonstrava-se resoluta a condição que a sociedade lhe ofertava, como se outra solução fosse ocorrer em substituição a essa, como se estivesse amparado e qualquer aspecto diferente do que estava prospectando seria apenas um infortúnio para si, mas que seria facilmente contornado e superado e ele poderia seguir na direção de atingir seu objetivo de edificar um lar para si.

Esse estreitamento circunscreveu Douglas dentro de uma nova esfera de experiência que provocou uma via para emergência uma nova história passada sua, fazendo com que o futuro prospectado, e o senso de si e de pertencimento afetasse as reconstruções do passado rememorado de tempos passados. Surgiram, pois, dois momentos distintos de bifurcação dessa trajetória de vida passada do participante, expressas no momento “tempo de construir”,

em outras palavras, ao remontar seu passado, Douglas referiu que seu retorno ao Cais José Estelita foi decorrente de outros eventos do seu passado.

Essa nova lembrança elaborada por Douglas sobre seu passado parece relacionar-se com o fato dele ter edificado seu novo lar na ocupação das margens da linha do trem, tornando-o parte dessa comunidade. Essa elaboração também foi fortemente carregada de tons afetivos, ao ponto de Douglas comemorar, com vigor, quando imaginou a possibilidade de início das construções da primeira etapa do projeto Novo Recife, o Mirante do Cais, fato que não mais percebe como algo ruim para a região, pelo contrário, sinalizou como algo que já deveria ter ocorrido e que está ansioso para que se efetive.

O participante, então, quando tratou do seu passado (re) construiu sua chegada ao Cais José Estelita. Ao final de 2014, durante “o tempo de ocupar”, não atribuiu sua chegada ao CJE decorrente da separação da sua esposa e filhas, mas a eventos ocorridos posteriormente a essa separação, quando foi morar com sua mãe, em uma região fronteira com a *Região Oeste* do Cais José Estelita.

A escolha por aproximar-se da região, nessa nova reconstrução do passado decorre de ter optado, após a separação de sua esposa, procurar um lugar ao qual se considerava pertencente, retornando para casa da sua mãe. Assim, na casa da sua mãe, Douglas foi acolhido e sustentado por seus irmãos enquanto não conseguia emprego, tendo planejado de lá fazer moradia até conseguir um novo emprego e seguir com sua vida, primeiramente ajudando sua mãe e, posteriormente, viver sozinho em uma nova casa.

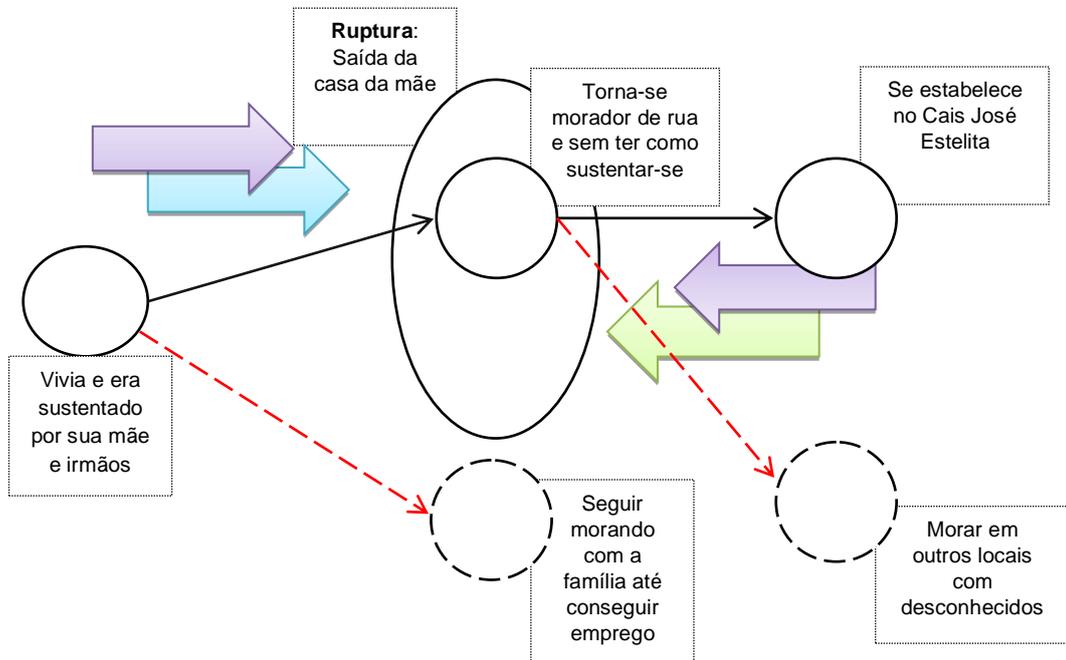
No entanto, ao lembrar esse período, utilizando-se de um tom fortemente emotivo, chegando a chorar, Douglas expressou como aquela época foi difícil para si. Porque, após algum tempo, não especificado, seus irmãos passaram a estabelecer, segundo relatou de sua vivência, uma pressão coletiva para que também pudesse ajudar no sustento da casa, levando-o a momentos de fortes cobranças e sensação de que aquele lugar não era um espaço que poderia fazer parte, quase compreendido como um estranho.

Surgiu, então, um momento de ruptura importante que põe em cheque os significados que Douglas tinha sobre a casa da sua mãe, ao imaginar que lá fosse um lugar de pertencimento, desdobrando-se em um “lugar de sustento” e um “lugar para viver”. Essas significações são desconfirmadas, aos poucos, pelas vivências junto a seus irmãos e outros familiares através de cobranças por ele não conseguir emprego ou por momentos que se percebeu como tendo um tratamento diferente de outras pessoas da família que já estiveram na mesma condição que se encontrava. Dessa forma, os significados que antes direcionavam Douglas a permanecer na residência da sua mãe, deslocam-se para um outro lugar,

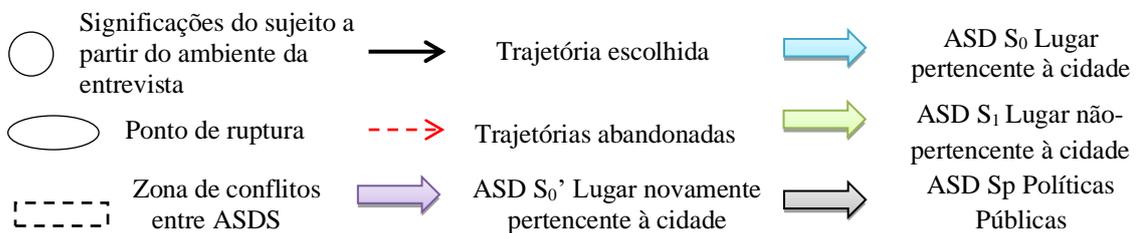
transformando a residência da sua mãe em um lugar estranho para si, um lugar que não mais poderia viver.

Esses eventos, a priori, não parecem ter tido forte relação com os direcionamentos sociais do “tempo de planejar” e do “tempo de ocupar”, no entanto, a escolha da saída de casa para os entornos do CJE pareceu ter uma contribuição direta dessa ASD S₀'. Douglas, então, tornou-se morador de rua. Esse processo de decisão (figura 47) ocorre no segundo momento de aproximação da região, sendo promovido por S₀' durante o “tempo de ocupar” em que ele segue para região do sul do Cais José Estelita para tentar construir um lar para si às margens da linha férrea.

Figura 47 - As ambivalências da saída da casa da mãe de Douglas



Fonte: Modelo adaptado de Sato (2016)



A partir dessa ilustração observa-se um fenômeno diverso a dinâmica já evidenciada da relação de Douglas em tensão com um espaço do qual busca simbolicamente delimitar como um lugar de pertencimento. Nesse passado rememorado durante o “tempo de planejar”, Douglas verbalizou como deslocou os significados antes impressos nos arredores da casa da sua mãe para uma região mais ampla, em que também viveu sua infância, os arredores do CJE. Esse fenômeno guarda semelhança, por vias distintas, ao acontecimento relatado nesse

“tempo de construir”, em que a relação de Douglas \diamond CJE, é abstraída e expandida para toda a região do Recife, abrindo ainda mais as possibilidades de ambientes que pudesse estabelecer-se e transitar (provável vetor de significados que fez emergir essa lembrança).

Dessa maneira, pode-se pensar como Douglas simbolicamente expande e circunscribe espaços que pode pertencer, desde sentidos mais amplos, como sociedade e comunidade, até sentidos mais particulares ligados ao senso particular de si. O espaço, dessa forma, assume um plano de fundo que permite com que Douglas crie bordas subjetivas e objetivas da separação dele com o mundo alheio, com o outro estranho para que possa elaborar possíveis caminhos de vida para si. Tendo conseguido, nesse momento atual, circunscções em um contínuo meu lar \diamond lar-fora-do-lar \diamond não-é-meu-lar.

6.2.2.2 Trajetória 04: Um lugar de sustento

Conforme a nova trajetória construída (figura 45), Douglas, nesse novo tempo, (re)significou também as relações de trabalho que desenvolveu na região. Dessa forma, a maneira como reconstrói o passado recente sofre uma considerável modificação. Na trajetória 01, traçada durante o “tempo de ocupar”, Douglas retratou como vinha sendo seu processo de fazer da região um lugar de sustento para si e como os diversos direcionamentos sociais, em especial, aqueles promovidos durante o “tempo de abandono”, impediram-no de efetivamente estabelecer, de uma maneira estável, uma relação de trabalho na região.

Conquanto, se o passado de Douglas, expressos durante o “tempo de ocupar”, remetia a momentos de incertezas, dúvidas e dificuldades quanto à possibilidade de sustentar-se e estabelecer algum tipo de vínculo empregatício na região, lembrando apenas momentos que se aproximam contexto presente naquele período. Por outro lado, no “tempo de construir”, um novo contexto impera. Nele, Douglas sinalizou como a região tem proporcionado formas eficazes de se sustentar a partir da própria dinâmica da região, explicando, dentro de um passado recente (últimos 05 anos), tal como sempre estivesse bem integrado a região, que ela ofereceria possibilidades de conseguir dinheiro.

Igualmente a trajetória anteriormente descrita, essa reconstrução do passado parece ter forte influência do atual contexto em que o estabelecimento de um lugar para morar e ser reconhecido como membro pertencente da sociedade pernambucana (ver subtópico anterior) promove a emergência de significados que guiam para novas reconstruções de sua história de vida. Esse aspecto também é impulsionado por os novos direcionamentos da sociedade, agora para um membro pertencente e passível de cuidados pela comunidade pernambucana, que ofertam para Douglas novas possibilidades de futuro que fazem com que ele reconstrua esse passado atravessado por essas expectativas do presente e do futuro.

Ou seja, Douglas, tendenciado pela prospecção de saída da região para estabelecer-se numa outra, pareceu abandonar contundentemente a trajetória de “lugar de sustento”, dado o caráter difuso que o senso de pertencimento de Douglas sobre a região espalhasse por toda região metropolitana do Recife. Assim, dos conteúdos externalizados, se antes Douglas discursava sobre história de vida e trabalho atravessado por um cenário de exclusão e abandono entrelaçava sua história de vida e na história do próprio CJE, no “tempo de construir”, toma tons de maior integração à comunidade onde vive. Dessa vez, Douglas referiu maior engajamento em atividades laborais junto aos moradores da vila, referindo que realizava atividades laborais ou até mesmo relatando conversas ou encontros com eles, dando um novo sentido a sua relação com o espaço, aproximando-o dos direcionamentos de S_0' , de que não seria um lugar para ele estar presente, mas outro nicho da sociedade.

Assim, o participante reconstrói memórias que são carregadas de elementos do presente, de pertencimento a sociedade pernambucana, de forma que, os significados rememorados sobre si retrataram sua integração com o ambiente em que viveu no passado imaginado recente.

No entanto, apesar de haver reconstruções diferentes daquelas descritas na trajetória 01, naquilo que tange possibilidades de futuro esse cenário existente no “tempo de construir”, proporcionam elaborações que possuem menor riqueza de detalhes e possibilidades, frutos de uma plausibilidade cada vez menor daquele aspecto ainda ser possível de efetivar-se. Assim, mesmo com gatilhos (relacionados ao início das obras), Douglas não parece conseguir imaginativamente, pensar como aquele espaço poderia promover algum tipo de relação que envolva “um lugar de sustento”.

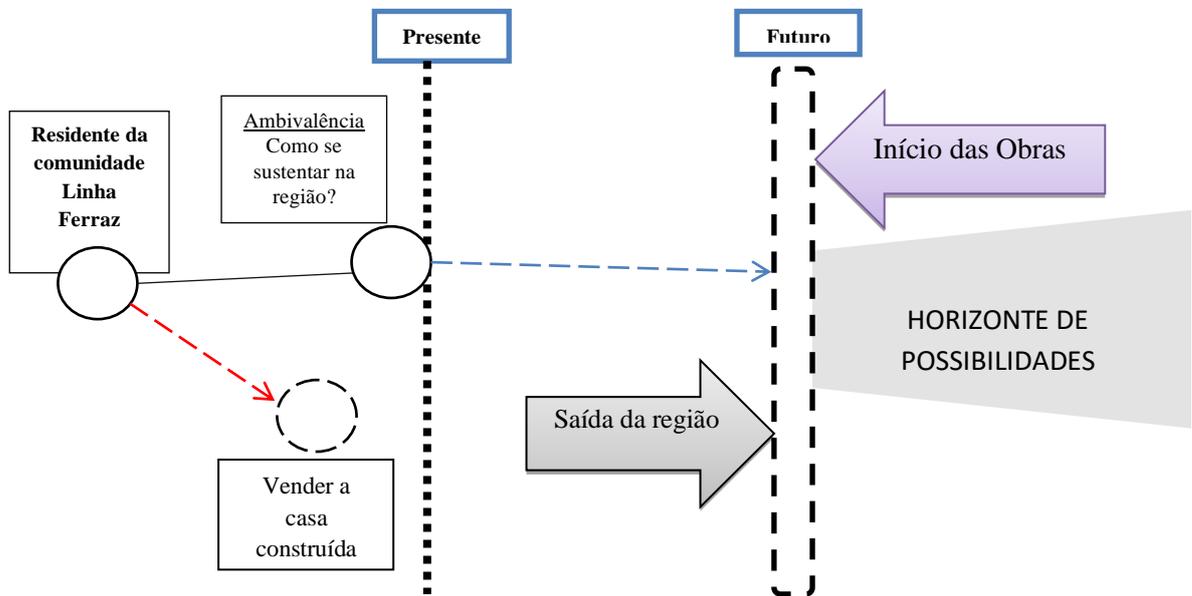
Desse modo, apesar do possível início das obras e construção de um novo ambiente, edificado na região do Cais José Estelita, estar para se efetivar, para o participante isso não pareceu promover a emergência de outras formas de sustento, por exemplo: através das obras que se iniciariam, ou através de algum tipo de comércio informal realizado na região. Ou seja, nenhum deles pareceu contribuir para estimular novas prospecções sobre a efetividade de outras e novas formas de sustento para Douglas, parecendo haver algum elemento/condição que funcionava como impeditivo para que esse processo ocorresse.

Então, se na trajetória 03 o horizonte de possibilidades é diminuído, aqui, na trajetória 04, ele é bloqueado pelos direcionamentos sociais e das ASDs S_0' e S_p que levam a Douglas a produzir significados que dão maior preponderância a trajetória 03, “um lugar para viver”, nebulando a trajetória de “lugar de sustento”. Essa condição parece aludir que esses aspectos só retomariam para a esfera de experiência de Douglas após a resolução sobre o local que iria

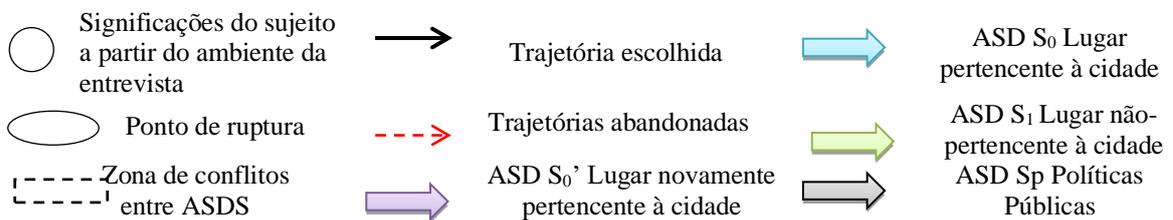
residir, de forma que não surgiriam vetores de ações para um objetivo imaginado que não era possível de ser elaborado. Consequentemente, não parecia haver qualquer possibilidade de Douglas imaginar prospectivamente algo para si referente a formas laborais de se vincular a região do CJE.

Como pode ser visto na figura 48, Douglas parece dar sentidos seguindo a tendência do direcionamento que propõe seu afastamento da região Sp e S₀’, não mais explorando possibilidades de futuro ligadas a oportunidades de emprego no CJE. Nesse sentido, ambas ASDs parecem inibir, junto às políticas de imaginação, prospecções existentes no “tempo de ocupar” e que decorriam de significados elaborados a partir das ASDs S₀ e S₁.

Figura 48 - Prospecção de futuro de Douglas sobre “um lugar de sustento”



Fonte: Modelo Adaptado de Sato e colaboradores (2014)



As prospecções desenvolvidas na trajetória 03, “um lugar para viver”, sob a influência da ASD S₀’, acrescida pela zona de conflitos das ASDs S₀ e Sp, agem de forma a impossibilitar a elaboração de possíveis prospecções futuras de Douglas naquilo que tange a continuidade dele permanecer na região em busca de trabalho, vinculada, em maior medida, aos possíveis lugares em que irá residir no futuro. Ou seja, a relação estabelecida pelo signo-significado de que, para Douglas, o Cais José Estelita é um “lugar de sustento” é posta como

plano de fundo, dado que o próprio lugar, antes de pertencimento, transforma-se em um “lugar de transição”.

6.2.2.3 Dos processos imaginativos que construíram as trajetórias 03 e 04

É sabido que os processos imaginativos, prospectivos, em grande medida fazem uso das reconstruções do indivíduo sobre o passado, para então construir possíveis futuros (TATEO, 2015; ZITTOUN, 2013; VALSINER, 2012). Dessa forma, torna-se importante também demonstrar como os passados rememorados, cada um deles, promoveram um produto expresso pelo processo imaginativo ou o inverso, como no caso aqui apresentado. Dessa forma, busca-se uma compreensão sobre como novas prospecções puderam proporcionar novas reconstruções sobre o passado Douglas, que por sua vez serviram como recurso para outras novas prospecções de futuro.

Como tal, o processo imaginativo promove um relativo afastamento do aqui-agora, enriquecendo-o, e permite que Douglas se posicione frente à esfera de experiência que está circunscrito. Dela, faz uso de memórias e prospecções para construir possibilidades de ação para sua vida, também a modificando. Isso ocorre, segundo Zittoun e colaboradores (ZITTOUN; CERCHIA, 2013; ZITTOUN, GILLESPE, 2016; ZITTOUN; GILLESPE 2010; ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015), através de *loopings* que são influenciados pelos gatilhos e contexto que servem como recurso para suas construções. Dentre esses recursos pode-se citar, exemplificativamente, a influência dos direcionamentos sociais e de outros signos presentes no ambiente. Já as Avenidas de significados Dirigidos (ASDs) também tem seu papel nesse processo, pois além de produzirem diversos recursos para o processo imaginativo, influenciam também no que esses mesmo autores nomeiam como plausibilidade. Ou seja, participam das influências sociais que apontam os significados construídos mais ou menos plausíveis de efetivamente ocorrerem.

O que se propõe aqui é explorar como isso se deu a partir dos conceitos desenvolvidos por Zittoun e colaboradores (ZITTOUN; CERCHIA, 2013; ZITTOUN, GILLESPE, 2016; ZITTOUN; GILLESPE 2010; ZITTOUN; DE SAINT-LAURENT, 2015; ZITTOUN, 2013). Para tal, inspirado no modelo teórico da autora, fez-se uma separação – hipotética – dos *loopings* de cada uma das imaginações promovidas ao longo do segundo momento de entrevista, ocorrido no “tempo de construir”, tal qual se esticasse uma mola (ao viés de sobrepostos em um único momento presente, mas em direção ao futuro) deslocando-as em um tempo irreversível.

Essa notação permite outra perspectiva sobre a influência das ASDs e dos direcionamentos sociais ao longo da produção de prospecções sobre um futuro próximo (F₄)

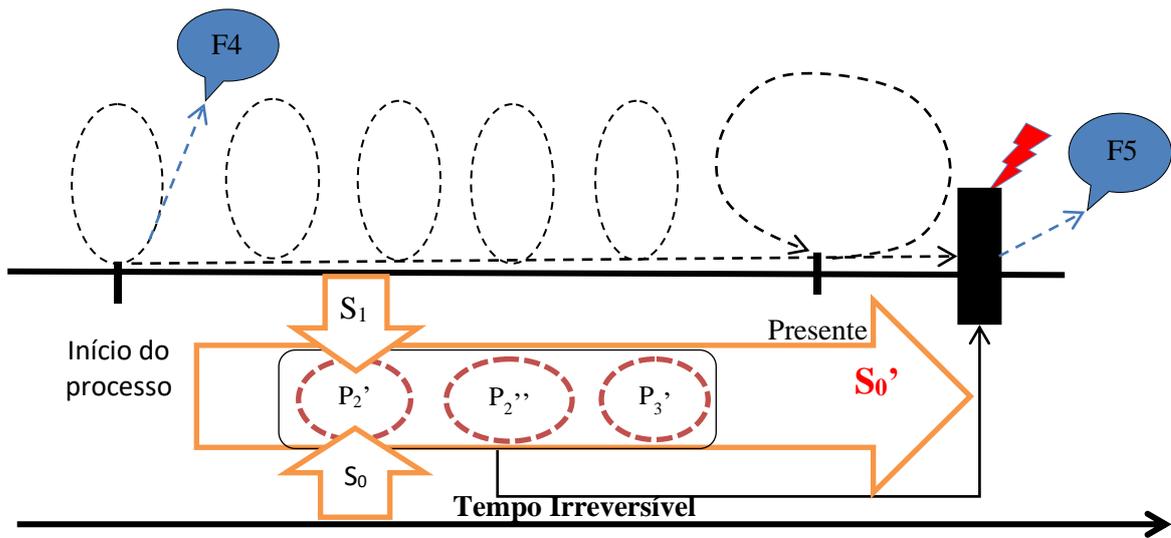
que permitiram a emergência de significados que guiaram a reconstrução de outras perspectivas sobre a vida rememorada de Douglas (P_2' , P_2'' e P_3). Esses passados aqui dispostos na figura 46 fazem alusão a um passado condensando o “tempo de planejar”, “tempo de ocupar” (P_2') e “tempo de construir” (P_2'') e um novo passado, decorrente do período entre as entrevistas e que houve a mudança de contexto (P_3). Todos eles não seguem, no gráfico, uma disposição de uma sequência temporal, mas como produtos que promovem signos-significados que interagem para servir de recurso para produção de prospecções sobre o futuro região (F_5) e que, nesse caso, são compostas também pelas prospecções de Douglas em sua busca por um “lugar para pertencer” que se desdobra em vetores relacionados a “um lugar para viver” e “um lugar de sustento”.

Vale destacar, inicialmente, que no contexto presente no “tempo de construir” surgiram novos mecanismos para direcionar retrospectivamente e prospectivamente o passado e futuro daqueles que circulam na região a fim de promover relações outras desses indivíduos com a região, evitando-se a reedição do conflito antes vivenciado (entre 2012-2014). No caso de Douglas, quando então reconstruiu seu passado, surgiram elementos predominantemente vinculados a ASD S_0' , trazendo alguns outros poucos elementos elaborados através das ASDs (S_0 e S_1). Todos eles, no entanto, não parecem produzir significados que são conflitivos entre si, pelo contrário, a influência da ASD S_0' parece ser determinante para tornar plausível apenas o surgimento daqueles que permitam efetivar os mesmos vetores de ação a um futuro prospectado específico, coerente com as políticas de imaginação promovidas na região (S_0') (figura 49).

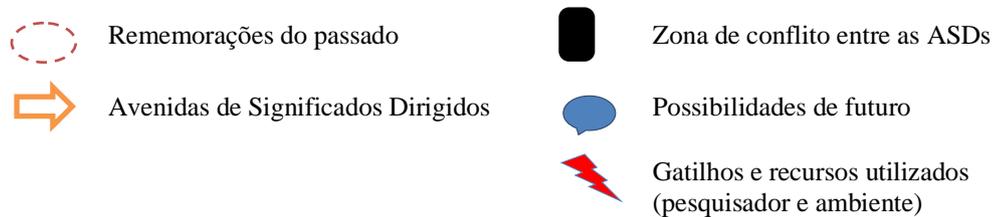
Não por acaso, não mais se observou a mesma necessidade de Douglas passar uma imagem de alguém acima de suspeitas como ocorria no “tempo de ocupar”, de forma que nenhuma das vezes mostrou sua documentação ao pesquisador. Por outro lado, dessa vez, Douglas produz elementos que remetiam a alguém que sempre foi membro ativo, reconhecido e valorado da sociedade pernambucana.

Destaca-se ainda que os passados rememorados referentes à vida de Douglas foram elaborados ao longo das entrevistas em decurso, e aqui foram explorados a partir do que iria acontecer com a região, circunscrevendo-se a unidade de análise participante<>cidade. Esse processo, construção e produtos, então, envolvem os diferentes passados rememorados por Douglas na sua relação com a região.

Figura 49 - Processos rememorativos e imaginativos no “tempo de construir”



Fonte: o próprio autor, 2018.



Nesse contexto, as novas políticas de imaginação elaboradas para região ligadas à influência da ASD S_0' (lugar novamente pertencente à cidade) pareceram agir preventivamente a possíveis manifestações que impeçam a continuidade do Projeto Novo Recife e dá maior preponderância a emergência dos significados que irão guiar as reconstruções e prospecções de Douglas (Zona de conflito entre ASDs).

Os decorrentes processos de significação pareceram atravessados pelo atual contexto em que Douglas está inserido. Sentimentos antes não manifestos (tristeza e pesar) emergiram nesse “tempo de construir”. Isso decorreu a partir de um futuro prospectado (F_4) e os consequentes significados criados nesse processo que criou vetores de ação que buscavam efetivamente ultrapassar uma barreira imposta ao longo de sua trajetória de vida, ter “um lugar para viver”, fruto das promessas governamentais (políticas de imaginação) relacionadas à saída da região.

Essa mesma influência de (F_4) e os decorrentes sentimentos que ela promovia desencadearam rememorações sobre outros aspectos do passado de Douglas (P_2), criando corpo de recursos robustos para posteriores prospecções (F_5). De um lado, decorrente de afetos (tristeza e pesar) que promoveram caminhos para elaboração de um passado distinto sobre a história de como chegou à região do CJE. Agora, Douglas não mais chegou ao CJE decorrente da separação de sua esposa (P_2), mas sim decorrente de dinâmicas afetivamente significativas e conflitivas com seus irmãos e mãe, e que o fizera sentir-se alheio à família,

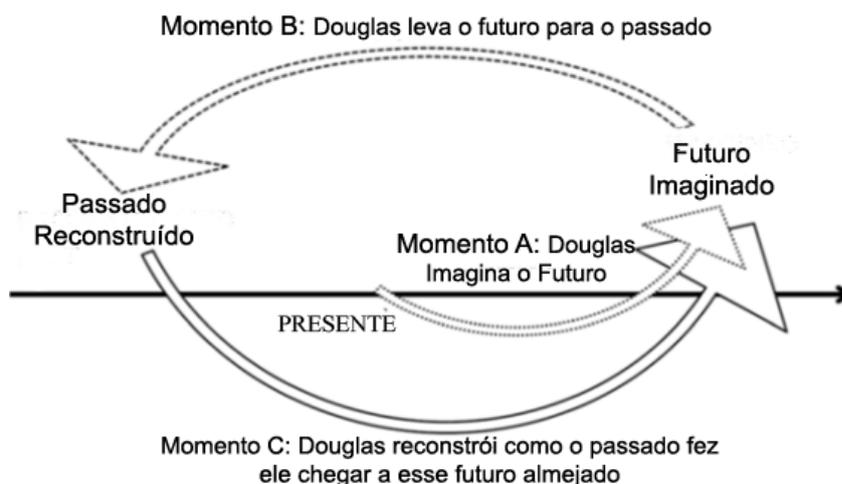
como alguém que não era bem recebido por ela, ou até mesmo fazia mais parte (P_2'). Essa dinâmica ainda é composta por signos-significados que são entrelaçados por outros relativos às consequências do “tempo de fundação” (ASD S_0) e “tempo de abandono” (ASD S_1), que trouxe grande dificuldade de se trabalhar na região.

De outro, esse novo senso de pertencimento a sociedade pernambucana direcionou os processos que desencadearam elaborações de um passado (P_2'') em que “sempre tive oportunidade de trabalhar” (sic). De maneira informal, Douglas relatou que sempre se sustentou através de contato com os residentes da vila de moradores, ou até mesmo pela oportunidade de trabalhar guardando carros nos shows ocorridos nas proximidades de onde a entrevista ocorria (em um clube náutico frequentado pela classe média alta de Pernambuco e que não foi referido em momento algum na primeira entrevista).

Assim, se antes ele retratava um passado em que se sentia sozinho, sem assistência e abandonado pela sociedade e seus mecanismos de controle e assistência (P_2 – ver tópico 6.1.2.3). No novo momento, Douglas está reconhecidamente incluso na sociedade, como morador de uma comunidade recém-instituída pela Prefeitura do Recife (P_3). Para chegar ao futuro imaginado para si (F_5), Douglas utilizou-se aspectos consonantes com os direcionamentos que proporcionaram novas reconstruções de seu passado recente (P_3), e suas implicações decorrentes de prospecções futuras (F_4) “Momento A - Douglas imagina seu futuro” (ver figura 47).

Essas prospecções de futuro (F_4), por sua vez, promoveram uma reconstrução diferente do passado (P_2'' e P_2'), “Momento B – Douglas leva seu futuro para o passado” (ver Figura 47). Essas novas reconstruções do passado, por sua vez, foram utilizadas como recursos para novas prospecções elaboradas sobre o futuro que Douglas quer alcançar (F_5), “Momento C – Douglas reconstrói como o passado o fez chegar a esse futuro almejado” (ver Figura 47), tornando-a plausível pelos novos direcionamentos sociais e ASD S_0' .

Em outras palavras, esse futuro imaginado (F_4) fez com que novos significados da história passada de Douglas emergissem, permitindo que o passado expresso no “tempo de planejar, ocupar e construir” relacionasse com o atual contexto e com as prospecções elaboradas, fenômeno (figura 50) similar ao que Brescó de Luna (2017; 2018) referiu, ao analisar fenômenos coletivos, chama de prolepse.



Fonte: Adaptado de Brescó de Luna, 2017

Essa elaboração aparentemente barrou a influência de significados relacionados à experiência decorrente do tempo de fundação na vida de Douglas (P_0). Dessa forma, quando, em suas elaborações rememorou sobre sua vida, Douglas em nada se referiu ao “tempo de fundação” (P_0) ou “tempo de abandono” (P_1), e reconstruiu seu passado durante período limítrofe entre os “tempo de planejar, ocupar e construir” (P_2 – ver tópico 6.1.2.3). Dessa forma, entende-se que essas rememorações são consequências de significados construídos pela predominância da ASD S_0' (Lugar novamente pertencente à cidade) no “tempo de construir”, e que leva Douglas a prospectar um futuro diferente para si e para região (F_5).

Dessa vez, e como possibilidade prospectiva única (F_5), Douglas demonstra elaborar e, talvez já percorrer por um vetor de ação relacionado a essa prospecção futura, quase que imediata. Assim, quando construiu possibilidades de futuro para o Cais José Estelita, remeteu à expectativa e o desejo que ele seja reconstruído, sem demonstrar a mesma vinculação afetiva do “tempo de ocupar”, a revolta que a possibilidade do empreendimento efetivar-se trazia. Assim, o processo de rememoração tomou vias inversas (figura 47).

Em suma, os direcionamentos sociais que permitiram o surgimento de uma possibilidade (quase que real) de um futuro imerso em benefícios oriundos da construção que estava para ocorrer (F_4) redirecionou o passado de Douglas promovendo mudanças (BRESÓ DE LUNA, 2017; 2018). Essas mudanças relativas à dinâmica e aos produtos explorados no primeiro momento de entrevistas (no “tempo de ocupar”) puderam ser vistas nas novas elaborações sobre o passado rememorado da vida de Douglas e dos catalizadores presentes no ponto de ruptura que levou Douglas a região do CJE.

Essas modificações que fizeram emergir novas versões do passado (P_2' e P_2'') foram utilizadas como recursos, junto com o contexto (P_3) que reorientam o próprio futuro e relacionamento do participante com a região (F_5). Sendo assim, Douglas não mais se mostrou

engajado em continuar na região, tão pouco demonstrou resistência frente à possibilidade de mudanças que a sociedade deseja promover, pelo contrário promove um discurso e uma trajetória prospectada de vida que segue no mesmo sentido, apesar de suas particularidades, dos direcionamentos sociais presentes na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui proposto visou construir e problematizar uma maneira de explorar os processos de construção de significados decorrentes das experiências trazidas em uma pesquisa norteada pela perspectiva teórica da Psicologia Cultural Semiótica (PCS). O título desse trabalho “A intensidade do Presente no Cais José Estelita: passado memorado e futuro prospectado” apresenta o que se tenta predominar ao longo de toda construção teórica e de análise: a multiplicidade de fenômenos que atravessam a experiência humana e, conseqüentemente, seus processos subjetivos.

A presente pesquisa foi movida pela compreensão de que, no cenário pernambucano, desde 2011, emergiu um intenso debate de diversas representações sociais sobre o que melhor seria feito com o Cais José Estelita (CJE), espaço específico circunscrito, sem aparente função social, na região central da cidade do Recife, em que, apesar de aparente silenciamento social nos últimos três anos, fez-se a aposta que teria sido um fenômeno que poderia apontar para possíveis rupturas na relação habitantes<>CJE.

Desse modo, se objetivou contribuir sobre essa questão a partir da ótica de um sujeito que se relaciona com a região em que habita, sendo essa a unidade de análise escolhida pelo pesquisador. Para isso, aproveitou-se a oportunidade de se estudar o Cais José Estelita, que, no cenário pernambucano, encontrava-se em grande tensão social relacionada ao que deveria ser lá edificado. Momentos como esse, de ruptura, fazem emergir grande comoção social e individual, tornando-se terreno fértil para estudos exploratórios.

Dessa forma, visando explorar as repercussões dessas tensões e possíveis rupturas na continuidade sobre a dinâmica social e urbana da cidade do Recife e seus habitantes, a pesquisa buscou compreender como significados são construídos e guiam a forma com que as pessoas fazem uso do espaço pelo qual circulam, seja em suas ações, seja pelos processos cognitivos relacionados a memórias e imaginações individuais<>coletivas, levando em conta o “passado social”, a “trajetória de vidas particulares” e as “inovações específicas a partir da experiência imediata” (VALSINER, 2018).

Nesse ponto, compreende-se que o ser humano, ao longo do seu desenvolvimento, transformou o ambiente a sua volta em uma ferramenta cultural que o permite situar-se no tempo-espaço. É, pois, um recurso fundamental para a existência humana, o que torna o fenômeno ainda mais desafiador de ser explorado, principalmente por parecer ser um processo fundamentalmente primário na constituição do indivíduo.

Contudo, pensar formas de estudar esse tipo de fenômeno trouxe consigo grandes desafios. Afinal, estudar como o ambiente pode contribuir, influenciar e ser ferramenta do

fenômeno psicológico, quando ainda grande parte das concepções teóricas vigentes no campo da psicologia sequer o considera, faz com que seja necessária uma incursão em busca de uma intersecção com outros campos de conhecimento como artes, geografia, arquitetura, filosofia e urbanismo, aproximando-se, também de uma psicologia ecológica do desenvolvimento.

Para tal, fez-se uso de um plano de fundo analítico que foi estruturado a partir da análise da história, manifesta e latente, da região. Essa história foi construída através das pessoas que fazem parte daquela cultura ou através das ferramentas culturais produzidas por ela, sendo produto dos direcionamentos sociais à população que lá existia e de seus efeitos sobre os habitantes e transeuntes que lá circulavam. Esse processo possibilitou construir impressões de como a memória coletiva e políticas de imaginação, passadas e vigentes, promoveram significações únicas sobre como as pessoas poderiam criar significados – que orientariam sua relação com a região do CJE – desde épocas passadas até o momento da pesquisa. Dessa forma, se circunscreveu uma “história social” da região (VALSINER, 2018).

Foi acrescida a essa análise como o pesquisador pode afetar e ser afetado pelo encontro com o outro e o ambiente a sua volta, ou seja, o ambiente também entra nessa análise formando uma tríade fundamental para compreensão do fenômeno psicológico. A construção de dados, aqui expressadas, tentou aproximar-se de uma compreensão que fizesse uso da relação participante<>ambiente<>pesquisador. Essa relação aqui é subdividida em (i) pesquisador<>ambiente, (ii) participante<>pesquisador e (iii) participante<>ambiente.

A partir dessa organização, exploraram-se, ao longo dos capítulos, diversos aspectos considerados fundamentais para ampla compreensão dos processos cognitivos e imaginativos, que são atravessados por: a) o papel da cultura coletiva na negociação dos significados construídos pelo sujeito enquanto um processo individual, mas inseparável da participação da cultura encarnada em suas mais diversas manifestações (ferramentas culturais e signos-significados partilhados); b) o papel da historicidade do sujeito e da sociedade, retratada pela reconstrução do cenário pernambucano (memória coletiva), bem como pela trajetória de vida dos sujeitos que nela se constituíram; c) o papel do ambiente, em particular, do espaço urbano, como um signo que promove, medeia, regula e é negociado/influenciado pela ação humana; d) o papel do sujeito enquanto agente ativo na (re)construção de significados através de uma semiose que está indissociável da relação com um outro (real ou imaginado); e) o papel do pesquisador como agente ativo, não somente da análise dos dados, mas de toda a produção da pesquisa e seus direcionamentos, entrelaçando-o com todos os elementos referidos anteriormente.

Deu-se, então, um passo na tentativa de aproximar diversos conceitos já consolidados dentro da Psicologia Cultural Semiótica através de uma análise em que se possa relacioná-los de maneira harmônica, buscando maior compreensão do que acontece nos processos cognitivos e nas consequentes construções de significados promovidos ao longo da pesquisa de forma que seja possível circunscrever esse fenômeno dentro de concepções de tempo irreversível, de separação inclusiva, de mediação semiótica e de historicidade de uma determinada cultura/sujeito.

Para melhor compreensão desse fenômeno, fez-se necessário explorar e compreender como a cultura coletiva primeiramente afetava o próprio pesquisador. Como solução, aproximou-se de conceitos da etnografia e autoetnografia para buscar compreender como o próprio pesquisador se posicionou frente a um ambiente até então inexplorado (mas de alguma forma já concebido) e como, a partir dele, foi possível tomar as decisões necessárias para a continuidade da pesquisa.

A primeira forma de construir um plano de fundo para compreender os posteriores fenômenos decorrentes da relação participante<>ambiente tornou necessário analisar como o próprio ambiente afetou o pesquisador e, conseqüentemente, como ele produziu significados a respeito dele. E assim ocorreu, de forma que o pesquisador circunscreveu diversas zonas de significados que circunscreviam a região do Cais José Estelita.

Para tal, foi necessário circunscrever alguns elementos que compuseram a unidade de análise aqui explorada: a relação do sujeito com o ambiente. E isso se deu, primeiramente, situando o pesquisador como primeiro participante da corrente pesquisa, sendo dele a primeira produção de significados que compuseram o plano de fundo na tentativa de compreender um outro imaginado, futuro participante que comporia o estudo de caso. Dessa forma, como pode ser visto nos capítulos 03 e 04, o pesquisador, por uso de técnicas relacionadas à autoetnografia e etnografia de rua, parte a campo para permitir ser afetado pelos processos que gostaria de estudar.

Essas construções, por sua vez, foram utilizadas como plano de fundo para análise do estudo de caso, permitiu circunscrever tempos imaginados em que determinados direcionamentos sociais existiram e promoveram relações diversas da região do Cais José Estelita com a comunidade pernambucana. Essa postura evidencia outra característica corrente na Psicologia Cultural Semiótica, a dinamicidade dos processos metodológicos que permitem maior flexibilidade em sua construção na medida em que se explorou o fenômeno de interesse.

Destacam-se, nesse momento, duas das possíveis contribuições que esse trabalho traz: a) integrar em uma análise a compreensão de aspectos ligados à Cultura Coletiva, representados em níveis meso/macrossociais (políticas e ações governamentais, bem como outras da ordem da iniciativa privada) e como estas, por sua vez, poderão influenciar a construção de significados de indivíduos que se relacionam dentro dessa cultura ao longo de suas vidas; b) a influência do próprio ambiente enquanto produto e promotor dessa influência da Cultura Coletiva. Nesse ponto, fez-se uma aproximação da compreensão do ambiente enquanto integrado a semiosfera, conceito holístico que capta adequadamente a heterogeneidade inerente dos sistemas sociais do nível social para o individual (VALSINER, 2018; LOTMAN, 1996).

Dessa incursão sobre a região, o pesquisador pôde explorar quais significados foram construídos e quais sentimentos foram evocados a partir da compreensão da cidade enquanto um signo (KHARLAMOV, 2012). Assim sendo, outro ponto de grande relevância nessa pesquisa foi problematizar o lugar que o ambiente ocupa nessas trocas entre participante e pesquisador. Dessa forma, a tentar compreender como o ambiente – em particular, a cidade em suas diversas manifestações – contribuiu para os processos cognitivos do ser humano, tornou-se fundamental.

Para atingir esse fim, ferramentas metodológicas foram fundamentais para essa compreensão: as pesquisas bibliográficas sobre a história da região (em materiais científicos, midiáticos ou vinculados ações das instâncias governamentais); a experiência e de impressões construídas ao longo das observações (auto)etnográficas realizadas; e de entrevistas, registros em diário de campo e conversas informais. Todas elas permitiram circunscrever o objeto de estudo através de um recorte da própria história da região a partir dos significados partilhados pela cultura coletiva, pelos significados construídos no contato com habitantes e transeuntes da região e pelos significados construídos pelo contato do pesquisador com a temática e com o espaço urbano em questão.

Buscou-se compreender, nesse passo, qual percurso histórico social foi traçado para o CJE desde sua fundação até o presente momento. Esse passo metodológico, em certa medida, objetivou elaborar significados que conectassem as influências da Cultura Coletiva ao longo de um tempo, com os materiais culturais (arquitetura, produções artísticas, produções acadêmicas e manifestos sociais) observados ao longo da inserção do pesquisador na região, bem como seus reflexos na dinâmica social pernambucana em sua relação com a região.

Para isso, fez-se uso de concepções ligadas a Avenidas de Significados Dirigidos (ASDs), e políticas de imaginação e rememoração, relacionadas à região de interesse nessa

pesquisa. Esses direcionamentos foram estudados a partir da tentativa de compreendê-los enquanto elementos que compõe e influenciam os processos cognitivos de rememoração e imaginação desenvolvidos por um indivíduo e pela coletividade. Dessa forma, buscou-se compreender como a influência da Cultura Coletiva, dentro do compartilhamento de um passado imaginado e um futuro prospectado, promoveu ou contrapôs-se aos significados encarnados e construídos pelas pessoas que circulam pela região, produzindo uma relação espaço-temporal em suas diversas manifestações culturais e arquitetônicas. Estes, em certa medida, produziam e eram produtos de direcionamentos construídos ao longo da história da cidade e dos indivíduos que lá circulam, tornando-se signos representantes dessa história.

Não por acaso se realizou um primeiro momento de pesquisa e análise (Capítulo 4 e 5), posto que fez-se necessário compreender os tempos históricos em que o CJE foi alvo de diversos direcionamentos sociais, presentes e passados, através de instrumentos e ferramentas desenvolvidas para retratar a história coletiva através de ferramentas culturais ou pela própria experiência das pessoas que por esses momentos viveram.

Esses momentos circunscritos pela experiência do pesquisador-participantes tornaram-se guias para a compreensão de que a forma esse passado foi construído e como ele também influenciou o processo e os produtos (re)construídos pelas pessoas que estiveram presente nesse estudo. Ou seja, explorou-se, a partir da coexistência ou dominância das ASDs, que criam uma zona de conflitos entre os significados construídos através delas (em nível individual e coletivo), como as pessoas se localizam e direcionam suas ações sobre o mundo.

Com essa construção minimamente elaborada, puderam-se explorar as entrevistas propostas. Nela, a relação do pesquisador<>ambiente<>participante foi analisada através dos processos imaginativos, rememorados ou prospectados do participante em questão, em que foi possível perceber, por exemplo, como elementos do cenário em que os encontros aconteceram enriqueciam as construções realizadas pelas pessoas em contato com o pesquisador, assumindo a função de ícones, índices e símbolos para suas rememorações e prospecções.

Nesse ponto, aportou-se na compreensão que os processos cognitivos, enquanto processos que se situam também na relação indivíduo<>cultura, também seriam afetados por toda composição analítica elaborada até então. Para isso, fez-se fundamental compreender que todo e qualquer sujeito se encontra numa relação indissociável com a Cultura. Logo, tornou-se mister compreender como o fenômeno psicológico é promovido pela mediação de signos compartilhados em uma cultura coletiva e como ela, por outro lado, é reelaborada em contato com um sujeito que produz, para si, uma cultura pessoal única e particular para que possa negociar e explorar os significados que circulam através dessa dinâmica pessoal<>coletiva.

Essa pesquisa, por um acaso, pôde explorar como um dos seus participantes, escolhido para o estudo de caso aqui apresentado, reconstruiu seu passado e possibilidades de futuro, bem como sua relação com o CJE, devido a mudanças no contexto cultural. Para chegar a essa compreensão, fez-se uso do TEM, para integrar a rememoração desse contexto social, mais ou menos estável, influenciou as decisões tomadas pelo participante ao longo de sua vida, direcionando-o por ações específicas em momentos de ruptura e ambivalência provocadas pelas influências das ASDs aqui analisadas, fazendo-se luz sobre como elas contribuíram para elaborações desenvolvidas no tempo e contexto que se apresentava.

A Psicologia Cultural Semiótica, em sua ampla compreensão, sinaliza também que toda construção de significados é relacional, seja pelo indivíduo com um outro real ou imaginado (inclusive ele próprio), dessa forma foi possível pensar que os próprios significados, que emergiram desses encontros, relacionam-se com essa pessoa imaginada por Douglas, que clama por um reconhecimento que não o de morador de rua, percepção imaginada do pesquisador. Para essa articulação fez-se necessário outro dos pilares da Psicologia Cultural Semiótica: o tempo irreversível. Ao tratar sobre como as rememorações e imaginações prospectivas do participante ocorreram, fez-se necessário elaborar duas formas de análise para compreender as trajetórias delas construídas. Todas essas, em alguma medida, foram utilizadas visando compreender o passado imaginado enquanto história e enquanto processo semiótico, entre estabilidades e transições de significados que se afetam mutuamente.

Tal qual a perspectiva teórica aqui adotada se propõe, se os significados são elaborados em processos de externalização e internalização direcionados a um outro imaginado, excluir o lugar do pesquisador nesse processo é limitar ainda mais a compreensão de qualquer fenômeno que se queira estudar. Em outras palavras, é importante que essa relação pesquisador<>participante também fosse analisada a partir dos produtos que dela são construídos, não sendo entendido através da relação concreta e imediata apenas, mas na relação imaginada estabelecida em que pesquisador e pesquisando direcionam significados, negociando-os entre si. Dessa maneira, a reconstrução dos sentidos de vida a partir da trajetória de Douglas (nome fictício do participante do estudo de caso) que são elaborados na relação participante<>pesquisador passou pelas diversas influências já mencionadas. A história da região, do participante e do pesquisador, se inter cruzam para remontagem e exploração das possíveis influências dos diversos processos aqui já mencionados.

Dessa maneira, a partir desse conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos, buscou-se compreender como os processos rememorativos e imaginativos de um participante escolhido apontavam para significados únicos que visam garantir uma relação – afetiva – dele

com o ambiente em que se encontra e reside. Em outras palavras, utilizou-se a concepção de rememoração e imaginação a partir de um conceito mais amplo em que o ambiente, o espaço urbano, também é alvo e desencadeador de potenciais recursos semióticos utilizados por esses processos. Logo, fez-se uma tentativa de maior apreensão desse fenômeno a partir do entendimento que é impossível observá-lo por completo, pois há algo do próprio pesquisador, do participante e da cultura coletiva que sempre escapará da possibilidade de ser analisada. Para tal, não só o que era dito foi analisado, mas as expressões e não ditos (silêncios, pausas, mudanças no discurso e no humor).

Assim, dos momentos de entrevista com o participante, que ocorreram em dois tempos distintos, foi possível explorar como ele reconstruiu sua história de vida em tempo que circunscrevia também a história do Cais José Estelita. Douglas, como morador de rua no primeiro tempo da entrevista, retratou aspectos pregressos da sua vida e alguns outros prospectivos, através de uma dinâmica social que era direcionada para si a partir de uma pessoa que estava à margem da sociedade.

Nesse interim, Douglas, então, direcionando suas reconstruções para um pesquisador (possível policial disfarçado), retrata esse cenário de utilidade, abandono e busca por uma nova função, tal qual ocorria com o próprio Cais José Estelita ao longo da história contada. Essa é outra das contribuições que esse estudo tenta trazer.

Desse modo, quando Douglas rememorava e prospectava aspectos da sua vida, uma grande cadeia extensa e complexa de significados o situava na busca por um lugar para viver, para sustentar-se, subpartes de uma busca por um lugar que pudesse pertencer. Douglas, por muitas vezes, em suas construções entrelaçava sua história de vida a sua vinculação com a região, de uma forma que o Cais José Estelita aparece como um plano de fundo de um espaço-tempo em que Douglas permite que sua vida se desenvolva ao longo de um tempo imaginado, um signo que tem relações próximas a compreensões de si pelo participante.

Podemos elucidar, do primeiro momento das entrevistas, situadas no “tempo de ocupar” do CJE, Douglas reconstruiu sua história de vida sinalizando como os direcionamentos sociais, à época, promoveram rupturas e ambivalências na sua vida naquilo que tange sua busca por um lugar de sustento e lugar para viver, observado em um contexto atravessado por uma aparente latência das tensões históricas recentes relativas a “um tempo de planejar” do Cais José Estelita, quando houve grande mobilização social sobre o uso da região, entendido como a coexistência de ASD's que se inter cruzavam para direcionar a emergência de possíveis signos-significados que levariam a efetivar vetores de ações possíveis para vida de Douglas e os demais habitantes da região.

Podendo-se fazer uso de um plano de fundo construído através da história da região, atrelada aos significados decorrentes delas, construídos pelo pesquisador, foi possível ampliar a forma de compreender a dinâmica social memorada por Douglas e como ela ora representava aspectos de sua cultura individual em interação com a cultura coletiva da época ora mostrava os novos significados oriundos dessa relação.

Nesse ponto, pudemos observar como Douglas, persistentemente, interpõe-se a um direcionamento social que clama pelo seu afastamento da região, tentando desconstruir os significados que orientam sua relação com a região. No entanto, como esse lugar é também atravessado por signos-significados que se entrelaçam com a própria identidade de Douglas, desistir de relacionar-se com a região, parecia fazer desistir de parte de si.

Sendo assim, quando Douglas reconstruiu sua trajetória de vida, ela confundia-se com as tensões históricas existentes naquela região. Essas tensões também se refletiam sobre as possibilidades futuras do participante. Parte delas alimentadas pela influência do pesquisador, que ofertou gatilhos (entrevista) e recursos (informações da cultura coletiva) que sinalizaram a possibilidade de mudanças para região, promovendo os possíveis caminhos imaginados que Douglas poderia, ou não, trilhar para sua vida.

No entanto, havia alguns outros significados expressos nessas prospecções que tinham ligação direta com o que levou Douglas a lá estar. Divididas em dois grandes grupos, “tudo continuar como está” e “e se as coisas mudarem”, Douglas aproximou-se afetivamente daquelas prospecções que apontavam para ações que envolvessem seu desejo de edificar um “lugar para pertencer”, um lugar que fizesse parte, o que promovia ou diminuía a importância das ações ligadas a um “lugar de sustento” e um “lugar para viver”.

Já no segundo tempo, “tempo de construir”, posteriormente emergente na região, pôde se perceber significativas transformações/criações de significados através dos processos rememorativos e imaginativos de Douglas, fruto das mudanças no contexto de vida, entendido como havendo a predominância de uma das ASDs (S_0') sobre as demais (S_0 e S_1) e que geraram mudanças diversas na região, através de direcionamentos sociais, e na vida de Douglas, a partir da noção de pertencimento que construía para si.

Cada uma dessas mudanças pessoais e sociais trouxe consigo outro novo plano de fundo para que Douglas pudesse utilizar como referência para sua história de vida pregressa e prospectiva. Agora, em um cenário que aparentemente o futuro do CJE está consolidado, políticas de imaginação foram utilizadas na região visando efetivá-lo. Douglas agora circunscrito dentro das pessoas pertencentes da comunidade pernambucana, como morador da ocupação que foi reconhecida como “Comunidade Linha Ferraz” (sic), pareceu ter

reconstruído sua relação com a região e com os consequentes signos que orientavam suas trajetórias. Se antes o CJE era o signo para produção de significados que o tornava referência para si e com importante relação a sua concepção de si, nesse segundo momento Douglas vivencia certo distanciamento da região, tal qual já vinha resistindo ao longo da sua vida expressas nos encontros e entrevistas ocorridos durante o “tempo de ocupar”, primeiro momento de entrevistas.

Posto isso, Douglas foi estimulado, através de gatilhos contextuais presentes pela dinâmica social e presença do pesquisador, a traçar outras trajetórias de vida, ainda guardando resquícios a busca por moradia e sustento, mas que se afastavam das tensões vivenciadas por ele ao longo dos anos, situando-o, em maior ou menor medida, enquanto membro reconhecido e participante da dinâmica da sociedade pernambucana. Dessa maneira, tanto aos produtos, decorrentes das prospecções e memórias do participante, não apontam para ambivalências anteriormente vistas e exploradas.

Assim sendo, esses produtos decorrentes dos processos imaginativos e rememorativos compuseram o surgimento de eventos de forte valor afetivo, expressos pela forma excitada que falava, flutuando entre felicidade e choros, sobre o que o fez buscar a região. Da mesma forma, houve transformações sobre como Douglas imaginava sua saída dela em um futuro próximo, direcionamento decorrente de políticas públicas que agora o colocam longe da região, sob a promessa de novamente ter um lugar para si, sendo reconhecido como cidadão pernambucano, fazendo do CJE, para ele, apenas como um lugar de transição, de passagem para sua vida.

Nesse contexto, as prospecções de Douglas, se reduziram consideravelmente, ultrapassando o período de ruptura que vivia, abrindo margem para um significado guia da trajetória prospectada escolhida, não trazendo dúvidas ou incertezas sobre seu futuro ou futuro da região. Nesse ponto, foi possível ver, então, como as políticas de imaginação, ajustadas pela ADM dominante, puderam direcionar a compreensão que Douglas possuía de si, do seu passado e para o futuro da/na área do Cais José Estelita.

No entanto, para tratar do segundo momento, foi importante ter por vista um pressuposto de um tempo irreversível, não foi realizado nenhum tipo de comparação entre os momentos, mas se tentou evidenciar o caráter reconstrutivo da memória e como este afetou as prospecções de futuro do participante, tão pouco unificou as memórias e prospecções realizadas. Isso delinea, então, como as ASDs também influenciaram, nos tempos em que as entrevistas, os processos cognitivos aqui estudados e sua dinâmica na relação pesquisador<>ambiente<>participante, sendo a apreensão do fenômeno supracitado no estudo

de caso, outro fator de relevante contribuição dessa pesquisa, ao conseguir, em uma pequena escala, explorar como o processo rememorativo e prospectivo não só sofre influência ao longo de um tempo irreversível, mas também a partir de uma cultura coletiva que está em constante reformulação.

De outra maneira, do estudo de caso, então, decorre outra possível contribuição desse trabalho ao tentar integrar algumas teorias vigentes no campo da PCS visando aproximar-se da dinâmica entre a internalidade e externalidade da condição humana. A análise dos significados construídos pelo participante é proposta a partir de uma tentativa em articular o modelo teórico do TEM às contribuições teóricas sobre rememoração (BARTLETT, 1932; WAGONER, 2018; WAGONER; BRESCÓ DE LUNA, 2018), imaginação (ZITTOUN, 2017; TATEO, 2015), Políticas de imaginação e rememoração (DE SAINT-LAURENT, 2017a; DE SAINT-LAURENT, 2018), o espaço como signo (KHARLAMOV, 2012) e as avenidas de significados Dirigidos (LYRA;VALERIO; WAGONER 2018), este último, buscando ampliar sua aplicabilidade dentro do campo da Psicologia Cultural Semiótica.

Apesar do esforço teórico-metodológico para articulação das diversas considerações teóricas, a corrente pesquisa também apresenta diversas limitações. O primeiro aspecto decorre da integração de diversas teorias da Psicologia Cultural Semiótica que, apesar de aparentemente ter conexões evidentes entre si, necessitam de um estudo mais aprofundado para melhor explorá-las e teoricamente articulá-las.

O tempo da pesquisa surge como outro problema evidente. Dada a mudança de contexto ter ocorrido ao final de 2018, já próximo da finalização da pesquisa, fez-se necessário eliminar outros elementos que poderiam melhor elucidar ou explorar as mudanças decorrentes desse contexto, bem como impediu que outros recursos metodológicos fossem utilizados para melhor compreender o fenômeno em questão, tais como: a) passeios nas regiões circunscritas pelo pesquisador, ou dentro do próprio Cais José Estelita, com habitantes ou não da região, explorando-se como a região impacta sobre os aspectos rememorativos e prospectivos deles, bem como sobre os processos de produção de sentido deles; b) oferta de outras tarefas que promovessem a construção de outras ferramentas culturais, como fotografias, desenhos, diários ou maquetes, visando ampliar as perspectivas sobre o fenômeno através de externalizações distintas sobre como o fenômeno é observado por estes participantes; c) pensar em como se dão os processos coletivos de pertencimento de uma dada comunidade que relaciona-se com a região.

Uma terceira limitação decorre da impossibilidade de se analisar outros participantes que realizaram as entrevistas semiestruturadas, sendo eles uma moradora de residência fixa e

um comerciante. Essa impossibilidade pode ter impedido o pesquisador de perceber inconsistências da análise ou promover melhores elaborações das experiências aqui exploradas ou dar passos na direção de abstrações abduativas.

No entanto, apesar dessas possíveis limitações, é possível também perceber potenciais desdobramentos a partir dessa pesquisa. A primeira delas seria seguir explorando as mudanças que supostamente irão começar no ano de 2019, observando-se como a mudança dessa região poderá promover, ou não, mudanças nos significados produzidos e as relações estabelecidas por quem lá habita.

Logo, é possível perceber a necessidade de maiores aprofundamentos das concepções teóricas aqui utilizadas, bem como incluir outros aspectos teóricos que parecem latentes nos dados obtidos até então, como, por exemplo, estudos no campo do espaço urbano e o *Self* ou de aspectos perceptuais ligados à elaboração arquitetônica da cidade do Recife, em sua relação com seus habitantes.

Resta evidenciar, então, certa radicalidade expressa nessa pesquisa a partir da perspectiva teórica abordada. Nela tentou explorar os produtos e processos que emergiram da relação do sujeito com o pesquisador e com a cidade que habitavam. Dessa forma, tentou-se aproximar-se de uma construção que levasse em conta um contínuo interno-externo, incluindo-se a problemática do tempo, enquanto irreversível, entrelaçando significados mais ou menos estáveis entre história e memórias.

Dessa maneira, essa pesquisa tentou explorar tanto os produtos (passado e futuro) construídos quanto os respectivos processos (memória e imaginação) que por sua vez fizeram emergir a construção de significados que orientaram a trajetória de vida pregressa e prospectada do participante. Esses significados permitiram que Douglas reorganizasse e atualizasse sua esfera de experiência frente às demandas do contexto sociocultural em que estava inserido para que pudesse reconstruir seu senso de pertencimento e de si.

Dessa maneira, a relevância da corrente pesquisa aportou-se numa arriscada abertura dos horizontes para o estudo dos processos cognitivos através de dois pontos: a) da exploração dos processos cognitivos, em grande medida estudada dentro da centralidade do indivíduo, alçando-os num contínuo em direção a coletividade e a cultura coletiva; e b) pela inclusão do espaço urbano/ambiente/contexto como parte indissociável da produção de significados. Por fim, é por meio dessa exploração diversa da concepção de espaço-tempo que o trabalho se edificou em busca de um horizonte distinto do qual os conceitos da Psicologia Cultural Semiótica debruça-se para maior apreensão do fenômeno psicológico.

REFERÊNCIAS

ACHOU MUDOU. Anúncios de apartamentos, s/d.

ACIOLI, M. **Apresentação do projeto Urbanístico Recife-Olinda**. Direitos Urbanos, 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/apresentacao-do-projeto-urbanistico-recife-olinda/> Acesso em 02 ago 2017.

ALBUQUERQUE, M. Z; GOMES, E. T. A. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. *In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica*, 13, 2013, Rio de Janeiro. **Anais** (on-line). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-15. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT09_Mariana.pdf. Acesso em: 20 abr 2018.

ALMEIDA, F. Recife perpendicular ou a cidade que quer tocar o céu. *In: Revista Territórios*, 2005.

AWAD, S. Documenting a contested memory: Symbols in the changing city space of Cairo. **SAGE: Culture & Psychology**, 23 (2), 2017.

BANDEIRA, M. **Estrela de Vida Inteira**. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Editora, 34ª. Edição, 1993.

BARATTO, R. Projeto #penserecife - uma proposta de ocupação do Cais José Estelita em Recife – PE. **ArchDaily Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/621126/projeto-numero-penserecife-uma-proposta-de-ocupacao-do-cais-jose-estelita-em-recife-pe> Acesso em 05 out 2017.

BARTLETT, FC. **Remembering: A study in experimental and social psychology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1932.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.483/07**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário. Recife/PE, 2007.

BRESCÓ DE LUNA, I. The end into the beginning: Prolepsis and the reconstruction of the collective past. **SAGE: Culture & Psychology**, 23(2), 280–294, 2017.

_____. Imagining Collective Futures in Time: Prolepsis and the Regimes of Historicity. *In: DE SAINT-LAURENT, C et al. (eds.), **Imagining Collective Futures***, Palgrave Studies in Creativity and Culture, 2018.

BROCKMEIER, J. Remembering and Forgetting: Narrative as Cultural Memory. **SAGE: Culture & Psychology**, 8(1), 2002a.

_____. Introduction: Searching for Cultural Memory. **SAGE: Culture & Psychology**, 8(1), 5–14, 2002b.

_____. The text of the mind. *In*: JOHNSON, C.; JOHNSON, D. (Eds.), **The mind as a scientific object: Between brain and culture**. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. After the Archive: Remapping Memory. **SAGE: Culture & Psychology**, 16(1), 2010.

CALLAI, H. C. O lugar na geografia e as monografias municipais. *In*: SHÄFFER, N. *et al.* **Ensinar e aprender Geografia**. Porto Alegre: AGB, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COMAN et al. Collective Memory from a Psychological Perspective. **Internacional Journal of Politics Culture and Society**, 22 (1), 2009.

COMPAGNO, D. **Qualitative semiotic Analysis**. Lecture notes in Morphogenesis, Springer International Publishing, 2018.

COSTA, E; LYRA, M. Como a mente se torna social para Barbara Rogoff? A questão da centralidade do sujeito. **Psicologia Reflexão e Crítica**. 15(3), 2002.

DE SAINT-LAURENT, C. Memory Acts: A Theory for the Study of Collective Memory in Everyday Life. **Journal of Constructivist Psychology**, 2017a.

_____. Personal trajectories, collective memories: Remembering and the life-course. **SAGE: Culture & Psychology**, 23(2), 2017b.

_____. Thinking Through Time: From Collective Memories to Collective Futures. *In*: DE SAINT-LAURENT, C.; et al. (eds.), **Imagining Collective Futures, Palgrave Studies in Creativity and Culture**, 2018.

DE SAINT-LAURENT, C; ZITTOUN, T. Memory in life transitions. *IN* B. WAGONER (ED.), **Oxford handbook of culture and memory**. Oxford/new york: oxford university. No prelo.

DE SAINT-LAURENT, C; BRESÓ DE LUNA, I; AWAD, SH; WAGONER, B. Collective memory and social sciences in the post-truth era. **SAGE: Culture & Psychology**, 23 (2) 2017.

DINIZ, N. Projetos contemporâneos em ruínas: o passado compartilhado no presente. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014. **Anais [...]** ANPARQ: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014.

EFLAND, A. Imagination in cognition: the purpose of the arts. The Ohio State University, Ohio, 2003. Disponível em: http://ed.art.gov.tw/uploadfile/periodical/428_26_66.pdf Acesso em 15 abr 2018.

ENTREGUE-SE ao sol dos trópicos em Recife e conheça também seus recantos culturais. **NippoBrasil**, edição 6, 1999. Disponível em: <https://www.nippo.com.br/3.turismo.br/n006.php> Acesso em 12 mai 2018.

FACHIN, P. Cais Estelita. A luta por um projeto que garanta a diversidade de usos. Entrevistado: Tomás Lapa. **Instituto Humanas**. Unisinos, 2015. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543549-cais-estelita-a-luta-por-um-projeto-que-garanta-a-diversidade-de-usos-entrevista-especial-com-tomas-lapa> Acesso em 09 mar 2018.

FAVERO, M. Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Representações Sociais: Por uma Articulação Teórica e Metodológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 21(1), 2005.

FARINA, A. **Ecology, Cognition and Landscape - Linking Natural and Social Systems** Springer Science. Business Media B.V, 2010.

FERRARA, L. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

IMAGINANDO o Cais José Estelita. **Blog: Caderno Recife**, 2014. Disponível em: <http://cadnorecife.blogspot.com/2014/08/imaginando-o-estelita.html> Acesso em 05 mai 2018.

GLAVEANU, VP. Collective memory between stability and change. **SAGE: Culture & Psychology**, 23(2), 2017.

GLAVEANU, A; DE SAINT-LAURENT, C. Political Imagination, Otherness and the European Crisis. **Europe's Journal of Psychology**, 11(4), 2015.

GLOBO. Prefeito do Recife sanciona lei que prevê plano do Cais José Estelita. **Portal Globo Nordeste**, 2015. Disponível em: <http://glo.bo/1JnU2y6> Acesso em 04 set 2017.

GOOGLE MAPS. **Cais José Estelita**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/maps/oqzSoA6SbZx> Acesso em 22 mar 2018.

GOOGLE STREET VIEW. **Cais José Estelita**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/maps/oqzSoA6SbZx> Acesso em 22 mar 2018.

GOOGLE TRENDS. **Comparação entre termos**. 2018. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR-PE&q=Cais%20Jos%C3%A9%20Estelita,Projeto%20Novo%20Recife,ocupe%20estelita> Acesso em 10 mar 2018.

GOUVEIA, C. Resposta à matéria publicada na Folha de São Paulo em 13.05.12 sobre o projeto Novo Recife e o #Ocupeestelita. **Blog Direitos humanos**, 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/13/respostafolhasp/> Acesso em 18 abr 2017.

GRADIN, I. **Comunicação e ética**. O sistema semiótico de Charles S. Peirce. UBIANAS: livros Labcom. Universidade da Beira Interior, 2006.

HAAG, C. Arquitetura Pré-histórica. **Blog Arquitetura e civilização**, 2011. Disponível em: <http://arquiteturaecivilizacao.blogspot.com.br/2011/06/arquitetura-pre-historica.html> Acesso 11 nov 2017.

HALWBLOCKS, M. **On collective memories**. University of Chicago press, 1992.

JASANOFF, S. Imagined and Invented Worlds. *In: JASANOFF, S. KIM, S. **Dreamscapes of Modernity: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power***, University of Chicago Press, 2015.

JASANOFF, S., KIM, S. Containing the Atom: Sociotechnical Imaginaries and Nuclear Power in the United States and South Korea. *Minerva* 47 (119), 2009.

JAFFE, R. Cities and the political imagination. *SAGE: Culture & Psychology* 66(6), 2018.

JAMILDO. Veja como ficou o redesenho do projeto Novo Recife, aprovado no CDU nesta terça-feira. **BLOG DE JAMILDO**, 2015. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2015/12/22/veja-como-ficou-o-redesenho-do-projeto-novo-recife-aprovado-na-cdu-nesta-terca-feira/> Acesso em 02 abr 2018.

JCONLINE. Integrantes da Troça Empatando Tua Vista prestam queixa por material apreendido. **JCONLINE**. 2017. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/03/03/integrantes-da-troca-empatando-tua-vista-prestam-queixa-por-material-apreendido-272837.php> Acesso em 22 ago 2018.

JOHASEN, J; LARSEN, S. **Signs in Use: An Introduction to Semiotics**. London, Routledge: 2002.

KHARLAMOV, N. The city as a sign: A developmental-experiential approach to spatial life. In Valsiner, J. (Ed.), **The Oxford handbook of culture and psychology**. New York, NY: Oxford University Press, 2012.

KRZYŻANOWSKA, N. The discourse of counter-monuments: semiotics of material commemoration in contemporary urban spaces. *Social Semiotics*, 26(5), 2015.

_____. Discourses of (Non) Remembrance in Contemporary Urban. *Stu Socjo*, 1 (220), 2016.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, 17(3), 2015.

LEWICA, M. Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past. *Journal of Environmental Psychology*, 2008.

LERNER, R.M., EASTERBROOKS, M.A., MISTRY, J. (Eds). **Handbook of psychology: Developmental psychology**, Nova York – 2003.

LIMA, J. R. O Plano Diretor do Recife: Do Zoneamento Funcional do Espaço à Segregação Socioespacial. *Anais [...] Maceió: 7º Congresso luso brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado, sustentável*. Universidade Federal de Alagoas, 2016.

LYRA, M; VALÉRIO, T; WAGONER, B. Pathways to life course changes: Introducing the concept of Avenues of Directive Meaning. **SAGE: Culture & Psychology**, 24 (4), 2018.

LÓTMAN, I. **Acerca de la semiosfera. La semiosfera. I** – Semiótica de la cultura e del texto. Trad. Desiderio Navarro. Madrid: Cátedra, 1996.

LORETO, M. **Do açúcar ao Terabyte**: significados e custos da modernização do porto e do bairro do Recife. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Intervenções urbanas no bairro do Recife**. Dissertação (Especialização em Política e Planejamento Urbano) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LUCCI, M.A. A proposta de Vygotsky: a Psicologia Sócio-Histórica. **Revista de currículo y formación del profesorado**, 10 (2), 2006.

MACHADO, I. Concepção sistêmica do mundo: Vieses do círculo intelectual bakhtiniano e da escola semiótica da cultura. **Bakhtiniana**, São Paulo, 8 (2), 2013.

MAGGI, N. The Problem of the Cultural Development of the Child. X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação. UniRitter, 2014. **Anais [...]** Porto Alegre: UniRitter, 2014.

MAGNANI, J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online] 17(49), 2002.

MARKOVÁ, I. From imagination to well-controlled images: Challenge for the dialogical mind. In ZITTOUN, T; GLÁVEANU, V. (Eds.), **The Oxford handbook of imagination and culture**. New York: Oxford University Press, 2017.

MARKOVÁ, I. Conclusion: Changing Imaginings of Collective Futures. In SAINT-LAURENT, C et al. (eds.), **Imagining Collective Futures**, Palgrave Studies in Creativity and Culture, 2018.

MARRONE, Gianfranco. Semiótica da cidade: corpos, espaços, tecnologias. **Galáxia**, 29 (1), 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532015000100028&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 July 2018.

MARTINS, A. A beleza e história do Forte das Cinco Pontas, em Recife. **Ministério do Turismo**. Governo Federal. 2017. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7674-a-beleza-e-hist%C3%B3ria-do-forte-das-cinco-pontas,-em-recife.html> Acesso em mar 2019.

MARTINS, L; BRANCO, A. Desenvolvimento Moral: Considerações Teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 17(2), 2001.

MILKOREIT, M. Imaginary Politics: Climate change and making the future. **Elem Sci Anth**, 5(1), 2017.

MICHELL, K. Monuments, Memorials and the Politics of Memory. **Urban Geography**, 24(5), 2013.

MILLER, S et al, G. **Perception of the Urban Form**. Working Paper: 2014

MINISTÉRIO DO TURISMO. A beleza e história do Forte das Cinco Pontas, em Recife. **Governo Federal**. 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAAltimas-not%C3%ADcias/7674-a-beleza-e-hist%C3%B3ria-do-forte-das-cinco-pontas,-em-recife.html> Acesso em 15 fev 2019.

MONTENEGRO, A. A Invenção do Futuro. **Proj. História**, São Paulo, 1(16), 1998.

MORIMOTO, R. The Cult(ure) of the Second Sun: Remembering, Repeating, and Performing the Past Imperfect. **Canadian Semiotic Association**. 1(32), 2012.

MURAKAMI, K. Time for Memory: Beyond Spatial Metaphors? **SAGE: Culture & Psychology**, 18(1), 2012.

NASCIMENTO, C. O estelita como ensaio de um novo recife Discutindo ocupações do espaço público como experimentos urbanos de participação social. **Anais [...] Belo Horizonte: 4º FORUM HABITAR**, 2017.

NASCIMENTO, A.; BERNARDES, D. **As pessoas fazem política cultural? O Cais José Estelita**. 2015. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2012/09/Denis-Antônio-de-Mendonça-Bernardes-et-alii.pdf>. Acesso em 08 de set 2017.

NAKAGAWA, R. A dimensão semiótica do espaço e as espacialidades geradas pelas mídias. 2009. **Anais [...] São Paulo: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, PUC – São Paulo**, 2009.

NETO, A; FERREIRA, G. Transformações estruturais na RM de Recife: notas sobre a década de 90. **Leituras de Economia Política**, Campinas, 10(1), 2003.

NEVES, JL. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, 35(2), 1996.

NICOLAU, M. Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce. **Revista eletrônica temática**. 6(8), 2010.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. PUC/SP, 10 (1), 1993.

NOVO RECIFE. O Cais: A história do Cais José Estelita. Novo Recife. **Agência Iris**. Disponível em: <http://www.dev.agenciairis.com.br/novorecife/a-historia-do-cais-jose-estelita/>. Acesso em 20 dez 2018.

OBRADÓVIC, S. Whose memory and why: A commentary on power and the construction of memory. **SAGE: Culture & Psychology**, 23(2), 2017.

O'CONNOR, R; AARDEMA, F. The imagination: cognitive, pre-cognitive, and meta-cognitive aspects. **Conscious Cogn.** 14(2), 2005.

PIGNATARI, D. **Semiótica da arte e da arquitetura.** Cotia (SP): Ateliê, 2004.

POWER, S. Remembering and Imagining in Human Development: Fairness and Social Movements in Ireland. *In:* DE SAINT LAURENT, C et al. (eds.). **Imagining Collective Futures**, Palgrave Studies in Creativity and Culture, 2018.

RABELO, Y.; LEITE, M. **As primeiras moradias.** Revista AU. Editora Pini, 2007.

RASMUSSEN, E. **Arquitetura vivenciada.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RECIFE. **Lei Municipal 14.511/1983.** Lei de Uso e Ocupação do Solo. Recife/PE, 1983.

RECIFE. **Lei Municipal 16.176/1996.** Lei Municipal de ocupação do solo. Recife/PE, 1996.

RECIFE. **Lei Municipal 17.511/08.** Revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Recife/PE, 1983.

RECIFE. Lei de uso e ocupação do solo. **Prefeitura do Recife.** S/D. Disponível <https://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/index.html> Aceso em 30 nov 2018.

RECIFE. Diretrizes urbanísticas especializadas a serem observadas no redesenho do Projeto Novo Recife e entorno. Prefeitura do Recife. **Prefeitura do Recife.** Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/cais-jose-estelita-diretrizes-urban%C3%ADsticas.pdf> Acesso em 23 jun 2018.

RIBEMBOIM, J. A Cerca do Cais José Estelita. **BLOG do Jamildo**, 2014. Disponível em: <https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/10/12/ambientalista-sugere-parque-para-area-cais-jose-estelita/> Acesso em ago 2018.

RICON, P. Estudo diz que neandertais eram capazes de fazer arte - e pode mudar nossa percepção sobre eles. **BBC NEWS/BRASIL**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43148024>. Acesso em 30 jun 2018.

ROCHA, A; ECKERT, C. Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana. **Revista Iuminuras.** 4(7), 2003.

ROSA, A. Acts of psyche: Actuations as synthesis of semiosis and action. *In:* VALSINER, J.; ROSA, A. (Eds.), **The Cambridge handbook of sociocultural psychology**, New York, NY, US: Cambridge University Press, 2007.

ROSENBERG, E. Walking in the city: Memory and place. **The Journal of Architecture**, 17 (1), 2012.

ROSSI, T.; ALMEIDA, S.. O conceito de internalização em Vigotsky: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana.. *In:* OSNAYA, M. C.; PÉREZ, J. C. R. (Org.). **Psicología social: perspectivas y aportaciones hacia un mundo posible.** 1ed. Mexico City: Amapsi Editorial, 2007.

SALVATORE, S.; VALSINER, J. Between the general and the unique overcoming the nomothetic versus idiographic opposition. **Theory & Psychology**, 20(6), 2010.

SANTOS, A. RENOVAÇÃO URBANA OU RESTAURO URBANO? O Pátio Ferroviário das Cinco Pontas em Recife. **Anais [...]** VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2936> Acesso em 29 de jun de 2018

SANTOS, S. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017.

SARMENTO, W. Rua Imperial entre o esquecimento e a favelização. **Jornal do Comércio Online**. Disponível em <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/07/rua-imperial-entre-o-esquecimento-e-a-favelizacao-127143.php> Acesso em 30 out 2018.

SATO, T. et al. Sampling reconsidered: Idiographic science and the analyses of personal life trajectory. *In* VALSINER, J; ROSA, A (Eds.), **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology** . Cambridge: Cambridge University Press, 2007a.

SATO, T et al. Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. *In* VALSINER, J; ROSA, A. **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology**. Cambridge University Press, 2007b.

SATO, T et al. From Describing to Reconstructing Life Trajectories: How the TEA (Trajectory Equifinality Approach) Explicates Context-Dependent Human Phenomena. *In*: WAGONER, B. et al. **Cultural Psychology and Its Future - Complementarity in a New Key**. Information Age Publishing, 2014.

SATO, T. From TEM to TEA: the making of a new approach. *In*: SATO, T; MORI, N; VALSINER, J (Eds.) **Making of the future: the trajectory equifinality approach in cultural psychology**. North Carolina: Age Publishing Inc., 2016.

SHUARE, M. **La psicología soviética tal como la veo**. Moscú: Progreso, 1990.

SILVA, L. H. **A verticalização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado – Recife/PE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2008.

SILVA, R; MAIA, A. Memória pública e ativismo: histórias de luta do Ocupe Estelita (Recife, Brasil) e do Renovar a Mouraria (Lisboa, Portugal). **História Oral**, 20(2), 2017.

SMOLKA, A. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, 2000.

SNEATH,D, HOLBRAAD, M., & PEDERSEN, M. Technologies of the Imagination: An Introduction. **Routen Journals**, ethnos, 74(1), 2009.

SOJA, E. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Blackwell Publishing: Oxford, 1996.

SONMEZ, I; ERIN, I. Re-production of space by reference to collective memory- an urban design studio practice. **Anais** [...] Konya: Conarch III international congress of architecture memory of place in architecture and planning congress, 2017.

SOUSA, E; BECHLER, J. Labirintos na cidade contemporânea. **Psicologia Ciência e profissão**, Brasília, 2008.

SOUZA, L.; DRIGO, M. Sobre a Semiótica Pierciana. **Revista de Estudos universitários**, Sorocaba/SP, 31(2), 2005. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/download/2652/2271> Acesso em 6 mar 2018.

SHWEDER, R; SULLIVAN, M. The semiotic subject of cultural psychology. *In*: A. Pelvin (Ed.), **Handbook of personality e research**, New York: Guilford Press. 1990.

SZPUNAR, P; SZPUNAR, K. Collective future thought: Concept, function, and implications for collective memory studies. *Memory Studies*. **SAGE: Culture & Psychology**, 9(4), 2016.

TATEO, L. Giambattista Vico and the psychological imagination. **SAGE: Culture & Psychology**, 21(2), 2015.

TOSTA, C. Vygotsky e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. **Perspectivas em Psicologia**. 16(1), 2012.

VALSINER, J. Irreversibility of time and the construction of historical developmental psychology. **Mind, Culture, and Activity**, 1(1-2), 25–42, 1994.

_____. **Culture and Human Development**. SAGE Publications, 2000.

_____. **Fundamentos da Psicologia Cultural: Mundos da mente, mundos da vida**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2012.

_____. **An invitation to cultural psychology**. Sage Publications, Incorporated, 2014.

_____. From Person-Oriented to Person-Centered Psychology: Abstracting Structures of Relationships. **Jornal for Person-Oriented Research**. 1(1-2): 7-14, 2015.

_____. Facing the future - Making the past: the permanent uncertainty of living. *In*: MARSICO, G.; VALSINER, J. **Cultural Dynamics of the psyche**. North Carolina: Age Publishing Inc, 2018.

VALSINER, J; ROSA, A. Contemporary Social-Cultural Research: Uniting Culture, Society, and Psychology. *In*: VALSINER, J; ROSA, A. **The Cambridge Handbook of Culture and Psychology. (Editor's introduction)** New York: Cambridge University Press: 2007.

VALSINER, J; SATO, T. Historically Structured Sampling (HSS): How can psychology's methodology become tuned in to the reality of the historical nature of cultural psychology?

In: STRAUB, J; KÖLBL, D; ZIELKE, B (Eds.), **Pursuit of Meaning. Advances in Cultural and Cross-cultural Psychology** . Bielefeld, Germany: Trankript, 2006.

VERAS, L. **Paisagem postal: A imagem e a palavra na compreensão do Recife urbano**. Tese de doutorado. PPG em Desenvolvimento Urbano – UFPE, 2014.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **O desenvolvimento psicológico na infância**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

WAGONER, B. Meaning construction in remembering: A synthesis of Bartlett and Vygotsky. In P. Stenner (Ed.), **Theoretical Psychology: Global Transformations and Challenges**. (pp. 105-114). Captus Press Inc, 2011.

_____. Collective remembering as a process of social representation. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. (Eds.). **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge University Press: Cambridge, UK, 2015.

_____. **The constructive mind: Frederic Bartlett's psychology in reconstruction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

_____. **Handbook of Culture and Memory**. Oxford University Press, 2018.

WAGONER, B; BRESCÓ DE LUNA, I. Conflict and memory: The past in the present. **Peace & Conflict: Journal of Peace Psychology**, 22(1), 2016.

_____. Culture, history, and psychology: Some historical reflections and research directions. **SAGE: Culture & Psychology**, 24(3), 2018.

WELLS, G. Semiotic Mediation, Dialogue and the Construction of Knowledge. **Human Development**, 50(1), 2007.

WERTSCH, J; ROEDIGER, H. Collective memory: Conceptual foundations and theoretical approaches. **Memory**, 16 (3), 2008.

ZITTOUN, T. Dynamic memories of the collective past. **SAGE: Culture & Psychology**, 23(2), 2017.

ZITTOUN, T., et al. **Melodies of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ZITTOUN, T; CERCHIA, F. Imagination as Expansion of Experience. **Integrative Psychological and Behavioral Science**. 47(3), 2013.

ZITTOUN, T; GILLESPE, A. **Imagination in Human and Cultural Development**. Routledge, 2016.

ZITTOUN, T; GILLESPE, A. Using Resources: Conceptualizing the Mediation and Reflective Use of Tools and Signs. **SAGE: Culture & Psychology**, 16(1) 2010.

ZITTOUN, T., GILLESPIE, A. Imagining the Collective Future: A Sociocultural Perspective. *In: DE SAINT-LAURENT, C et al. (eds.), **Imagining Collective Futures**, Palgrave Studies in Creativity and Culture, 2018.*

ZITTOUN, T; DE SAINT-LAURENT, C. Life-creativity Imagining one's life. *In: GLĂVEANU, V. GILLESPIE, A. & VALSINER, J. (Eds.), **Rethinking creativity: Contributions from cultural psychology**, pp. 58-75, 2015.*